

COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO CENTRO

**PROGRAMA OPERACIONAL
DA REGIÃO CENTRO
PO CENTRO**

**Relatório de Execução
2007**

APROVADO NA 13ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO

19 de Junho de 2008



Índice

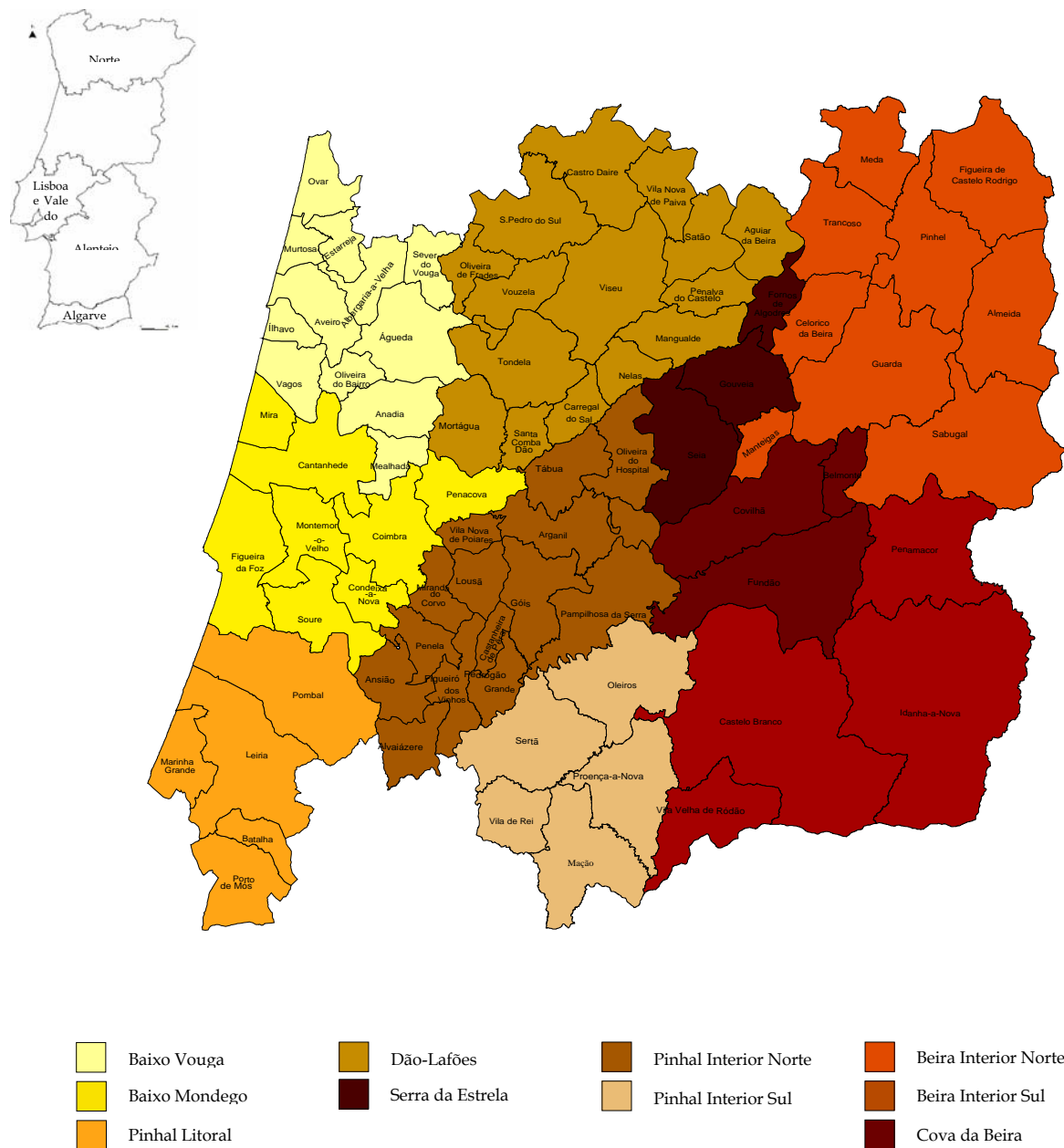
I Região Centro: contexto socio-económico e evolução das condições gerais do PO Regional	7
1. Demografia e povoamento.....	11
2. Competitividade económica, valorização e promoção territorial	16
3. Recursos humanos qualificados e igualdade de oportunidades.....	17
4. Acessibilidades transportes e provisão de bens públicos	19
5. Ambiente de qualidade	20
II PO Centro: síntese global da execução.....	25
1. PO Centro: enquadramento e síntese da execução.....	27
2. Transferências da Comissão Europeia e pagamentos aos beneficiários.....	33
3. Domínios de intervenção: aprovações e execução	34
4. Sectores apoiados: aprovações e respectiva execução	35
5. Indicadores de acompanhamento.....	37
6. Grandes projectos.....	38
III Eixo Prioritário I Apoio ao Investimento de Interesse Municipal e Intermunicipal	39
1. Eixo I - Enquadramento e síntese da Execução	41
2. Medida I.1 - Equipamento e infra-estruturas locais	50
3. Medida I.2 - Ambiente e recursos naturais.....	55
4. Medida I.3 - Acessibilidades.....	59
5. Medida I.4 - Qualificação dos aglomerados urbanos e das estruturas de povoamento.....	62
6. Medida I.5 - Apoio às actividades económicas, actividades de desenvolvimento territorial e apoio à eficácia das políticas públicas.....	65
7. Medida I.6 - Desenvolvimento dos Recursos Humanos	69
8. Medida I.7 - Acções Específicas de Valorização Territorial	72
9. Medida I.8 - Bonificação de Juros em Linhas de Crédito ao Investimento Autárquico	75
10. Medida I.9 - Saneamento básico	77
Eixo Prioritário II Acções Integradas de Base Territorial	80
1. Eixo II - Enquadramento e síntese de execução.....	81
2. Medida II.1 - Acção integrada para a qualificação e competitividade das cidades - Componente territorial (FEDER)	93
3. Medida II.3 - Acção inovadoras de Dinamização das Aldeias.....	98
4. Medida II.4 - Acção Integrada “Turismo e Património do Vale do Côa”	111
5. Medida II.5 - Acção Integrada de Base Territorial da “Serra da Estrela”	120
6. Medida II.6 - Acção Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior - Componente FEDER.....	128
7. Medida II.7 - Acção Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior (FEOGA)	142
8. Medida II.8 - Desenvolvimento dos recursos humanos e promoção da coesão social....	154
V Eixo Prioritário III Intervenções da Administração Central Regionalmente Desconcentradas.....	161

1. Eixo III – Enquadramento e síntese da execução	163
2. Medida III.1 - Educação - Infra-estruturas da educação Pré-escolar e dos Ensinos Básicos e Secundários	172
3. Medida III.2 - Educação - Ensino profissional.....	175
4. Medida III.3 - Promoção da Empregabilidade e do Emprego a Nível Local	180
5. Medida III.4 - Apoio ao Investimento no Desenvolvimento Local	188
6. Medida III.5 - Ciência, Tecnologia e Inovação	190
7. Medida III.6 - Sociedade da Informação - Portugal Digital.....	191
8. Medida III.7 - Sociedade da Informação: criar competências para o desenvolvimento de Portugal Digital.....	193
9. Medida III.8 - Saúde: Implementação dos Sistemas Locais de Saúde (SLS).....	195
10. Medida III.9 – Cultura	197
11. Medida III.10 - Desporto: Desenvolvimento de Equipamentos Desportivos	200
12. Medida III.11 – Economia.....	202
13. Medida III.12 - Acessibilidades e Transportes	207
14. Medida III.13 - Ambiente	210
15. Medida III.14 - Agricultura e Desenvolvimento Rural	214
16. Medida III.15 - Pescas - Infra-estruturas de Portos	228
17. Medida III.16 - Pescas: Equipamentos de Transformação	230
VI Procento: administração, gestão e respeito pelas políticas comunitárias	232
I – Gestão e Administração	233
1. Comissão de Acompanhamento	233
2. Alteração do Programa Operacional.....	233
3. Sistema de Informação	233
4. Utilização da Assistência Técnica	234
5. Controlo	237
6. Divulgação, Informação e Publicidade	245
II. Respeito pelas políticas comunitárias	250
VII Anexos	263
Anexo 1 Programação, Aprovações e Execução em 31.12.2007 por Eixo e por Medida	265
Anexo 2 Fluxos financeiros com a Comissão Europeia	267
Anexo 3 Execução por domínios de intervenção.....	269
Anexo 4 Indicadores de realização física e de resultado	271
Anexo 5 Eixo I – Projectos aprovados em 31.12.2007, por medida, localização e nível de execução.....	273
Anexo 6 Eixo II – Projectos aprovados em 31.12.2007, por medida, localização e nível de execução.....	275
Anexo 7 Eixo III – Projectos aprovados em 31.12.2007, por medida, localização e nível de execução.....	277

Anexo 8	Aprovação e execução das Medidas FEOGA	278
Anexo 9	Reprogramação do Programa Operacional	279

**Região Centro: contexto socio-económico
e evolução das condições gerais do PO Regional**

Região Centro: NUT III e concelhos
A área de intervenção do Programa Operacional Regional da Região Centro



O último ano foi caracterizado, em termos de políticas com alguma influência no Programa Operacional Centro pela continuação da implementação do Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego 2005/2008 (PNACE), designadamente no que respeita à “Iniciativa Novas Oportunidades”. De facto, foi no ano de 2007 que as acções de formação aprovadas na sequência do reforço da dotação de medidas que contribuem para alcançar os objectivos da “Iniciativa Novas Oportunidades” tiveram a sua concentração.

Foi o ano de preparação e aprovação dos Programas Operacionais para o período 2007-2013, designadamente o Programa Operacional Regional do Centro 2007-2013, aprovado através da Decisão nº C(2007) 4693, de 9/10/2007. A actividade de preparação deste POR foi acompanhada pelas actividades de operacionalização do mesmo, designadamente pela elaboração e aprovação dos regulamentos específicos de acesso e dos critérios de selecção. Estas actividades contaram com a participação de entidades envolvidas na Gestão do POR 2000-2007, numa altura em que se torna necessário reforçar a atenção na execução deste PO.

No ponto seguinte são apresentados alguns dos aspectos relativos às mudanças na estrutura socio-económica da Região Centro, as quais estão estruturadas em cinco vectores principais.

1. Demografia e povoamento

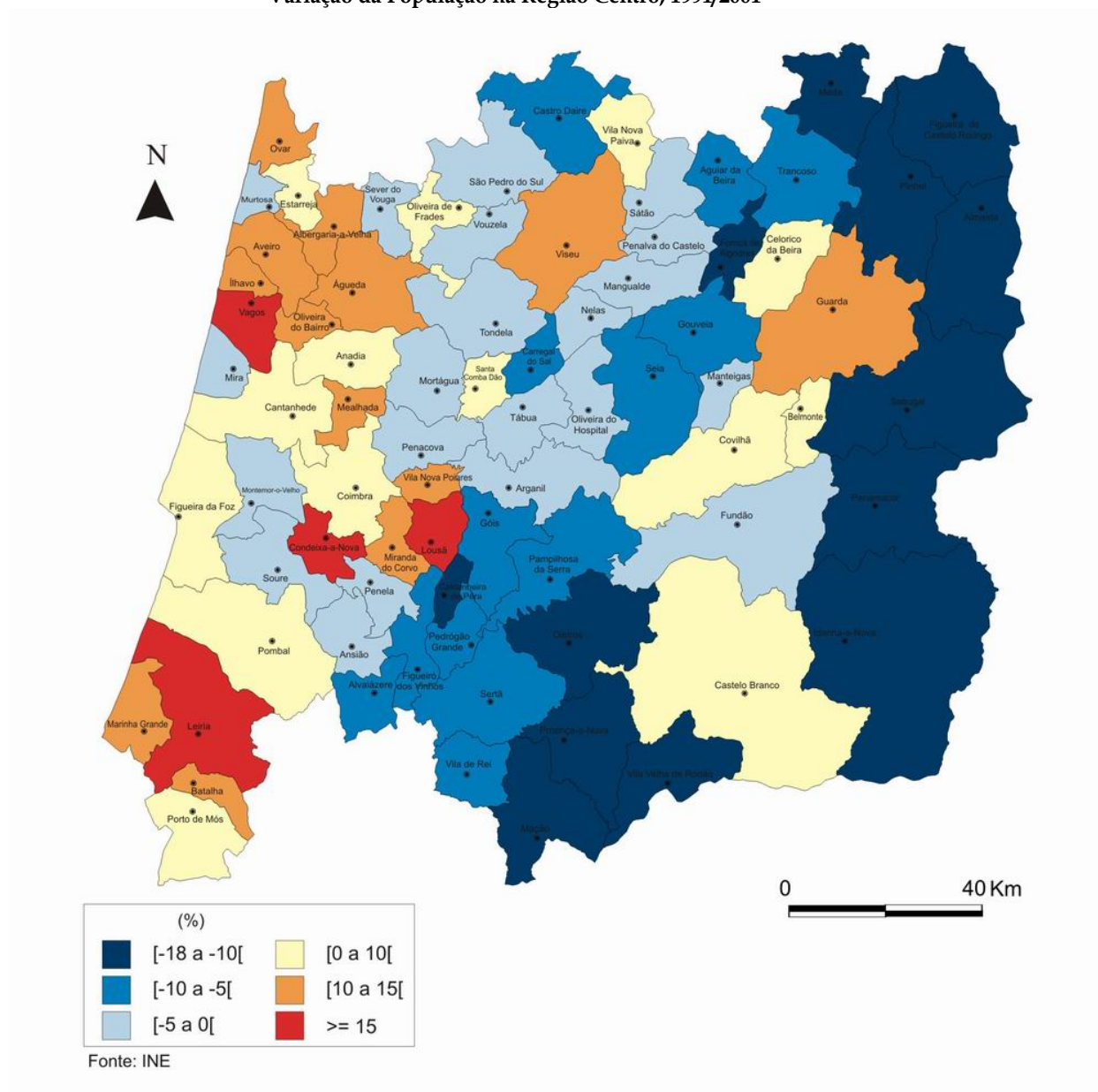
Nos últimos anos, a evolução demográfica da Região Centro acompanhou a tendência nacional de envelhecimento da estrutura demográfica e de declínio dos ritmos de crescimento natural. Estes aspectos são parcialmente compensados pelo forte aumento do fluxo de imigração que assim explica a dinâmica positiva de crescimento populacional que caracterizou, em termos médios, a Região Centro (1991-2001, variação de 3,6%).

No entanto, existem claras diferenças entre os territórios que se alinham de norte para sul ao longo do litoral (Baixo Vouga, Baixo Mondego e Pinhal Litoral) e no eixo de penetração para o interior sustentado ao longo do IP5 (do Baixo Vouga a Dão-Lafões), que continuam a registar um crescimento populacional (em particular o Baixo Vouga e o Pinhal Litoral, cuja variação da população entre 1991 e 2001, ultrapassou os 10%) e o interior, que continuou a perder população. Na última década, acentuaram-se as dificuldades dos territórios geograficamente “intermédios” como o Pinhal Interior Sul e a Serra da Estrela, que registaram decréscimos populacionais superiores aos verificados nos territórios raianos alinhados ao longo do eixo urbano Castelo Branco-Fundão-Covilhã-Guarda.

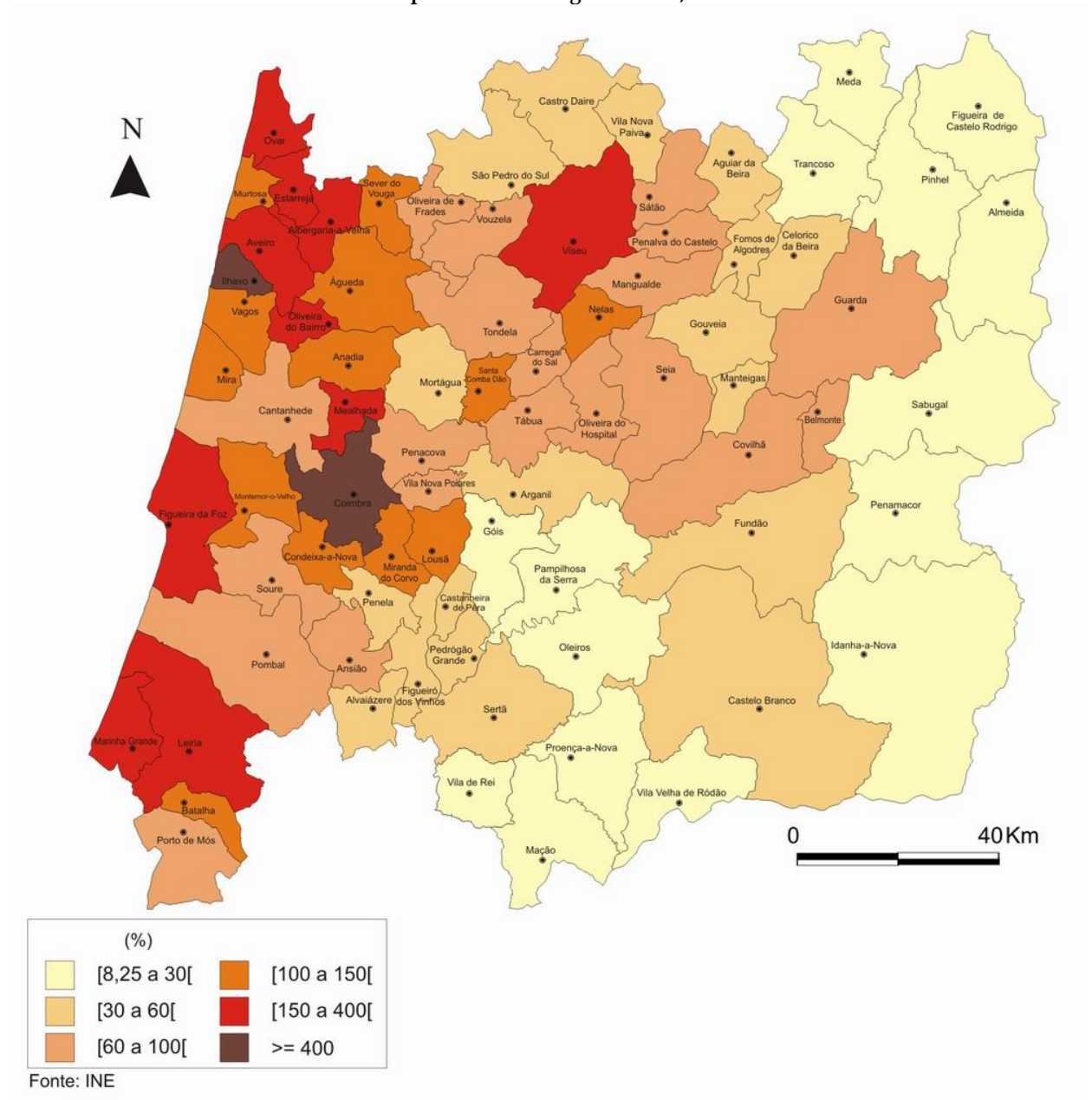
Há contudo que sublinhar, que qualquer um dos vectores condutores da evolução demográfica da Região (crescimento natural e saldo migratório), apresenta valores mais desfavoráveis que os nacionais, prospectivando-se o reforço de algumas das fragilidades e ameaças da Região, nomeadamente, as directamente relacionadas com a evolução dos activos e do emprego, e outros aspectos relacionados com a viabilidade económica na prestação de serviços públicos e privados, domínios estes que se relacionam com as necessidades estratégicas de promover a equidade e a coesão económica e social na Região.

Relacionadas com as mudanças populacionais estão as alterações verificadas no sistema urbano, nomeadamente o reforço das cidades de média dimensão, cuja reorganização e qualificação constitui uma pedra basilar da estratégia de desenvolvimento da Região Centro.

Variação da População na Região Centro, 1991/2001



Densidade Populacional na Região Centro, 2001



Quadro 1 - Alguns Indicadores Demográficos da Região Centro

	Ano	Unidade	Região Centro*	Região Plano	Portugal
População residente	1997	Nº	1.710.390	1.744.170	9.957.270
	2001	N.º	1.783.596	1.817.428	10.356.117
Tx. de variação da população	1991/2001	%	3,6	3,3	5,0
Tx. de variação da população	1997/2001	%	4,3	4,2	4,0
Densidade populacional (hab. por km²)	1997	(Hab/Km²)	72,3	68,2	108
	2001	%	75,4	71,1	112
Índice de envelhecimento	1997	%	113,4	114,5	88,5
	1998		115,9	117,1	90,3
	2001		130,8	132,3	102,0
Índice de dependência total	2001		52,7	52,9	32,0
Saldo migratório	1991/2001	Milhares	88,2	87,9	361,1
Taxa de crescimento natural	2000	‰	-1,4	-1,6	1,4

* Integra os concelhos que à data compunham a NUTE II Centro.

Fonte: INE

As cidades da Região reforçaram a sua posição nos sistemas urbanos regionais, tanto no litoral, como no interior. Aveiro, Leiria ou Marinha Grande, no litoral, Castelo Branco ou Guarda no interior, são exemplos desta situação. Simultaneamente, um conjunto de aglomerações de menor dimensão como Pombal, Águeda, Seia, Ovar, Ílhavo, Estarreja, Cantanhede, Mealhada, Mangualde ou Fundão, registaram um forte dinamismo populacional na última década, contribuindo para a consolidação do sistema urbano da Região Centro.

De facto, em 2001, mais de 50% da população vive em aglomerações (freguesias) com cariz urbano, sendo que no litoral esses valores ultrapassam os 60% (casos do Baixo Mondego e Pinhal Litoral) e aproximam-se dos 80% no caso do Baixo Vouga.

Quadro 2 - Distribuição da População Residente, em 2001, segundo a Tipologia das Áreas Urbanas

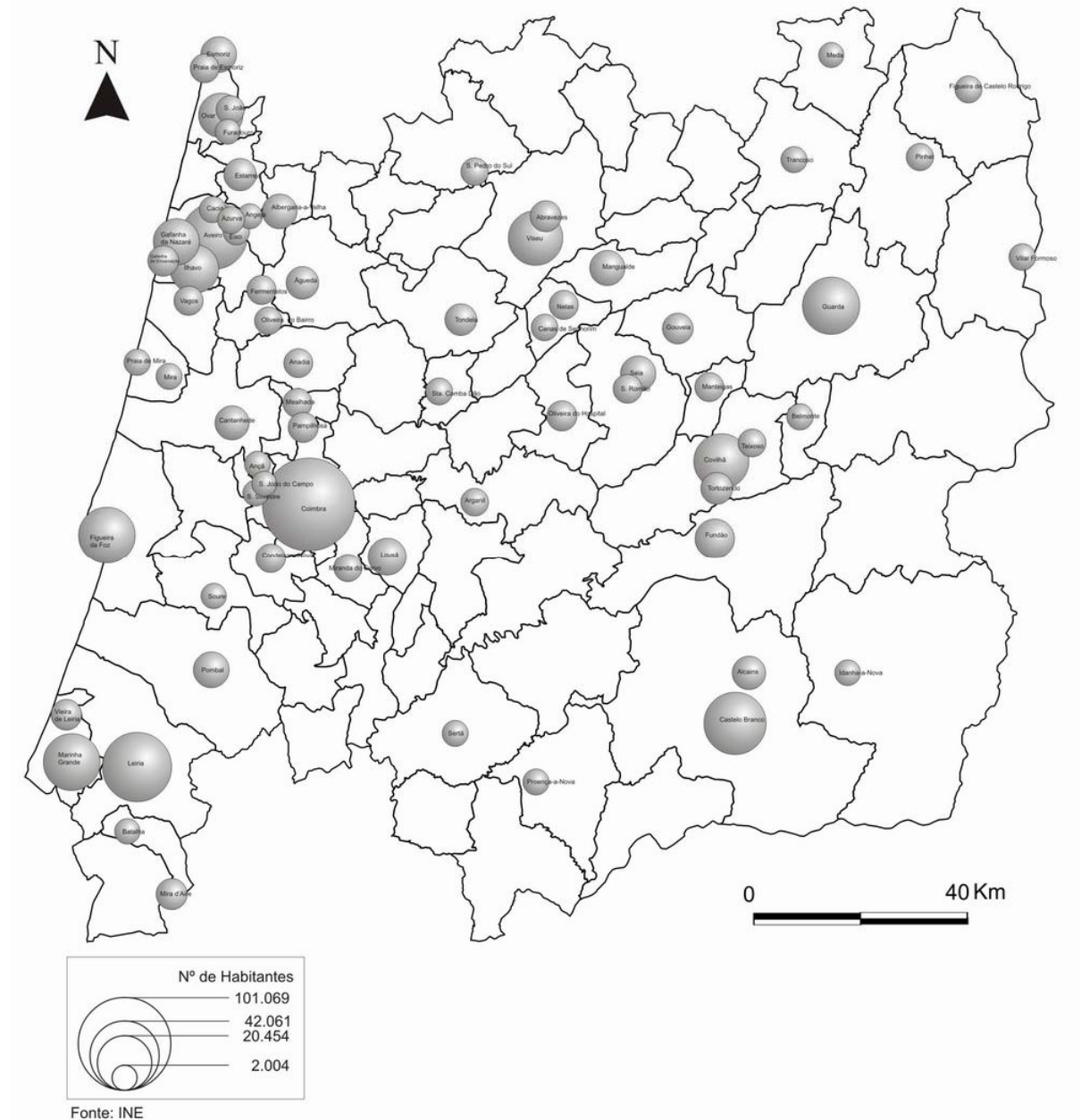
NUTE III	População Total	Áreas Predominantemente Urbanas (%)	Áreas Medianamente Urbanas (%)	Áreas Predominantemente Rurais (%)
Baixo Vouga	385.724	77,3	15,4	7,3
Baixo Mondego	340.309	67,7	17,4	14,9
Pinhal Litoral	250.990	64,2	16,7	19,2
Dão-Lafões	286.313	34,0	25,9	40,2
Serra da Estrela	49.895	13,9	37,9	48,3
Pinhal Interior Norte	138.535	18,2	35,0	46,8
Pinhal Interior Sul	44.803	12,3	26,6	61,1
Beira Interior Norte	115.325	22,4	21,2	56,4
Cova da Beira	93.579	43,0	13,3	43,6
Beira Interior Sul	78.123	40,0	17,6	42,5
Região Centro	1.783.596	51,9	21,7	26,4
Continente	9.869.343	70,4	16,1	13,5

Fonte: INE, Censos 2001; INE, DGOTDU, *Deliberação sobre a Tipologia das Áreas Urbanas*.

Outra característica da Região é a existência de 5 sub-sistemas urbanos que definem um quadro de complementaridades ao nível do emprego e da base económica. São eles: Coimbra-Figueira da Foz, Aveiro-Ílhavo-Águeda-Ovar, Leiria-Marinha Grande, Dão-Lafões, Guarda-Covilhã-

Fundão-Castelo Branco e ainda, um sexto sub-sistema, Oliveira do Hospital-Seia-Gouveia, este último mais pequeno mas em franco processo de afirmação.

População por Lugares com mais de 2.000 Habitantes, 2001



2. Competitividade económica, valorização e promoção territorial

Na última década a Região Centro reforçou a sua base industrial e terciária, muito embora sejam claras as diferenças entre os territórios do Litoral Centro e seu prolongamento por Dão-Lafões, e o interior, que se estende desde o Pinhal Interior até à Raia, onde o sector primário persiste como uma actividade que ocupa mais de 30% da população activa.

Nos últimos anos, consolidaram-se especializações produtivas vocacionadas para os mercados nacional e internacional (cerâmicas, metalomecânicas, vestuário, calçado) e reestruturaram-se outros ramos como o vidro e os lanifícios, o que contribuiu para que as taxas de actividade (masculina e feminina) registassem valores superiores à média nacional e para valores de desemprego inferiores aos do País. Entre 1996 e 1999, o valor das exportações da Região Centro cresceu 26%, valor superior ao crescimento de 21,6% registado no País, sendo que no caso dos concelhos do litoral, bem como naqueles que compõem a NUTE Dão-Lafões, o acréscimo foi muito superior.

Quadro 3 - Emprego e VAB por Sector de Actividade (%), 1998-2002

		Emprego									VAB, 1999		
		Agricultura, Silvicultura e Pescas			Indústria, Construção, Energia e Água			Serviços					
		1998	2001	2002	1998	2001	2002	1998	2001	2002	I	II	III
Região Centro	H/M	26,4	27,0	26,7	32,7	35,8	31,1	40,9	41,7	42,2	5,5	38,1	56,4
	M	15,6	15,4	-	9,2	6,7	-	22,1	21,9	-	-	-	-
País	H/M	13,5	12,6	12,5	31,3	31,3	34,0	50,7	53,0	53,5	4,3	30,0	65,7
	M	6,7	6,4	-	9,4	9,4	-	26,8	28,5	-	-	-	-

Fonte: INE, *Anuário Estatístico da Região Centro*.

Contudo, nos últimos anos, verificaram-se mudanças à escala nacional e internacional que têm vindo a alterar as condições de competitividade da Região Centro. O desaceleramento do Investimento Directo Estrangeiro e do investimento nacional, reforçado pela deslocalização de algumas grandes unidades de produção para outros países (caso dos Países de Leste) e por uma recessão dos mercados externo e interno, tem levado ao aumento do desemprego e a uma contracção da produção, efeitos que se fazem sentir de forma particularmente intensa no encerramento de unidades em concelhos de cariz mais rural da Beira Interior Norte e Sul, Cova da Beira, Pinhal Interior e no Baixo Vouga. Este comportamento recessivo afecta sobretudo as empresas da fileira têxtil, em particular do ramo do vestuário.

A presença de ramos cuja competitividade assenta no baixo custo do trabalho e na disponibilidade de mão-de-obra feminina (caso das confecções), explicam as crescentes taxas de actividade feminina, mas explicam igualmente os baixos níveis de produtividade e os menores ritmos de crescimento do VAB regional e do PIB *per capita* (em 1996 correspondia a 80% da média nacional, em 1998, decresceu para 78% da média nacional). Acresce ainda o facto da Região Centro permanecer como uma das regiões mais pobres da União Europeia, registando um PIB *per capita* de 54% da média europeia (2000), valor que registou um decréscimo relativamente a 1998 onde o PIB *per capita* da Região correspondia a 59% da média europeia (Relatório da Coesão, 2000).

No que diz respeito às **infra-estruturas de apoio à actividade produtiva**, tomemos como exemplo as zonas industriais. Não havendo informação estatística disponível que permita caracterizar a situação de partida da Região e a sua evolução, o investimento efectuado nos últimos anos indica ter havido uma melhoria na valorização e ordenamento das zonas industriais.

Relativamente ao desenvolvimento das telecomunicações, dados recentes mostram o atraso da Região Centro relativamente à média nacional o que, em parte, se explica pelo maior envelhecimento populacional e pelo acentuado despovoamento das regiões do interior onde estas mudanças têm menor expressão. Em 1997, o número de postos telefónicos por 100 habitantes era de 37, valor inferior aos 43/100 habitantes registados em Portugal, enquanto a percentagem de alojamentos ligados a infra-estruturas de alto débito de informação, é praticamente metade da média nacional, apesar das melhorias verificadas entre 1999 e 2002. Em 1999, 26,1% dos alojamentos tinham ligação e, em 2002, esse valor subiu para 28%, encontrando-se muito distante do valor médio nacional registado em 2002, 65% (ANACOM, 2002).

Outros domínios relacionados com a base económica local e regional são o **turismo** e o **sector das produções locais** fortemente relacionadas com a **valorização e promoção territorial**, nomeadamente dos territórios mais rurais do interior da Região.

Nos últimos anos, o sector do turismo registou algumas modificações que importa salientar: do lado da oferta, diminuiu o número de estabelecimentos e a capacidade de alojamento, enquanto do lado da procura, houve um aumento do número de dormidas, superior a 20% no caso das estadias em hotéis. Os motivos e os tipos de estadias têm-se alargado, sendo exemplo o turismo de congressos, onde se têm obtido bons níveis de produtividade associados a uma oferta que tem vindo a aumentar em qualidade.

Quadro 4 - Alguns Indicadores de Turismo na Região Centro

	Região Centro	Portugal	Região Centro	Portugal	Região Centro	Portugal
	1997		2002		1997-2002	
Estabelecimentos	277	1.768	259	1.890	-6,5	6,9
Capacidade de alojamento	20.942	211.315	20.294	239.903	-3,1	13,5
Dormidas						
Hotéis	1.081.264	13.704.128	1.297.618	16.612.845	20,0	21,2
Pensões	404.006	3.090.779	397.832	3.389.015	-1,5	9,6
Outros estabelecimentos	268.300	12.555.376	257.869	14.207.108	-3,9	13,2

Fonte: INE, *Anuário Estatístico da Região Centro*, 1998, 2002.

Ao nível florestal, a alteração do contexto verificada com a devastação total pelo fogo de muitos concelhos do Pinhal interior leva claramente à necessidade de incrementar o tipo de actuação das entidades públicas na floresta, promovendo uma nova forma de ordenamento e exploração florestal.

3. Recursos humanos qualificados e igualdade de oportunidades

Uma característica inerente ao perfil competitivo da base económica regional é o **baixo nível de qualificação da mão-de-obra**, associado aos **reduzidos níveis de escolaridade média**. Embora a taxa de analfabetismo tenha decrescido de 14%, em 1991, para 10,9%, em 2001, os valores permanecem superiores à média nacional. Em 2001/2002, cerca de 64,8% da população com idade compreendida entre os 25 e os 29 anos tem 9 ou menos anos de escolaridade (situação muito semelhante à média nacional, 62%) e só 18,1% tem um nível superior.

Este quadro de qualificações reflecte-se na estrutura do desemprego e num desajuste entre a oferta e a procura de emprego, que aponta para um forte défice de mão-de-obra qualificada.

Em contrapartida, tem-se verificado um aumento dos desempregados com um nível de instrução elevado (licenciatura/mestrado ou doutoramento), evidenciando um claro desajustamento entre a oferta e a procura de emprego, mesmo com níveis de qualificação mais elevados. Uma das explicações para este desajuste prende-se com o lote de formações leccionadas pelas instituições

de ensino superior universitário e politécnico que, nos últimos anos, têm registado uma forte incidência nas humanidades em detrimento da componente técnica.

Quadro 5 - Nível de Escolaridade da População Activa com Idade Compreendida entre os 25 e os 29 anos, 2001

Nível de Ensino	R. Centro		Portugal		UE15
	N.º	%	N.º	%	
Sem nível de ensino	1.272	0,7	8.272	0,7	34,2
Ensino pré-escolar a frequentar					
Ensino básico	59.903	32,1	359.689	30,6	
- 1º Ciclo	13.599	7,3	91.436	7,8	
- 2º Ciclo	29.256	15,7	168.407	14,3	
- 3º Ciclo	17.048	9,1	99.846	8,5	43,5
Ensino secundário	31.758	17,0	227.684	19,4	
Ensino médio					
Ensino superior	33.888	18,1	219.016	18,6	22,3

Fonte: *Inquérito ao Emprego, Relatório da Coesão.*

Observando os dados relativos à taxa de conclusão no ensino básico e secundário verificamos que, além do aproveitamento permanecer baixo, os índices da Região são menos favoráveis que os do país.

Quadro 6 - Taxa de Conclusão, segundo nível de ensino - Ano 2003/2004

Nível de Ensino		R. Centro	Continente	Portugal
Ensino Básico	Regular	87,8	87,5	86,9
	Profissional nível 2	79,5	89,7	84,8
	CEF	56,3	61	63,5
Ensino Secundário	Cursos Gerais	51,9	53,1	52,5
	Cursos Tecnológicos	41,3	45,7	45,3
	Cursos Profissionais de nível 3	62,6	65,5	66,4

Fonte: INE, *Estatísticas da Educação*

Face às recentes mudanças económicas, o acréscimo de desemprego que se verificou a partir de 2002 (de 2001 para 2007, surgiram 13.600 novos desempregados, o que correspondeu a um aumento de 31%) afigura-se preocupante. De realçar, no entanto, que no último ano a tendência inverteu-se, com uma redução de 10% no volume de desempregados inscritos no final de 2007, relativamente ao ano anterior.

Quadro 7 - Evolução do número de desempregados na Região Centro, 1999-2007

Anos	Desempregados Inscritos	Taxa de Variação em Relação ao Ano Anterior (%)
1999	45.526	-
2000	44.999	-1,2
2001	44.161	-1,9
2002	52.410	18,7
2003	62132	18,5
2004	63968	3,0
2005	64667	1,1
2006	64067	-0,9
2007	57.724	-9,9

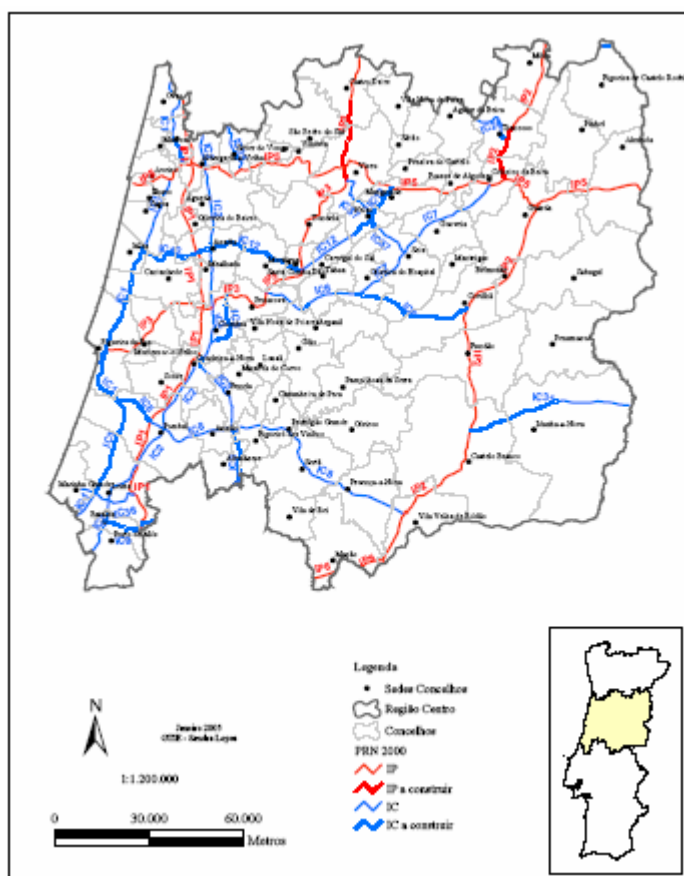
Fonte: Delegação Regional Centro do IIEFP

4. Acessibilidades transportes e provisão de bens públicos

As **acessibilidades e transportes** constituem outro domínio fundamental para a estratégia de desenvolvimento da Região Centro. Há contudo, que separar os níveis nacional e internacional dos níveis regional e local, e a esta escala, o urbano.

Com uma posição chave na articulação do território nacional, a Região Centro e, em particular o litoral, servidos pelo IP1 (ligação a Lisboa e Porto) e a norte pelo IP5 (eixo que faz a ligação a Espanha), assim como pelos principais eixos ferroviários (Linha do Norte e a Linha da Beira Alta que permite a ligação ao exterior), conta ainda com grandes carências neste domínio, apesar das melhorias verificadas nos últimos anos. Em primeiro lugar, refira-se que estão por concluir alguns troços que permitem o “fecho” de algumas redes fundamentais para a estruturação da rede viária da Região (casos do IC8-Proença-a-Nova ao IP2 e IC37-Nelas ao IP5) para além de se terem registado atrasos na construção e na requalificação de troços da rede principal, consequência das alterações na política nacional de acessibilidades (casos do IP5 e IP6, IC1, IC3, IC6 e IC7).

Rede Viária da Região Centro



Outro aspecto que merece particular atenção no domínio das acessibilidades e transportes relaciona-se com o desenvolvimento do sistema urbano e da base económica urbana-regional. A melhoria da acessibilidade e o aumento do transporte individual permitiu o reforço da

mobilidade das populações das aldeias às sedes de concelho mas, também, entre concelhos ou cidades diferentes, contribuindo para a consolidação dos sistemas e dos eixos urbanos regionais.

Em suma, os investimentos realizados neste domínio nos últimos 10 anos evidenciam um significativo desfasamento, entre uma dinâmica de qualificação da rede local, resultante do esforço financeiro das autarquias, e uma incipiente intervenção na rede regional e nacional, o que limita o potencial competitivo da Região e condiciona de modo evidente as estratégias de coesão social e territorial. Esta situação é, em larga medida, produto do expressivo défice de investimento do Fundo de Coesão, à semelhança do que se verificou no domínio do ambiente.

A outro nível surgem as acessibilidades intra-regionais e de nível municipal, onde tem igualmente havido melhorias. Existem no entanto alguns problemas da maior importância para a melhoria da competitividade regional, bem como para a coesão económica e territorial: os promotores evidenciam as carências ao nível das infra-estruturas, como por exemplo, os centros coordenadores de transporte rodoviário, as plataformas inter-modais de mercadorias e nos transportes ferroviários e aéreos.

No sector da **educação**, o nível pré-escolar registou uma melhoria no número de equipamentos, que foi acompanhada por um reforço dos equipamentos de apoio à infância e juventude. Os níveis básico e secundário viram também melhoradas as condições de muitas das instalações existentes.

No domínio da **saúde**, a situação não se alterou significativamente, registando-se pequenos ganhos na renovação da rede de cuidados de saúde primária. Entre as carências mais evidentes contam-se a falta de instalações que prestem cuidados continuados, área particularmente sensível para os idosos e, como tal, com grande impacto nas áreas mais envelhecidas da Região.

No âmbito do **desporto** e **lazer** registaram-se progressos positivos expressos pelo incremento generalizado da oferta de equipamentos para a prática desportiva. Este facto, tributário dos Programas Operacionais anteriores e orientado por um objectivo evidente de aumento da coesão interna e de equidade territorial, gerou, no entanto, um evidente desfasamento na captação de áreas desportivas entre as áreas mais densamente povoadas (litoral e cidades médias) e os concelhos periféricos, que apresentam níveis de oferta por habitante significativamente mais elevados.

5. Ambiente de qualidade

O ambiente, pela sua transversabilidade (serviços prestados à população, como património a preservar e valorizar e ainda pela componente urbana), constitui um dos sectores chave do desenvolvimento da Região Centro. Nos últimos anos, globalmente, têm-se verificado certas mudanças positivas, no entanto insuficientes, face às necessidades de colmatar atrasos estruturais, particularmente no domínio do saneamento básico.

No que diz respeito às infra-estruturas de saneamento básico, nos últimos anos:

- **tem aumentado a percentagem de população com abastecimento domiciliário de água** (em 1997, 89% e em 2003, 96,6%), o que representa uma melhoria significativa do grau de cobertura da rede “em baixa”. Contudo em alguns concelhos persistem situações de atraso, que condicionam fortemente a qualidade de vida da população;

- **registou-se um acréscimo na percentagem de população servida por sistemas de tratamento de águas residuais** (1997, 36%, para 58,7% em 2003) e **por redes de drenagem de águas residuais** (1997, 54% para 70,3% em 2003);

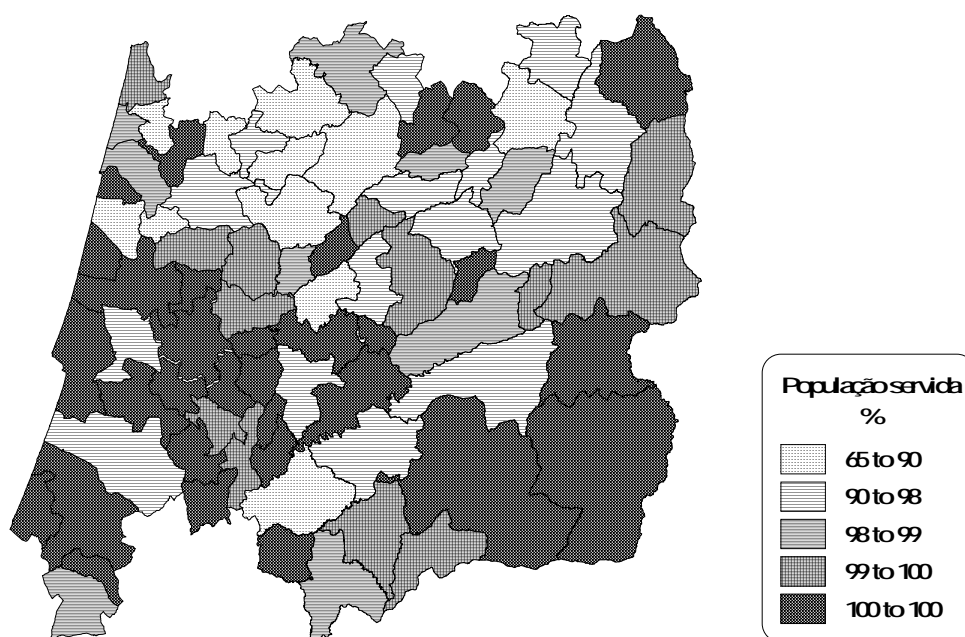
- verificou-se um **salto qualitativo na qualidade do serviço prestado** através da introdução de sistemas de monitorização da qualidade da água fornecida;

- é visível uma **melhoria na percentagem de população servida por sistemas de recolha de resíduos**, após a entrada em funcionamento de um conjunto de infra-estruturas financiadas por Quadros Comunitários anteriores. Os investimentos realizados permitiram o encerramento de várias lixeiras e a entrada em funcionamento de aterros e estações de compostagem.

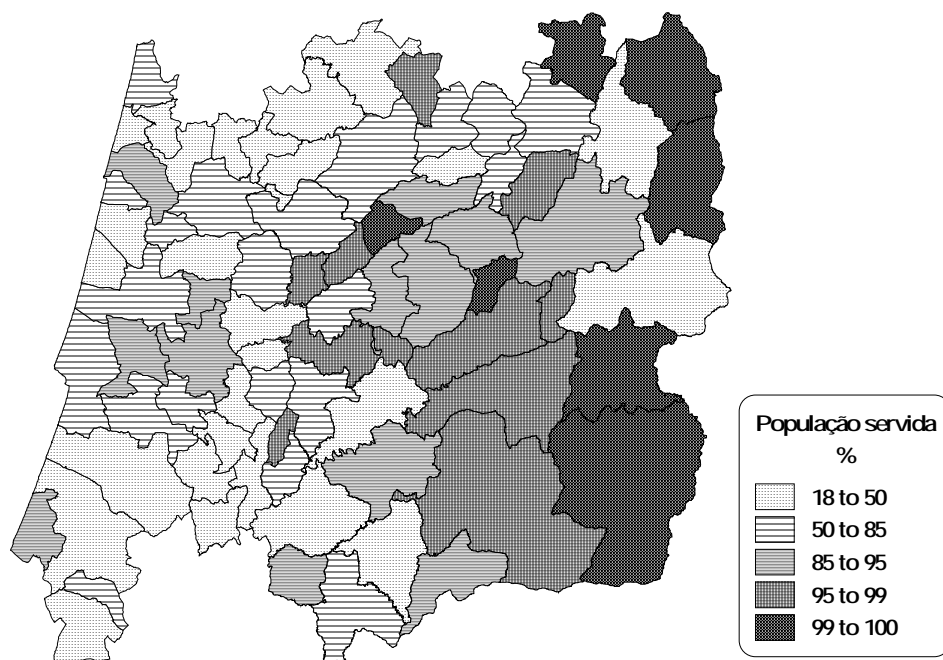
No litoral, alguns troços das bacias hidrográficas do Liz, Mondego e Vouga persistem como áreas críticas de poluição, face à pressão urbana e industrial.

No intuito de reforçar as intervenções no domínio do ambiente vêm sendo desenvolvidos esforços que permitam articular as intervenções das componentes em “alta” e em “baixa” de saneamento básico, sobretudo nos sistemas integrados que se estão a implementar naquelas bacias hidrográficas do litoral.

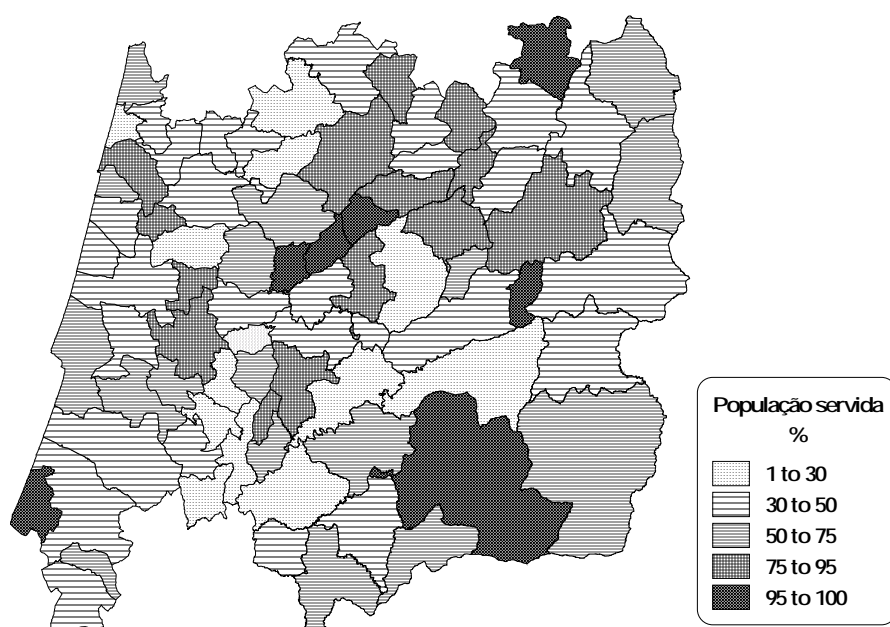
População servida por sistemas de abastecimento de água, 2003



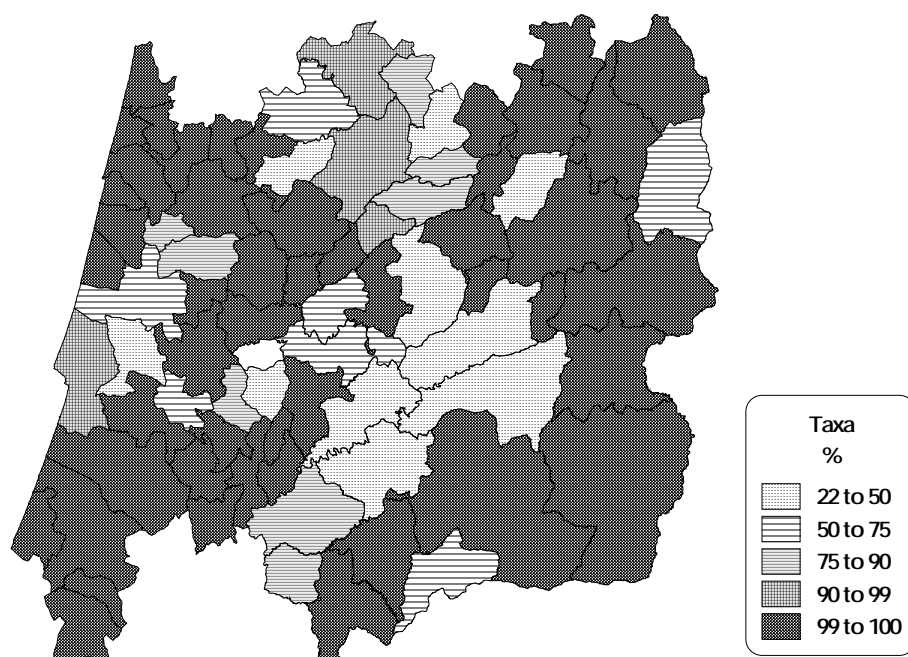
População Servida com Sistemas de Drenagem de Águas Residuais, 2003



População servida por estações de tratamento de águas residuais (ETAR), 2003



Taxa de Tratamento de Águas Residuais, 2003



II

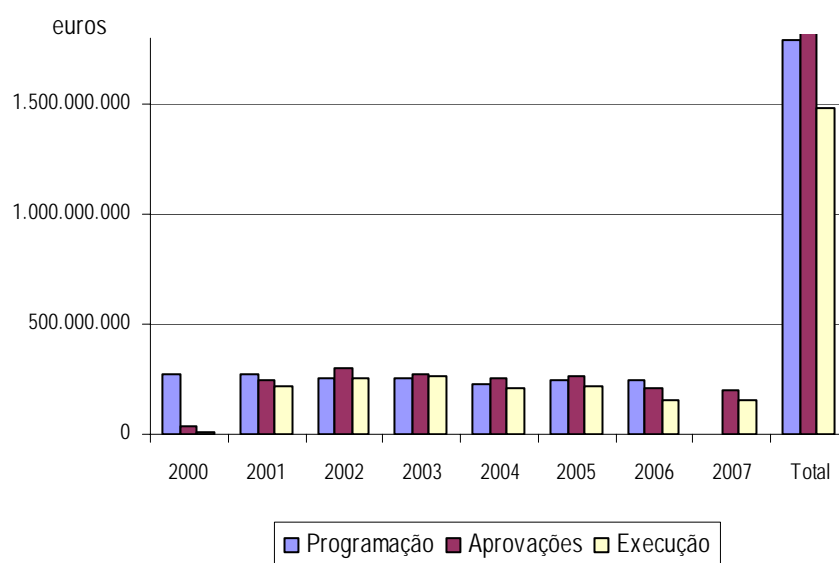
PO Centro: síntese global da execução

1. PO Centro: enquadramento e síntese da execução

No gráfico seguinte sintetiza a evolução do Programa nas suas três variáveis financeiras principais, durante os oito anos de vigência do Programa.

No seu conjunto, o Programa atingiu no final de 2007 uma taxa de aprovação em termos de despesa pública e de Fundos, de 106% e 102,6% , respectivamente .

Programação, Aprovação e Execução



No decurso de 2007 o valor da execução foi idêntico ao de 2006, abaixo do executado em anos anteriores.

Apesar da baixa de execução registada a partir de 2006, a taxa de aprovação e de execução até final de 2007 apresenta valores razoáveis: a execução é de 82,8% relativamente ao programado e de 80,7% se tivermos em linha de conta o valor total aprovado.

Importa referir que estas duas últimas taxas são consideravelmente distintas consoante os diferentes fundos:

No caso do FSE essas taxas são de 90,8% e 85,10%, sendo o Fundo com a situação mais confortável para possibilitar o encerramento do Programa sem grandes problemas;

No caso de FEDER essas taxas assumem os valores de 82,9 e 80,7%, sendo necessário um grande esforço para conseguir absorver os montantes ainda não executados;

No caso do IFOP, Fundo com uma expressão reduzida, as taxas ligeiramente mais baixas do que no caso anterior indicam a necessidade de uma atenção na Medida correspondente;

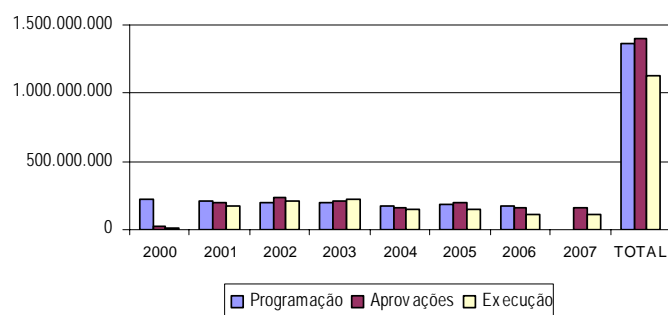
No caso do FEOGA, a execução a partir de 2005 baixou significativamente e não tem permitido o cumprimento das metas anuais mínimas. No final de 2007 a execução estava nos 72,8% do Fundo programado, valor esse que já conta com a quebra decorrente do não cumprimento da regra n+2 em 2006.

Unidade: euros

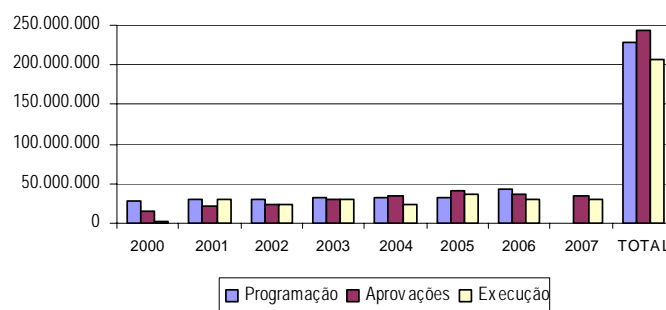
Fundo	Programado	Aprovado	Executado	% Ap.	%E/A	%E/P
FEDER	1.362.255.367	1.400.573.739	1.129.395.172	102,81	80,64	82,91
FSE	227.911.705	243.070.602	206.851.101	106,65	85,10	90,76
FEOGA	194.732.717	187.592.444	141.722.363	96,33	75,55	72,78
IFOP	1.537.000	1.756.664	1.245.767	114,29	70,92	81,05
TOTAL	1.786.436.789	1.832.993.449	1.479.214.403	102,61	80,70	82,80

Para uma apreciação mais detalhada desta situação, apresentam-se os gráficos que traduzem a evolução total verificada ao nível do Programa e de cada um dos Fundos.

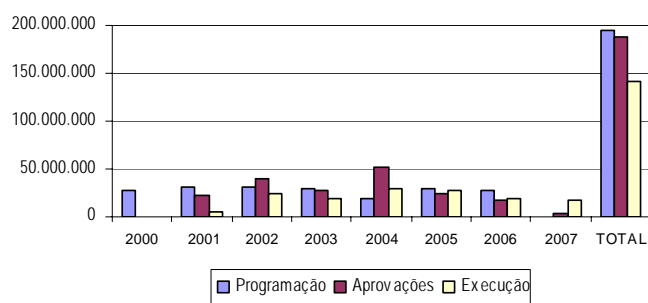
FEDER



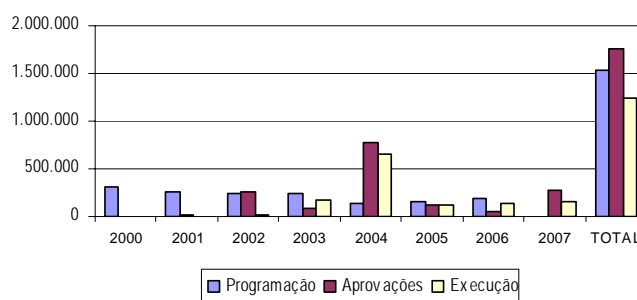
FSE



FEOGA



IFOP



Para estes níveis de aprovação e de execução concorrem, em grande parte, as medidas do Eixo I, quer ao nível das aprovações quer ao nível da execução (103,9% e 92% do valor total do fundo programado, respectivamente).

Numa situação intermédia encontra-se o Eixo III e numa mais desfavorável o Eixo II.

O comportamento do Eixo II e III terá que melhorar significativamente no próximo ano, de forma a absorver os valores programados. No caso do FEOGA, como será referido posteriormente, não foi possível executar em 2007 o valor mínimo que permitisse não reduzir a dotação deste Fundo.

PO Centro: síntese da execução por Medida (31.12.2007)

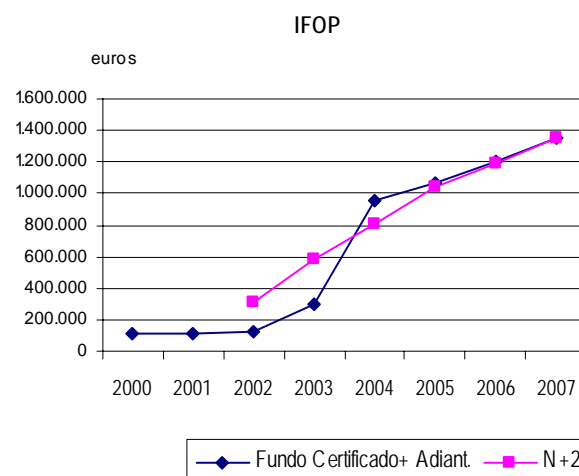
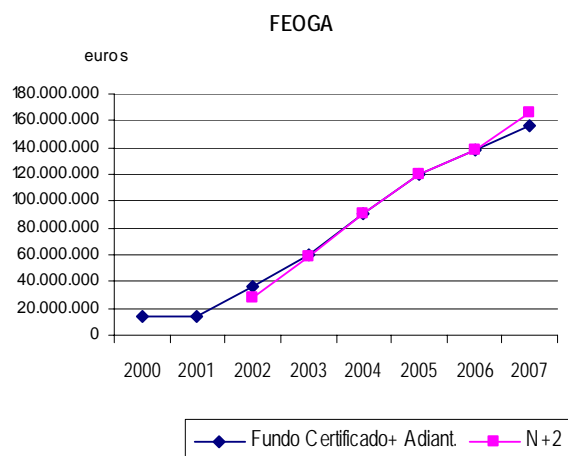
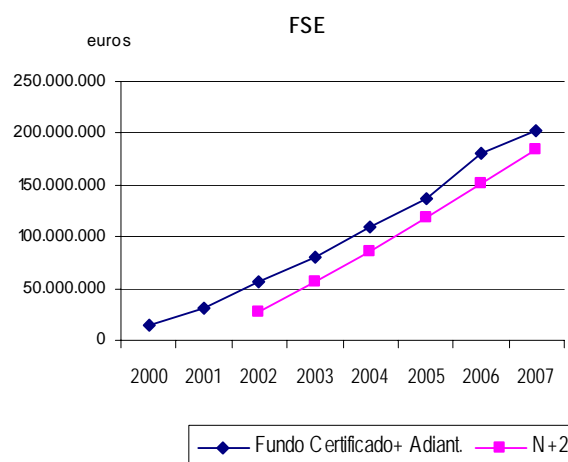
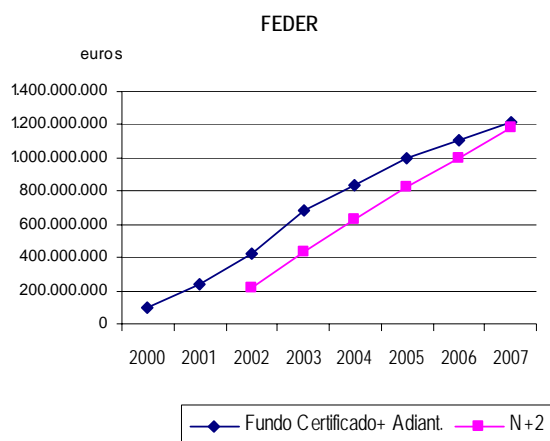
Unidade: euros

Medidas	Total Fundo			%		
	Programado	Aprovado	Executado	A/P.	E./P.	E./ A .
PO TOTAL	1.786.436.789	1.832.993.449	1.479.214.403	102,6	82,8	80,7
EIXO 1	596.171.851	619.317.605	548.420.436	103,9	92,0	88,6
1.1- Equipamento e infra-estruturas locais	198.168.635	218.608.995	188.568.251	110,3	95,2	86,3
1.2 - Ambiente e recursos naturais	121.651.648	121.404.366	118.140.937	99,8	97,1	97,3
1.3 - Acessibilidades	87.588.911	86.893.019	83.099.557	99,2	94,9	95,6
1.4 - Qualif. dos a. urb.e das est.de povoamento	49.562.908	48.452.026	44.213.915	97,8	89,2	91,3
1.5 - Apoio às act. ec., act. de des. territorial e apoio à eficácia das p. públicas	26.675.448	22.443.062	17.629.250	84,1	66,1	78,6
1.6 - Desenvolvimento dos recursos humanos	22.982.184	31.113.803	17.888.906	135,4	77,8	57,5
1.7 - Acções Específicas de Valorização Territorial	53.922.973	54.178.976	49.825.902	100,5	92,4	92,0
1.8 - Bonif. de Juros em L. de Crédito ao Inv. Autárq.	4.619.144	3.827.940	1.866.418	82,9	40,4	48,8
1.9 - Saneamento Básico	31.000.000	32.395.418	27.187.300	104,5	87,7	83,9
EIXO 2	205.379.943	205.546.412	154.424.355	100,1	75,2	75,1
2.1 - A. Int. p/ a Qual. e C. das Cidades - C. Territorial	62.104.647	59.818.237	44.087.035	96,3	71,0	73,7
2.2 - A. Int. p/ a Qualif. e C. das Cidades - C. Empreg.	0					
2.3 - Acções Inovadoras de Dinamização das Aldeias	17.675.724	18.663.231	16.273.193	105,6	92,1	87,2
2.4 - Acção Integrada "Turismo e Pat.no Vale do Côa"	44.185.001	44.938.241	31.731.163	101,7	71,8	70,6
2.5 - Acção Integrada de Base T.da Serra da Estrela	22.092.600	22.636.670	20.394.318	102,5	92,3	90,1
2.6 - Acção I. de Base T. do Pinhal Interior (FEDER)	18.254.651	17.957.010	15.221.884	98,4	83,4	84,8
2.7 - Acção I. de Base T. do Pinhal Interior (FEOGA)	25.339.937	25.548.441	15.370.202	100,8	60,7	60,2
2.8 - Des. rec. humanos e prom. da coesão social	15.727.383	15.984.582	11.346.559	101,6	72,1	71,0
EIXO 3	984.884.995	1.008.129.433	776.369.613	102,4	78,8	77,0
3.1 -Educação- Infr. da e. pré-escolar e dos e. b. e sec.	81.567.997	80.900.247	72.585.654	99,2	89,0	89,7
3.2 - Educação - Ensino profissional	66.127.063	65.459.201	65.321.352	99,0	98,8	99,8
3.3 - Promoção da Empreg. e do Emprego a Nível Local	118.161.867	125.835.151	109.835.247	106,5	93,0	87,3
3.4 - Apoio ao Invest. no Desenvolvimento Local	11.233.225	11.274.586	11.274.583	100,4	100,4	100,0
3.5 -Ciência, Tecnologia e Inovação	9.692.636	8.606.873	2.281.906	88,8	23,5	26,5
3.6 - Sociedade da Informação	22.783.000	22.979.272	7.335.138	100,9	32,2	31,9
3.7 - S. da Informação: criar comp. p/ o des. de P. D.	2.676.000	2.499.627	665.344	93,4	24,9	26,6
3.8 -Saúde: Impl. dos S. Locais de Saúde (SLS)	61.417.000	59.072.501	46.009.323	96,2	74,9	77,9
3.9 - Cultura	7.411.192	7.561.995	6.647.120	102,0	89,7	87,9
3.10 - Desporto: Des. de Equip. Desportivos	35.749.998	35.830.509	31.510.271	100,2	88,1	87,9
3.11 - Economia	117.286.337	130.704.264	84.699.296	111,4	72,2	64,8
3.12 - Acessibilidades e Transportes	216.944.990	230.207.953	162.359.188	106,1	74,8	70,5
3.13 - Ambiente	40.909.351	41.460.133	30.392.363	101,3	74,3	73,3
3.14 - Agricultura e Desenvolvimento Rural	165.767.780	158.572.387	123.411.002	95,7	74,4	77,8
3.15 - Pescas- Infra-estruturas de Portos	9.077.473	10.029.840	8.204.888	110,5	90,4	81,8
3.16 - Pescas: Equipamentos de Transformação	1.537.000	1.756.664	1.245.767	114,3	81,1	70,9
3.17 - Assistência Técnica FEDER	10.679.878	9.728.376	7.856.318	91,1	73,6	80,8
3.18- Assistência Técnica FSE	2.237.208	2.178.236	1.793.693	97,4	80,2	82,3
3.19 - Assistência Técnica FEOGA	3.625.000	3.471.616	2.941.158	95,8	81,1	84,7

Como se documenta nas figuras que evidenciam a evolução verificada, o Programa apresenta níveis de execução que permitiram o cumprimento da regra n+2, no que respeita ao FEDER e FSE e IFOP.

Nestes casos, o valor mínimo a atingir em final de 2007, assinalado em cada um dos respectivos gráficos, foi ultrapassado. No caso do FSE com a certificação ocorrida em Janeiro de 2008, foi praticamente atingido os 95% do valor programado em Fundo certificado e adiantamento. Depois da elevada recuperação ocorrida no IFOP, que passou de uma situação de execução muito baixa no final de 2003 para uma situação confortável no final de 2004, no ano de 2006 e 2007 a despesa certificada ficou pelos mínimos necessários para o cumprimento da regra n+2.

No que respeita ao FEOGA com a quebra de execução ocorrida a partir do ano de 2006 não foi possível garantir o cumprimento da regra n+2. A justificação para esta baixa execução será apresentada em cada um dos Eixos com dotação deste Fundo, Eixo II e Eixo III do Programa.



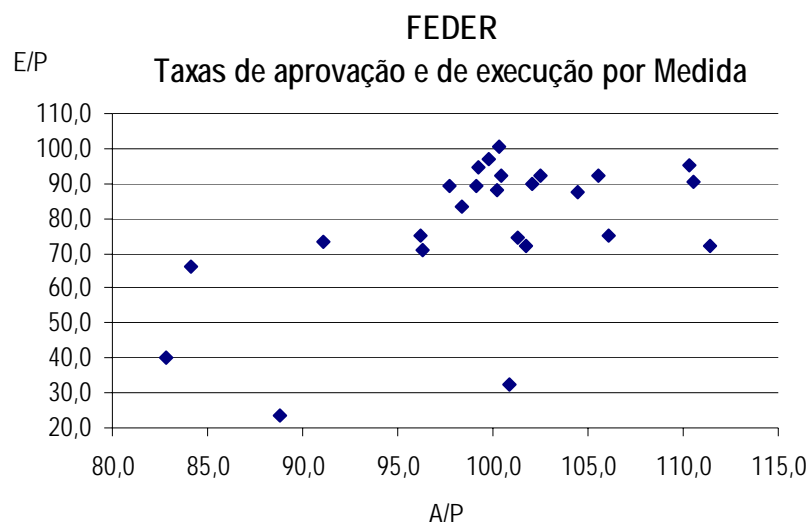
Em termos conclusivos poder-se-ão identificar as seguintes áreas que merecem uma atenção especial em 2008:

No caso do FEDER a execução global do programa vai depender do comportamento dos Eixos II e III, especialmente deste último (onde faltam executar 153 milhões de euros de Fundo, 66% do total FEDER por executar).

O Eixo I, onde a taxa de execução FEDER é de 92,5%, poderá vir a ter uma execução para além da sua dotação em mais 2%, 11,46 milhões de euros FEDER, valor limitado pelas regras de encerramento dos Programas do QCA III.

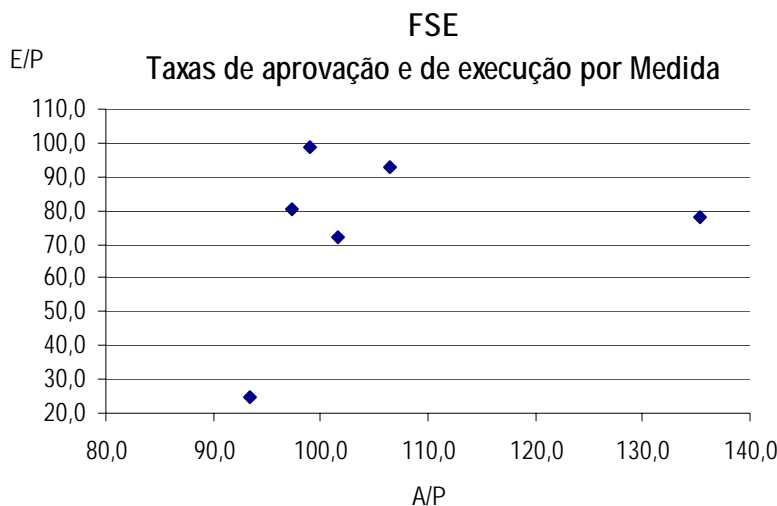
No Eixo II a execução dependerá, essencialmente, da boa execução das medidas 2.1 e 2.4, e assegurar o mesmo nível de desempenho do ano de 2007 nas restantes medidas como forma a que seja garantido o cumprimento das metas programadas. Importa, ainda, concluir o processo de decisão de projectos com parecer favorável em Unidade de Gestão ou mesmo aprovar novos projectos que ainda possam ter execução neste Quadro, criando um maior nível de segurança para executar a dotação do Eixo.

No Eixo III o valor FEDER por executar centra-se, em 72%, nas medidas da Economia, Acessibilidades, Sociedade da Informação e Ciência e Tecnologia. No caso das últimas duas medidas a execução depende em muito do comportamento de 5 projectos, aprovados no final de 2006 ou mesmo durante 2007. Na medida da Economia estão aprovados projectos para além da sua dotação, mas os riscos de não execução integral da sua dotação são elevados. O mesmo se passa com a medida 3.12, pese embora o facto de, já durante o ano de 2008, se ter alterado o tipo de projectos da Medida no sentido de acolher projectos de municípios.

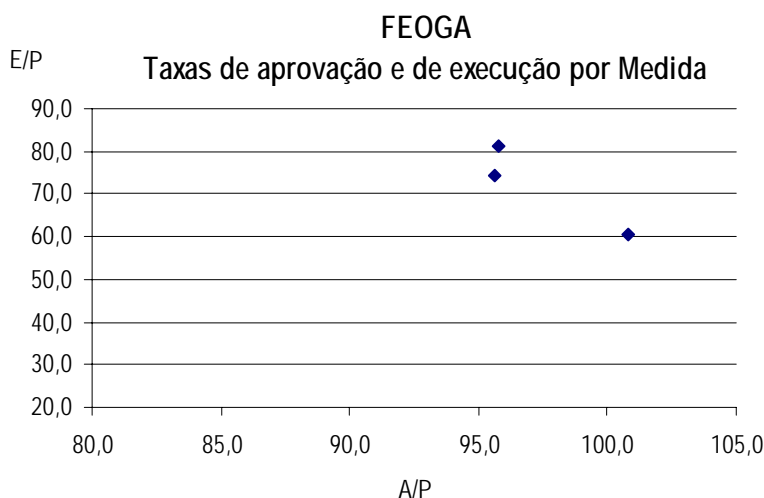


No caso do FSE, com um bom nível de absorção, 91% da sua dotação, é o Eixo II, que apresenta um pior desempenho. No total faltam executar 21 milhões de euros, sendo que o Eixo II não tem perspectivas de utilizar toda a dotação. No entanto o Eixo III tem um elevado nível de aprovações pelo que poderá absorver, em mais 2% da sua dotação, as verbas que não sejam utilizadas nos outros eixos.

De facto, neste Eixo, a Medida 3.3 – Emprego e Empregabilidade ao nível Local têm um nível de aprovações que excede em 7.7 milhões de euros a sua dotação, o que permitirá absorver para além dos 2% a mais do Eixo, as verbas não utilizadas noutras medidas do Eixo III.



No FEOGA tem um nível de aprovações relativamente baixo para fazer face às quebras na fase de execução, quebras decorrentes de encerramentos abaixo do aprovado e da verificação da elegibilidade de despesas. De facto, mesmo excluindo o montante FEOGA da anulação automática na dotação de 2005, 10,6 milhões de euros, a taxa de aprovação é da ordem dos 102%, baixa para as quebras que ocorrem na tipologia de projectos deste fundo. Tendo presente esta situação, o facto de estarem por executar 42,4 milhões de euros FEOGA e da execução dos últimos dois anos ter sido em média de 18 milhões, não será expectável a utilização integral desse valor disponível. Embora a execução da Medida Agricultura, seja superior à do Eixo II, AIBT do Pinhal, a dificuldade de atingir os valores disponíveis é comum, pelo que a flexibilidade de execução de 2% entre Eixos não é relevante.



No IFOP pese embora as dificuldades sentidas na execução espera-se absorver a dotação da medida.

2. Transferências da Comissão Europeia e pagamentos aos beneficiários

Os fluxos financeiros com a Comissão Europeia, que se encontram expressos no Anexo II, permitem constatar que as transferências para o Estado Membro por via do PO Centro e os créditos por satisfazer eram, no final de 2007, os seguintes:

Unidade: Mil Euros

Fundo	Créditos	Pagamentos CE	Por satisfazer
FEDER	1.213.616,5	1.143.293,7	70.322,7
FSE	202.617,6	202.599,8	17,9
FEOGA	156.110,3	144.309,2	11.801,1
IFOP	1.352,4	1.176,9	175,5
Total	1.573.696,7	1.491.379,6	82.317,2

As verbas remetidas para a Autoridade de Gestão foram utilizados no reembolso aos beneficiários finais e na transferência para as entidades pagadoras, cujos montantes totalizaram:

Unidade: Euros

Fundo	Transferências das Autoridades de Pagamento	Pagamentos aos Beneficiários e transferências para as Entidades Pagadoras			
		Eixo I	Eixo II	Eixo III	Total
FEDER	1.146.962.876	534.502.989	130.255.775	481.786.884	1.146.545.649
FSE (*)	196.998.898	17.328.442	11.266.626	164.749.772	193.344.840
FEOGA (**)	144.334.904				138.117.346
IFOP	1.176.884			1.176.884	1.176.884
Total	1.489.473.561	551.831.431	141.522.402	647.713.540	1.479.184.718

(*) - Inclui juros no valor de 98.735,49 euros

(**) - Inclui juros no valor de 25.740,51 euros

Os pagamentos, no caso de projectos com comparticipação do FEDER, correspondem a reembolso de despesa efectuada e paga ou a adiantamentos de despesas efectuadas, mas ainda não liquidados pelos beneficiários finais, nos termos da legislação em vigor. No caso dos projectos com comparticipação do FSE e do FEOGA, foram efectuados adiantamentos, de acordo com a legislação e contratos celebrados com os beneficiários.

3. Domínios de intervenção: aprovações e execução

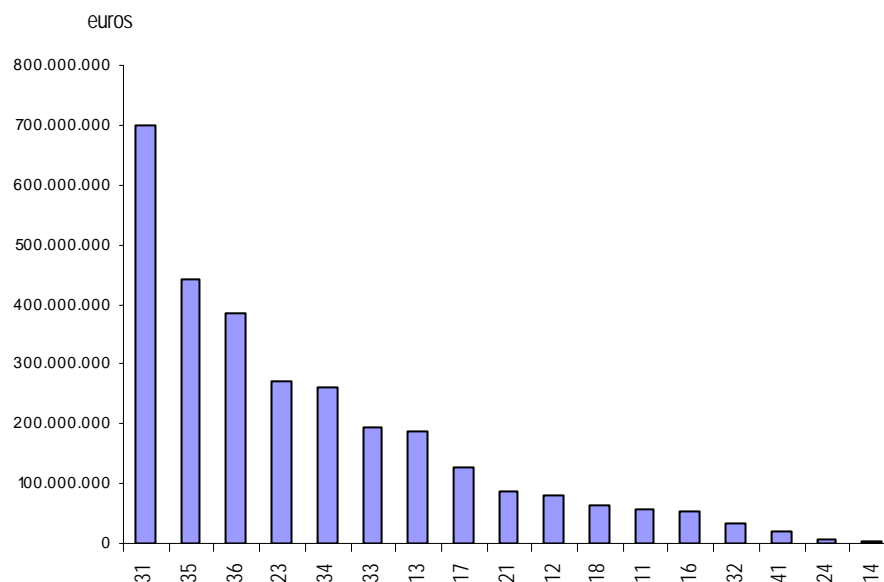
Uma breve análise da ventilação de todos os projectos apoiados até final de 2007 por domínios de intervenção permite-nos concluir que estas se concentram em oito principais sectores, representando 86% do investimento total.

Domínios	Unidade: %			
	Aprovações		Execução 2000-2007	
	Despesa Pública	Fundos Estruturais	Despesa Pública	Fundos Estruturais
11- Agricultura	1,9	2,2	2,2	2,5
12- Silvicultura	2,7	2,8	2,0	2,1
13 - Promoção da adaptação e do desenvolvimento das zonas rurais	6,3	7,3	6,3	7,2
14 - Pescas	0,1	0,1	0,1	0,1
16- Ajudas às PME e ao artesanato	1,8	1,9	1,7	1,8
17- Turismo	4,2	4,7	3,6	3,9
18 - Investg., desenv. e inovação tecn. (IDTI)	2,2	2,0	1,1	1,0
21 - Políticas activas do mercado de trabalho	2,9	3,0	3,6	3,6
23 - Des. da educação e da formação p. não ligada a um sector específico	9,1	9,2	9,5	9,4
24 - Adap., espírito de empresa e inovação, n. tec. da inf e da com.	0,2	0,2	0,1	0,1
31 - Infra-estruturas de transportes	23,5	22,3	22,8	22,2
32- Infra-estruturas de telecomunicações e s. da informação	1,1	1,3	0,5	0,5
33 - Infra-estruturas no domínio das energias	6,5	4,2	6,9	4,4
34 - Infra-estruturas ambientais	8,8	9,5	9,9	10,7
35 - Ordenamento e requalificação	14,9	15,9	15,1	16,1
36 - Infraestruturas sociais e da saúde	13,0	12,7	14,0	13,4
41 - Assistência Técnica	0,7	0,8	0,7	0,9
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

A sua leitura permite-nos destacar:

- que as infra-estruturas básicas, ao nível dos transportes (23,5% do investimento total apoiado pelo programa) e do ambiente (8,8%) predominam, evidenciando os défices estruturais que subsistem nestes domínios na Região Centro;
- os equipamentos sociais, culturais e desportivos, enquadrados no domínio das infra-estruturas sociais e da saúde (13,0%), que, associados às intervenções no domínio do ordenamento e requalificação urbana (14,9%), são responsáveis pela melhoria da qualidade de vida e do ambiente urbano;
- a importância pesada e estruturante que tem os projectos no domínio das energias (6,5%);
- a importância das políticas activas do mercado de trabalho (2,9%) e da educação e da formação (9,1%);
- o número relativamente importante que têm os projectos de promoção da adaptação e do desenvolvimento das zonas rurais (6,3%) e de apoio à silvicultura (2,7%) .

PO Centro: despesa pública aprovada por domínio de intervenção



31 - Infra-estruturas de transportes	17- Turismo
35 - Ordenamento e requalificação	11- Agricultura
36 - Infraestruturas sociais e da saúde	16- Ajudas às PME e ao artesanato
34 - Infra-estruturas ambientais	18 - Investg., desenv. e inovação tecn (IDTI)
23 - Des. da educação e da formação p. não ligada a um sector específico	41 - Assistência Técnica
33 - Infra-estruturas no domínio das energias	32- Infraes-estruturas de telecomunicações e s. da informação
13 - Promoção da adaptação e do desenvolvimento das zonas rurais	14 - Pescas
21 - Políticas activas do mercado de trabalho	24 - Adap., espírito de empresa e inovação, n. tec. da inf e da com.
12- Silvicultura	

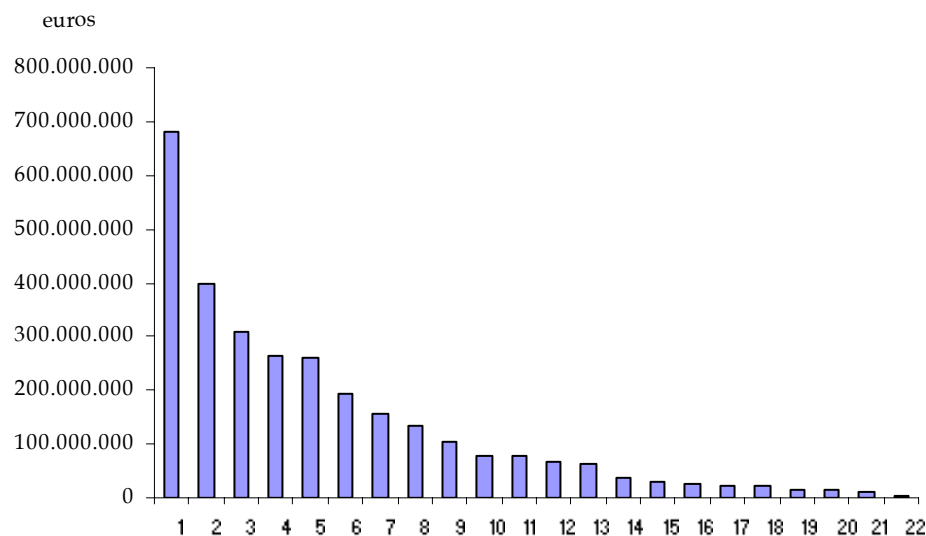
4. Sectores apoiados: aprovações e respectiva execução

O quadro que passamos a apresentar destaca os projectos que foram apoiados segundo o respectivo sector reproduzindo, de alguma forma, as conclusões do ponto anterior, destacando-se os transportes (22,9%), o ambiente (10,4%), agricultura (8,9%), formação e o emprego (13,4) revitalização urbana (8,8%) e a energia (6,5%).

Unidade: euros

Sector	Aprovações				Execução (2000-2007)		
	Nº Proj.	D. Pública	%	Fundo	D. Pública	%	Fundo
AGRICULTURA	10.882	264.576.076	8,9	184.739.910	198.308.504	8,3	139.279.072
AMBIENTE - Abast. de Água	112	48.404.584	1,6	33.462.216	45.391.362	1,9	31.625.944
AMBIENTE- Águas Residuais	333	199.163.741	6,7	130.831.966	177.554.855	7,4	117.879.848
AMBIENTE - Protecção Amb.	187	43.381.195	1,5	30.775.687	32.180.181	1,3	23.341.022
AMBIENTE - Resíduos Sólidos	13	11.389.582	0,4	8.146.083	11.389.582	0,5	8.146.083
AMBIENTE - Outros	13	5.739.251	0,2	4.181.160	537.347	0,0	335.613
Total Ambiente	658	308.078.354	10,4	207.397.113	0	0,0	181.328.510
APOIO AO DES. REGIONAL	151	66.055.930	2,2	42.940.043	53.775.570	2,3	35.389.981
ASSISTÊNCIA TÉCNICA	76	20.846.149	0,7	15.378.228	17.075.851	0,7	12.591.170
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	10	14.364.333	0,5	8.620.426	4.193.320	0,2	2.295.458
COMÉRCIO	10	21.923.577	0,7	9.203.239	16.495.424	0,7	7.104.146
CULTURA	132	105.160.093	3,5	68.746.558	80.010.709	3,4	52.460.636
DESPORTO	83	157.931.636	5,3	69.486.027	141.819.764	5,9	61.221.199
RECREIO E LAZER	35	25.960.789	0,9	16.503.410	24.210.807	1,0	15.440.219
EDUCAÇÃO	245	133.312.837	4,5	95.698.928	120.008.112	5,0	86.436.460
INTEGRAÇÃO SOCIAL	8	2.519.310	0,1	1.647.706	2.347.092	0,1	1.535.765
ENERGIA	25	192.676.951	6,5	76.254.872	165.298.882	6,9	65.486.941
F. PROF. E EMPREGO	2.609	396.774.830	13,4	249.667.324	347.110.893	14,5	215.666.647
INDÚSTRIA	52	76.740.969	2,6	42.549.220	43.247.156	1,8	23.740.054
PESCAS	32	15.694.974	0,5	11.786.504	12.483.520	0,5	9.450.656
QUAL. DA AD. PÚBLICA	3	4.208.973	0,1	3.080.315	3.860.291	0,2	2.846.805
REVITALIZAÇÃO URBANA	485	261.549.835	8,8	179.408.901	217.081.001	9,1	149.670.430
SAÚDE	53	79.378.732	2,7	59.228.064	61.857.060	2,6	46.164.886
SOC.DE INFORMAÇÃO	86	35.467.872	1,2	24.529.412	10.826.177	0,5	7.284.504
TRANSPORTES - Ferrov.	177	417.718.537	14,1	217.653.131	295.544.079	12,4	156.531.226
TRANSPORTES - Portuários	4	19.625.864	0,7	10.014.439	9.604.836	0,4	4.809.389
TRANSPORTES - rodovia	399	242.882.324	8,2	165.678.424	222.883.303	9,3	153.366.773
TRANSPORTES - outros	1	306.880	0,0	214.816	306.880	0,0	214.816
Total Transportes	581	680.533.605	22,9	393.560.810	528.339.099	22,1	314.922.204
TURISMO	178	62.202.212	2,1	44.079.574	38.254.230	1,6	26.663.303
PATRIMÓNIO HISTÓRICO/ CULTURAL	61	28.280.194	1,0	19.739.093	25.722.650	1,1	17.871.779
OUTROS	191	12.662.216	0,4	8.747.771	6.320.222	0,3	4.363.577
TOTAL	16.646	2.966.900.443	100,0	1.832.993.449	2.385.699.663	100,0	1.479.214.404

Esta análise evidencia a importância significativa que as infra-estruturas básicas (ambiente, transportes e energia) e os equipamentos educativos, desportivos e culturais ainda têm no esforço de investimento público.

PO Centro: despesa pública aprovada por sector

SECTOR	
1 TRANSPORTES	10 SAÚDE
2 F. PROF. E EMPREGO	11 INDÚSTRIA
3 AMBIENTE	12 APOIO AO DES. REGIONAL
4 AGRICULTURA	13 TURISMO
5 REVITALIZAÇÃO URBANA	14 SOC.DE INFORMAÇÃO
6 ENERGIA	15 PATRIMÓNIO HISTÓRICO/ CULTURAL
7 DESPORTO	16 RECREIO E LAZER
8 EDUCAÇÃO	17 COMÉRCIO
9 CULTURA	18 ASSISTÊNCIA TÉCNICA

5. Indicadores de acompanhamento

Nos quadros do anexo IV é apresentada a situação dos principais indicadores de realização física, com a indicação da quantidade realizada no final do ano.

Na maioria das medidas as metas previstas foram atingidas em mais de 80% da meta 2007 (cerca de 72% dos indicadores de execução e de resultado).

Eixo	Nº de Indicadores			
	De realização física		De resultado	
	Total	Execução de acordo com a meta(*)	Total	Execução de acordo com a meta(*)
Eixo I	28	26	4	4
Eixo II	45	31	2	2
Eixo III	86	54	12	11
Total	159	111	18	17

(*) Execução em mais de 80% da meta extrapolada para 2007

6. Grandes projectos

Dos projectos previstos com um investimento elegível superior a 50 milhões de Euros, um na Medida de Acessibilidades e Transportes e outro na Medida Economia, foi aprovado o desta última “Armazenagem Subterrânea de Gás Natural”. Trata-se de um projecto que se integra no projecto global da Rede Portuguesa de Transporte de Gás Natural em alta Pressão e constituirá um pilar de apoio ao sistema, quer do ponto de vista operacional, quer do ponto de vista da segurança de aprovisionamento do mercado.

O projecto localiza-se na Mata do Carriço, no concelho de Pombal, e é constituído por cavernas executadas no “Domus Salino” a profundidades compreendidas entre os 1000 e 1200 m. A capacidade de armazenagem de gás natural prevista inicialmente é da ordem dos $140 \cdot 10^6 \text{ m}^3$

De acordo com os artigos 25º e 26º do capítulo V do regulamento (CE) nº 1260/1999 do Conselho, de 21 de Julho, o seu financiamento é condicionado ao resultado da notificação à Comissão Europeia, notificação essa efectuada no início do ano 2001 e concluída em Julho de 2001, através da Decisão da Comissão C(2001) 2011, de 27 de Julho.

A Trangás - Sociedade Portuguesa de Gás Natural, S.A., beneficiária inicial do projecto, transmitiu à REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A., ao seus activos, direitos e obrigações, relativos ao armazenamento subterrâneo e às instalações de superfície que integram a estação de gás, a estação de gasoduto e a estação de lixiviação.

A despesa validada até finais de 2007, no valor de 79.613 mil euros representa 92,6% do seu custo elegível. A sua execução segue o seu cronograma financeiro.

O projecto previa 4 cavidades com volume de, cerca de 1,2 milhões de m^3 geométricos, com capacidade de armazenagem de 140 milhões de m^3 de gás natural. No final de 2005 encontrava-se concluídas 3 cavidades com 1,131 milhões de m^3 geométricos a que correspondem uma capacidade de 150 milhões de m^3 de gás natural. Com a conclusão da quarta cavidade (550 mil m^3 geométricos previstos), durante o ano de 2008, a capacidade de armazenagem inicialmente prevista será ultrapassada.

III

Eixo Prioritário I **Apoio ao Investimento de Interesse** **Municipal e Intermunicipal**

1. Eixo I – Enquadramento e síntese da Execução

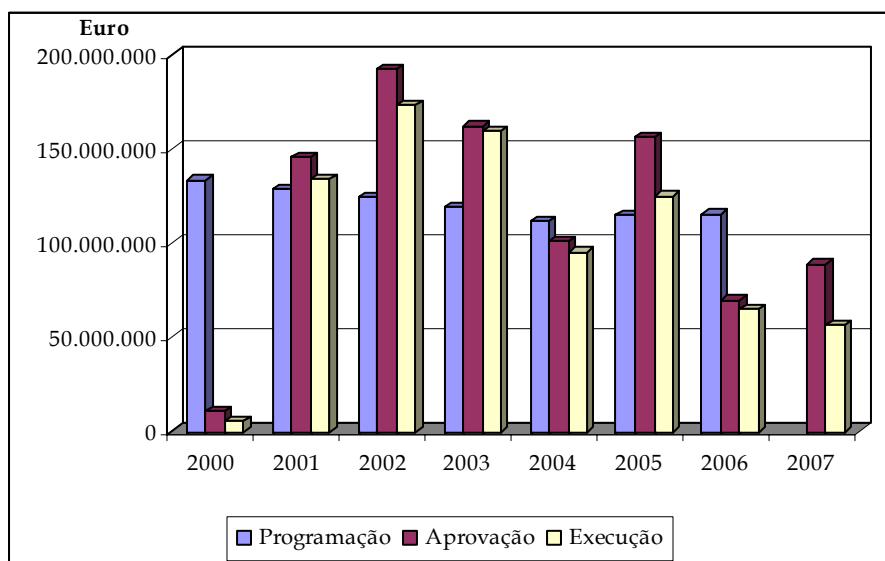
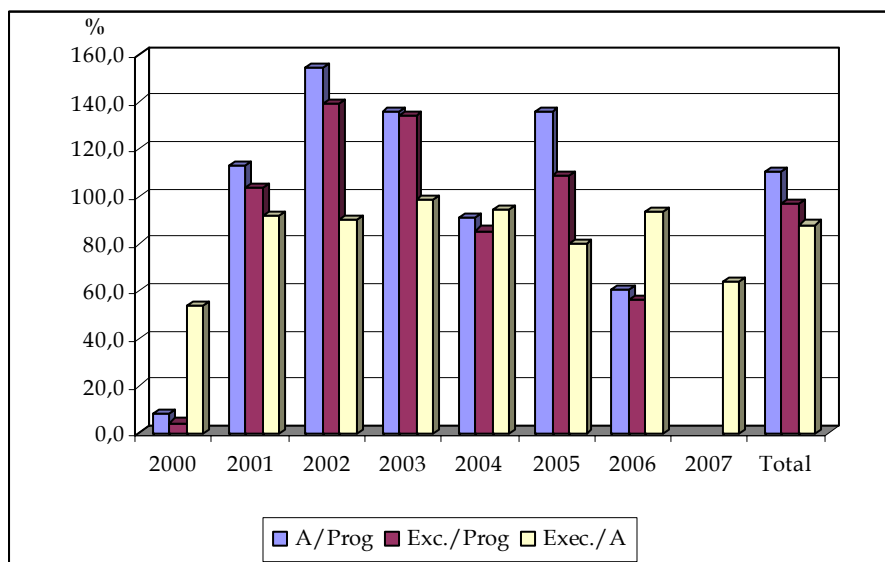
Síntese global da execução

O quadro que sintetiza a execução global do Eixo I ressalta que, até final de 2007, as candidaturas aprovadas totalizam 932,8 Milhões de Euros, predominando as apoiadas nas medidas enquadradas pelo Feder. Os montantes de despesa pública relativos à programação, aprovações e execução, alcançados em final de 2007, permitem concluir que, em termos globais, já foram executados 96.9% do programado (92% em termos de fundo).

Eixo I – Síntese da programação, aprovações e execução

Unidade: Euros

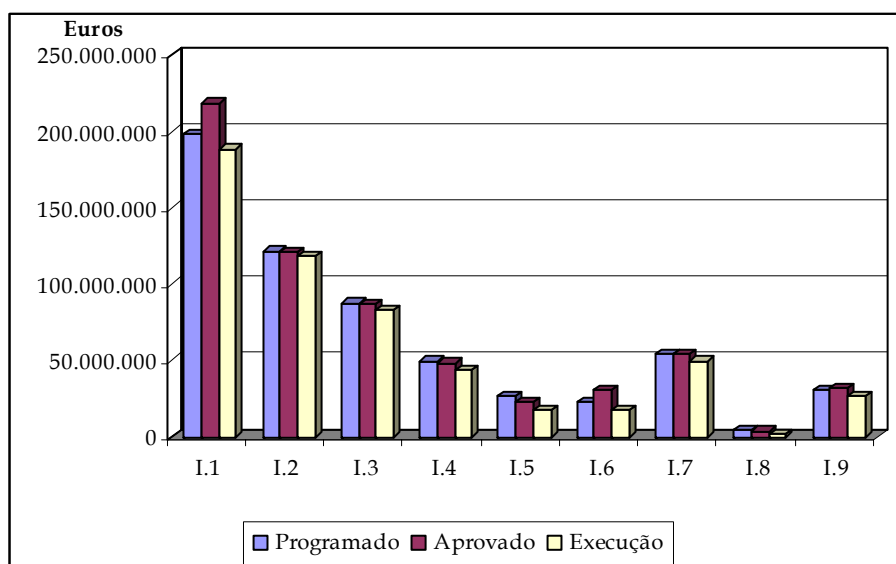
Ano	Fundo	Programação		Aprovações		Execução		Taxas (%) Despesa Pública		
		D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	A/Prog	Exc./Prog	Exec./A
2000	FEDER	124.619.521	87.080.288	10.717.321	7.604.789	5.929.495	4.189.243	8,6	4,8	55,3
	FSE	8.625.695	6.469.288	264.064	198.048			3,1	0,0	0,0
	Total	133.245.216	93.549.576	10.981.385	7.802.837	5.929.495	4.189.243	8,2	4,5	54,0
2001	FEDER	120.406.782	84.130.204	144.021.219	103.100.274	133.395.753	95.132.792	119,6	110,8	92,6
	FSE	8.335.927	6.251.961	1.689.735	1.261.961	432.339	301.778	20,3	5,2	25,6
	Total	128.742.709	90.382.165	145.710.954	104.362.234	133.828.092	95.434.570	113,2	104,0	91,8
2002	FEDER	116.124.870	81.141.180	190.224.452	133.736.199	171.637.996	120.924.593	163,8	147,8	90,2
	FSE	8.038.678	6.029.023	1.772.366	1.329.274	1.240.923	908.116	22,0	15,4	70,0
	Total	124.163.548	87.170.203	191.996.818	135.065.473	172.878.919	121.832.708	154,6	139,2	90,0
2003	FEDER	113.426.198	79.255.507	158.418.501	109.532.086	158.220.042	109.285.663	139,7	139,5	99,9
	FSE	5.642.531	4.231.912	3.526.933	2.645.200	1.334.650	1.045.495	62,5	23,7	37,8
	Total	119.068.729	83.487.419	161.945.435	112.177.286	159.554.691	110.331.158	136,0	134,0	98,5
2004	FEDER	111.661.703	78.756.703	95.391.167	64.530.733	92.982.554	64.201.889	85,4	83,3	97,5
	FSE	0	0	5.914.167	4.435.625	2.424.223	1.818.712			41,0
	Total	111.661.703	78.756.703	101.305.334	68.966.358	95.406.777	66.020.601	90,7	85,4	94,2
2005	FEDER	114.987.663	81.107.230	146.939.907	79.370.875	121.401.159	69.804.240	127,8	105,6	82,6
	FSE	0	0	9.019.645	6.764.734	3.442.782	2.582.087			38,2
	Total	114.987.663	81.107.230	155.959.552	86.135.609	124.843.941	72.386.327	135,6	108,6	80,0
2006	FEDER	115.290.605	81.718.555	59.044.176	35.729.767	58.739.939	33.680.907	51,2	50,9	99,5
	FSE	0	0	10.558.444	7.918.833	6.181.543	4.636.157			58,5
	Total	115.290.605	81.718.555	69.602.620	43.648.599	64.921.482	38.317.064	60,4	56,3	93,3
2007	FEDER			81.141.890	50.761.073	54.738.727	33.312.204			67,5
	FSE			7.674.902	5.756.176	8.795.414	6.596.560			114,6
	Total			88.816.791	56.517.249	56.517.249	39.908.765			63,6
2008	FEDER			5.479.777	3.838.006					
	FSE			1.071.937	803.952					
	Total			6.551.713	4.641.958					
Total	FEDER	816.517.342	573.189.667	891.378.411	588.203.802	797.045.664	530.531.530	109,2	97,6	89,4
	FSE	30.642.831	22.982.184	41.492.191	31.113.803	23.851.874	17.888.906	135,4	77,8	57,5
	Total	847.160.173	596.171.851	932.870.602	619.317.605	820.897.539	548.420.436	110,1	96,9	88,0

Eixo I - Programação, aprovações e execução: evolução global da despesa**Eixo I - Evolução das taxas de execução****Eixo I - Síntese da execução por Medida [Fundo; 2000-2007]**

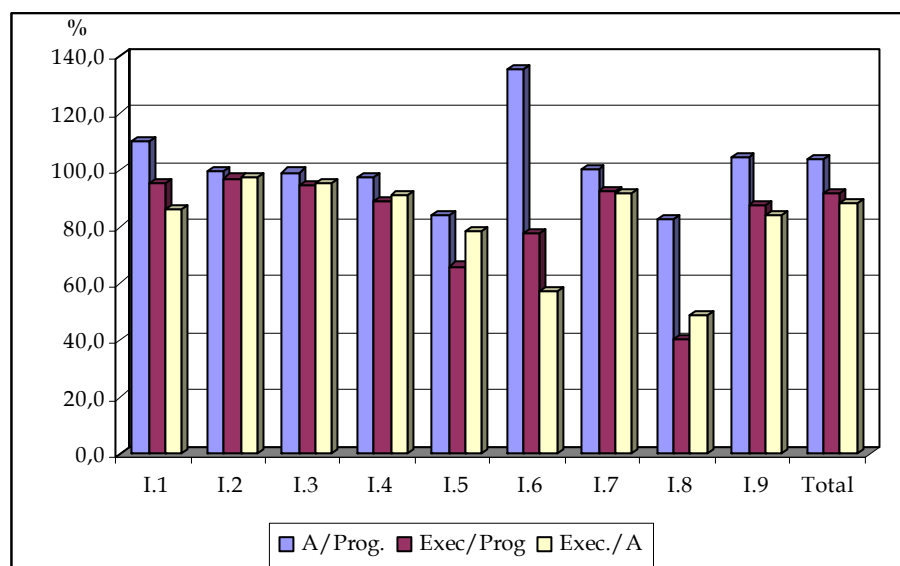
Medida	Nº Proj	Programado	Aprovado	Execução	Taxa (%)		
					A/Prog.	Exec/Prog	Exec./A
Medida I.1	627	198.168.635	218.608.995	188.568.251	110,3	95,2	86,3
Medida I.2	270	121.651.648	121.404.366	118.140.937	99,8	97,1	97,3
Medida I.3	121	87.588.911	86.893.019	83.099.557	99,2	94,9	95,6
Medida I.4	94	49.562.908	48.452.026	44.213.915	97,8	89,2	91,3
Medida I.5	131	26.675.448	22.443.062	17.629.250	84,1	66,1	78,6
Medida I.6	649	22.982.184	31.113.803	17.888.906	135,4	77,8	57,5
Medida I.7	34	53.922.973	54.178.976	49.825.902	100,5	92,4	92,0
Medida I.8	169	4.619.144	3.827.940	1.866.418	82,9	40,4	48,8
Medida I.9	128	31.000.000	32.395.418	27.187.300	104,5	87,7	83,9
Total	2.223	596.171.851	619.317.605	548.420.436	103,9	92,0	88,6

O desempenho de cada uma das Medidas do Eixo I, em final de 2007, é relativamente distinta, sendo de relevar os níveis alcançados pelas Medidas, I.1, I.2, I.3 e I.7, onde foram atingidos níveis de execução, relativamente ao programado, superiores a 90%.

Eixo I - Síntese da programação, aprovações e execução por Medida [2000-2006]



Eixo I - Níveis de execução das diferentes Medidas [31.12.2006]



Incidência territorial do investimento aprovado

Os 913 projectos aprovados no Litoral da Região absorvem 48% do investimento, destacando-se o Baixo Vouga e o Baixo Mondego como as áreas que concentraram maior volume de investimento, respectivamente 21,2% e 17,7% do montante total.

Eixo I - Incidência geográfica do investimento aprovado

Unidade: Euros

NUT	Aprovações				Capitação (Euros/hab.)	Projectos Dim. media
	Nº Proj.	Desp. Publica	%	Feder		
Baixo Vouga	336	198.190.283	21,2	130.890.920	513,8	589.852
Baixo Mondego	411	165.422.456	17,7	111.822.806	486,1	402.488
Pinhal Litoral	166	84.186.134	9,0	55.133.240	335,4	507.145
Pinhal Interior Norte	289	92.991.294	10,0	61.003.303	671,2	321.769
Pinhal Interior Sul	74	24.621.960	2,6	15.552.583	549,6	332.729
Dão Lafões	366	152.411.287	16,3	102.698.192	532,3	416.424
Beira Interior Norte	218	73.721.844	7,9	47.956.454	639,3	338.174
Beira Interior Sul	106	51.004.248	5,5	33.457.450	652,9	481.172
Cova da Beira	79	47.526.309	5,1	30.778.572	507,9	601.599
Serra da Estrela	91	28.076.184	3,0	18.985.133	562,7	308.529
Não regionalizado	87	14.718.603	1,6	11.038.952		169.179
Litoral	913	447.798.872	48,0	297.846.965	458,3	490.470
Interior	1.223	470.353.126	50,4	310.431.687	583,2	384.590
TOTAL	2.223	932.870.602	100,0	619.317.605	523,0	419.645

Eixo I - Equipamentos, infra-estruturas e valorização territorial
(Secção a do Eixo I - Medidas I.1, I.2, I.3, I.4, I.7,I.9)

Unidade: Euros

NUT	Aprovações				Capitação (Euros/hab.)	Projectos Dim. media
	Nº Proj.	Desp. Publica	%	Feder		
Baixo Vouga	220	191.279.001	22,4	126.069.586	495,9	869.450
Baixo Mondego	185	136.341.462	16,0	91.702.126	400,6	736.981
Pinhal Litoral	94	81.236.149	9,5	53.129.628	323,7	864.214
Pinhal Interior Norte	180	87.950.577	10,3	57.322.820	634,9	488.614
Pinhal Interior Sul	48	23.070.951	2,7	14.403.020	514,9	480.645
Dão Lafões	232	143.436.385	16,8	96.174.941	501,0	618.260
Beira Interior Norte	134	69.709.504	8,2	45.114.420	604,5	520.220
Beira Interior Sul	66	47.784.135	5,6	31.315.201	611,7	724.002
Cova da Beira	59	44.832.830	5,3	28.846.713	479,1	759.878
Serra da Estrela	56	26.568.466	3,1	17.854.345	532,5	474.437
Litoral	499	408.856.612	48,0	270.901.339	418,5	819.352
Interior	775	443.352.850	52,0	291.031.461	549,7	572.068
TOTAL	1274	852.209.462	100,0	561.932.800	477,8	668.924

Eixo I – Promoção do desenvolvimento regional e local
(Secção b do Eixo I – Medidas I.5, I.6, I.8)

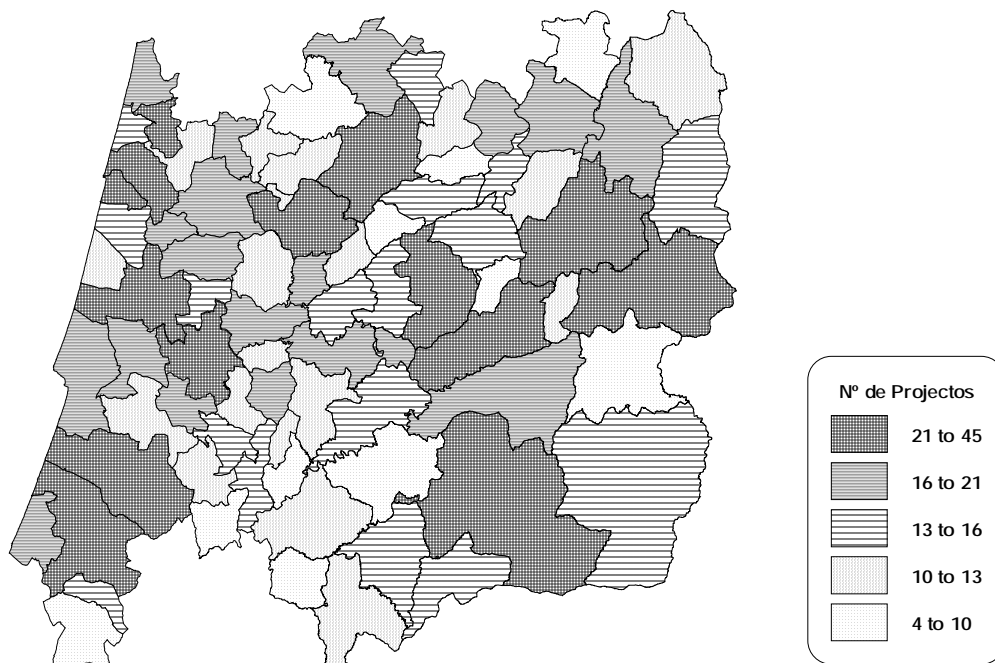
Unidade: Euros

NUT	Aprovações				Capitação (Euros/hab.)	Projectos Dim. media
	Nº Proj.	Desp. Publica	%	Feder		
Baixo Vouga	116	6.911.282	8,6	4.821.334	17,9	59.580
Baixo Mondego	226	29.080.994	36,1	20.120.680	85,5	128.677
Pinhal Litoral	72	2.949.985	3,7	2.003.612	11,8	40.972
Pinhal Interior Norte	109	5.040.717	6,2	3.680.483	36,4	46.245
Pinhal Interior Sul	26	1.551.009	1,9	1.149.563	34,6	59.654
Dão Lafões	134	8.974.902	11,1	6.523.250	31,3	66.977
Beira Interior Norte	84	4.012.340	5,0	2.842.033	34,8	47.766
Beira Interior Sul	40	3.220.113	4,0	2.142.249	41,2	80.503
Cova da Beira	20	2.693.479	3,3	1.931.859	28,8	134.674
Serra da Estrela	35	1.507.718	1,9	1.130.788	30,2	43.078
Não regionalizado	87	14.718.603	18,2	11.038.952		169.179
Litoral	414	38.942.260	48,3	26.945.626	39,9	94.063
Interior	448	27.000.277	33,5	19.400.226	33,5	60.268
TOTAL	949	80.661.141	100,0	57.384.805	45,2	84.996

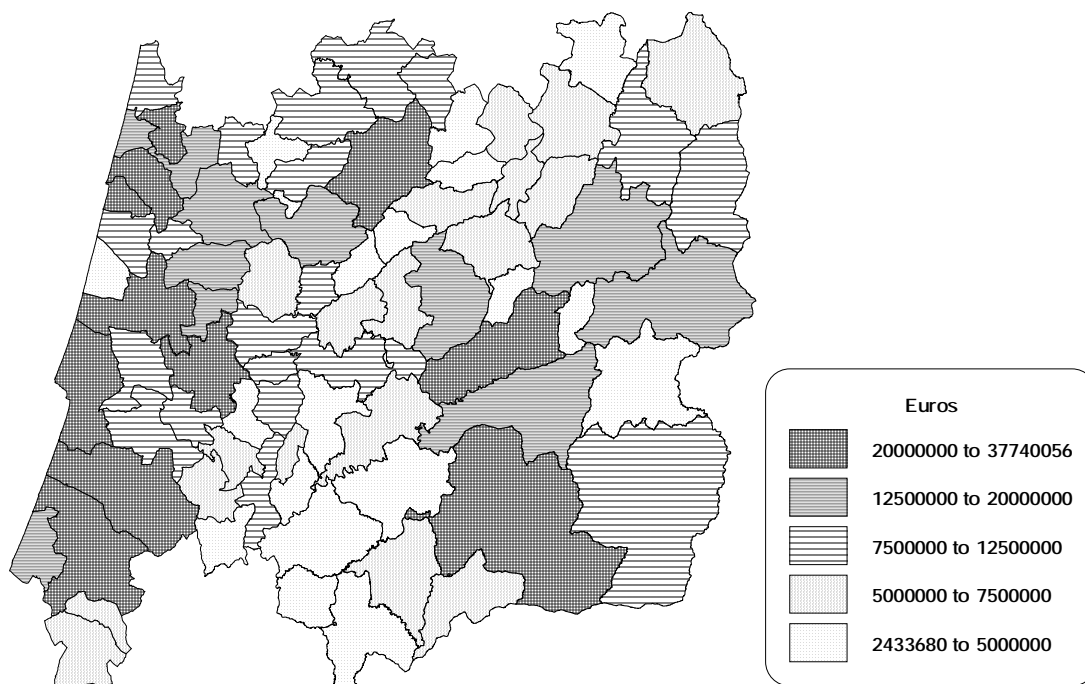
Uma análise mais detalhada da incidência do Eixo I do P. O. Centro nos concelhos da Região pode ser observada nos mapas que traduzem o número de projectos aprovados, o investimento total, o investimento por habitante e a dimensão média dos projectos. Se os dois primeiros mapas reflectem uma hierarquia que se ajusta aos concelhos que detêm os lugares de topo da rede urbana regional, os dois restantes, mas sobretudo o relativo ao investimento por habitante reflecte, como seria de esperar, uma imagem relativamente inversa.

Equipamentos, infra-estruturas e valorização territorial (Secção a do Eixo I – Medidas I.1, I.2, I.3, I.4, I.7,I.9)

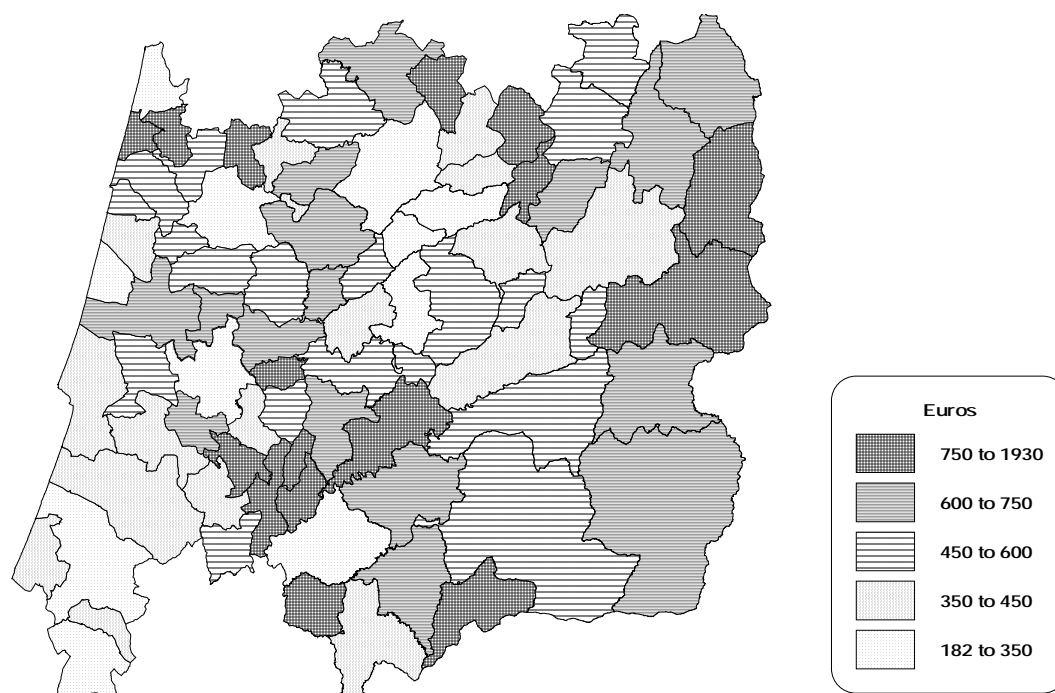
Número de Projectos aprovados por concelho até 31.12.2007



Investimento total aprovado por concelho até 31.12.2007



Investimento por habitante aprovado por concelho até 31.12.2007



Sectores de intervenção apoiados

As candidaturas aprovadas destacam o sector do ambiente, dos transportes e revitalização urbana como os que registaram maior investimento, correspondendo, respectivamente, a 27,8%, 24,8% e 12,9% do total aprovado. Os equipamentos, particularmente os culturais (7,5%), desportivos (5,6%) e de apoio ao desenvolvimento (6,0%) mobilizaram igualmente recursos significativos do Eixo I.

Investimento aprovado e execução segundo os principais sectores de intervenção

Sector	Aprovações				Execução	
	Nº Proj.	Desp. Publica	%	Feder	Desp. Publica	Feder
10-AGRICULTURA	6	974.990	0,1	619.082	788.505	497.867
20- AMBIENTE	460	259.234.750	27,8	172.558.219	234.093.755	157.436.001
21- AMBIENTE - Abast. de Água	105	47.785.933	5,1	33.048.335	44.808.446	31.237.077
22- AMBIENTE- Águas Residuais	332	198.980.033	21,3	130.703.370	177.404.401	117.774.530
23- AMBIENTE - Protecção Amb.	4	597.131	0,1	414.125	524.081	366.643
24 - AMBIENTE - Resíduos Sólidos	12	10.892.133	1,2	7.772.996	10.892.133	7.772.996
25 - AMBIENTE - outros	7	979.519	0,1	619.392	464.694	284.755
30 - APOIO AO DES. REGIONAL	117	56.039.714	6,0	35.946.129	45.853.029	29.861.640
40 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA						
50 - CIÊNCIA E TECNOLOGIA						
60 - COMÉRCIO	7	5.792.095	0,6	3.062.361	5.792.095	3.062.361
70-CULTURA	64	70.407.869	7,5	44.458.388	58.169.129	37.181.167
80- DESPORTO	47	51.921.918	5,6	32.230.372	45.408.930	28.285.784
90 - RECREIO E LAZER	19	19.511.483	2,1	12.033.614	18.068.937	11.185.629
100 - EDUCAÇÃO	52	22.407.665	2,4	14.798.682	20.952.984	13.850.806
101 - EDUCAÇÃO - ensino superior						
102 - EDUCAÇÃO - ensino secundário	1	456.611	0,0	296.797	456.611	296.797
103 - EDUCAÇÃO - ensino básico	44	18.290.672	2,0	12.071.714	17.756.031	11.724.198
104 - EDUCAÇÃO - outros	7	3.660.382	0,4	2.430.170	2.740.342	1.829.811
110- ENERGIA	1	49.787	0,0	32.361	47.907	31.140
120 - F. PROF. E EMPREGO	649	41.492.192	4,4	31.113.803	23.851.874	17.888.906
130- INDÚSTRIA	35	21.505.666	2,3	11.947.279	20.712.349	11.437.600
140- INTEGRAÇÃO SOCIAL	7	2.316.207	0,2	1.505.535	2.143.990	1.393.593
150 - PAT. HIST./CULTURAL	6	5.090.639	0,5	3.215.245	5.090.639	3.215.245
160 - PESCAS						
170- QUALI. DA AD. PÚBLICA						
180 - REVITALIZAÇÃO URBANA	179	119.905.558	12,9	79.756.541	108.481.217	73.212.782
190 - SAÚDE	1	239.328	0,0	155.563	239.328	155.563
200 - SOC.DE INFORMAÇÃO	3	3.042.176	0,3	2.130.828	3.042.175	2.130.827
210- TELECOMUNICAÇÕES						
220- TRANSPORTES	366	231.038.411	24,8	158.705.617	214.515.710	148.218.666
221- TRANSPORTES - Aerop.						
222 - TRANSPORTES - Rodov.	366	231.038.411	24,8	158.705.617	214.515.710	148.218.666
223- TRANSPORTES - Portuários						
224 - TRANSPORTES - Ferrov.						
225- TRANSPORTES - multimodal						
226 - TRANSPORTES - outros						
230 - TURISMO	14	9.259.137	1,0	6.315.052	7.330.761	5.015.483
240 - OUTROS	190	12.641.017	1,4	8.732.932	6.314.222	4.359.377
Total	2223	932.870.602	100,0	619.317.605	820.897.539	548.420.436

*Indicadores de realização física***Eixo I – Realização física: indicadores por Medida**

Nome Indicador	Unidade	Previsto 2006	Aprovado	Executado
Medida I.1				
Equipamentos Desportivos, culturais, sociais e de lazer	nº	115	182	143
Infraestruturas de apoio à actividade económica	nº	35	42	36
Infraestruturas de Transportes	Km	950	1.182	1.003
Infraestruturas de Saneamento Básico	Km	115	236	113
Reabilitação Urbana	nº	40	55	44
Medida I.2				
Reservatórios construídos/ampliados	nº	67	77	74
Redes de Abastecimento de água	Km	1.129	1.313	1.247
Drenagem e Tratamento de Águas Residuais	Km	1.434	1.572	1.466
ETAR	nº	32	35	32
Selagem de lixeiras	nº	3	3	3
Medida I.3				
Variantes Urbanas	Km	22	22	22
Estradas	Km	635	662	636
Medida 4				
Arranjos Urbanísticos	nº	65	76	63
Recuperação de Edifícios e Monumentos	nº	10	9	9
Medida 5				
Ações inovadoras de promoção e valorização de recursos	nº	300	555	305
Reforço das estruturas organizativas de Apoio à Activ. Económica	nº	18	19	15
Dinamização de Redes e Acções de cooperação Interregional	nº	70	102	63
Reforço da Eficácia das Políticas Públicas	nº	8	11	4
Medida 7				
Equipamentos estruturantes(culturais, de lazer, apoio à activ. Económica)		24	30	23
Edifícios de interesse patrimonial recuperados		2	2	2
Medida 9				
Rede de Abastecimento de Água	Km	150	327	228
Drenagem e Tratamento de Águas Residuais		460	807	557

2. Medida I.1 - Equipamento e infra-estruturas locais

Síntese global da execução

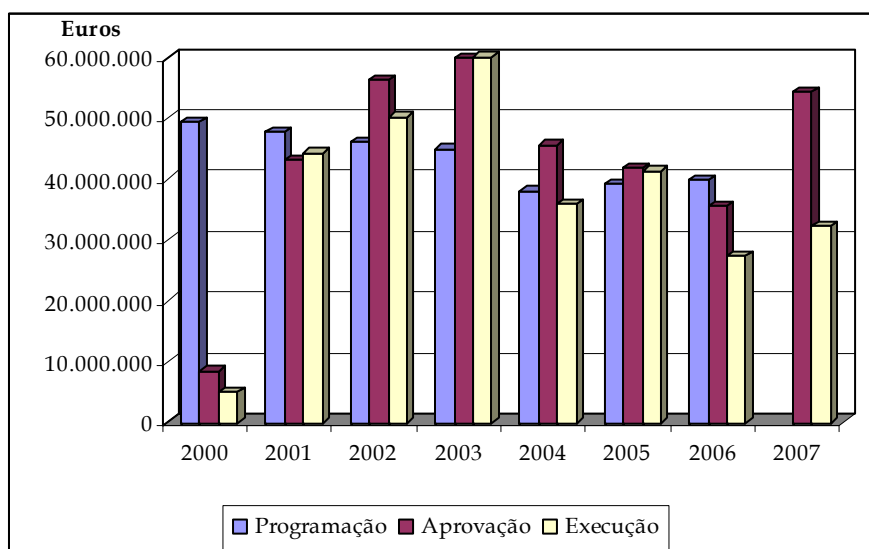
Os 627 projectos aprovados, na Medida I.1 até 31.12.2007, envolvem um investimento de 345,5 milhões de Euros, tendo a despesa pública programada até final da Intervenção Operacional tenha sido ligeiramente ultrapassada visando atingir a plena execução dos montantes programados. Tendo em consideração a despesa programada para esta Medida a execução atinge os 97.3%.

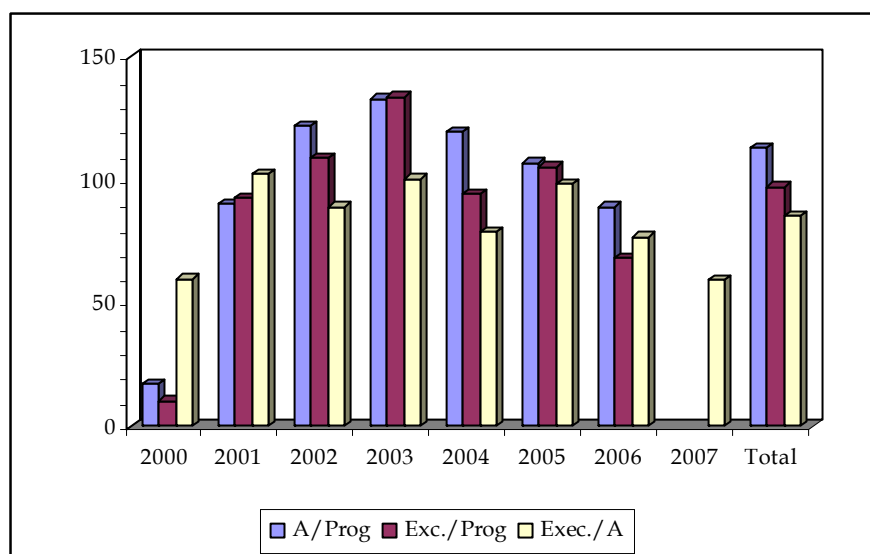
Medida I.1 - Síntese da execução

Unid: Euros

Ano	Programação		Aprovações		Execução		Taxas (%)		
	D. Pública	Feder	D. Pública	Feder	D. Pública	Feder	A/Prog	Exc./Prog	Exec./A
2000	49.349.715	32.077.315	8.539.860	5.971.693	5.117.935	3.580.573	17,3	10,4	59,9
2001	47.677.858	30.990.608	43.166.326	29.317.066	44.266.855	30.129.878	90,5	92,8	102,5
2002	45.983.934	29.889.557	56.253.158	36.022.574	50.193.069	32.257.698	122,3	109,2	89,2
2003	44.915.294	29.194.941	59.796.069	37.777.518	60.179.281	37.956.916	133,1	134,0	100,6
2004	38.015.380	24.709.997	45.563.382	28.492.883	35.918.170	22.780.506	119,9	94,5	78,8
2005	39.115.273	25.424.927	41.893.915	25.369.275	41.279.547	25.149.169	107,1	105,5	98,5
2006	39.817.367	25.881.290	35.523.439	21.299.570	27.382.733	16.701.634	89,2	68,8	77,1
2007			54.299.169	34.006.449	32.375.343	20.011.876			59,6
2008			541.487	351.967					
Total	304.874.821	198.168.635	345.576.806	218.608.995	296.712.934	188.568.251	113,4	97,3	85,9

Medida I.1 - Evolução da despesa pública: programação, aprovações e execução



Medida I.1 - Evolução das taxas de execução*Incidência local do investimento aprovado*

Foram aprovados 409 projectos no Interior da Região, o que corresponde a um investimento de 206,6 milhões de Euros, enquanto o Litoral, com 218 projectos, regista um investimento de 138,9 milhões de Euros. O Dão-Lafões, com 112 projectos e 59,9 milhões de Euros aprovados, detém 17.3% do investimento total efectuado no conjunto da Região Centro.

Os 53 municípios do Interior, além do maior número de candidaturas e do investimento aprovado (59.8% do total), detém um investimento por habitante (256,2 Euros) que supera consideravelmente o do Litoral (142,2 Euros).

Medida I.1 - Incidência do investimento aprovado

Unid: Euros

NUT	Aprovações				Execução		Capitação (Eur/hab.)	Projectos Dim. media
	Nº Proj	D. Publica	%	Feder	D. Publica	Feder		
Baixo Vouga	101	57.792.589	16,7	35.723.467	47.674.472	29.550.499	149,8	572.204
Baixo Mondego	75	46.156.947	13,4	28.729.269	43.544.852	27.208.180	135,6	615.426
Pinhal Litoral	42	35.021.791	10,1	21.587.598	28.266.383	17.495.640	139,5	833.852
Pinhal Int. Norte	90	37.671.054	10,9	24.210.540	32.794.288	21.161.951	271,9	418.567
Pinhal Int. Sul	35	16.530.559	4,8	10.347.777	13.368.830	8.292.655	369,0	472.302
Dão Lafões	112	59.950.526	17,3	38.474.234	50.220.673	32.338.197	209,4	535.273
Beira Int. Norte	83	38.671.017	11,2	25.040.635	31.984.686	20.863.063	335,3	465.916
Beira Int. Sul	42	23.829.866	6,9	15.722.440	22.925.859	15.134.836	305,0	567.378
Cova da Beira	26	19.194.053	5,6	11.687.369	16.302.307	10.170.649	205,1	738.233
Serra da Estrela	21	10.758.406	3,1	7.085.666	9.630.584	6.352.582	215,6	512.305
Litoral	218	138.971.326	40,2	86.040.334	119.485.707	74.254.318	142,2	637.483
Interior	409	206.605.479	59,8	132.568.662	177.227.227	114.313.933	256,2	505.148
TOTAL	627	345.576.806	100,0	218.608.995	296.712.934	188.568.251	193,8	551.159

Investimento aprovado segundo os principais sectores de intervenção

Estamos perante uma Medida generalista, aberta a um amplo conjunto de sectores, embora os respectivos apoios se concentrem em três domínios fundamentais: transportes (243 projectos; 33,1% do investimento total), equipamentos desportivos (45 projectos; 14,8%) e revitalização urbana (103 projectos; 15,1%). Deste modo, responde-se aos objectivos específicos enunciados para esta medida, onde se referia a necessidade em “densificar e qualificar a rede de infra-estruturas básicas, nomeadamente no domínio das acessibilidades e do saneamento, bem como os equipamentos de uso colectivo”.

A educação (ensino básico) com 5,3% do investimento total, a cultura (8,2%) e a indústria (5,1%) são outros sectores apoiados no âmbito da Medida. O facto das infra-estruturas de saneamento não terem grande expressão (8,1%), relaciona-se com a existência de Medidas específicas para esta finalidade (I.2 – Ambiente e Recursos Naturais; I.9 – Saneamento Básico).

Medida I.1 - Investimento aprovado segundo os sectores de intervenção

Unide: Euros

Sector de Actividade	Aprovações				Execução	
	Nº Proj.	Desp. Publica	%	Feder	Desp. Publica	Feder
TRANSPORTES	243	114.346.616	33,1	74.782.604	103.684.189	68.134.943
TRANSPORTES - rodovia	237	112.207.933	32,5	73.431.918	101.545.506	66.784.257
TRANSPORTES - outros	6	2.138.683	0,6	1.350.687	2.138.683	1.350.687
AMBIENTE	54	28.240.666	8,2	18.220.680	17.949.787	11.667.361
AMBIENTE - abastecimento de água	12	6.331.246	1,8	3.979.557	4.399.309	2.859.551
AMBIENTE - águas residuais	37	19.783.707	5,7	12.859.409	11.862.865	7.710.863
AMBIENTE - resíduos sólidos	1	1.385.109	0,4	900.321	1.385.109	900.321
AMBIENTE - outros	4	740.605	0,2	481.393	302.504	196.628
REVITALIZAÇÃO URBANA	103	52.287.741	15,1	33.208.995	44.943.550	28.943.021
PATRIMÓNIO HISTÓRICO/ CULTURAL	3	860.708	0,2	542.512	860.708	542.512
DESPORTO	45	50.987.419	14,8	31.529.498	44.474.430	27.584.909
CULTURA	34	28.369.656	8,2	17.052.127	21.785.474	13.113.310
EDUCAÇÃO	51	21.586.420	6,2	14.223.811	20.178.409	13.308.603
EDUCAÇÃO - ensino secundário	1	456.611	0,1	296.797	456.611	296.797
EDUCAÇÃO - ensino básico	44	18.290.672	5,3	12.071.714	17.756.031	11.724.198
EDUCAÇÃO - outros	6	2.839.138	0,8	1.855.299	1.965.767	1.287.608
INDÚSTRIA	31	17.640.237	5,1	9.947.229	16.884.128	9.459.606
APOIO AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	27	12.144.382	3,5	7.710.328	8.156.210	5.278.764
RECREIO E LAZER	16	11.080.927	3,2	6.711.303	10.236.166	6.162.211
COMÉRCIO	6	2.973.879	0,9	1.653.253	2.973.879	1.653.253
TURISMO	3	1.696.695	0,5	921.655	1.696.694	921.655
INTEGRAÇÃO SOCIAL	7	2.316.207	0,7	1.505.535	2.143.990	1.393.593
OUTROS	4	1.045.254	0,3	599.467	745.319	404.509
Total	627	345.576.806	100,0	218.608.995	296.712.934	188.568.251

Indicadores de realização física

Pelo que se acaba de referir, os indicadores físicos que traduzem o desempenho da Medida I.1 serão necessariamente diversificados. Os projectos apoiados, tanto em número absoluto como relativo, orientam-se para quatro áreas fundamentais: beneficiar e remodelar a rede viária municipal, estando a decorrer intervenções em 1182 dos 950 Km previstos; a construção de equipamentos educativos, desportivos, culturais e de lazer, tendo sido aprovados 182 projectos e concluídos 143 dos 115 que se previam realizar até 2006; infra-estruturas de apoio à actividade económica, estando aprovadas 42 das 35 previstas; e finalmente, a reabilitação de alguns espaços urbanos, estando concluídas 44 das 40 iniciativas previstas. Deste modo e através desta Medida, o PO Centro está a contribuir para densificar e qualificar a rede de equipamentos de utilização colectiva, condição determinante para melhorar a qualidade de vida dos residentes na Região Centro.

Medida I.1 - Indicadores de realização física

Nome Indicador	Unidade	Previsto 2006	Qtde Programada	Qtde Executada
Equipamentos Desportivos, culturais, sociais e de lazer	nº	115	182	143
Acções de apoio ao desenvolvimento local	nº		1	0
Arquivos construídos/remodelados	nº		2	1
Auditórios e centros de conferência/congressos construídos	nº		2	1
Bibliotecas construídas	nº		8	5
Campos de jogos construídos	nº		4	2
Campos de jogos remodelados/ampliados	nº		2	2
Campos de ténis construídos	nº		3	3
Cantinas remodeladas/equipadas	nº		1	0
Centros comunitários construídos	nº		1	1
Centros culturais construídos	nº		7	6
Centros de apoio à criação de empresas instalados	nº		1	1
Centros de artes construídos	nº		1	1
Centros de dia construídos	nº		4	2
Creches construídas	nº		11	8
Escolas do ensino básico construídas	nº		7	7
Escolas do ensino básico remodeladas/ampliadas	nº		31	29
Escolas profissionais remodeladas/ampliadas	nº		1	1
Estâncias termais apoiadas	nº		1	1
Grandes campos de jogos remodelados/ampliados	nº		5	4
Jardins de infancia construídos	nº		1	0
Lares de terceira idade construídos	nº		3	1
Museus construídos	nº		2	1
Museus recuperados/valorizados/ampliados	nº		3	1
Museus construídos	nº		2	1
Museus recuperados/valorizados/ampliados	nº		3	1
Outros equipamentos desportivos construídos	nº		1	1
Parques de campismo remodelados/ampliados	nº		1	1
Pavilhões desportivos/salas de desporto construídos	nº		2	2
Pavilhões desportivos/salas de desporto remodelados/ampliados	nº		1	0
Piscinas cobertas construídas	nº		16	14
Piscinas cobertas remodeladas /ampliadas	nº		2	1
Piscinas construídas	nº		10	10

Piscinas remodeladas/ampliadas	nº		1	1
Pistas de atletismo construídas	nº		2	2
Polidesportivos construídos	nº		7	4
Polidesportivos remodelados/ampliados	nº		1	0
Pousadas da juventude criadas	nº		1	1
Salas de aula do ensino básico remodeladas/ampliadas	nº		22	22
Salas do ensino pré escolar construídas	nº		3	3
Teatros/cinemas/cine teatros construídos	nº		3	1
Teatros/cinemas/cine teatros recuperados/remodelados	nº		1	1
Área bruta de infraestruturas desportivas construídas	nº		1	0
Infraestruturas de apoio à actividade económica	nº	35	42	36
Loteamentos e zonas industriais municipais construídos	nº		13	11
Loteamentos e zonas industriais municipais remodelados/ampliados	nº		22	19
Mercados locais construídos	nº		1	1
Mercados locais reestruturados	nº		5	4
Infraestruturas de apoio à actividade económica construídas	nº		1	1
Área infraestruturada para acolhimento empresarial	m2		987.997	70.697
Infraestruturas de Transportes	Km	950	1.182	1.003
Circulares/variantes construídas aos principais centros urbanos	Km		1	1
Estradas construídas/requalificadas	Km		18	6
Estradas reparadas	Km		75	37
Rede viária municipal beneficiada	Km		896	781
Rede viária municipal construída	Km		53	45
Rede viária urbana beneficiada	Km		120	114
Rede viária urbana construída	Km		18	18
Parques de estacionamento construídos	nº		2	1
Acessos rodoviários	Km		8	8
Arruamentos construídos	Km		25.811	5.811
Arruamentos construídos	Km		25.811	5.811
Arruamentos remodelados/ampliados	Km		54.891	54.891
Obras de arte beneficiadas	nº		192	178
Obras de arte construídas	nº		107.704	67.523
Obras de arte construídas - muros de suporte	m		0	0
Obras exteriores de abrigo construídas	nº		519	519
Infraest. Saneamento Básico (Redes AA)	Km	115	236	113
Rede de abastecimento de água construída Total	Km		121	56
Rede de abastecimento de água construída: distribuição Total	Km		58	24
Rede de abastecimento de água remodelada/ampliada Total	Km		23	16
Rede de abastecimento de água remodelada/ampliada: distribuição Total	Km		27	17
Rede de abastecimento de água: conduta adutora Total	Km		7	0
Rede de abastecimento de água: captação e tratamento	nº		1	0
Rede de drenagem de águas residuais construída	Km		412	1.381
Rede de drenagem de águas residuais remodelada	Km		409	1.375
Rede de drenagem de águas pluviais construída	m		10.752	9.752
Rede de drenagem de águas pluviais remodelada/ampliada	m		4.268	4.018
Estações elevatórias construídas	nº		12	1
ETA remodeladas/ampliadas	nº		1	0
ETAR construídas	nº		1.749	10
Reservatórios construídos	nº		10	1.000
Reabilitação Urbana	nº	40	55	44
Centros/zonas históricas revitalizados/recuperados	nº		1	0
Edifícios recuperados	nº		18	17

Edifícios construídos	nº	4	2
Edifícios de interesse patrimonial recuperados/valorizados	nº	4	4
Intervenções de renovação urbana	nº	15	10
Intervenções de valorização do património histórico e paisagístico	nº	1	1
Intervenções integradas de renovação urbana	nº	7	7
Zonas de lazer beneficiadas/recuperadas	nº	2	0
Zonas habitacionais reabilitadas	nº	1	1
Zonas urbanas degradadas recuperadas/reconvertidas	nº	1	1
Projectos de requalificação e valorização urbanística, apoiados	nº	1	1
Área de arranjos urbanísticos	m2	896.909	561.127
Área envolvente a imóveis ou sítios históricos reabilitada ou requalificada	m2	10.433	5.000
Área urbana intervencionada	m2	142.248	136.936
Área verde criada	m2	67.125	67.125

3. Medida 1.2 – Ambiente e recursos naturais

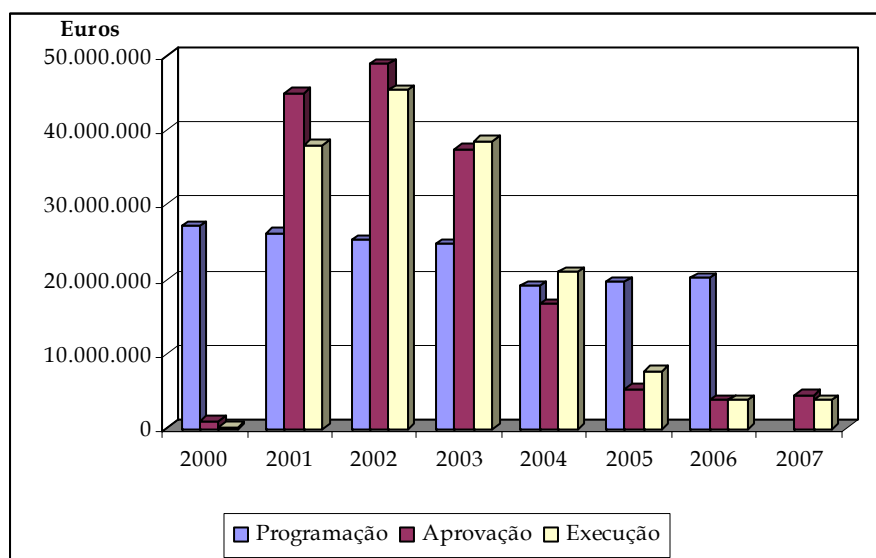
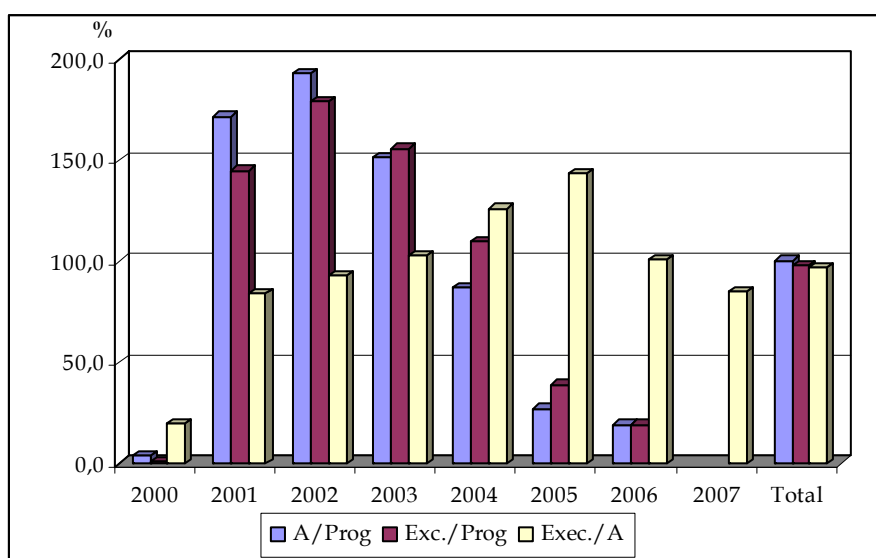
Síntese global da execução

Os 270 projectos aprovados representam um investimento de 163,1 milhões de Euros, o que corresponde a 100,7% do montante programado e a execução, no final de 2007, situava-se em 97,8% do valor total programado para esta Medida.

Medida I.2 - Síntese da execução

Unid: Euros

Ano	Programação		Aprovações		Execução		Taxas (%)		
	D. Pública	Feder	D. Pública	Feder	D. Pública	Feder	A/Prog	Exc./Prog	Exec/A
2000	27.115.611	20.336.701	1.071.042	803.281	209.617	157.213	3,9	0,8	19,6
2001	26.196.995	19.647.739	44.963.432	33.703.706	37.989.809	28.473.489	171,6	145,0	84,5
2002	25.266.254	18.949.684	48.840.025	36.286.782	45.305.437	33.822.130	193,3	179,3	92,8
2003	24.679.081	18.509.304	37.425.376	27.954.005	38.503.519	28.619.219	151,6	156,0	102,9
2004	19.128.516	14.346.382	16.654.970	12.486.105	21.038.371	15.737.176	87,1	110,0	126,3
2005	19.670.272	14.752.699	5.391.438	4.022.600	7.728.302	5.775.248	27,4	39,3	143,3
2006	20.145.525	15.109.139	3.899.160	2.919.383	3.927.835	2.934.475	19,4	19,5	100,7
2007			4.521.149	2.991.068	3.864.749	2.621.987			85,5
2008			347.961	237.436					
Total	162.202.254	121.651.648	163.114.553	121.404.366	158.567.638	118.140.937	100,6	97,8	97,2

Medida I.2 - Evolução da despesa pública: programação, aprovações e execução**Medida I.2 - Evolução das taxas de execução**

As intervenções realizadas nesta Medida correspondem a redes de drenagem de águas residuais e de abastecimento de água, complementares dos diferentes sistemas multimunicipais que se estão a desenvolver na Região, e pequenos sistemas de saneamento básico para servirem aglomerados de pequena dimensão.

Incidência local do investimento aprovado

As intervenções realizadas predominam no Litoral da Região, onde foram apoiados 144 projectos que representam 68,5% do investimento. As Nut's do Baixo Vouga e Baixo Mondego são as que apresentam investimentos mais significativos, destacando-se no Interior a do Dão Lafões onde os 53 projectos aprovados representam 19,2% do investimento total.

Medida I.2 - Incidência do investimento aprovado

Unid: Euros

NUT	Aprovações				Execução		Capitação (Eur/hab.)	Projectos Dim. média
	Nº Proj	D. Publica	%	Feder	D. Publica	Feder		
Baixo Vouga	64	56.763.366	34,8	42.108.602	55.877.363	41.444.101	147,2	886.928
Baixo Mondego	58	36.408.026	22,3	26.855.144	34.783.225	25.783.298	107,0	627.725
Pinhal Litoral	22	18.637.558	11,4	13.962.495	18.243.875	13.667.233	74,3	847.162
Pinhal Int. Norte	28	6.323.949	3,9	4.742.961	6.098.001	4.573.501	45,6	225.855
Pinhal Int. Sul	3	563.961	0,3	422.970	563.960	422.970	12,6	187.987
Dão Lafões	53	31.351.511	19,2	23.513.633	30.654.281	22.990.711	109,5	591.538
Beira Int. Norte	11	3.928.323	2,4	2.946.242	3.883.741	2.912.805	34,1	357.120
Beira Int. Sul	3	528.247	0,3	396.186	528.247	396.186	6,8	176.082
Cova da Beira	8	3.019.705	1,9	2.264.779	3.019.705	2.264.779	32,3	377.463
Serra da Estrela	20	5.589.907	3,4	4.191.354	4.915.240	3.685.354	112,0	279.495
Litoral	144	111.808.951	68,5	82.926.241	108.904.463	80.894.632	114,4	776.451
Interior	126	51.305.602	31,5	38.478.125	49.663.176	37.246.307	63,6	407.187
TOTAL	270	163.114.553	100,0	121.404.366	158.567.638	118.140.937	91,5	604.128

Investimento aprovado segundo os principais sectores de intervenção

Os sectores apoiados nesta medida foram, predominantemente, o abastecimento de água (redes de abastecimento) e as águas residuais (redes de drenagem de águas residuais) e resíduos sólidos urbanos. A maior representação é nas águas residuais, cujo investimento representa 74,8% do investimento total aprovado, seguido do abastecimento de água, que absorve cerca de 19,9%, reflectindo os objectivos específicos da medida que visavam melhorar as necessidades de distribuição de água de qualidade e em quantidade e aumentar a taxa de cobertura da população por redes de abastecimento de água e recolha de águas residuais.

Medida I.2 - Investimento aprovado segundo os principais sectores de intervenção

Unid: Euros

Sector de Actividade	Aprovações				Execução	
	Nº Proj.	Desp. Publica	%	Feder	Desp. Publica	Feder
AMBIENTE - abastecimento água	72	32.447.055	19,9	24.318.541	31.888.956	23.899.968
AMBIENTE - águas residuais	189	122.052.676	74,8	90.624.710	118.063.861	87.779.854
AMBIENTE - protecção ambiental	1	259.897	0,2	194.923	259.897	194.923
AMBIENTE - resíduos sólidos	8	8.354.924	5,1	6.266.193	8.354.924	6.266.193
Total	270	163.114.553	100,0	121.404.366	158.567.638	118.140.937

Indicadores de realização física

Os indicadores físicos reflectem o tipo de acções apoiadas, que, no caso desta Medida do Programa Operacional Regional, correspondem predominantemente à execução de infra-

estruturas em “baixa”, fundamentalmente, redes de distribuição de água e redes de drenagem de águas residuais.

Medida I.2 - Indicadores de realização física

Nome Indicador	Unidade	Previsto 2006	Qtde Programada	Qtde Executada
ABASTECIMENTO DE ÁGUA				
Reservatórios construídos/ampliados	nº	67	77	74
Reservatórios construídos	nº		67	2190
Reservatórios remodelados/ampliados	nº		10	10
Redes de Abastecimento de água	Km	1129	1313	1247
Rede de abastecimento de água construída	Km		1181	1122
Rede de abastecimento de água remodelada/ampliada	Km		132	124
ETA construídas	nº		3	3
ETA remodeladas/ampliadas	nº		2	2
Rede de abastecimento de água: captação e tratamento	nº		5	4
DRENAGEM E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS	Km	1434	1572	1466
Rede de drenagem de águas residuais construída	Km		1527	1426
Rede de drenagem de águas residuais remodelada/ampliada	Km		45	40
Rede de drenagem de águas pluviais construída	m		82617	80151
Emissário terrestre construído	m		3	3
Estações elevatórias construídas	nº		160	148
ETAR	nº	32	35	32
ETAR construídas	nº		33	30
ETAR remodeladas/ampliadas	nº		2	2
SELAGEM DE LIXEIRAS	nº	3	3	3
Lixeiras seladas	nº		3	3
Contentores/recipientes (incluindo os dos ecopontos) adquiridos/instalados	nº		475	475
Ecocentros criados	nº		4	4
Equipamentos adquiridos para recolha de resíduos	nº		4	4

4. Medida I.3 – Acessibilidades

Síntese global da execução

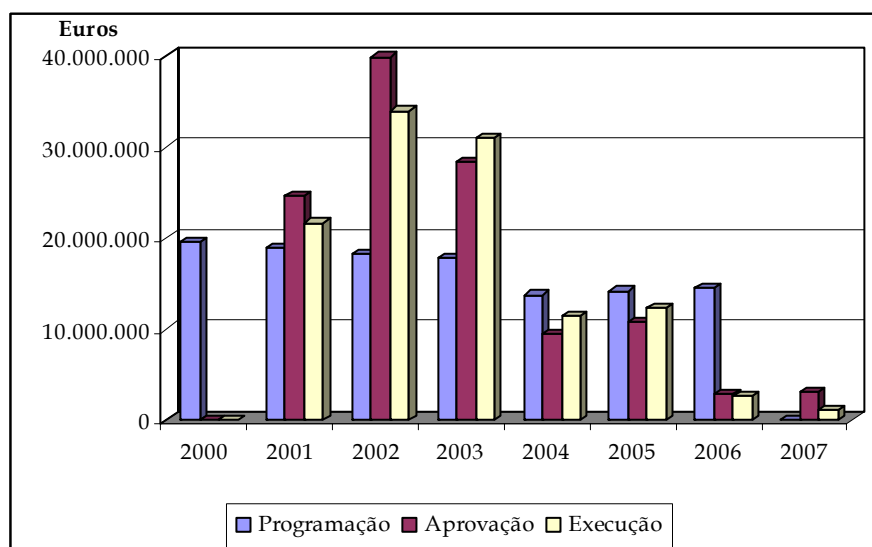
No âmbito desta Medida foram aprovados 121 projectos que envolvem um investimento total de 119,6 milhões de Euros, correspondendo a 102,4% do total programado para a Medida e a execução atinge, em termos de despesa pública, 97,6% do montante programado.

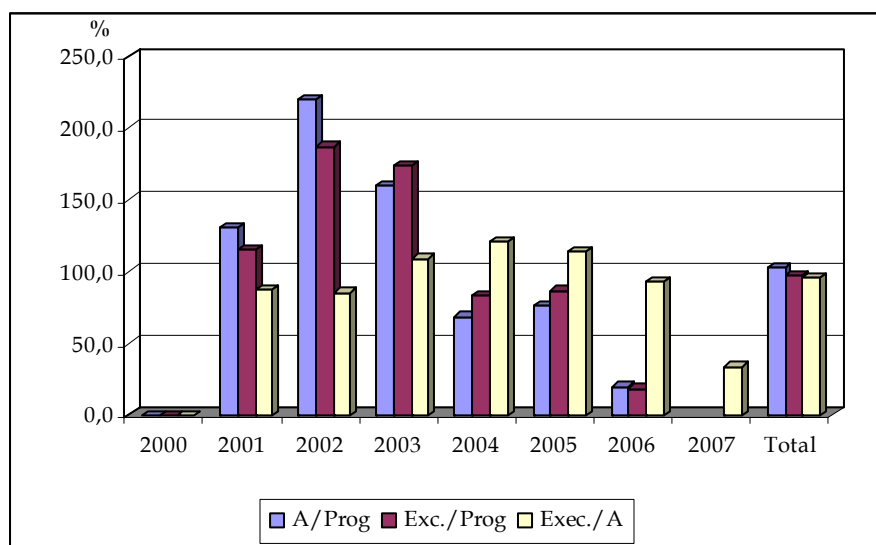
Medida I. 3 - Síntese da execução

Unid: Euros

Ano	Programação		Aprovações		Execução		Taxas (%)		
	D. Pública	Feder	D. Pública	Feder	D. Pública	Feder	A/Prog	Exc./Prog	Exec/A
2000	19.523.171	14.642.378							
2001	18.861.771	14.146.328	24.636.981	18.415.716	21.652.619	16.216.226	130,6	114,8	87,9
2002	18.191.639	13.643.729	39.923.596	29.832.343	33.993.208	25.427.462	219,5	186,9	85,1
2003	17.768.876	13.326.657	28.375.563	20.970.468	30.950.242	22.900.674	159,7	174,2	109,1
2004	13.772.484	10.329.363	9.422.892	6.988.602	11.393.383	8.446.650	68,4	82,7	120,9
2005	14.162.547	10.621.910	10.800.121	6.445.282	12.285.960	7.627.392	76,3	86,7	113,8
2006	14.504.727	10.878.546	2.851.554	1.802.075	2.646.141	1.746.326	19,7	18,2	92,8
2007			3.061.683	2.049.987	1.035.468	734.827			33,8
2008			531.453	388.548					
Total	116.785.215	87.588.911	119.603.843	86.893.019	113.957.022	83.099.557	102,4	97,6	95,3

Medida I.3 - Evolução da despesa pública: programação, aprovações e execução



Medida I.3 – Evolução das taxas de execução*Incidência local do investimento aprovado***Medida I.3 - Incidência local do investimento aprovado**

Unid: Euros

NUT	Aprovações				Execução		Pagamentos	Capitação (Eur/hab.)	Projectos Dim. media
	Nº Proj	D. Publica	%	Feder	D. Publica	Feder			
Baixo Vouga	16	19.106.444	16,0	14.064.144	18.796.361	13.831.582		49,5	1.194.153
Baixo Mondego	19	18.019.046	15,1	13.252.585	17.917.184	13.196.465		52,9	948.371
Pinhal Litoral	7	6.449.053	5,4	4.836.790	6.411.334	4.808.501		25,7	921.293
Pinhal Int. Norte	23	17.614.564	14,7	12.930.990	15.588.798	11.467.290		127,1	765.851
Pinhal Int. Sul	2	1.047.668	0,9	710.881	298.963	224.222		23,4	523.834
Dão Lafões	19	16.837.750	14,1	12.067.959	15.096.350	10.996.975		58,8	886.197
Beira Int. Norte	10	13.823.882	11,6	9.743.889	13.700.772	9.651.557		119,9	1.382.388
Beira Int. Sul	9	10.926.746	9,1	7.579.208	10.926.745	7.579.208		139,9	1.214.083
Cova da Beira	10	10.687.682	8,9	7.944.134	10.687.682	7.944.134		114,2	1.068.768
Serra da Estrela	6	5.091.009	4,3	3.762.439	4.532.833	3.399.625		102,0	848.502
Litoral	42	43.574.544	36,4	32.153.519	43.124.880	31.836.547		44,6	1.037.489
Interior	79	76.029.300	63,6	54.739.500	70.832.142	51.263.010		94,3	962.396
TOTAL	121	119.603.843	100,0	86.893.019	113.957.022	83.099.557		67,1	988.462

Os 79 projectos apoiados no Interior coloca esta sub-região com 63,6% do total de aprovações, embora se registem investimentos assinaláveis no Baixo Vouga e no Baixo Mondego, onde se investiu, respectivamente, 16,0% e de 15,1% do investimento total realizado em acessibilidades ao abrigo desta Medida.

Investimento aprovado segundo os principais sectores de intervenção

O volume mais expressivo de investimento realizou-se em projectos da rede viária municipal, decisivos para melhorar as acessibilidades internas e desencravar os territórios mais remotos da Região. Foram ainda apoiadas algumas circulares urbanas que concorrem, igualmente, para revitalização dos respectivos tecidos urbanos.

Medida I.3 - Investimento aprovado segundo os principais sectores de intervenção

Unid: Euros

Sector de Actividade	Aprovações				Execução	
	Nº Proj.	Desp. Publica	%	Feder	Desp. Publica	Feder
APOIO DES. REGIONAL	1	558.176	0,5	362.815		
REVITALIZAÇÃO URBANA	3	6.634.965	5,5	4.976.224	6.634.965	4.976.224
TRANSPORTES - outros	2	2.313.496	1,9	1.469.433	2.313.496	1.469.433
TRANSPORTES - rodovia	115	110.097.206	92,1	80.084.548	105.008.561	76.653.901
Total	121	119.603.843	100,0	86.893.019	113.957.022	83.099.557

Indicadores de realização física

Os indicadores físicos reflectem os objectivos preconizados para a Medida: construção de circulares aos centros urbanos, construção ou beneficiação da rede viária municipal mais estruturante, bem como ligação a equipamentos de utilização colectiva.

Medida I.3 - Indicadores de realização física

Nome Indicador	Unidade	Previsto 2006	Qtde Programada	Qtde Executada
Variantes Urbanas	Km	22	22	22
Circulares/variantes construídas aos principais centros urbanos	Km		22	22
Estradas	Km	635	662	636
Rede viária municipal beneficiada	Km		550	546
Rede viária municipal construída	Km		31	22
Rede viária urbana beneficiada	Km		26	26
Rede viária urbana construída	Km		5	5
Estradas construídas/requalificadas	Km		6	1
Estradas reparadas	Km		44	36
Arruamentos remodelados/ampliados	nº		1	0
Obras de arte beneficiadas	nº		3	3
Obras de arte construídas	nº		14	14

5. Medida I.4 - Qualificação dos aglomerados urbanos e das estruturas de povoamento

Síntese global da execução

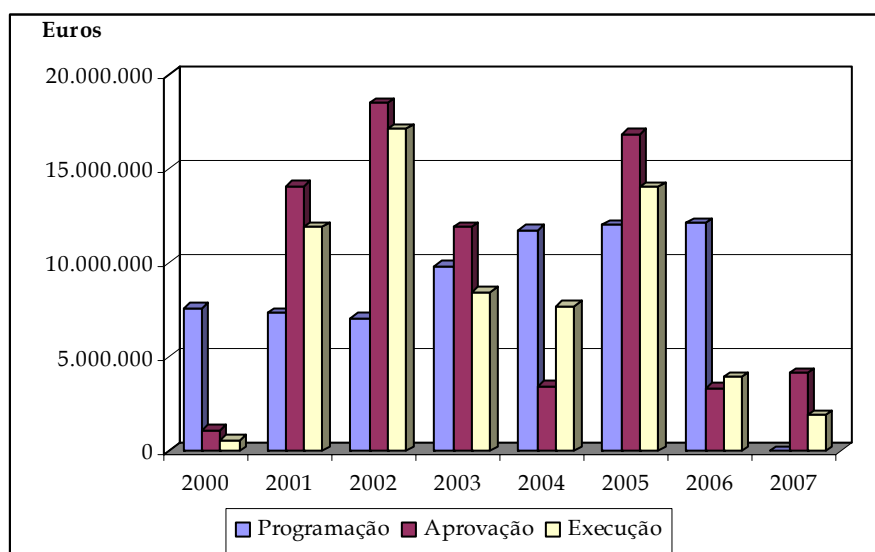
Os 94 projectos aprovados nesta Medida, que representam um volume de investimento superior a 73 milhões de Euros, colocam-na com um elevado nível de comprometimento (108,5% em termos de despesa), atingindo em termos de execução as taxas de 97,0% e 89,4% relativamente à programação e às aprovações efectuadas.

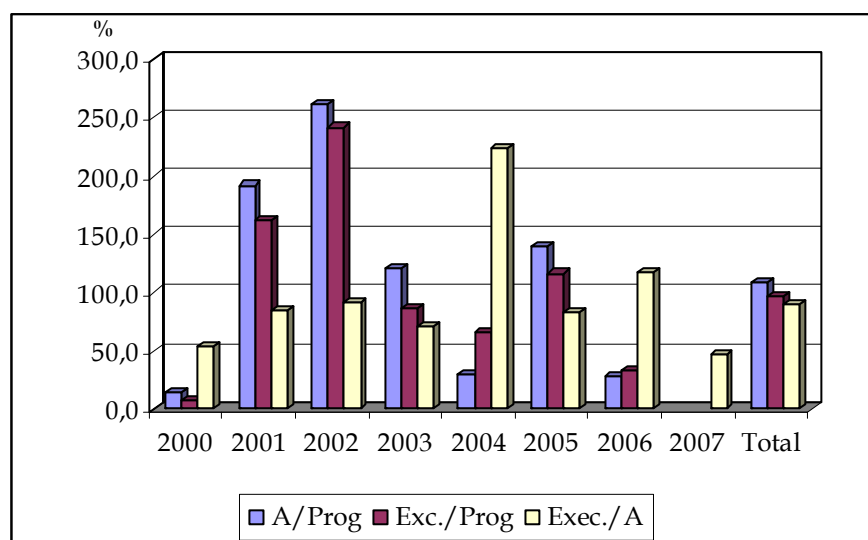
Medida I.4 - Síntese da execução

Unid: Euros

Ano	Programação		Aprovações		Execução		Taxas (%)		
	D. Pública	Feder	D. Pública	Feder	D. Pública	Feder	A/Prog	Exc./Prog	Exec/A
2000	7.592.468	5.694.351	1.106.420	829.815	601.943	451.457	14,6	7,9	54,4
2001	7.335.252	5.501.439	14.088.447	9.728.192	11.896.531	8.080.869	192,1	162,2	84,4
2002	7.074.641	5.305.981	18.538.611	13.547.586	17.109.309	12.497.407	262,0	241,8	92,3
2003	9.832.230	7.082.673	11.919.514	8.775.647	8.471.336	6.266.876	121,2	86,2	71,1
2004	11.734.884	8.496.888	3.443.670	2.527.598	7.692.898	5.662.174	29,3	65,6	223,4
2005	12.031.397	8.716.666	16.851.471	8.965.588	14.022.586	7.924.895	140,1	116,5	83,2
2006	12.111.421	8.764.910	3.355.739	1.818.954	3.950.266	2.275.303	27,7	32,6	117,7
2007			4.135.595	2.258.645	1.919.097	1.054.934			46,4
Total	67.712.293	49.562.908	73.439.467	48.452.026	65.663.964	44.213.915	108,5	97,0	89,4

Medida I.4 - Evolução da despesa pública: programação, aprovações e execução



Medida I.4 - Evolução das taxas de execução*Incidência local do investimento aprovado*

A distribuição territorial traduz-se por níveis de aprovações entre Litoral e Interior que representam, respectivamente, 41,5% e 58,5%, a que correspondem as capitações de 31,2 e 53,2 euros.

Medida I.4 - Incidência do investimento aprovado

Unid: Euros

NUT	Aprovações				Execução		Pagamentos	Capitação (Eur/hab.)	Projectos Dim. media
	Nº Proj	D. Publica	%	Feder	D. Publica	Feder			
Baixo Vouga	14	14.703.329	20,0	9.435.891	14.314.895	9.166.808		38,1	1.050.238
Baixo Mondego	15	10.611.334	14,4	7.871.350	10.348.915	7.674.536		31,2	707.422
Pinhal Litoral	9	5.194.224	7,1	3.439.941	4.495.927	3.065.665		20,7	577.136
Pinhal Int. Norte	19	14.903.577	20,3	9.845.035	13.630.365	9.130.212		107,6	784.399
Pinhal Int. Sul	3	1.699.203	2,3	849.601	1.699.203	849.601		37,9	566.401
Dão Lafões	14	12.111.284	16,5	8.594.855	11.173.219	8.102.994		42,3	865.092
Beira Int. Norte	10	6.352.626	8,7	3.721.896	3.785.710	2.384.343		55,1	635.263
Beira Int. Sul	3	1.755.556	2,4	1.051.751	1.755.556	1.051.751		22,5	585.185
Cova da Beira	4	3.461.315	4,7	2.067.882	3.355.910	2.015.179		37,0	865.329
Serra da Estrela	3	2.647.020	3,6	1.573.823	1.104.265	772.826		53,1	882.340
Litoral	38	30.508.886	41,5	20.747.182	29.159.736	19.907.009		31,2	802.865
Interior	56	42.930.581	58,5	27.704.843	36.504.228	24.306.907		53,2	766.618
TOTAL	94	73.439.467	100,0	48.452.026	65.663.964	44.213.915		41,2	781.271

Investimento aprovado segundo os principais sectores de intervenção

As intervenções de revitalização urbana concentram 77,5% do investimento elegível aprovado, que visam, fundamentalmente, qualificar os espaços públicos, requalificar centros históricos e melhorar a imagem das sedes de concelho e outros aglomerados importantes da região.

Medida I.4 - Investimento aprovado segundo os principais sectores de intervenção

Unid: Euros

Sector de Actividade	Aprovações				Execução	
	Nº Proj.	Desp. Publica	%	Feder	Desp. Publica	Feder
REVITALIZAÇÃO URBANA	71	56.944.848	77,5	38.881.573	52.864.698	36.603.787
TRANSPORTES - rodovia	5	4.281.093	5,8	2.369.032	3.509.464	1.960.389
APOIO DES .REGIONAL	6	3.732.500	5,1	2.008.528	1.406.562	755.740
COMÉRCIO	1	2.818.217	3,8	1.409.108	2.818.217	1.409.108
CULTURA	4	2.547.502	3,5	1.604.346	2.547.502	1.604.346
DESPORTO	2	934.500	1,3	700.875	934.500	700.875
SOCIEDADE DE INFORMAÇÃO	1	651.088	0,9	488.316	651.088	488.316
RECREIO E LAZER	1	597.785	0,8	298.893	0	0
PATRIMÓNIO HIST. CULTURAL	1	536.458	0,7	402.343	536.458	402.343
INDÚSTRIA	1	243.571	0,3	182.678	243.571	182.678
AMBIENTE - águas residuais	1	151.905	0,2	106.333	151.905	106.333
Total	94	73.439.467	100,0	48.452.026	65.663.964	44.213.915

Indicadores de realização física

Os indicadores físicos reflectem o tipo de acções apoiadas, que são, fundamentalmente, arranjos urbanísticos, com os quais se pretende recuperar e melhorar a imagem de centros históricos e áreas degradadas em espaços urbanos de interesse turístico, bem como recuperar edifícios de interesse arquitectónico e patrimonial.

Medida I.4 - Indicadores de realização física

Nome Indicador	Unidade	Previsto 2006	Qtde Programada	Qtde Executada
Arranjos Urbanísticos	nº	65	76	63
Área de arranjos urbanísticos	nº		45	35
Intervenções de renovação urbana	nº		28	25
Intervenções integradas de renovação urbana	nº		3	3
Recuperação de Edifícios e Monumentos	nº	10	9	9
Edifícios de interesse patrimonial recuperados/valorizados	nº		9	9
Estâncias termais apoiadas	nº		1	1
Campos de jogos construídos	nº		1	1
Parques de estacionamento construídos	nº		1	1
Parques/pavilhões de exposição construídos	nº		1	1
Polidesportivos remodelados/ampliados	nº		1	1
Rede viária urbana construída/ beneficiada	nº		7	6
Rede viária urbana construída	nº		1	0

6. Medida I.5 - Apoio às actividades económicas, actividades de desenvolvimento territorial e apoio à eficácia das políticas públicas

Síntese global da execução

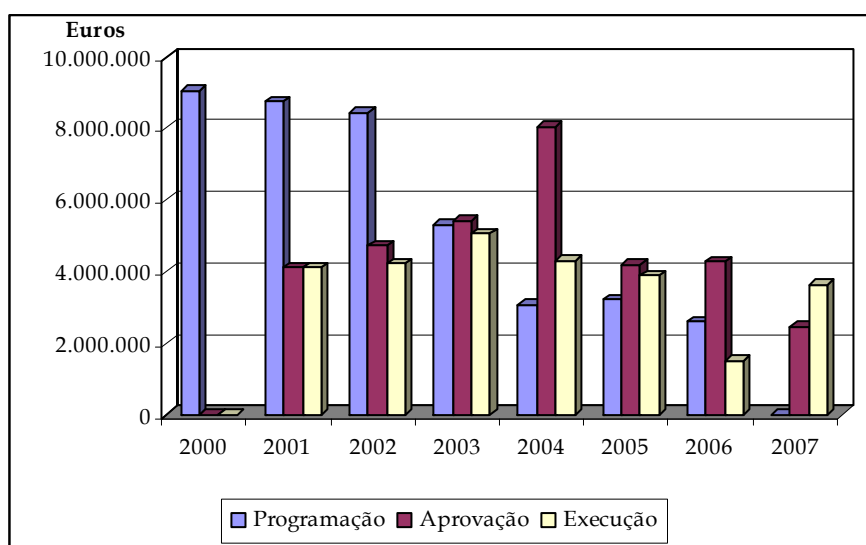
Até final de 2007 foram aprovados 131 projectos que envolvem um investimento total de 34,0 milhões de Euros, correspondendo a 84,3% do total programado para a Medida.

Medida I. 5 - Síntese da execução

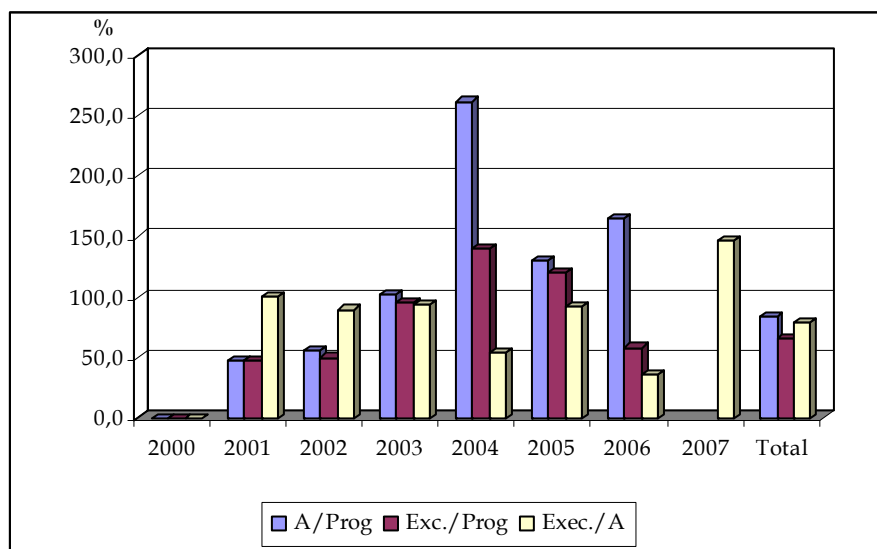
Unid: Euros

Ano	Programação		Aprovações		Execução		Taxas (%)		
	D. Pública	Feder	D. Pública	Feder	D. Pública	Feder	A/Prog	Exc./Prog	Exec/A
2000	9.041.721	5.880.336							
2001	8.744.495	5.681.123	4.116.558	2.806.424	4.116.558	2.806.424	47,1	47,1	100,0
2002	8.429.784	5.479.281	4.711.697	2.890.182	4.228.339	2.567.276	55,9	50,2	89,7
2003	5.311.882	3.451.946	5.411.411	3.339.630	5.065.118	3.135.175	101,9	95,4	93,6
2004	3.078.199	2.000.969	8.048.729	5.749.407	4.310.856	3.029.300	261,5	140,0	53,6
2005	3.214.770	2.089.739	4.190.858	2.756.335	3.878.926	2.687.576	130,4	120,7	92,6
2006	2.596.406	2.092.054	4.275.172	2.805.266	1.512.346	994.274	164,7	58,2	35,4
2007			2.466.536	1.549.098	3.631.490	2.409.225			147,2
2008			842.409	546.720					
Total	40.417.257	26.675.448	34.063.370	22.443.062	26.743.632	17.629.250	84,3	66,2	78,5

Medida I.5 - Evolução da despesa pública: programação, aprovações e execução



Medida I.5 - Evolução das taxas de execução



Incidência local do investimento aprovado

O investimento apoiado concentra-se, fundamentalmente, no litoral e no Baixo Mondego (68,1%), onde se localizam boa parte dos actores regionais que protagonizam iniciativas imateriais, susceptíveis de serem enquadradas nesta Medida.

Medida I.5 - Incidência do investimento aprovado

Unid: Euros

NUT	Aprovações				Execução		Capitação (Eur/hab.)	Projectos Dim. media
	Nº Proj	D. Publica	%	Feder	D. Publica	Feder		
Baixo Vouga	17	3.051.027	9,0	1.927.123	2.179.293	1.361.819	7,9	179.472
Baixo Mondego	59	23.211.150	68,1	15.718.298	19.129.683	12.982.259	68,3	393.409
Pinhal Litoral	15	1.761.371	5,2	1.112.152	801.251	493.435	7,1	117.425
Pinhal Int. Norte	5	986.953	2,9	642.863	251.923	165.093	7,1	197.391
Pinhal Int. Sul	1	136.931	0,4	89.005	136.931	89.005	0,5	136.931
Dão Lafões	8	1.551.875	4,6	955.980	1.396.841	856.188	34,6	193.984
Beira Int. Norte	9	1.063.638	3,1	633.409	806.519	475.696	21,3	118.182
Beira Int. Sul	12	1.663.902	4,9	975.090	1.608.272	947.275	14,5	138.658
Cova da Beira	5	636.524	1,9	389.143	432.920	258.480	8,1	127.305
Serra da Estrela								
Litoral	91	28.023.548	82,3	18.757.572	22.110.227	14.837.513	28,8	307.951
Interior	40	6.039.822	17,7	3.685.489	4.633.406	2.791.737	7,5	150.996
TOTAL	131	34.063.370	100,0	22.443.062	26.743.632	17.629.250	19,1	260.026

Investimento aprovado segundo os principais sectores de intervenção

A incidência do investimento por sectores de actividade mostra uma concentração no apoio ao desenvolvimento regional (40,1%), salientando-se ainda os sectores do turismo (22,2%), da cultura (10,9%) e da sociedade da informação (7,0%).

Medida I.5 - Investimento aprovado segundo os principais sectores de intervenção

Unid: Euros

Sector de Actividade	Aprovações				Execução	
	Nº Proj.	Desp. Publica	%	Feder	Desp. Publica	Feder
AGRICULTURA	6	974.990	2,9	619.082	788.505	497.867
AMBIENTE - outros	2	123.611	0,4	80.347	46.887	30.476
AMBIENTE - protecção ambiental	3	337.234	1,0	219.202	264.184	171.720
AMBIENTE - resíduos sólidos	2	202.880	0,6	131.872	202.880	131.872
APOIO AO DESENVOLV. REGIONAL	74	13.666.945	40,1	8.682.444	12.163.420	7.694.449
CULTURA	12	3.720.029	10,9	2.369.508	3.604.231	2.295.085
ENERGIA	1	49.787	0,1	32.361	47.907	31.140
INDÚSTRIA	1	42.952	0,1	27.918	19.937,71	12.959,51
OUTROS	16	4.752.083	14,0	3.088.854	1.341.199	871.779
SAÚDE	1	239.328	0,7	155.563	239.328	155.563
SOCIEDADE DE INFORMAÇÃO	2	2.391.088	7,0	1.642.512	2.391.087	1.642.511
TURISMO	11	7.562.443	22,2	5.393.397	5.634.067	4.093.829
Total	131	34.063.370	100,0	22.443.062	26.743.632	17.629.250

Indicadores de realização física

Na sequência do ponto anterior, não é de estranhar a maior concentração de projectos na linha de acção relativa às “acções inovadoras de promoção e valorização de recursos” e à “dinamização de redes e acções de cooperação interregional”.

Medida I.5 - Indicadores de realização física

Indicador	Unidade	Previsto 2006	Programado	Executado
Acções inovadoras de promoção e valorização de recursos	nº	300	555	305
Acções de sensibilização/divulgação	nº		1	1
Edição/produção/reprodução de materiais de divulgação e inform. (exemplares)	nº		264	251
Edições audiovisual/multimédia: exemplares	nº		2	0
Edições audiovisual/multimédia: títulos	nº		5	5
Iniciativas de animação e promoção turística	nº		9	1
Iniciativas de promoção/animação cultural	nº		234	9
Livros/publicações editados : títulos	nº		25	23
Material promocional/folhetos	nº		3	3
Exposições realizadas	nº		12	12
Reforço das estruturas organizativas de Apoio à Activ. Económica	nº	18	19	15
Estruturas prestadoras de serviços de qualificação e promoção regional	nº		19	15
Dinamização de Redes e Acções de cooperação Interregional	nº	70	102	63
Congressos/seminários/workshops : organização	nº		5	2
Congressos/seminários/workshops : participação	nº		2	0
Estudos temáticos realizados	nº		8	7
Estudos/projectos técnicos/diagnósticos/planos	nº		27	11
Feiras/certames/mostras : organização	nº		36	34

Feiras/certames/mostras : participação	nº		24	9
Reforço da Eficácia das Políticas Públicas	nº	8	11	4
Sistemas de informação	nº		4	2
Projectos de conteúdo diverso	nº		1	0
Projectos estruturantes implementados	nº		1	0
Projectos de instalação e ampliação de infraestruturas de rede informática	nº		2	1
Aplicações informáticas/bases de dados desenvolvidas	nº		3	1

7. Medida I.6 - Desenvolvimento dos Recursos Humanos

Síntese global da execução

Destinado a funcionários e agentes da Administração Local das mais variadas áreas funcionais e com níveis de habilitações e de competências profissionais diversificados, a Medida 1.6, co-financiada pelo Fundo Social Europeu (FSE), tem constituído, desde 2000, um importante contributo para a modernização das organizações e para que os formandos saibam servir mais e melhor os cidadãos.

Deste modo, o Programa FORAL tem tido, ao longo dos últimos oito anos, um importante papel na melhoria do nível de qualificação dos formandos, permitindo, por um lado, que desempenhem melhor as suas funções em áreas como a educação, economia local, a solidariedade social, a cultura, o desporto e lazer e o ambiente, e, por outro, que respondam rápida e eficientemente a novos desafios da descentralização administrativa, da sociedade da informação, do desenvolvimento local e regional e da modernização da Administração Local.

Durante o ano de 2007, após ter ficado decidido, na última Unidade de Gestão de 2006, que as candidaturas a projectos de acções formativas na Medida 1.6 estavam encerradas, pois a sua dotação orçamental encontrava-se totalmente absorvida para o Programa Estágios Profissionais na Administração Local (PEPAL) e para os estudos e recursos didácticos, foram aprovadas 92 candidaturas do PEPAL e 2 candidaturas de recursos didácticos.

Assim, se todas as candidaturas ao PEPAL foram aprovadas (92), visto que se enquadravam no contingente definido pelo Governo, que teve em conta as carências de recursos humanos e as condições internas de acolhimento e acompanhamento dos estagiários, das 14 candidaturas apresentadas aos recursos didácticos apenas 2 foram aprovadas e homologadas; 3 foram arquivadas (1 por ter entrado fora do prazo e 2 por falta de acreditação da entidade formadora) e 9 foram indeferidas em UG com base numa grelha de análise que fez com que as candidaturas fossem hierarquizadas. Refira-se que neste processo também interveio o CEFA.

No quadro seguinte verifica-se que no intervalo 2000-2008 foram aprovados 41.492.191 € (Despesa Pública), sendo 31.113.803 € relativos ao Fundo Estrutural. A (muito) ligeira subida em relação a 2007 tem a ver, como se viu, com o facto de a dotação orçamental encontrar-se totalmente absorvida para as candidaturas do PEPAL e dos recursos didácticos.

Medida I.6 - Síntese da execução

Unid: Euros

Ano	Programação		Aprovação		Execução		Taxas (%)		
	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	A/Prog	E/Prog	Exec./A
2000	8.625.695	6.469.288	264.064	198.048			3,1		
2001	8.335.927	6.251.961	1.689.735	1.261.961	432.339	301.778	20,3	5,2	25,6
2002	8.038.678	6.029.023	1.772.366	1.329.274	1.240.923	908.116	22,0	15,4	70,0
2003	5.642.531	4.231.912	3.526.933	2.645.200	1.334.650	1.045.495	62,5	23,7	37,8
2004			5.914.167	4.435.625	2.424.223	1.818.712			41,0
2005			9.019.645	6.764.734	3.442.782	2.582.087			38,2
2006			10.558.444	7.918.833	6.181.543	4.636.157			58,5
2007			7.674.902	5.756.176	8.795.414	6.596.560			
2008			1.071.937	803.952					
Total	30.642.831	22.982.184	41.492.191	31.113.803	23.851.874	17.888.906	135,4	77,8	57,5

A exemplo dos anos anteriores, a execução continuou a registar um forte crescimento, o que se deve, por um lado, ao facto de o número de candidaturas aprovadas ter crescido até ao final de 2006 e de, na sua maioria, serem plurianuais, e, por outro lado, de muitos dos projectos formativos aprovados se enquadrarem na modalidade de formação-acção. Esta modalidade formativa, não sendo “por catálogo” nem de curta duração, é de natureza mais estruturante e está vocacionada para resolver problemas específicos, o que faz com que tenha cargas horárias mais elevadas.

Incidência local do investimento aprovado

A distribuição geográfica das 649 candidaturas aprovadas sofre algumas alterações no que respeita ao peso de cada uma das N.U.T. III. Assim, 141 enquadram-se no “Baixo Mondego”, 96 em “Dão-Lafões” e 87 não são regionalizáveis. A forte subida da N.U.T. III “Dão Lafões”, bem como do “Pinhal Interior Norte” e da “Beira Interior Norte”, deve-se ao elevado número de concelhos e freguesias pertencentes àquelas N.U.T. que foi contemplado com estágios PEPAL. Por outro lado, as N.U.T. III “Baixo Vouga” e “Pinhal Litoral” continuam a revelar uma forte incidência do Programa FORAL.

O forte aumento do número de candidaturas pertencentes a N.U.T. situadas no interior fez com que ultrapassasse o número de N.U.T. do litoral (294 contra 268), o que já não acontecia desde 2003. Do ponto de vista financeiro, não houve qualquer alteração, visto que os valores aprovados para as N.U.T. do interior já vinham a superar os do litoral.

Medida I.6 - Incidência do investimento aprovado

Unid. Euros

NUT III	Nº Proj.	Custo total	D. Pública	Fundo	Incidência	
					%	por hab.
Baixo Vouga	76	3.235.953	3.235.953	2.425.985	7,77	8,40
Baixo Mondego	141	4.706.043	4.558.657	3.418.993	11,29	13,85
Pinhal Litoral	51	1.001.273	1.001.273	750.954	2,40	4,02
Pinhal Interior Norte	71	3.585.540	3.585.540	2.687.696	8,60	25,86
Dão-Lafões	96	6.454.040	6.454.040	4.840.530	15,49	22,59
Pinhal Interior Sul	23	1.343.141	1.343.141	1.007.355	3,22	29,96
Serra da Estrela	19	1.154.530	1.154.530	865.897	2,77	23,14
Beira Interior Norte	53	2.133.648	2.112.842	1.581.730	5,12	18,57
Beira Interior Sul	17	1.270.658	1.270.658	952.993	3,05	16,24
Cova da Beira	15	2.056.956	2.056.956	1.542.717	4,94	22,01
Não Regionalizável	87	14.726.539	14.718.603	11.038.952	35,34	
<i>Litoral</i>	268	8.943.269	8.795.883	6.595.932	21,46	9,18
<i>Interior</i>	294	17.998.511	17.977.705	13.478.919	43,19	22,34
Total da Medida	649	41.668.318	41.492.191	31.113.803	100,00	23,41

As candidaturas “Não Regionalizáveis”, ou seja, não enquadáveis em qualquer das dez N.U.T. III da Região Centro, voltam – pelo quinto ano consecutivo – a representar a maior fatia ao nível das aprovações (custo total elegível: 14.726.539 €), seguidas de Dão-Lafões (6.454.040 €) e do Baixo Mondego (4.706.043 €), que também mantêm as posições dos quatro anos anteriores.

Quanto ao número de candidaturas aprovadas por N.U.T., mantém-se a mesma distribuição dos anos anteriores. Assim, a N.U.T. “Baixo Mondego” continua a ser a mais representada (21 no final de 2003; 46 no final de 2004, 95 no final de 2005, 130 no final de 2006 e 141 no final de 2007), seguida de “Dão-Lafões” (20 no final de 2003; 37 no final de 2004, 56 no final de 2005, 82 no final de 2006, 96 no final 2007) e do “Baixo Vouga” (17 no final de 2003; 29 no final de 2004, 47 no final de 2005, 66 no final de 2006 e 76 no final de 2007).

Indicadores de realização física

Com excepção das candidaturas aprovadas em 2007, a 31 de Dezembro de 2007 todos os projectos formativos da Medida 1.6 deveriam ter as acções formativas concluídas.

A exemplo do ano anterior, em termos de aprovações, o número de mulheres voltou a superar o número de homens (73.017 num total de 144.151), e, na formação realizada, os homens ultrapassaram as mulheres (47.872 num total de 91.879 formandos).

Em 2007 a formação realizada envolveu 33.758 formandos, ou seja, teve um peso igual ao de 2006 (37%), o que se deve, como se viu atrás, ao facto de muitas das candidaturas aprovadas serem plurianuais.

Medida 1.6 - Execução física

Indicador físico		Unidade	Situação de partida	Previsto em CP		Aprovações (quantidade)			Execuções (quantidade)		
				2003	2006	2000/06	2007	TOTAL	2000/06	2007	TOTAL
Formandos	Homens	Unidades	1238	11.085	25.865	71.044	90	71.134	29.224	18.648	47.872
	Mulheres		1532	11.085	25.865	72.792	225	73.017	28.897	15.110	44.007
	Empregados		(1)	22.170	51.730	143.836	315	144.151	58.121	33.758	91.879
	Desempregados		(1)	0	0	0	0	0	0	0	0
	Domínio Ambiente		(1)	(1)	(1)	2.353	0	2.353	897	30	927
	Acções TIC		(1)	(1)	(1)	34.804	0	34.804	13.403	3.279	16.682
	Acções de I/O		(1)	(1)	(1)	0	0	0	0	0	0
Acções	Total		(1)	(1)	(1)	10.371	315	10.686	5.149	2.397	7.546
	Domínio Ambiente		(1)	(1)	(1)	(2)	(2)	(2)	99	3	102
	Domínio das TIC		(1)	(1)	(1)	(2)	(2)	(2)	1.263	241	1.504
	Domínio da I/O		(1)	(1)	(1)	0	0	0	0	0	0
Volume de Formação		horas	(1)	(1)	(1)	4.393.551	573.300	4.966.851	1.735.985	669.293	2.405.278
Custo Total		euros	(1)	30.642.831	40.939.157	37.774.183	3.894.134	41.668.317	15.113.113	8.876.510	23.989.623
Despesa Pública		euros	(1)	30.642.831	40.939.157	37.598.057	3.894.134	41.492.191	15.056.460	8.795.414	23.851.874
FSE		euros	(1)	22.982.184	30.704.459	28.193.203	2.920.600	31.113.803	11.292.345	6.596.560	17.888.906

(1) Não previsto em Complemento de Programação

(2) Não disponível

As acções TIC continuam a superar as de Formação Ambiental em todos os indicadores: no número de formandos envolvidos (16.682 e 927, respectivamente); no número de acções realizadas (1.504 e 102, respectivamente).

Quanto à formação realizada em 2007, o volume de formação (669.293) representa cerca de metade do volume de formação executado no período 2000-2006 (1.735.985), tendência já verificada nos anos anteriores e que tem a ver com os motivos atrás mencionados.

8. Medida I.7 - Acções Específicas de Valorização Territorial

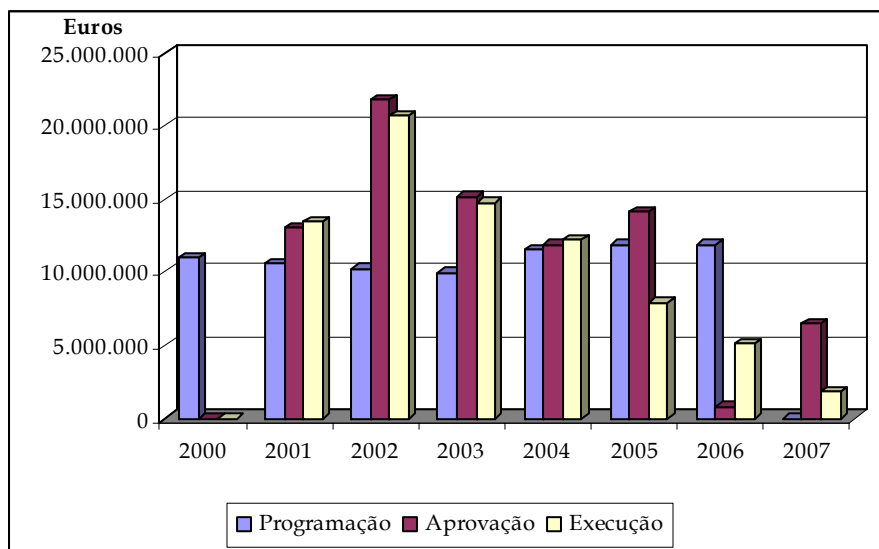
Os 34 projectos aprovados envolvem um investimento de 83,4 milhões de Euros, representando a execução 98,7% da programação total. Os projectos aprovados são, fundamentalmente, equipamentos estruturantes para a região, pelo que a respectiva dimensão média é relativamente elevada.

Medida I.7- Síntese da execução

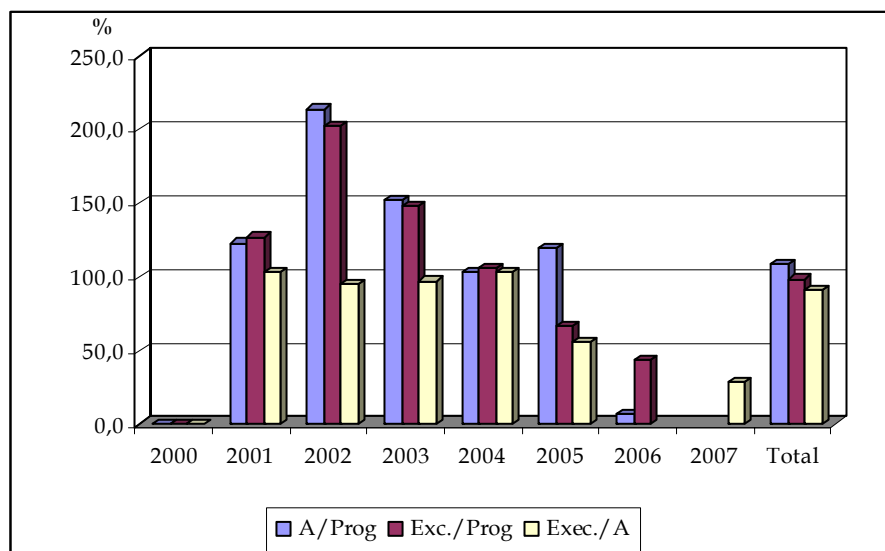
Unid: Euros

Ano	Programação		Aprovações		Execução		Taxas (%) Despesa Pública		
	D. Pública	Feder	D. Pública	Feder	D. Pública	Feder	A/Prog	Exc./Prog	Exec./A
2000	10.967.248	7.677.017							
2001	10.595.704	7.416.937	13.044.342	9.125.320	13.468.249	9.422.055	123,1	127,1	103,2
2002	10.219.253	7.153.424	21.832.705	15.063.237	20.683.975	14.259.126	213,6	202,4	94,7
2003	9.981.764	6.987.183	15.174.474	10.477.812	14.734.452	10.169.797	152,0	147,6	97,1
2004	11.520.702	8.064.451	11.865.530	7.992.333	12.236.880	8.252.278	103,0	106,2	103,1
2005	11.874.436	8.312.063	14.149.848	6.960.558	7.918.608	4.135.216	119,2	66,7	56,0
2006	11.874.202	8.311.898	830.936	513.813	5.125.488	2.573.791	7,0	43,2	616,8
2007			6.466.388	4.013.234	1.832.744	1.013.640			28,3
2008			46.669	32.668					
Total	77.033.309	53.922.973	83.410.892	54.178.976	76.000.397	49.825.902	108,3	98,7	91,1

Medida I.7 - Evolução da despesa pública: programação, aprovações e execução



Medida I.7 - Evolução das taxas de execução



Incidência local do investimento aprovado

Observando a incidência geográfica do investimento verificamos que as NUT III do Baixo Vouga (30,3%), Baixo Mondego (16,6%) e Dão Lafões (15,9%) detêm a maior concentração de investimento. Com os projectos aprovados nesta Medida foi possível intervir nos principais aglomerados da Região, sobretudo em equipamentos estruturantes.

Medida I.7 - Incidência do investimento aprovado

Unid: Euros

NUT	Aprovações				Execução		Capitação (Eur/hab.)	Projectos Dim. media
	Nº Proj	D. Publica	%	Feder	D. Publica	Feder		
Baixo Vouga	9	25.294.951	30,3	17.689.608	22.821.939	15.958.501	65,6	2.810.550
Baixo Mondego	2	13.860.739	16,6	8.948.477	13.860.739	8.948.477	40,7	6.930.370
Pinhal Litoral	4	6.127.183	7,3	4.289.028	5.097.636	3.568.345	24,4	1.531.796
Pinhal Int. Norte	4	4.536.235	5,4	2.200.982	3.708.239	1.839.670	32,7	1.134.059
Pinhal Int. Sul	1	1.738.102	2,1	1.216.671	1.738.101	1.216.671	38,8	1.738.102
Dão Lafões	6	13.236.773	15,9	8.684.486	12.215.280	8.173.739	46,2	2.206.129
Beira Int. Norte	1	1.942.065	2,3	971.033	0	0	16,8	1.942.065
Beira Int. Sul	3	9.504.069	11,4	5.945.791	9.489.875	5.938.694	121,7	3.168.023
Cova da Beira	3	6.263.048	7,5	3.779.036	6.263.048	3.779.036	66,9	2.087.683
Serra da Estrela	1	907.727	1,1	453.864	805.538	402.769	18,2	907.727
Litoral	15	45.282.873	54,3	30.927.113	41.780.315	28.475.323	46,3	3.018.858
Interior	19	38.128.020	45,7	23.251.862	34.220.082	21.350.579	47,3	2.006.738
TOTAL	34	83.410.892	100,0	54.178.976	76.000.397	49.825.902	46,8	2.453.262

Investimento aprovado segundo os principais sectores de intervenção

Os montantes mais significativos foram investidos na cultura (35,7 milhões de Euros; 42,9% do investimento total), no apoio ao desenvolvimento regional (25,8 milhões; 31,1%), em equipamentos de recreio e lazer ou intervenções de reabilitação, quer do património local ou do tecido urbano.

Medida I.7 - Investimento aprovado segundo os principais sectores de intervenção

Unid: Euros

Sector de Actividade	Aprovações				Execução	
	Nº Proj.	Desp. Publica	%	Feder	Desp. Publica	Feder
CULTURA	14	35.770.682	42,9	23.432.407	30.231.923	20.168.426
APOIO AO DESENV. REGIONAL	9	25.937.710	31,1	17.182.015	24.126.837	16.132.688
RECREIO E LAZER	2	7.832.771	9,4	5.023.419	7.832.771	5.023.419
REVITALIZAÇÃO URBANA	3	4.038.004	4,8	2.689.750	4.038.004	2.689.750
PATRIMÓNIO HIST. CULTURAL	2	3.693.474	4,4	2.270.390	3.693.473	2.270.390
INDÚSTRIA	2	3.578.906	4,3	1.789.453	3.564.712	1.782.356
OUTROS	1	1.738.102	2,1	1.216.671	1.738.101	1.216.671
EDUCAÇÃO - outros	1	821.244	1,0	574.871	774.575	542.203
Total	34	83.410.892	100,0	54.178.976	76.000.397	49.825.902

Indicadores de realização física

Tendo presente os sectores de intervenção e o número de intervenções aprovadas, importa destacar a diversidade de equipamentos com que a Região fica dotada, sobretudo os de índole cultural e as infraestruturas de apoio à actividade empresarial.

Medida I.7 - Indicadores de realização física

Nome Indicador	Unidade	Previsto 2006	Qtde Programada	Qtde Executada
Equipamentos estruturantes(culturais, de lazer, apoio à activ. Económica		24	30	23
Auditórios e centros de conferência/congressos construídos			1	1
Bibliotecas construídas			1	1
Centros culturais construídos			4	2
Centros de artes construídos			1	0
Centros de ciência viva criados			1	1
Edifícios construídos			1	1
Escolas profissionais construídas			1	0
Infraestruturas de apoio à actividade económica construídas			1	1
Infraestruturas de apoio à actividade económica remodeladas/ampliadas			1	0
Loteamentos e zonas industriais municipais remodelados/ampliados			3	2
Museus construídos			2	2
Parques de estacionamento construídos			1	1
Parques/pavilhões de exposição construídos			4	4
Parques/pavilhões de exposição remodelados/ampliados			1	1
Teatros/cinemas/cine teatros construídos			3	2
Teatros/cinemas/cine teatros recuperados/remodelados			3	3
Zonas de lazer beneficiadas/recuperadas			1	1
Área infraestruturada para acolhimento empresarial			138.514	89.203
Área recuperada para zonas verdes e equipamento social			80.100	68.085
Área urbana intervencionada			35.000	35.000
Edifícios de interesse patrimonial recuperados		2	2	2
Edifícios de interesse patrimonial recuperados/valorizados			2	2

9. Medida I.8 - Bonificação de Juros em Linhas de Crédito ao Investimento Autárquico

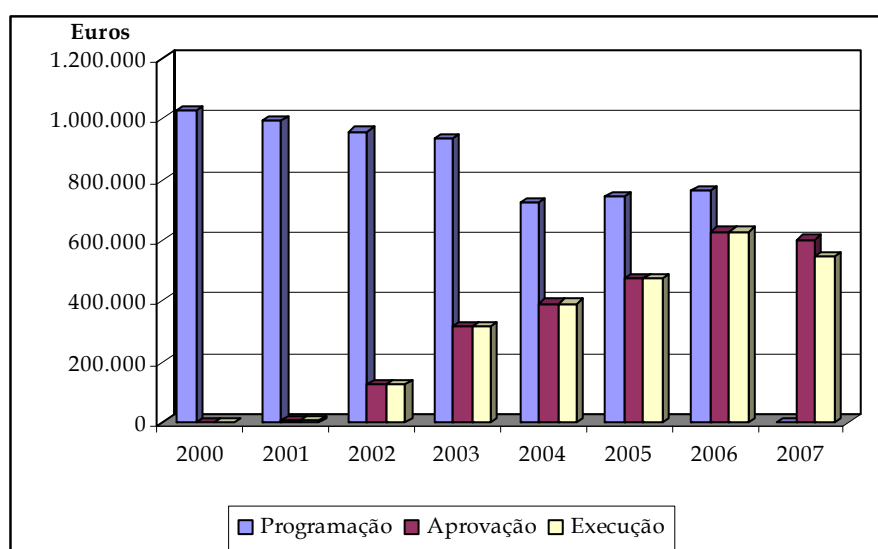
A situação da Medida 1.8 em termos de aprovações é igual à do ano anterior, como se pode observar no quadro e gráfico seguintes. É de salientar que cerca de metade dos valores aprovados nos 169 projectos se encontram executados. A outra metade corresponde às bonificações de juros com vencimento nos anos 2008 e seguintes, concentrando se este montante no ano 2008.

Medida I.8 - Síntese da execução

Unid: Euros

Ano	Programação		Aprovações		Execução		Taxas (%) Despesa Pública		
	D. Pública	Feder	D. Pública	Feder	D. Pública	Feder	A/Prog	Exc./Prog	Exec./A
2000	1.029.587	772.190							
2001	994.707	746.030	5.133	3.850	5.133	3.850	0,5	0,5	100,0
2002	959.365	719.524	124.659	93.494	124.659	93.494	13,0	13,0	100,0
2003	937.071	702.803	316.094	237.006	316.093	237.006	33,7	33,7	100,0
2004	726.315	544.736	391.996	293.804	391.996	293.804	54,0	54,0	100,0
2005	746.885	560.164	474.297	355.521	474.297	355.521	63,5	63,5	100,0
2006	764.929	573.697	629.608	471.994	629.608	471.994	82,3	82,3	100,0
2007			602.196	451.534	547.816	410.749			91,0
2008			2.561.595	1.920.737					
Total	6.158.859	4.619.144	5.105.579	3.827.940	2.489.603	1.866.418	82,9	40,4	48,8

Medida I.8 - Evolução da despesa pública: programação, aprovações e execução



Incidência local do investimento aprovado

No quadro seguinte é apresentada a distribuição do investimento aprovado e executado por NUT III.

Medida I.8 - Incidência do investimento aprovado

Unid: Euros

NUT III	Aprovações				Execução		Pagamentos
	N.º proj.	D. Pública	%	Feder	D. Pública	Feder	
Baixo Vouga	23	624.302	12,2	468.227	327.464	245.598	245.598
Baixo Mondego	26	1.311.186	25,7	983.390	707.731	530.799	530.799
Pinhal Litoral	6	187.340	3,7	140.505	98.389	73.792	73.792
Pinhal Interior Norte	33	468.224	9,2	349.924	277.134	207.066	207.066
Pinhal Interior Sul	2	70.937	1,4	53.203	42.545	31.909	31.909
Dão-Lafões	30	968.987	19,0	726.740	331.445	248.584	248.584
Beira Interior Norte	22	835.860	16,4	626.895	372.658	279.494	279.494
Beira Interior Sul	11	285.553	5,6	214.165	153.257	114.943	114.943
Cova da Beira	0	0	0,0	0	0	0	0
Serra da Estrela	16	353.188	6,9	264.891	178.979	134.235	134.235
Litoral	55	2.122.829	41,6	1.592.122	1.133.584	850.188	850.188
Interior	114	2.982.750	58,4	2.235.819	1.356.019	1.016.230	1.016.230
Total	169	5.105.579	100,0	3.827.940	2.489.603	1.866.418	1.866.418

Conclui-se que, não havendo alteração dos valores aprovados, a sua distribuição por NUT se mantém igual face ao ano anterior. O Pinhal Interior é a NUT com maior número de projectos aprovados, verificando-se uma maior procura de empréstimos bonificados por parte dos municípios do interior em relação aos do litoral.

Indicadores de realização física

A realização física é dada pelo número de empréstimos contratados, que se mantém nos 169 projectos aprovados. A taxa de execução física corresponde à percentagem de execução financeira (48,5%), como mostra o quadro seguinte.

Medida I.8 - Indicadores de realização física

Designação do indicador físico	Unidade	Aprovações	Grau de execução (%)
Empréstimo contratados ao abrigo da linha de crédito	Número	169	48,5

10. Medida I.9 – Saneamento básico

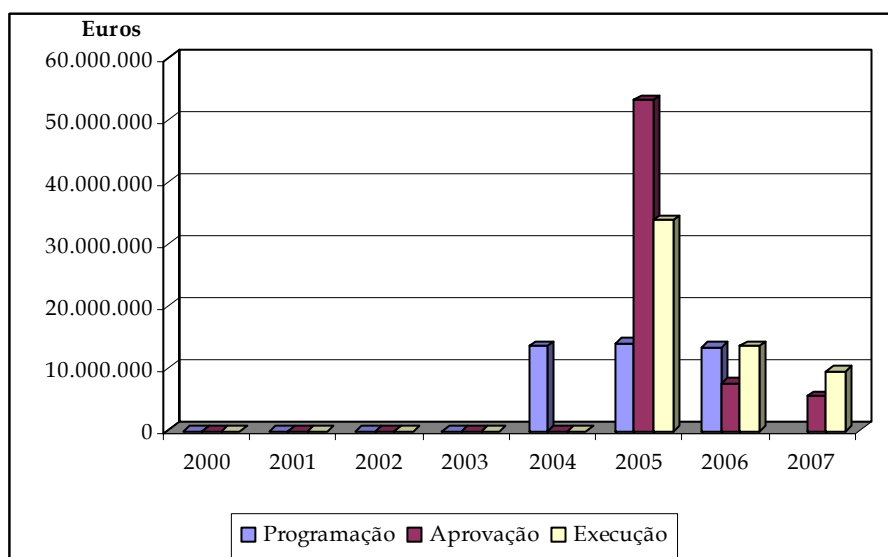
Os 128 projectos aprovados envolvem um investimento de 67 milhões de Euros de despesa pública e 32,3 milhões de Fundo, valor ligeiramente superior ao programado.

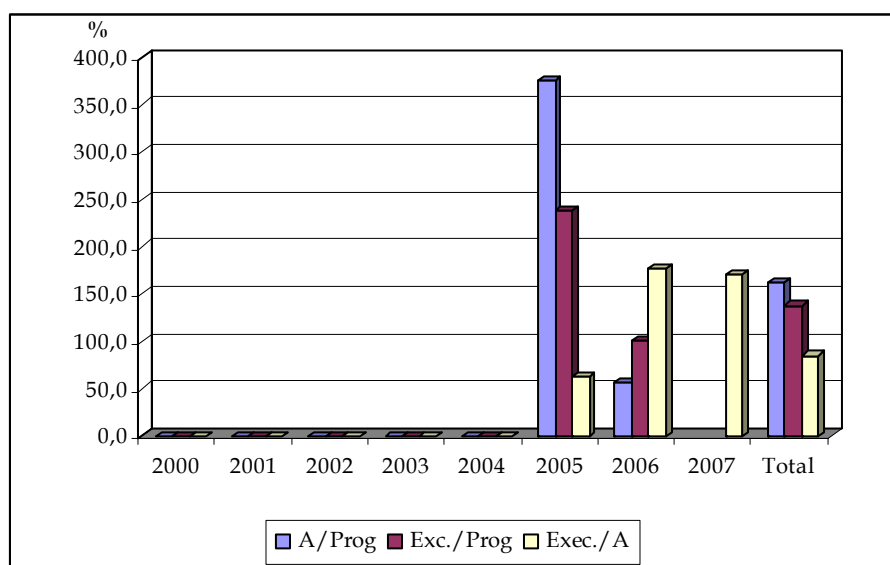
Medida I.9 - Síntese da execução

Unid: Euros

Ano	Programação		Aprovações		Execução		Taxas (%) Despesa Pública		
	D. Pública	Feder	D. Pública	Feder	D. Pública	Feder	A/Prog	Exc./Prog	Exec./A
2000									
2001									
2002									
2003									
2004	13.685.223	10.263.917							
2005	14.172.083	10.629.062	53.187.959	24.495.717	33.812.932	16.149.222	375,3	238,6	63,6
2006	13.476.028	10.107.021	7.678.566	4.098.713	13.565.521	5.983.112	57,0	100,7	176,7
2007			5.589.174	3.441.058	9.532.021	5.054.966			170,5
2008			608.202	359.931					
Total	41.333.334	31.000.000	67.063.901	32.395.418	56.910.474	27.187.300	162,3	137,7	84,9

Medida I.9 - Evolução da despesa pública: programação, aprovações e execução



Medida I.9 - Evolução das taxas de execução*Incidência local do investimento aprovado*

As NUT do Baixo Vouga (26,3%), Baixo Mondego (13,3%), Pinhal Litoral (18,1%) e Dão Lafões (14,8%) são as que apresentam investimentos mais significativos, representando os 42 apoiados no litoral 57,7% do investimento total.

Medida I.9 - Incidência do investimento aprovado

Unidade:: Euros

NUT	Aprovações				Execução		Capitação (Eur/hab.)	Projectos Dim. média
	Nº Proj	D. Publica	%	Feder	D. Publica	Feder		
Baixo Vouga	16	17.618.322	26,3	7.047.873	16.849.426	6.794.885	45,7	1.101.145
Baixo Mondego	15	8.920.558	13,3	4.508.172	8.662.352	4.394.156	26,2	594.704
Pinhal Litoral	11	12.171.154	18,1	6.550.905	6.249.993	3.402.477	48,5	1.106.469
Pinhal Int. Norte	16	6.901.199	10,3	3.392.311	6.188.852	3.051.620	49,8	431.325
Pinhal Int. Sul	4	1.491.459	2,2	855.119	453.271	249.989	33,3	372.865
Dão Lafões	28	9.948.541	14,8	4.839.774	9.264.568	4.497.788	34,7	355.305
Beira Int. Norte	19	4.991.592	7,4	2.690.725	4.431.223	2.390.991	43,3	262.715
Beira Int. Sul	6	1.239.652	1,8	619.826	1.239.652	619.826	15,9	206.609
Cova da Beira	8	2.207.027	3,3	1.103.514	2.207.027	1.103.514	23,6	275.878
Serra da Estrela	5	1.574.398	2,3	787.199	1.364.111	682.056	31,6	314.880
Litoral	42	38.710.033	57,7	18.106.950	31.761.770	14.591.517	39,6	921.667
Interior	86	28.353.868	42,3	14.288.468	25.148.704	12.595.783	35,2	329.696
TOTAL	128	67.063.901	100,0	32.395.418	56.910.474	27.187.300	37,6	523.937

Investimento aprovado segundo os principais sectores de intervenção

Tal como previsto especificamente para a Medida, o volume mais expressivo de projectos aprovados corresponde a projectos de redes de drenagem de águas residuais que representam 86,6% do investimento total aprovado.

Medida I.9 - Investimento aprovado segundo os principais sectores de intervenção

Sector de Actividade	Aprovações				Execução	
	Nº Proj.	Desp. Publica	%	Feder	Desp. Publica	Feder
AMBIENTE - abastecimento água	21	9.007.632	13,4	4.750.238	8.520.181	4.477.559
AMBIENTE - águas residuais	107	58.056.269	86,6	27.645.180	48.390.293	22.709.741
Total	128	67.063.901	100,0	32.395.418	56.910.474	27.187.300

*Indicadores de realização física***Medida I.9 - Indicadores de realização física**

Nome Indicador	Unidade	Previsto 2006	Qtde Programada	Qtde Executada
Rede de Abastecimento de Água	Km	150	327	228
Rede de abastecimento de água construída	Km		210	132
Rede de abastecimento de água remodelada/ampliada	Km		117	97
Rede de abastecimento de água: captação e tratamento	nº		3	3
Reservatórios construídos	n.º		22	14
Drenagem e Tratamento de Águas Residuais		460	807	557
Rede de drenagem de águas residuais construída	Km		794	550
Rede de drenagem de águas residuais remodelada/ampliada	Km		13	7
Estações Elevatórias	n.º		41	9
ETAR construídas	n.º		39	26
ETAR remodeladas/ampliadas	n.º		3	3
Projectos de telegestão e monitorização de sistemas de abastecimento de água/rede de águas residuais	nº		11	5

Eixo Prioritário II

Acções Integradas de Base Territorial

1. Eixo II – Enquadramento e síntese de execução

Enquadramento e ponto de situação

O Eixo Prioritário II – Acções Integradas de Base Territorial do PO Centro tem como objectivo a concretização de intervenções de política pública em que a necessidade de concentração e integração dos investimentos em domínios estratégicos e em projectos estruturantes é promovida numa perspectiva territorial e/ou temática bem definida.

O estrutura do Eixo compreende sete medidas sendo cinco financiadas pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), uma pelo Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola (FEOGA) e uma pelo Fundo Social Europeu (FSE).

As medidas FEDER organizam-se em Acções Integradas de Base Territorial (AIBT's) - Acção Integrada para a Qualificação e Competitividade das Cidades (Componente Territorial); Acções Inovadoras de Dinamização das Aldeias; Turismo e Património no Vale do Côa; Serra da Estrela e Pinhal Interior sendo a sua gestão da responsabilidade das respectivas Coordenações. No decurso de 2007 verificou-se alteração na liderança da Coordenação das medidas 2.6 e 2.7.

O acompanhamento físico dos projectos apoiados no âmbito do FEDER (com excepção da medida 2.1) foi efectuada pelos Gabinetes de Apoio Técnico (GAT). Face à reorganização dos serviços da CCDRC e desactivação gradual dos GAT com intervenção na área (6 até final de 2007 e a concluir em 2008) as competências de acompanhamento e verificação física de despesa passaram a ser efectuadas por técnicos sedeados junto das estruturas sub-regionais da CCDRC.

A gestão e acompanhamento dos projectos FEOGA-O, da responsabilidade da Coordenação da medida, tem sido assegurada por estrutura de apoio técnico sedeadada na CCDD e por estrutura de apoio da Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Centro. A Unidade Técnica de Coordenação foi responsável pela análise das candidaturas às diversas linhas de acção da medida.

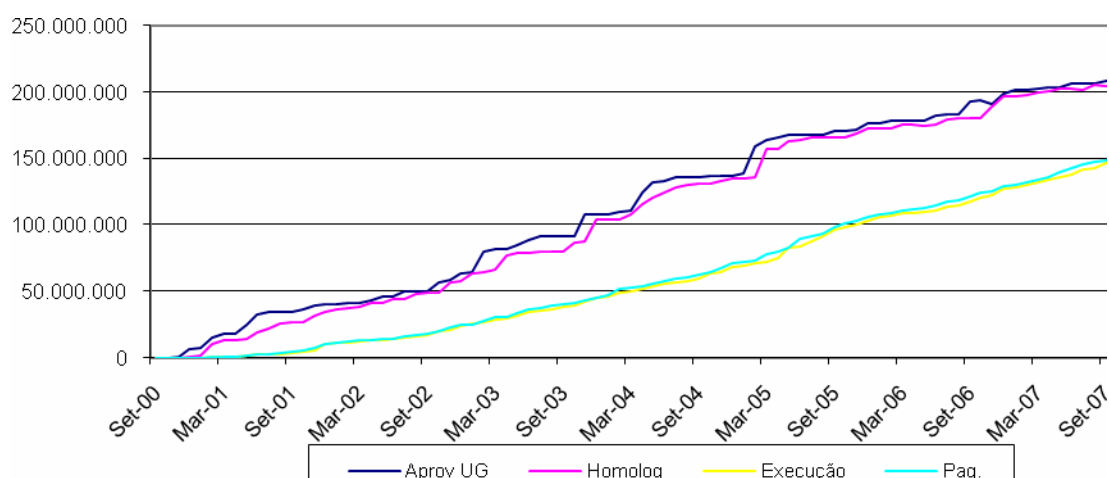
A estrutura e gestão dos projectos no âmbito da Medida 2.8 – Desenvolvimento dos Recursos Humanos e Promoção da Coesão Social (FSE), é assegurada por EAT sedeadada na CCDD.

Para o conjunto do Eixo e durante o ano de 2007, foram realizadas 10 Unidades de Gestão, repartidas pelas diferentes secções, sendo apreciadas 89 candidaturas (parecer favorável). O volume total de candidaturas apreciados no período de execução do Programa ascende a 1476.

O Eixo Prioritário II viu aprovado, até Dezembro de 2007, um investimento em despesa pública de 295.949.979€, a que correspondeu uma comparticipação comunitária de 205.546.412€, referente a 1134 projectos. No final de 2007 estavam pendentes de decisão 19 candidaturas que mereceram parecer favorável da respectiva Unidade de Gestão. Na generalidade dos casos, esta pendência decorria da necessidade de ser comprovada a conclusão dos procedimentos de contratação pública.

Na sequência da aplicação da regra n+2 ao ano de 2005 os valores programados são alterados reduzindo no Eixo II para 37.480.900 € (DP) e 25.339.937€ (FEOGA).

O ritmo das aprovações, execução e pagamentos teve um comportamento razoável sendo 2007 o ano com segundo maior nível de execução. Verifica-se uma aproximação gradual da execução face ao programado e aprovado resultante da estabilização do nível de aprovações. O balanço relativo à execução sendo positivo foi inferior ao desejável no final de 2006, situação que decorre, fundamentalmente, da evolução da medida 2.1.

Eixo II - Evolução da despesa pública por ano e Fundo - programação, aprovação e execução

Em termos de aprovações a situação verificada no final de 2007 é classificada como positiva dado que todas as medidas (com excepção da 2. 7) concretizaram procedimentos tendo em vista garantir um nível de aprovações superior ao programado. Todas as medidas se encontram, assim, em overbooking com excepção da medida 2.1 que, no entanto, já dispõe de projectos em carteira com parecer positivo que permitem garantir esse objectivo.

No que se refere à execução deve salientar-se o desempenho positivo da medida 2.4 face aos anos anteriores (associado ao arranque da execução do projecto do “Museu de Arte e Arqueologia do Vale do Côa”), a manutenção do padrão de execução das medidas 2.3 e 2.5 e a consolidação dos objectivos de promoção associados às “Aldeias do Xisto” (medida 2.6).

Para o ano de 2008 existe a necessidade de incrementar fortemente a execução das medida 2.1 e 2.4, e assegurar o mesmo nível de desempenho do ano de 2007 nas medida 2.6 e 2.8 por forma a que seja garantido o cumprimento das metas programadas.

Nas restantes medidas FEDER, face às medidas adoptadas pelas Coordenações, será expectável que se cumpram rapidamente os objectivos de execução.

No que se refere ao FEOGA pelo segundo ano consecutivo e apesar do esforço efectuado na gestão e acompanhamento da medida 2.7 verifica-se que o grau de execução ficou aquém do desejável. Esta situação resulta, fundamentalmente, do processo de financiamento da componente pública nacional (disponibilização, em tempo útil, da dotação PIDDAC) e dificuldades financeiras dos Municípios.

Além dos procedimentos inerentes à análise e preparação das candidaturas de cada uma das medidas que integram o Eixo II, foram desenvolvidas, durante o ano de 2007, um conjunto de actividades que permitiram assegurar o acompanhamento dos projectos aprovados e a gestão e coordenação das medidas, das quais se destacam: o apuramento mensal da execução efectuado por projecto, medida e conjunto do Eixo; actualização da informação física e financeira nos sistemas de informação; verificação dos elementos de despesa relativo aos projectos aprovados e processamento dos pagamentos aos beneficiários das diferentes medidas.

No decurso de 2007 (dando sequência aos procedimentos iniciados no final de 2006) verificou-se um esforço significativo de gestão na reverificação dos procedimentos de contratação pública na sequência do Plano de Acção de Intensificação das Regras dos Mercados Públicos. Nesta matéria

destaca-se a recuperação do histórico de 2005 e a conclusão da reverificação dos projectos da AIBT do Pinhal Interior (FEDER), iniciada no em 2006.

Apesar de generalidade dos procedimentos associados aos projectos aprovados se apresentar regular verificaram-se efeitos significativos a nível de execução na medida 2.1 (resultante da recuperação do histórico) e a nível do processo de decisão na medida 2.6. A aprovação de candidaturas da medida 2.6 foi afectada temporalmente dado que não foram realizadas Unidades de Gestão entre Julho de 2006 e Abril de 2007.

Candidaturas apreciadas

Até 31 de Dezembro de 2007 foram apresentadas 1496 candidaturas. Destas 1204 obtiveram parecer favorável das respectivas Unidades de Gestão e 68 parecer desfavorável. O quadro seguinte dá conta da situação reportada a 31/12/2007, para cada medida..

Nº de Candidaturas								
Medida	Entrad.AIBT	Decididas em UG		Apreciadas em UG e em fase de Audiência Prévia	Situação a 31/12/2007			
		Parecer Desfavorável	Parecer Favorável		Decididas (Homologadas)		Aguarda homologação	Desistência/ Caducid.
					Aprovadas	Indeferidas		
II.1	29		29	0	24	1	4	
II.3	192		192		191			1
II.4 (*)	119	1	116	0	114	1		2
II.5(**)	111	1	92	0	89	1		3
II.6	276	0	276		219	0	15	42
II.7(***)	651	48	402	177	402	48		
II.8(****))	118	18	95	0	95	18		
TOTAL	1496	68	1204	177	1134	69	19	50

(*) 2 desistidos pré-UG; (**)18 desistidos pré-UG; (***) 24 cancelados; (****)5 desistidos pré-UG

O maior número de indeferimentos regista-se na medida 2.7 (FEOGA-O) situação que tenderá a crescer face ao número de pareceres desfavoráveis em processo de decisão no final de 2007 – associados à insuficiência financeira da medida 2.7 – prevê-se um acréscimo significativo no início de 2008.

Os motivos principais de indeferimento encontram-se discriminados nas sínteses das medidas.

Execução

Sendo o FEDER o principal responsável pelo financiamento do Eixo II (75,6% do custo total programado 2000-2006, contra 6,7% do FSE e 17,7% do FEOGA), os três fundos, no seu conjunto, apresentam uma taxa de 101,3% da despesa pública aprovada face ao programado. Todos os fundos apresentam uma taxa de aprovação superior ao programado precavendo a possibilidade de reduções de execução face ao aprovado.

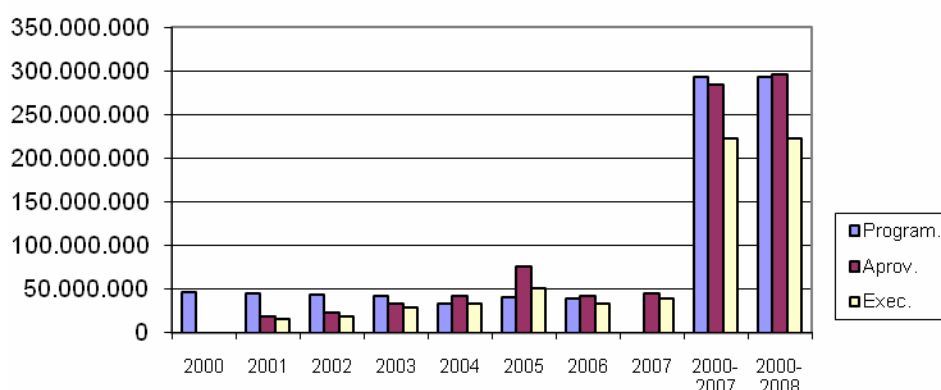
Os quadros seguintes apresentam a evolução desde o início do III QCA até 31 de Dezembro de 2007, da despesa pública no que se refere à programação, aprovação e execução, por ano e acumulado e considerando os diferentes fundos do Eixo II.

Eixo II - Aprovações e Execução Financeira - Situação a 31 de Dezembro de 2007

Unidade: euros

Ano	Programação		Aprovações		Execução		Taxas(%)		
	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	A/Prog	Exc./Prog	Exec/A
2000	46.210.573	32.040.045	0	0	0	0	0,0	0,0	0,0
2001	45.142.098	31.259.238	19.169.388	13.244.767	15.881.424	10.869.317	42,5	35,2	82,8
2002	43.716.806	30.258.006	23.959.909	16.817.354	19.051.882	13.362.555	54,8	43,6	79,5
2003	42.872.370	29.659.924	33.410.362	23.366.256	29.736.875	20.719.888	77,9	69,4	89,0
2004	34.279.319	24.119.436	43.070.777	30.152.704	33.544.323	23.382.771	125,6	97,9	77,9
2005	41.086.939	29.466.358	75.455.324	52.370.655	50.536.105	34.994.670	183,6	123,0	67,0
2006	38.964.399	28.576.936	42.416.346	29.162.665	34.073.132	23.886.932	108,9	87,4	80,3
2007	0	0	46.027.220	31.912.412	39.088.344	27.208.223	0,0	0,0	84,9
2000-2007	292.272.504	205.379.943	283.509.326	197.026.812	221.912.084	154.424.355	97,0	75,9	78,3
Total (2000-2008)	292.272.504	205.379.943	295.949.979	205.546.412	221.912.084	154.424.355	101,3	75,9	75,0

**Evolução da despesa
pública, programação, aprovação e execução - Eixo II**



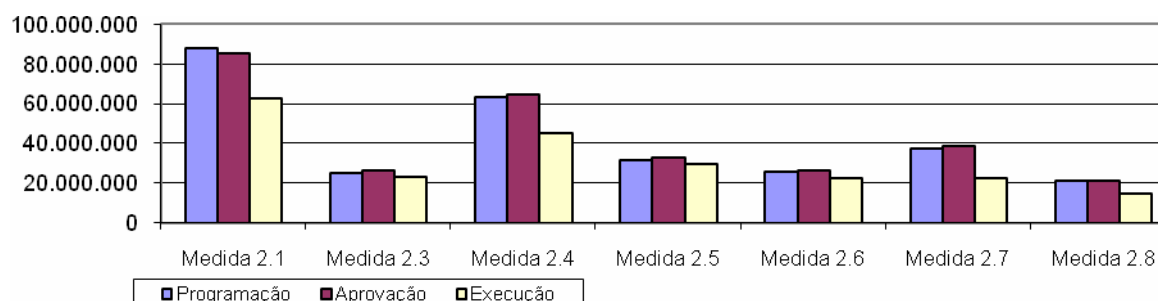
Verifica-se que o volume de execução da medida 2.4 cresceu fortemente face aos anos anteriores. Na medida 2.8 verificou-se, igualmente, um acréscimo significativo. Por outro lado, manteve-se o padrão de execução das medidas 2.5 (94,5%), 2.3 (92,7%) e 2.6 (86,5%) que apresentam um grau de execução face ao programado superior a 85%.

Eixo II - Aprovações e Execução Financeira por Medida - Situação a 31 de Dezembro de 2007

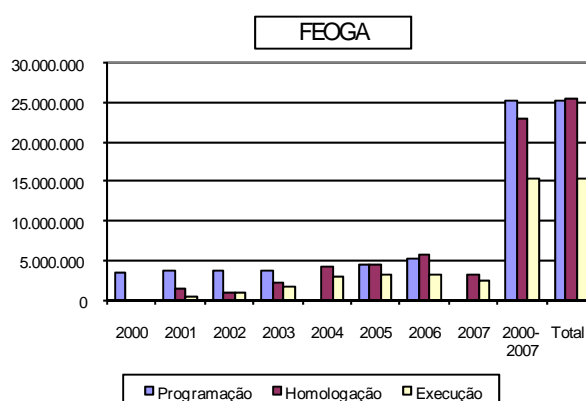
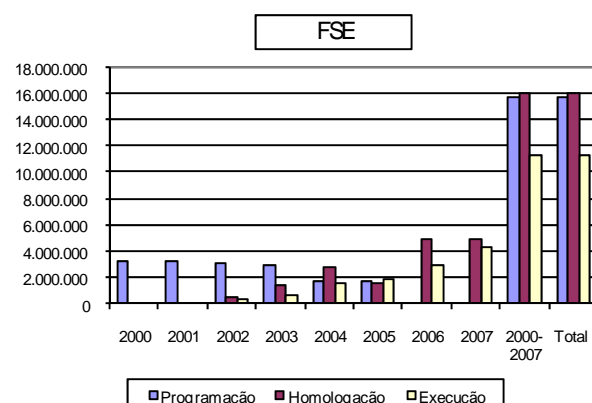
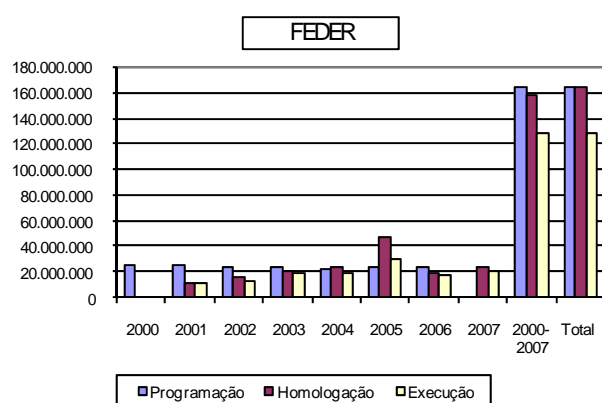
Unidade: euros

Ano	Programação		Aprovações		Execução		Taxas(%)		
	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	A/Prog	Exc./Prog	Exec/A
Medida 2.1	87.810.656	62.104.647	85.379.820	59.818.237	62.822.915	44.087.035	97,2	71,5	73,6
Medida 2.3	25.251.751	17.675.724	26.686.864	18.663.231	23.414.621	16.273.193	105,7	92,7	87,7
Medida 2.4	63.120.794	44.185.001	64.222.398	44.938.241	45.355.145	31.731.163	101,7	71,9	70,6
Medida 2.5	31.560.497	22.092.600	33.130.685	22.636.670	29.831.124	20.394.318	105,0	94,5	90,0
Medida 2.6	26.078.074	18.254.651	26.706.384	17.957.010	22.557.586	15.221.884	102,4	86,5	84,5
Medida 2.7	37.480.900	25.339.937	38.511.052	25.548.441	22.801.947	15.370.202	102,7	60,8	59,2
Medida 2.8	20.969.832	15.727.383	21.312.776	15.984.582	15.128.746	11.346.559	101,6	72,1	71,0
Total (2000-2008)	292.272.504	205.379.943	295.949.979	205.546.412	221.912.084	154.424.355	101,3	75,9	75,0

Evolução da despesa pública - programação, aprovação e execução por Medida - Eixo II



Contudo, comportamentos diferenciados são possíveis de verificar quando se analisa cada um dos fundos. A análise da execução financeira de cada um dos fundos estruturais no final de 2007 assinala, a par de uma taxa de execução FEDER face ao programado de 78,7%, taxas menos significativas no FSE (72,1%) e no FEOGA (60,8%).



Em síntese, o ponto de situação do Eixo 2 é apresentado no quadro seguinte:

Eixo II - Aprovações e Execução Financeira por Fundo - Situação a 31 de Dezembro de 2007

Unidade: euros

Ano	Fundo	Nº proj	Programação do PO		Aprovações		Execução		Taxas (%) Despesa Pública		
			D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	Apr/ Prog	Exc./ Prog	Exe/ Apr
2000	FEDER	0	35.896.603	25.127.699	0	0	0	0	0,0	0,0	0,0
	FSE	0	4.316.920	3.237.692	0	0	0	0	0,0	0,0	0,0
	FEOGA	0	5.997.050	3.674.654	0	0	0	0	0,0	0,0	0,0
	Total	0	46.210.573	32.040.045	0	0	0	0	0,0	0,0	0,0
2001	FEDER	92	34.681.313	24.276.993	17.129.178	11.716.485	15.356.228	10.475.420	49,4	44,3	89,6
	FSE	0	4.170.770	3.128.079	0	0	0	0	0,0	0,0	0,0
	FEOGA	46	6.290.015	3.854.166	2.040.210	1.528.282	525.196	393.897	32,4	8,3	25,7
	Total	138	45.142.098	31.259.238	19.169.388	13.244.767	15.881.424	10.869.317	42,5	35,2	82,8
2002	FEDER	92	33.448.778	23.414.216	21.839.281	15.226.883	17.383.046	12.112.804	65,3	52,0	79,6
	FSE	5	4.022.547	3.016.911	659.681	494.761	323.664	242.748	16,4	8,0	49,1
	FEOGA	81	6.245.481	3.826.879	1.460.946	1.095.710	1.345.172	1.007.004	23,4	21,5	92,1
	Total	178	43.716.806	30.258.006	23.959.909	16.817.354	19.051.882	13.362.555	54,8	43,6	79,5
2003	FEDER	69	32.671.448	22.870.083	28.582.935	19.745.685	26.609.364	18.374.255	87,5	81,4	93,1
	FSE	7	3.929.064	2.946.800	1.794.969	1.346.227	738.858	554.144	45,7	18,8	41,2
	FEOGA	46	6.271.858	3.843.041	3.032.457	2.274.343	2.388.652	1.791.489	48,4	38,1	78,8
	Total	122	42.872.370	29.659.924	33.410.362	23.366.256	29.736.875	20.719.888	77,9	69,4	89,0
2004	FEDER	97	31.923.895	22.346.778	33.108.100	23.082.135	26.977.327	18.797.122	103,7	84,5	81,5
	FSE	17	2.233.636	1.675.228	3.724.417	2.793.313	1.960.842	1.470.631	166,7	87,8	52,6
	FEOGA	138	121.788	97.430	6.238.260	4.277.257	4.606.154	3.115.018	5122, 2	3782, 1	73,8
	Total	252	34.279.319	24.119.436	43.070.777	30.152.704	33.544.323	23.382.771	125,6	97,9	77,9
2005	FEDER	134	32.884.043	23.018.884	66.611.371	46.293.308	42.954.541	29.875.784	202,6	130,6	64,5
	FSE	12	2.296.895	1.722.673	2.100.241	1.575.180	2.513.681	1.885.263	91,4	109,4	119,7
	FEOGA	65	5.906.001	4.724.801	6.743.713	4.502.167	5.067.883	3.233.623	114,2	85,8	75,1
	Total	211	41.086.939	29.466.358	75.455.324	52.370.655	50.536.105	34.994.670	183,6	123,0	67,0
2006	FEDER	84	32.315.692	23.257.970	26.296.918	18.299.773	25.442.134	17.738.352	81,4	78,7	96,7
	FSE	30	0	0	6.609.086	4.956.815	3.899.058	2.924.294	0,0	0,0	59,0
	FEOGA	6	6.648.707	5.318.966	9.510.342	5.906.077	4.731.940	3.224.285	143,0	71,2	49,8
	Total	120	38.964.399	28.576.936	42.416.346	29.162.665	34.073.132	23.886.932	108,9	87,4	80,3
2007	FEDER	69	0	0	34.354.551	23.806.979	29.258.752	20.333.857	0,0	0,0	85,2
	FSE	24	0	0	6.424.382	4.818.287	5.692.642	4.269.480	0,0	0,0	88,6
	FEOGA	20	0	0	5.248.288	3.287.146	4.136.950	2.604.886	0,0	0,0	78,8
	Total	113	0	0	46.027.220	31.912.412	39.088.344	27.208.223	0,0	0,0	84,9
2000- 2007	FEDER	637	233.821.772	164.312.623	227.922.334	158.171.248	183.981.391	127.707.593	97,5	78,7	80,7
	FSE	95	20.969.832	15.727.383	21.312.776	15.984.582	15.128.746	11.346.559	101,6	72,1	71,0
	FEOGA	402	37.480.900	25.339.937	34.274.216	22.870.982	22.801.947	15.370.202	91,4	60,8	66,5
	Total	1.021	292.272.504	205.379.943	283.509.326	197.026.812	221.912.084	154.424.355	97,0	75,9	78,3
Total (2000- 2008)	FEDER	637	233.821.772	164.312.623	236.126.151	164.013.388	183.981.391	127.707.593	101,0	78,7	77,9
	FSE	95	20.969.832	15.727.383	21.312.776	15.984.582	15.128.746	11.346.559	101,6	72,1	71,0
	FEOGA	402	37.480.900	25.339.937	38.511.052	25.548.441	22.801.947	15.370.202	102,7	60,8	59,2
	Total	1.134	292.272.504	205.379.943	295.949.979	205.546.412	221.912.084	154.424.355	101,3	75,9	75,0

Incidência territorial do investimento aprovado

O território de intervenção das diferentes AIBT situa-se, maioritariamente, no interior da Região Centro exceção feita à Medida 2.1 – Acção Integrada para a Qualificação e Competitividade das Cidades e, residualmente, na Medida 2.3 AIBT das Acções Inovadoras de Dinamização das Aldeias. A AIBT Turismo e Património no Vale do Côa Turismo inclui 4 concelhos da R. Norte.

A distribuição geográfica dos projectos é apresentada no quadro seguinte.

Eixo II – Incidência do investimento aprovado

Unidade: Euros

NUT III	Projectos Aprobados				Incidência	
	Nº Proj.	Custo total	D. Pública	Fundo		
					%	por hab.
Região Norte (*)	43	32.273.502,93	32.238.611,47	22.567.028,02		
Baixo Vouga	6	12.771.449,29	12.771.449,29	8.949.119,06	4,19	33
Baixo Mondego	4	10.210.176	10.210.176	7.122.985	3,35	30
Pinhal Litoral	6	8.245.091	8.245.091	5.769.887	2,71	33
Pinhal Interior Norte	253	44.362.822	42.259.798	28.111.979	14,56	320
Dão-Lafões	40	31.850.999	31.850.999	22.381.160	10,46	111
Pinhal Interior Sul	233	19.990.967	16.315.129	11.315.460	6,56	446
Serra da Estrela	42	13.328.162	12.880.335	8.974.942	4,38	267
Beira Interior Norte	169	62.905.139	61.615.075	42.791.972	20,65	548
Beira Interior Sul	114	25.231.089	24.704.596	17.352.198	8,28	322
Cova da Beira	121	25.424.770	24.844.367	17.045.498	8,35	272
Não Regionalizável	103	18.014.354	18.014.354	13.164.184	5,91	
Litoral	16	31.226.716	31.226.716	21.841.991	10,25	32
Interior	972	223.093.949	214.470.297	147.973.209	73,24	277
Total	1.091	272.335.019	263.711.368	182.979.384	89,40	153
Total do Eixo	1.134	304.608.522	295.949.979	205.546.412	100,00	

(*) 4 municípios

Sectores apoiados: aprovações e execução

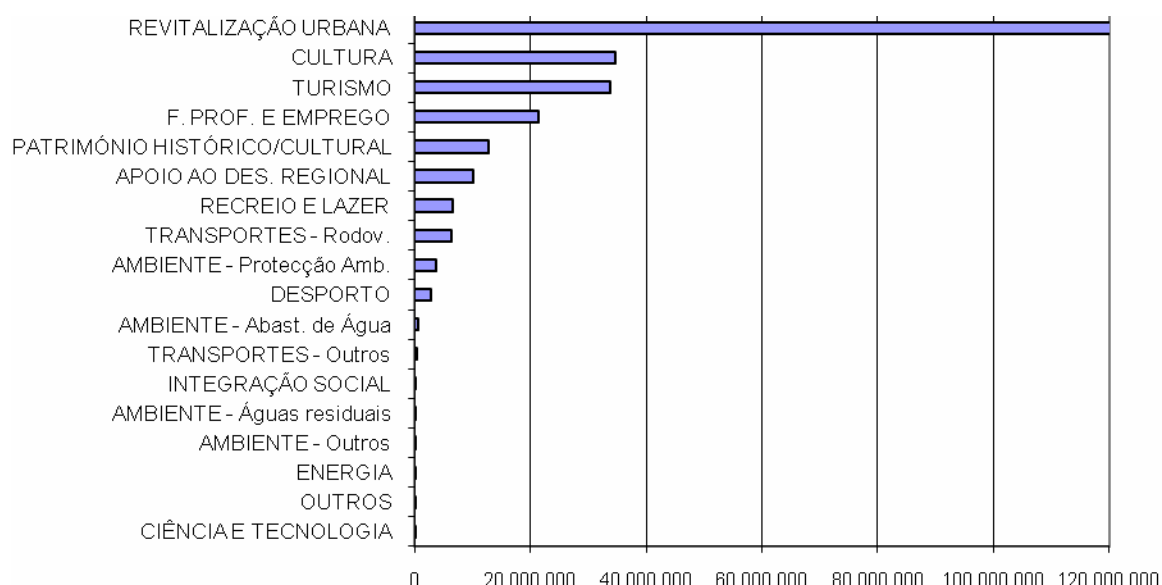
A coerência dos investimentos face aos objectivos enunciados nas medidas do eixo 2, é possível ser avaliada a partir do quadro seguinte, em que o sector maioritário é a revitalização urbana (41,9% do montante aprovado). Os sectores turismo, cultura, património histórico-cultural, agricultura e formação profissional e emprego são, igualmente, significativos.

Existem cinco sectores onde se verifica um grau de execução de 100% face ao aprovado.

Eixo II – Distribuição das Aprovações e Execução

Unidade: Euros

Sector	Aprovações/Homologações				Execução (2000-2007)		
	Nº Proj.	D. Pública	Fundo	% (D. Púb.)	D. Pública	Fundo	Exec./A
AGRICULTURA	402	38.511.052	25.548.441	13,0	22.801.947	15.370.202	60,2%
AMBIENTE - Abast. de Água	7	618.651	413.881	0,2	582.916	388.866	94,0%
AMBIENTE - Águas residuais	1	183.708	128.595	0,1	150.454	105.318	81,9%
AMBIENTE - Protecção Amb.	6	3.735.180	2.614.626	1,3	3.567.249	2.497.074	95,5%
AMBIENTE - Outros	2	160.614	112.430	0,1	72.654	50.858	45,2%
APOIO AO DES. REGIONAL	34	10.016.216	6.993.913	3,4	7.922.541	5.528.341	79,0%
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	1	19.361	13.552	0,0	19.361	13.552	100,0%
CULTURA	68	34.752.224	24.288.170	11,7	21.841.579	15.279.469	62,9%
DESPORTO	4	2.726.468	1.425.145	0,9	2.726.468	1.425.145	100,0%
RECREIO E LAZER	16	6.449.306	4.469.795	2,2	6.141.870	4.254.590	95,2%
ENERGIA	1	111.735	78.215	0,0	111.735	78.215	100,0%
F. PROF. E EMPREGO	95	21.312.776	15.984.582	7,2	15.128.746	11.346.559	71,0%
INTEGRAÇÃO SOCIAL	1	203.102	142.172	0,1	203.102	142.172	100,0%
PATRIMÓNIO HISTÓRICO/CULTURAL	36	12.777.566	8.961.853	4,3	11.492.991	8.009.415	89,4%
REVITALIZAÇÃO URBANA	290	123.857.465	86.312.250	41,9	95.877.156	66.915.678	77,5%
TRANSPORTES - Rodov.	30	6.437.624	4.432.424	2,2	6.004.923	4.129.534	93,2%
TRANSPORTES - Outros	1	306.880	214.816	0,1	306.880	214.816	100,0%
TURISMO	138	33.748.853	23.396.711	11,4	26.953.510	18.670.351	79,8%
OUTROS	1	21.198	14.839	0,0	6.000	4.200	28,3%
Total	1.134	295.949.979	205.546.412	100,0	221.912.084	154.424.355	75,1%

Eixo II – Distribuição sectorial do Investimento Aprovado

Domínios de intervenção

A distribuição por domínio de intervenção relaciona-se com os domínios previstos para cada AIBT, em complemento de programação.

A distribuição por domínios de intervenção é apresentada no quadro seguinte:

Eixo II – Aprovações e Execução Financeira por Domínio de Intervenção – Situação a 31/12/2007

Med.	Domínio	nº Proj.	Aprovações Total			Total (Execução 2000-2007)			Execução 2007		
			C. Total	D. Pública	F. Estrutural	C. Total	D. Pública	F. Estrutural	C. Total	D. Pública	F. Estrutural
12 - Silvicultura		411	46.163.940	40.054.646	26.706.137	29.327.694	23.912.156	16.202.859	5.231.916	4.870.686	3.155.188
II.7	12 - Silvicultura	12	44.579.261	38.469.967	25.517.627	28.204.802	22.789.264	15.360.690	4.498.180	4.136.950	2.604.886
II.8	128 - FP específica da silvicultura	399	1.584.679	1.584.679	1.188.509	1.122.892	1.122.892	842.169	733.736	733.736	550.302
13 - Promoção da adapt. e do desenvol. das zonas rurais		352	57.011.524	56.989.937	39.479.217	50.101.959	50.097.830	34.701.862	7.369.165	7.369.165	5.081.340
II.3	1305 - Serviços de base para a economia rural e população	13									
II.7	1305 - Serviços de base para a economia rural e população	3	62.672	41.085	30.814	16.812	12.683	9.512	0	0	0
II.3	1306 - Renovação e desenvolvimento das aldeias e protecção e conservação do património cultural	127	24.024.429	24.024.429	16.759.230	21.290.217	21.290.217	14.759.479	2.051.337	2.051.337	1.466.755
II.4	1306 - Renovação e Desenv. das aldeias protecção e conservação do património cultural.	33	15.448.806	15.448.806	10.814.164	14.499.351	14.499.351	10.149.546	2.265.539	2.265.539	1.585.878
II.5	1306 - Renovação e Desenv. das aldeias protecção e conservação do património cultural.	17	3.050.053	3.050.053	2.135.037	2.377.209	2.377.209	1.664.046	448.685	448.685	314.079
II.6	1306 - Renovação e Desenv. das aldeias protecção e conservação do património cultural.	159	14.425.564	14.425.564	9.739.973	11.918.371	11.918.371	8.119.280	2.603.603	2.603.603	1.714.628
161 - Invest. corpóreos (instal. e equip., regimes de a...)		32	6.899.640	5.134.753	3.594.327	5.202.135	4.286.000	3.000.200	756.936	480.365	336.256
II.3	161 - Investimentos corpóreos	12	1.384.186	692.093	484.465	854.729	427.365	299.155	206.310	103.155	72.209
II.4	161 - Investimentos corpóreos	10	4.408.977	3.889.421	2.722.595	3.963.765	3.666.815	2.566.771	417.979	310.887	217.621
II.6	161 - Investimentos corpóreos	10	1.106.477	553.239	387.267	383.640	191.820	134.274	132.647	66.323	46.426
167 - Formação p. específica das PME e do artesanato		27	6.838.705	6.838.705	5.129.029	5.126.881	5.126.881	3.845.161	1.027.358	1.027.358	770.517
II.8	167 - FP específica das PME e do artesanato	27	6.838.705	6.838.705	5.129.029	5.126.881	5.126.881	3.845.161	1.027.358	1.027.358	770.517
171 - Turismo - Investimentos corpóreos (centros de acolhimento, alojamento, equipamentos, restauração)		107	63.073.876	62.311.102	42.733.294	46.072.726	45.562.847	31.084.140	10.263.560	9.825.507	6.838.358
II.4	171 - Investimentos corpóreos	35	32.643.422	32.643.422	22.850.395	18.388.448	18.388.448	12.871.914	7.464.965	7.464.965	5.225.475
II.5	171 - Investimentos corpóreos	34	21.042.259	20.279.485	13.640.830	18.876.842	18.366.962	12.369.404	1.878.741	1.440.688	1.004.396
II.6	171 - Investimentos corpóreos	38	9.388.195	9.388.195	6.242.069	8.807.436	8.807.436	5.842.822	919.854	919.854	608.487
172 - Turismo - Investimentos incorpóreos (concepção e organização de serviços turísticos, património, actividades desportivas, culturais e de lazer)		64	5.638.586	5.638.586	3.920.996	4.157.640	4.157.640	2.899.273	689.122	689.122	473.187
II.3	172 - Invest. Incorpóreos	26	972.358	972.358	688.206	885.676	885.676	623.195	0	0	0
II.4	172 - Invest. Incorpóreos	16	2.243.090	2.243.090	1.565.064	2.047.437	2.047.437	1.428.107	111.095	111.095	77.766
II.5	172 - Invest. Incorpóreos	20	1.671.220	1.671.220	1.169.854	1.009.363	1.009.363	706.554	362.863	362.863	254.004
II.6	172 - Invest. Incorpóreos	2	751.919	751.919	497.873	215.165	215.165	141.418	215.165	215.165	141.418
173 - Serviços comuns às empresas do sector turístico (incluindo acções de promoção...)		24	2.309.053	2.309.053	1.589.096	2.276.309	2.276.309	1.567.812	106.749	106.749	72.837
II.3	173 - Serviços comuns às empresas do sector turístico	9	343.151	343.151	240.205	343.151	343.151	240.205	4.208	4.208	2.945
II.4	173 - Serviços comuns às empresas do sector turístico	8	1.019.119	1.019.119	701.044	1.019.119	1.019.119	701.044	0	0	0
II.5	173 - Serviços comuns às empresas do sector turístico	4	311.788	311.788	218.252	311.788	311.788	218.252	0	0	0
II.6	173 - Serviços comuns às empresas do sector turístico	3	634.995	634.995	429.594	602.251	602.251	408.311	102.541	102.541	69.892
174 - Formação p. específica do turismo		46	10.665.017	10.665.017	7.998.763	7.277.578	7.277.578	5.458.184	3.498.484	3.498.484	2.623.863
II.8	174 - Formação profissional específica do turismo	46	10.665.017	10.665.017	7.998.763	7.277.578	7.277.578	5.458.184	3.498.484	3.498.484	2.623.863
24 - Adaptação, espírito de empresa e inovação		10	2.224.376	2.224.376	1.668.282	1.601.395	1.601.395	1.201.046	433.064	433.064	324.798
II.8	24 - Adaptabilidade, espírito de empresa e inovação	10	2.224.376	2.224.376	1.668.282	1.601.395	1.601.395	1.201.046	433.064	433.064	324.798
312 - Estradas		16	5.305.689	5.305.689	3.707.485	4.744.783	4.744.783	3.321.348	843.761	843.761	590.633
II.4	3122 - Estradas regionais/locais	3	2.155.634	2.155.634	1.508.944	1.724.659	1.724.659	1.207.261	843.761	843.761	590.633
II.5	3122 - Estradas regionais/locais	6	2.197.582	2.197.582	1.538.307	2.197.582	2.197.582	1.538.307	0	0	0
II.6	3122 - Estradas regionais / locais	7	952.473	952.473	660.234	822.542	822.542	575.780	0	0	0
323 - Serviços e aplicações para o cidadão		4	654.833	654.833	491.125	468.213	468.213	351.160	363.606	363.606	272.705
II.3	323 - Serviços e aplicações para o cidadão (saúde, administração, educação)	4	654.833	654.833	491.125	468.213	468.213	351.160	363.606	363.606	272.705
352 - Reabilitação de zonas urbanas		41	97.823.284	97.823.284	68.528.661	72.400.452	72.400.452	50.791.311	9.580.477	9.580.477	6.668.542
II.1	352 - Reabilitação de zonas urbanas	24	85.379.820	85.379.820	59.818.237	62.822.915	62.822.915	44.087.035	8.779.351	8.779.351	6.107.754
II.4	352 - Reabilitação de zonas urbanas	9	6.822.906	6.822.906	4.776.034	4.009.316	4.009.316	2.806.521	386.330	386.330	270.431
II.5	352 - Reabilitação de zonas urbanas	8	5.620.557	5.620.557	3.934.390	5.568.221	5.568.221	3.897.754	414.796	414.796	290.357
		1.134	304.608.522	295.949.979	205.546.412	228.757.765	221.912.084	154.424.355	40.164.197	39.088.344	27.208.223

De uma análise sumária do quadro apresentado é possível destacar:

- Em número de projectos aprovados, existe uma clara predominância, no domínio “Silvicultura”, projectos da AIBT do Pinhal Interior, seguido de projectos enquadrados no domínio “Promoção da adaptação e do desenvolvimento das zonas rurais” com destaque, dentro deste domínio, para o sub-domínio “Renovação e desenvolvimento das

aldeias e protecção e conservação do património cultural” onde todas as AIBT financiadas pelo FEDER (excepção feita à medida 2.1) apresentam número considerável de projectos aprovados.

- Em termos de montante aprovado destacam-se os domínios associados ao “Turismo” que apresentam, quer na vertente corpórea quer na vertente incorpórea, um montante financeiro apreciável, o que reforça esta especificidade temática das AIBT e torna o turismo num domínio preferencial de intervenção.
- Se considerarmos os montantes executados no ano de 2007, é o domínio “Turismo – investimentos corpóreos” aquele que apresenta maior volume de execução. Seguem-se os domínios associados à “Reabilitação de zonas urbanas” e “Promoção da adaptação e do desenvolvimento das zonas rurais”.
- Considerando o período de execução do QCA III o domínio “Reabilitação de zonas urbanas” apresenta o maior volume de despesa realizada seguido dos domínios “Promoção da adaptação e do desenvolvimento das zonas rurais” e “Turismo – Investimentos corpóreos”.

Eixo II – Aprovações e Execução Financeira por Domínio de Intervenção – Situação a 31/12/2007

•



Indicadores

No quadro seguinte é apresentado, por medida, uma síntese dos indicadores físicos previstos nos projectos aprovados e sua execução no final do ano.

Na análise de cada uma das medidas esses indicadores estão mais desenvolvidos. De referir que 33 dos 58 indicadores apresentam um grau de aproximação face à meta superior a 80% e que 17 ultrapassaram a meta prevista.

As justificações relativas ao cumprimento das metas estabelecidas para os indicadores das diferentes medidas encontram-se pormenorizadas nos pontos subsequentes. No entanto, relativamente aos indicadores que apresentam um grau de aproximação à meta inferior a 75% apresentam-se, em síntese, elementos adicionais:

Medidas 2.3 e 2.4 - Iniciativas de dinamização económica: projectos apoiados (genericamente) no âmbito dos sistemas de incentivos das. Face aos projectos em execução as metas serão atingidas ou ultrapassadas;

Medida 2.4 - Acções de animação, divulgação e promoção: foram efectuadas, nos primeiros anos de execução, acções que permitiram “alavancar” iniciativas que se mantêm na actualidade sem necessidade de financiamento da AIBT. Face aos projectos aprovados a meta não irá ser cumprida.

Medida 2.5 - Beneficiação de estradas: Opção dos beneficiários por diferentes opções de financiamento. Face aos projectos aprovados a meta não irá ser cumprida.

Medida 2.6 - Rede de percursos, Iniciativas de animação e promoção turística; Infra-estruturas de estradas panorâmicas e Restauro de imóveis classificados. Face aos projectos em execução as metas serão atingidas ou ultrapassadas, com excepção do indicador relativo às “Estradas panorâmicas”;

Medida 2.7 -(ver ponto 7. Medida II.7 - Acções 1 e 2; Acção 4; Acção 9).

Medida	Indicador Físico	Unid.	Quantificação		
			Previsto 2007	Resultados	
				Exec. (2007)	Grau de Aproximação
2.1	Extensão de ciclovias a criar/reabilitar	km	7	3,164	45,2%
2.1	Criação de lugares de estacionamento tendo em vista dissuadir a utilização do automóvel nos cent	n.º	1.500	2102	140,1%
2.3	Iniciativas de dinamização económica	n.º	10	7	70,0%
2.3	Arranjos urbanísticos	n.º	50	42	84,0%
2.3	Recuperação de edifícios e monumentos	n.º	25	27	108,0%
2.3	Intervenções em património rural	n.º	40	39	97,5%
2.3	Recuperação de fachadas	n.º	200	182	91,0%
2.3	Ações de animação e divulgação	n.º	35	33	94,3%
2.3	Pousada	n.º	1	1	100,0%
2.4	Museu arqueológico	n.º	1	0	0,0%
2.4	Encontros científico-culturais	n.º	6	1	16,7%
2.4	Iniciativas de dinamização económica	n.º	10	4	40,0%
2.4	Ações de animação e divulgação e promoção	n.º	10	5	50,0%
2.4	Arranjos e infra-estruturas urbanísticas	n.º	20	24	120,0%
2.4	Organização e participação em feiras e mostras	n.º	20	12	60,0%
2.4	Recuperação de edifícios e monumentos	n.º	6	10	166,7%
2.4	Equipamentos culturais, de turismo e lazer	n.º	6	11	183,3%
2.5	Beneficiação de estradas	km	30	16	53,3%
2.5	Arranjos urbanísticos	n.º	20	24	120,0%
2.5	Ações de animação e divulgação e promoção	n.º	12	24	200,0%
2.5	Parque temático	n.º	3	6	200,0%
2.5	Valorização de zonas de recreio	n.º	2	7	350,0%
2.5	Recuperação de edifícios	n.º	2	9	450,0%
2.5	Parques de Estacionamento	n.º	2	0	0,0%
2.6	Rede de percursos	n.º	3	1	33,3%
2.6	Iniciativas de animação e promoção turística	n.º	16	5	31,3%
2.6	Unidades de alojamento apoiadas	n.º	5	5	100,0%
2.6	Acessos construídos ou beneficiados	km	20	48	240,0%
2.6	Infra-estruturas de estradas panorâmicas	n.º	6	2	33,3%
2.6	Iniciativas museológicas	n.º	5	5	100,0%
2.6	Restauro de imóveis classificados	n.º	3	2	66,7%
2.6	Estabelecer/requalificar praias fluviais	n.º	9	10	111,1%
2.6	Requalificação de aldeias serranas	n.º	6	55	916,7%
2.7	Área florestal coberta por planos de prevenção contra riscos bióticos	ha	500	0	0,0%
2.7	Área florestal de interesse público coberta por projecto de valorização e conservação	ha	100	0	0,0%
2.7	Reconversão de povoamentos mal instalados	ha	1.000	0	0,0%
2.7	Ajudas públicas (A1)	Mil Euro	11.300	6310	91,9%
2.7	Ajudas públicas (A3)	Mil Euro	3.750	3017	93,8%
2.7	Ajudas públicas (A4)	Mil Euro	10	0	90,0%
2.7	Ajudas públicas (A5)	Mil Euro	40	13	80,0%
2.7	Ajudas públicas (A6)	Mil Euro	18.870	10592	113,4%
2.7	Ajudas públicas (A7)	Mil Euro	10	0	0,0%
2.7	Ajudas públicas (A8)	Mil Euro	3.000	2617	87,5%
2.7	Ajudas públicas (A 9)	Mil Euro	500	253	109,8%
2.7	Arborização e rearboreização	ha	9.000	4763	52,9%
2.7	Área a beneficiar	ha	5.000	4326	86,5%
2.7	Projectos relativos a material lenhoso e gema de pinheiro (A 8)	n.º	30	26	86,7%
2.7	Rede viária e divisional	km	400	269,1	67,3%
2.7	Área florestal coberta por planos de prevenção contra riscos abióticos	ha	200.000	191750	95,9%
2.7	Organizações de produtores a constituir	n.º	16	16	100,0%
2.7	Pontos de água	n.º	20	16	80,0%
2.7	Área de silvicultura preventiva	ha	10.000	12510	125,1%
2.7	Rede viária e divisional	km	4.700	4672	99,4%
2.7	Projectos (A5)	n.º	2	2	100,0%
2.7	Projectos (A4)	n.º	3	1	33,3%
2.7	Projectos (A1)	n.º	400	305	76,3%
2.7	Projectos apoiados (A 9)	n.º	10	7	70,0%
2.7	Pontos de água	n.º	130	179	137,7%

2. Medida II.1 - Acção integrada para a qualificação e competitividade das cidades - Componente territorial (FEDER)

Enquadramento

A Medida 2.1 - Acção Integrada para a Qualificação e Competitividade das Cidades - Componente Territorial (FEDER) do PO Centro acolhe projectos desenvolvidos no âmbito do Programa Polis.

Os projectos aprovados fazem parte de grandes operações integradas de requalificação urbana com uma forte componente de valorização ambiental, que ao apoiar acções de requalificação permitem melhorar a qualidade do ambiente urbano e valorizar a presença de elementos estruturantes tais como frentes de rio, aumentar zonas verdes, áreas pedonais e condicionar o trânsito automóvel em determinados centros urbanos.

A este nível o Programa de requalificação urbana e valorização ambiental das cidades, sustentado ao nível do PO Centro pela medidas 2.1, está indissociavelmente relacionado com a revitalização urbana exigida para a Região Centro, e que claramente se encontra patente nas intervenções sustentadas pelos projectos apresentados para as NUT em apreciação neste relatório. Na realidade qualquer das intervenções preconizadas para a Região Centro, no âmbito da Medida 2.1, se preocupa com intervenções exemplares, de escala significativa e que marcadamente têm um efeito demonstrativo no país. As intervenções em causa patenteiam alguma preocupação em “ancorar” os projectos de requalificação urbana em torno de um elemento ambiental determinante e específico de cada cidade, que pode ser valorizado e reapropriado por essa cidade. As linhas de água, a revitalização de centros históricos e das suas múltiplas valências de forma a evitar a desertificação e declínio desses centros, a requalificação de zonas industriais deprimidas, a requalificação de cidades de média dimensão com pujança económica mas com uma vida urbana de pouca qualidade, ou finalmente a valorização de cidades do interior ou raianas que podem constituir pólos de desenvolvimento regional, são exemplos de intervenções efectuadas ao nível da Região Centro que procuram objectivamente a revitalização dos respectivos centros urbanos.

Candidaturas apreciadas

Todas as candidaturas apresentadas e a acolher no âmbito da Medida em análise necessitam previamente, e antes de serem submetidas a apreciação em sede de Unidade de Gestão, de parecer positivo do Gabinete Coordenador do Programa Polis, condição absolutamente imprescindível para que possam ser aprovadas pela tutela na sequência de parecer favorável a emitir pelos membros da Unidade de Gestão. O parecer positivo do Gabinete Coordenador, deverá ter em linha de conta, não só as verbas a disponibilizar no âmbito da Medida, mas igualmente a observância da natureza das intervenções, as quais deverão enquadrar-se no Plano Estratégico para o efeito definido e elaborado para cada uma das Sociedades Polis constituídas.

Até 31.12.2007, das 29 candidaturas apresentadas pelas Sociedades Polis à Medida 2.1 e que foram objecto de apreciação e parecer em sede de Unidade de Gestão, 28 obtiveram aprovação. Não foi aprovada uma candidatura face à não emissão de prévio parecer positivo do Gabinete Coordenador do Programa Polis, visto aquela integrar acções complementares aos investimentos Polis cujo financiamento deveria ser garantido por outras entidades públicas ou privadas.

Durante o ano de 2007, foi realizada uma Unidade de Gestão (pelo processo de consulta escrita) com o objectivo de se proceder à análise e apreciação de 4 novas candidaturas e à reprogramação física, temporal e financeira de 2 projectos oportunamente apresentados pelas Sociedades Polis. Apesar do parecer favorável obtido pelos membros da Unidade de Gestão referida, essa decisão ficou condicionada à conclusão dos procedimentos de contratação pública, quer no que se refere a três candidaturas, quer no que diz respeito às duas reprogramações financeiras. Relativamente às novas candidaturas e reprogramações apresentadas durante o ano de 2007, nenhuma delas foi objecto de homologação nesse ano, mas sim no primeiro trimestre de 2008. Em 2007 houve igualmente uma reprogramação financeira em baixa aprovada pelo Gestor, ao abrigo do nº 2 do artº 8º do RIUG do Eixo Prioritário II.

Em síntese, poderá todavia referir-se que o montante envolvido com as candidaturas apreciadas com parecer favorável até 31.12.2007, superou em 3,76% e 1,78% o montante inicialmente programado para 2000-2006, respectivamente, no que se refere ao Custo Total e/ou Despesa Pública, e ao Fundo Estrutural associado às mesmas candidaturas. A apreciação destes projectos visa criar uma possibilidade de “overbooking” relativamente ao financiamento previamente programado para a Medida. Se atendermos exclusivamente aos montantes inicialmente programados para o total das intervenções a considerar no âmbito do Programa Polis, então as taxas anteriormente referidas para o financiamento aprovado em 2007 situar-se-ão nos seguintes valores: 97,23% e 96,32%.

Execução

Se compararmos, no que se refere ao Fundo envolvido nestas intervenções, o montante Executado com o montante Programado, e aquele montante com o montante Aprovado, então as taxas correspondentes para estes dois rácios, cifrar-se-ão respectivamente em 70,99% e 73,70%.

Ao nível da Execução da Despesa Pública, as taxas correspondentes aos rácios anteriormente referidos, atingem, como é normal, valores que se aproximam muito dos considerados para o FEDER, concretamente, 71,54% relativamente à Despesa Programada e 73,58% quanto à Despesa Aprovada.

Numa análise puramente comparativa, e atendendo ao horizonte temporal para o qual foi concebido e perspectivado o Programa Polis, não será despropositado realçar o facto de as Aprovações e as Execuções das candidaturas apresentadas pelas várias Sociedades Polis apenas se terem praticamente iniciado em 2003, o que, dadas as características e complexidade das intervenções operadas, poderá explicar as taxas de execução atingidas relativamente aos itens em apreço. Alguns recuos e/ou indefinições registados ao nível da contratação pública por parte dos promotores (situação que nalguns casos originou, para além do aparecimento de novas candidaturas/projectos, a reprogramação física, financeira e temporal de outras), bem como de certas correcções financeiras operadas no âmbito dos projectos em execução, absolutamente indispensáveis para que se normalizassem os procedimentos concursais entretanto iniciados, foram factores que contribuíram decisivamente para que as taxas de execução inicialmente previstas se tivessem estabilizado no final de 2007 em valores mais baixos do que seria expectável.

Neste momento, e ultrapassadas que estão algumas questões de fundo relacionadas com um maior e mais efectivo rigor e transparência ao nível dos procedimentos contratuais a observar para os projectos em curso, poderemos considerar estarem reunidas as condições para que até ao final de 2008, a execução das Intervenções Polis se processe em bom ritmo, esperando convictamente que se possam alcançar, senão na sua plenitude, taxas que se aproximem muito dessa situação, bastando para tal que o empenhamento dos vários responsáveis e os índices de

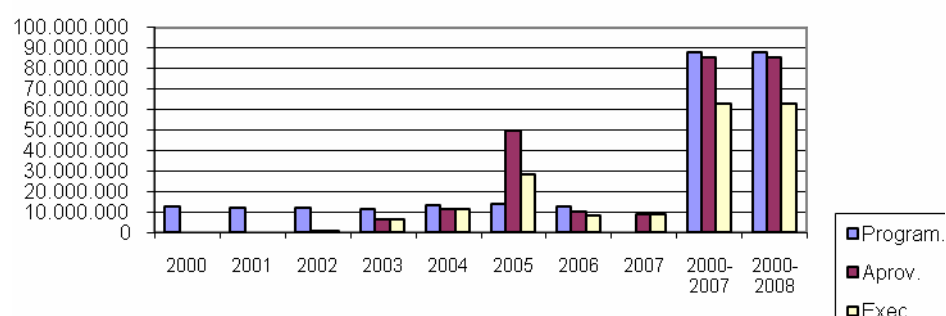
execução com as diversas Intervenções tendam para os níveis atingidos em 2005. Tal convicção prende-se sobretudo com a seguinte constatação: 1^o- candidaturas/projectos, já terminados e/ou em fase de execução e aprovação, cujo Total da Despesa Pública e Fundo Estrutural associado superam o Total Programado para a Medida; 2^a- estarem os promotores afectos às várias Intervenções Polis perfeitamente conscientes de que 2008 será o ano decisivo para que possam garantir o total financiamento dos projectos propostos oportunamente e acolhidos no âmbito da Medida, pelo que será perfeitamente lógico e expectável que acompanhem eficazmente e/ou imprimam um razoável ritmo à execução dos mesmos.

Medida II.1 - Aprovações e Execução Financeira – Situação a 31 de Dezembro de 2007

Unidade: euros

Ano	Programação		Aprovações		Execução		Taxas(%)		
	D. Pública	FEDER	D. Pública	FEDER	D. Pública	FEDER	A/Prog	Exc./Prog	Exec./A
2000	12 682 056	8 877 482	0	0	0	0	0,0	0,0	0,0
2001	12 252 700	8 576 932	0	0	0	0	0,0	0,0	0,0
2002	11 817 253	8 272 117	419 906	314 930	419 906	314 930	3,6	3,6	100,0
2003	11 542 627	8 079 878	5 793 422	4 154 177	5 793 422	4 154 177	50,2	50,2	100,0
2004	13 182 194	9 227 566	11 239 705	7 882 044	11 239 705	7 882 044	85,3	85,3	100,0
2005	13 594 388	9 516 103	55 191 165	38 612 409	28 409 513	19 898 493	406,0	209,0	51,5
2006	12 739 438	9 554 569	13 359 724	9 322 754	8 181 019	5 729 639	104,9	64,2	61,2
2007	-	-	- 624 102	- 468 076	8 779 351	6 107 753	-	-	-
2000-2007	87 810 656	62 104 647	85 379 820	59 818 237	62 822 915	44 087 035	97,2	71,5	73,6
Total (2000-2008)	87 810 656	62 104 647	85 379 820	59 818 237	62 822 915	44 087 035	97,2	71,5	73,6

Evolução da despesa pública, programação, aprovação e execução - Medida 2.1



DISTRIBUIÇÃO SECTORIAL DAS APROVAÇÕES

Unidade: euros

Sector	Aprovações				Execução (2000-2007)	
	Nº Proj.	D. Pública	Fundo	% DP	D. Pública	Fundo
Revitalização Urbana	24	85 379 820	59 818 237	100,0	62 822 915	44 087 035
Total	24	85 379 820	59 818 237	100,0	62 822 915	44 087 035

Incidência territorial do investimento aprovado

No que diz respeito à incidência geográfica dos projectos aprovados (homologados) por NUT, e num momento temporal (31.12.2007) em que já se encontra aprovado 97,2% do total a disponibilizar para a Medida 2.1, poderá referir-se o seguinte:

1º- Dão Lafões foi a NUT que apresentou até 31/12/2007 o maior volume de investimento (29,9%), seguida da Beira Interior Sul com 18,9%, do Baixo Vouga com 14,7% e do Baixo Mondego com 11,9%. A Beira Interior Norte com 9,6%, o Pinhal Litoral com 9,2% e a Cova da Beira com 5,8%, foram as NUT que menor investimento aprovado registaram ao nível dos projectos propostos até 31.12.2007.

Assim a incidência do investimento nas NUT do interior (64,2%) é muito superior relativamente às NUT do litoral (35,8%) valores que se aproximam do cenário programado que prevê, até final do QCA, um nível de aprovações de 64,83% para as NUT do Interior e de 35,17% para as NUT do Litoral.

2º- Relativamente ao custo total por habitante a incidência ao nível das várias NUT revela-se de modo diverso, sendo óbvio que esse custo aumenta quando a Despesa Pública por projecto se direcciona para as regiões do Interior, o que é explicável dada a dimensão populacional, bastante mais reduzida nestas regiões, aliada aos montantes dos investimentos a elas associados, e que nos casos em apreço, se assemelham ou ultrapassam mesmo em larga margem (casos de Dão-Lafões e Beira Interior Sul) os valores aprovados para o Litoral.

Distribuição Geográfica das Aprovações

Unidade: euros

NUT III	Nº Proj.	Custo total	D. Pública	Fundo	% CT	CT/hab
Baixo Vouga	5	12 589 358	12 589 358	8 812 551	14,7	33
Baixo Mondego	2	10 116 485	10 116 485	7 056 028	11,9	30
Pinhal Litoral	2	7 881 429	7 881 429	5 511 244	9,2	31
Dão-Lafões	2	25 542 644	25 542 644	17 908 962	29,9	89
Beira Interior Norte	3	8 173 962	8 173 962	5 721 773	9,6	71
Beira Interior Sul	2	16 159 776	16 159 776	11 366 362	18,9	207
Cova da Beira	8	4 916 166	4 916 166	3 441 317	5,8	53
Litoral	9	30 587 272	30 587 272	21 379 823	35,8	31
Interior	15	54 792 548	54 792 548	38 438 414	64,2	96
Total da Medida	24	85 379 820	85 379 820	59 818 237	100,0	55

Indicadores de acompanhamento

Relativamente aos indicadores de acompanhamento previstos no Complemento de Programação para a Medida 2.1, verifica-se que as candidaturas aprovadas/homologadas até 31/12/2007, nalgumas situações não conseguem atingir a meta proposta para a execução total no que concerne a um dos indicadores referenciados, designadamente para o Indicador Físico “extensão de ciclovias a criar/reabilitar”.

Constata-se, efectivamente, que este indicador apresentava valores propostos executar (5,555Km) nos projectos já aprovados que fica aquém do valor previsto e programado atingir no final do programa (7,000Km), ou seja vai situar-se nos 79,4%. O valor já executado para este indicador atinge os 45,2% da meta inicialmente prevista atingir, ou seja 3,164Km. Não será todavia despidendo referir que nalgumas Intervenções Polis onde inicialmente estava previsto a criação de troços para ciclovias, foram criados percursos pedonais, sendo igualmente evidente que noutros casos foi adoptada uma solução mista, onde se verifica a existência em paralelo de ciclovias e percursos pedonais embora com extensões diferentes.

Relativamente à “criação de lugares de estacionamento” – outro dos indicadores físicos contemplados -, dos 2.968 lugares previstos, apenas 2.102 foram efectivamente executados. Contudo, estes valores ultrapassam significativamente o valor previsto atingir (1.500 lugares de estacionamento), proposto em Complemento de Programação do PO Centro para a Medida 2.1. No que se refere ao Indicador de Resultado “população abrangida por intervenções de requalificação urbana”, apenas se pode referir que a quantificação prevista em Complemento de Programação (80.000 habitantes) se encontra totalmente desfasada da realidade dado os valores aprovados e executados em candidaturas apresentadas para o referido indicador, ultrapassarem já em larga margem o valor estipulado e previsto para a Medida 2.1 do POR Centro. Esse valor está estimado em 552.929 habitantes (dados disponíveis para a população residente em 2003).

Indicadores de Acompanhamento – Situação a 31/12/2007

Indicador Físico	Unidade	1. QUANTIFICAÇÃO			
		Previsto em CP		Resultados (31-12-2007)	
		2003	2006	Proj. aprov.	Execução
Extensão de ciclovia a criar/reabilitação	km		7	5,555	3,164
Criação de lugares de estacionamento	n.º		1500	2.968	2.102

Indicadores de resultado – Situação a 31/12/2007

Indicador Resultado	Unidade	Quantificação			
		Previsto em CP		Resultados (31-12-2007)	
		2003	2006	Proj. aprov.	Execução
População abrangida por intervenções de requalificação urbana	hab		80.000	552.929	552.929

3. Medida II.3 – Acção inovadoras de Dinamização das Aldeias

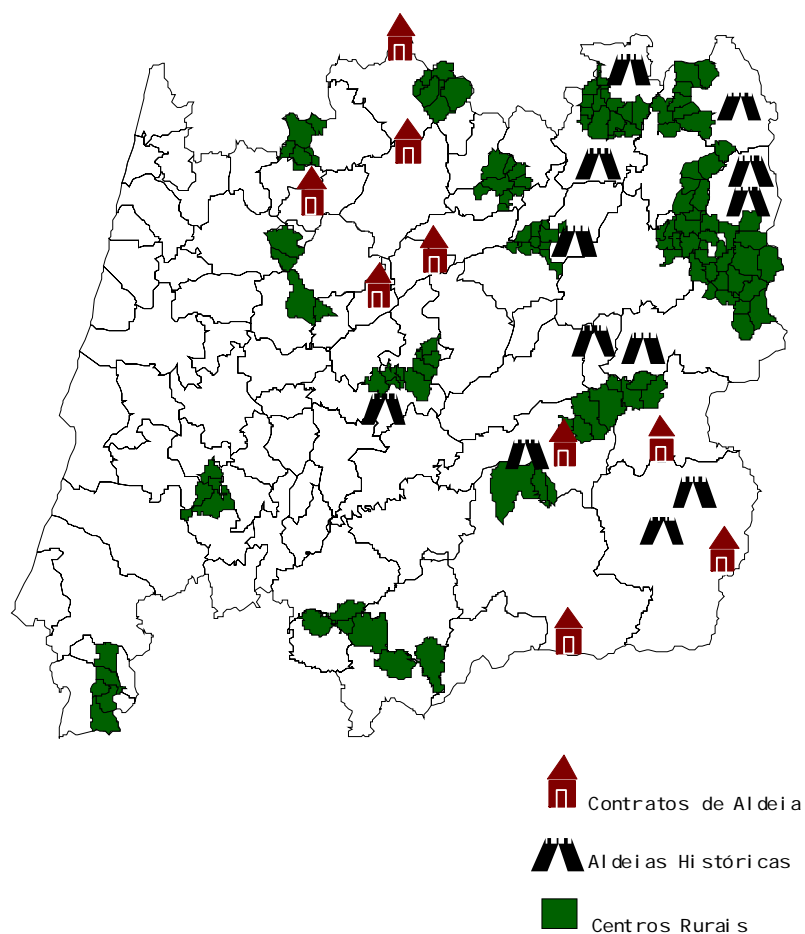
Enquadramento

A viabilização das estruturas tradicionais de ocupação do território, a preservação e recuperação das diferentes cambiantes de património rural e histórico-cultural, o estimular de actividades inovadoras e o envolvimento articulado de diversos agentes e promotores de desenvolvimento, constituem os objectivos estratégicos da AIBT “Acções Inovadoras de Dinamização das Aldeias”. A sua natureza temática implicou uma atitude de selectividade territorial que permitiu sinalizar, no Interior da Região Centro, aglomerados emblemáticos e manchas espaciais contíguas, onde o estimular de dinâmicas inovadoras de desenvolvimento produzisse efeitos demonstrativos e multiplicadores em territórios mais amplos. Neste contexto, a articulação daqueles objectivos com a metodologia de actuação, implementada, reflecte-se na incidência territorialmente difusa desta Acção Integrada, cuja coerência, espacial e funcional, poderá ser analisada através das três Linhas de Acção: Aldeias Históricas, Centros Rurais e Contratos de Aldeia.

A rede de Aldeias Históricas constitui a intervenção estruturante, a partir da qual se configuraram subsistemas complementares (Centros Rurais e Contratos de Aldeia) que, enquanto redes mobilizadoras de especificidades diversas em escalas territoriais distintas, permitem uma cobertura equilibrada dos territórios de baixa densidade. Assim, as Acções Inovadoras têm concorrido para a valorização e divulgação de recursos diferenciadores dispersos, pela Região, organizando-os pela sua especificidade, fortalecendo a sua genuinidade e promovendo a sua valia económica. No cumprimento do estabelecido no Programa Operacional Regional do Centro e respectivo Complemento de Programação, a configuração territorial desta AIBT abrange: doze Aldeias Históricas, ancoradas no território da Beira Interior, que definem uma Rede de inegável qualidade histórico-cultural e de elevado potencial de atracção turística; quinze Centros Rurais que envolvem 125 freguesias, onde se destacam produtos, actividades e património natural com capacidade de promover a ruralidade da Região; nove Contratos de Aldeia incidindo em aglomerados que mantêm vivas as suas características mais tradicionais, tanto no que respeita à estrutura urbana, à arquitectura e ao património cultural das comunidades, aliadas à existência de dinâmicas locais nos planos cultural, social, económico e associativo.

O modelo de intervenção assentou na definição prévia, por Linha de Acção, das prioridades de actuação, da complementaridade das acções e do envolvimento dos promotores, de forma a assegurar uma compatibilização consequente entre as iniciativas, a financiar, e os objectivos a atingir. Aquela lógica de integração foi também reforçada por intervenções em redes, de aldeias ou de espaços rurais, que organizam territórios com capacidade de interagir, proporcionando dinâmicas de mobilização mais sustentáveis que as geradas por intervenções pontuais e sem conexão funcional e ou espacial.

Linhas de Acção



A complementaridade de objectivos definidos, naquelas três Linhas de Acção e a possibilidade da sua articulação, permite cobrir as situações mais relevantes da Região, no que respeita a factores de genuinidade e diferenciação como identidade, património histórico e cultural, arquitectura, património rural, paisagem e actividades tradicionais. Estes elementos estruturantes, da nossa memória colectiva, podem constituir factores de competitividade, das parcelas de menor dinâmica demográfica e económica da Região Centro, já que integram valores e referências, únicos e essenciais, para a sua afirmação, divulgação e desenvolvimento.

Candidaturas apreciadas e critérios de selecção

A Medida das Acções Inovadoras de Dinamização das Aldeias homologou sete projectos, no ano de 2007, ascendendo a 191 o número total de candidaturas apreciadas e aprovadas, no período de 2000-2007. A metodologia utilizada na implementação da Medida, de acordo com o estabelecido no Documento Complementar de Programação, implicou a elaboração de Planos de Intervenção que, para além de identificarem os objectivos a atingir em cada Linha de Acção, enunciam as iniciativas prioritárias e estruturantes a desenvolver, num quadro financeiro predefinido, respeitando a tipologia de projectos e os critérios de selecção, constantes no DCP. A elaboração daqueles documentos decorreu em anos transactos em estreita colaboração, técnica, entre os promotores e a estrutura de Coordenação da Medida, tendo em conta uma uniformização global dos documentos com respeito pelas características mais emblemáticas e relevantes das Aldeias e dos espaços rurais seleccionados.

Execução financeira

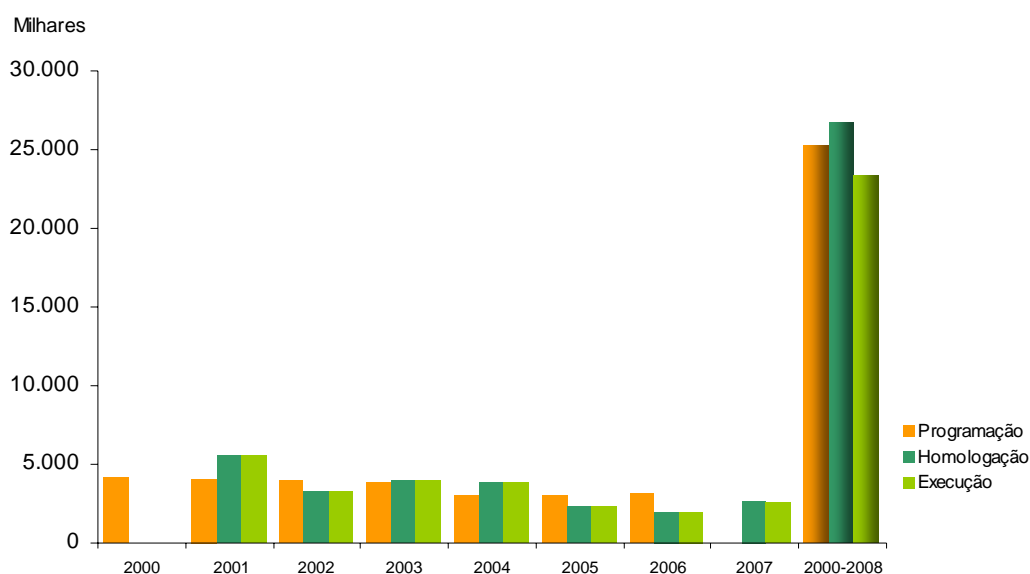
Os 191 projectos homologados representam 105,7% do total de despesa pública programada, situação de overbooking cautelar justificada pela boa performance evidenciada na execução e tendo em conta as múltiplas situações de encerramento de projectos com valores inferiores aos homologados.

O total de despesa pública executada, até ao final de 2007, representa 92,7% da programação total da Medida, encontrando-se integralmente realizado o investimento previsto para o período 2000-2005 (n+2) e ainda 41,2% do programado para 2006.

Aprovações e Execução Financeira – Situação a 31 de Dezembro de 2007

Ano	Programação		Aprovações		Execução		Taxas(%)		
	D. Pública	FEDER	D. Pública	FEDER	D. Pública	FEDER	A/Prog	Exc./Prog	Exec./A
2000	4.221.324	2.954.843							
2001	4.078.410	2.854.806	5.543.771	3.880.640	5.543.771	3.880.640	135,9	135,9	100,0
2002	3.933.467	2.753.350	3.246.949	2.238.641	3.246.949	2.238.641	82,5	82,5	100,0
2003	3.842.056	2.689.363	3.949.351	2.687.751	3.949.351	2.687.751	102,8	102,8	100,0
2004	2.977.943	2.084.499	3.824.180	2.637.225	3.824.180	2.637.224	128,4	128,4	100,0
2005	3.062.282	2.143.536	2.368.602	1.637.205	2.368.601	1.637.205	77,3	77,3	100,0
2006	3.136.269	2.195.327	1.959.463	1.377.119	1.959.463	1.377.119	62,5	62,5	100,0
2007			2.727.742	1.958.419	2.522.306	1.814.614			92,5
(2000-2007)			23.620.058	16.416.999	23.414.621	16.273.193			
Total (2000-2008)	25.251.751	17.675.724	26.686.864	18.663.231	23.414.621	16.273.193	105,7	92,7	87,7

A situação de overbooking iniciada em 2006 e consolidada em 2007, com a aprovação de mais sete projectos tem permitido acautelar, face ao elevado ritmo de execução, uma eventual situação de ruptura no desenvolvimento financeiro da Medida, por razões imponderáveis que possam ocorrer até ao Final do Programa.

Aprovações e Execução Financeira

Linha de Acção/Sector

Os 97 projectos da Linha de Acção “Aldeias Históricas” representam 66,5%, do total do investimento aprovado e 63,4% da execução global, evidenciando um equilíbrio confortável entre os níveis de comprometimento e a capacidade de execução; por outro lado a elevada taxa de execução (83,7%) face à despesa pública, afecta às Aldeias Históricas, confirma o seu papel estruturante, no âmbito da AIBT.

Aprovações e Execução Financeira por linha de acção – Situação a 31 de Dezembro de 2007

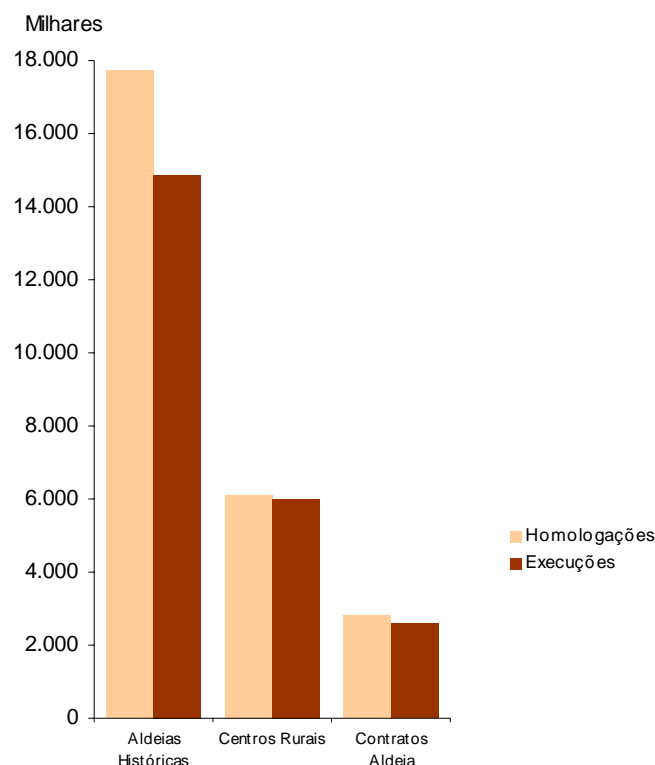
Unidade: Euros

Linha de Acção	Aprovações			Execução (2000-2007)	
	Nº Proj.	D. Pública	Fundo	% (D. Pública)	Fundo
Aldeias Históricas	97	17.745.994	12.593.321	66,5	14.846.174
Centros Rurais	69	6.124.983	4.102.099	22,9	5.996.072
Contratos Aldeia	25	2.815.887	1.967.811	10,6	2.572.375
Total	191	26.686.864	18.663.231	100,0	23.414.621

Os Centros Rurais representam 22,9% da despesa pública aprovada e 25,6% do investimento já executado, encontrando-se realizado 97,9% dos valores aprovados. Encontram-se, física e financeiramente concluídos os projectos lançados em treze das quinze unidades territoriais, onde incide esta Linha de Acção, situando-se as taxas de execução dos restantes dois Centros Rurais entre 86% e 88%.

Na Linha de Acção “Contratos de Aldeia” foram aprovados vinte e cinco projectos que correspondem às propostas apresentadas em nove Planos de Acção. A tipologia e dimensão dos projectos implementados na rede de Contratos de Aldeia permitiu uma rápida recuperação física e financeira, face ao ano de 2006, tendo atingido no final de 2007 uma taxa de execução relativa de 91,4% dos valores aprovados. Refira-se, por outro lado, o padrão diferenciado das iniciativas apoiadas: nas Aldeias Históricas a recuperação do património histórico e cultural, assume significado relevante, quer, em termos simbólicos quer em termos financeiros, reforçando o papel âncora que desempenham, no contexto territorial da Acção Integrada; as iniciativas dominantes nos Centros Rurais prendem-se à valorização e dignificação da paisagem rural e dos espaços públicos dos pequenos aglomerados, ao reforço da sua articulação territorial e ao acréscimo da qualidade de vida local, envolvendo valores de investimento significativamente mais baixos. Por último, nos Contratos de Aldeia ao pretender-se intensificar o carácter demonstrativo da AIBT, apostou-se em projectos que marcassem uma atitude diferenciadora na valorização dos aglomerados tradicionais e do seu património, mais representativo, por forma a promover e projectar a respectiva identidade, enquanto factores determinantes da sua sobrevivência.

Aprovações e Execução Financeira por linha de acção



Aquele facto prende-se com os objectivos específicos de cada uma das Redes formalizadas e do respectivo papel na mobilização dos territórios que organizam. O papel estruturante que a Rede das Aldeias Históricas assume, na AIBT, reflecte-se tanto na especificidade da tipologia dos projectos, como na respectiva dimensão média.

A abordagem sectorial revela que o património histórico a revitalização urbana, e a cultura constituem os três pilares fundamentais para a valorização de aglomerados emblemáticos do Interior da Região representando, no seu conjunto, 81,4% do total do investimento homologado. As intervenções de revitalização urbana (37,3%), embora transversais, às três Linhas de Acção, apresentam incidência mais forte nos Contratos de Aldeia e nos Centros Rurais. Os projectos apoiados têm-se revelado de importância significativa para a viabilização das estruturas tradicionais de ocupação do território e para a divulgação das actividades, que se lhes encontram associadas, enquanto suporte das comunidades locais.

As intervenções em património, que representam 32,9% do investimento aprovado, envolvem 21 projectos que permitiram, entre outras tipologias, a valorização de monumentos (12), Igrejas (4) e edifícios (7) de reconhecido valor arquitectónico. Este sector assume expressão relevante nas Aldeias Históricas uma vez que concentram 94,4% do total do investimento da AIBT naquele sector e 46,7% do investimento aprovado para esta Linha de Acção.

Distribuição Sectorial das aprovações

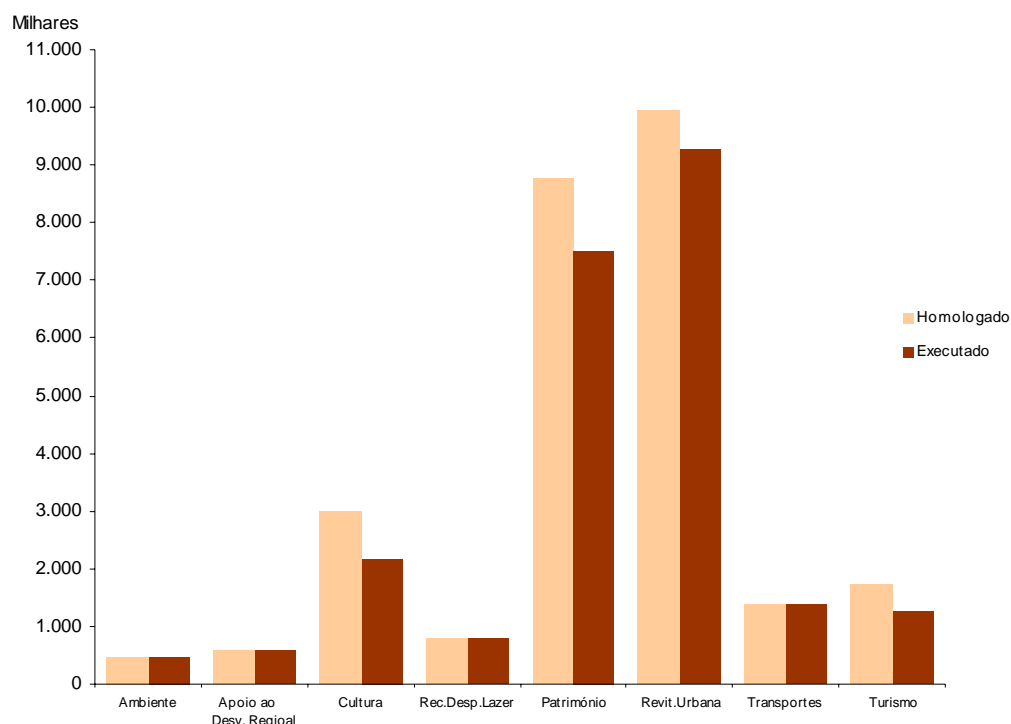
Sector	Aprovações			Execução (2000 -2007)		
	Nº Proj.	D. Pública	Fundo	% (D. Pública)	D. Pública	Fundo
Ambiente - Abastecimento de Água	4	475.356	313.574	1,8	475.356	313.574
Apoio ao desenvolvimento regional	13	587.658	411.361	2,2	587.658	411.361
Cultura	31	3.004.412	2.198.445	11,3	2.159.393	1.565.227
Recreio Desporto e Lazer	9	785.723	523.148	2,9	785.723	523.148
Revitalização Urbana	74	9.948.204	6.883.207	37,3	9.256.904	6.404.101
Transportes - Rodovias	14	1.384.021	894.903	5,2	1.384.021	894.903
Turismo	25	1.720.698	1.237.230	6,4	1.269.349	911.955
Património Histórico/Cultural	21	8.780.790	6.201.363	32,9	7.496.216	5.248.925
Total	191	26.686.864	18.663.231	100,0	23.414.621	16.273.193

Os projectos ligados à cultura e turismo, directamente correlacionados com os de património e de revitalização urbana registam significado, relevante, tanto no número de projectos como no valor de investimento (17,7% do total). Aquela correlação é particularmente forte nas Aldeias Históricas, onde o investimento em projectos culturais representa 72% do valor aprovado para o sector, no âmbito desta AIBT; paralelamente 95,4% do investimento da Medida no sector turístico situa-se nas Aldeias Históricas.

Neste último sector merecem referência particular as micro-iniciativas de natureza empresarial, que complementam e reflectem o impacto positivo do investimento público, realizado, e têm vindo a disponibilizar serviços nas áreas do alojamento, da divulgação/animação turística e da promoção de produtos locais, com significado relevante ao nível da criação de postos de trabalho.

A melhoria da qualidade de vida das populações residentes inclui vertentes como as acessibilidades, que muito têm contribuído para a articulação e estruturação territorial dos espaços de intervenção, o ambiente, os equipamentos de recreio, desporto e lazer e o apoio ao desenvolvimento regional/local, cujas iniciativas representam 12,1% do investimento total aprovado, sectores cuja representação é mais visível no âmbito dos Centros Rurais.

Distribuição Sectorial do Investimento Homologado e Executado



No seu conjunto, os domínios referidos têm privilegiado o envolvimento alargado e concertado de entidades públicas, associativas e privadas no processo de dinamização económica e promoção social e cultural tanto dos residentes como dos territórios. A disponibilização de competências técnicas a nível local, a valorização de património histórico, a reabilitação urbanística dos aglomerados, a animação e promoção dos espaços e dos lugares têm permitido divulgar metodologias inovadoras na abordagem das problemáticas dos territórios de baixa densidade, e afirmar a importância de novos factores de competitividade, a nível local e regional.

Distribuição territorial do investimento aprovado

A territorialização do investimento aprovado, nesta Acção Integrada de Base Territorial, resulta dos objectivos e do carácter selectivo, que presidiu à implementação das suas Linhas de Acção, em estreita correlação com os efeitos que se pretendem alcançar com a valorização dos espaços menos competitivos da Região Centro. Assim, para além do projecto mobilizador, que tem sido a Rede das Aldeias Históricas, foram formalizadas outras redes de micro intervenções capazes de protagonizar o envolvimento de recursos e actores e de produzir efeitos demonstrativos, particularmente, no Interior da Região onde se concentra 98,5% da despesa pública homologada.

Distribuição geográfica do investimento aprovado

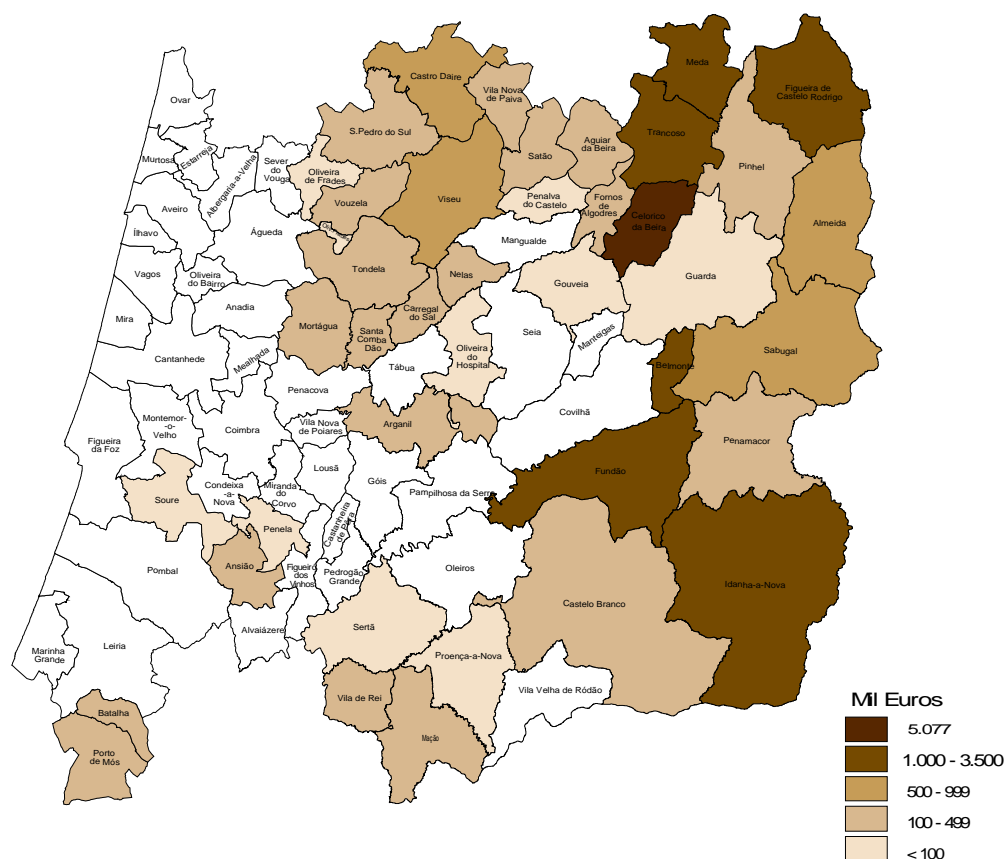
Unidade: Euros

NUT III	Nº Proj.	Custo total	D. Pública	Fundo	Incidência (Custo total)	
					%	por habitante
Baixo Mondego	1	66.229	66.229	46.361	0,2	0,2
Pinhal Litoral	4	337.653	337.653	236.357	1,3	1
Pinhal Interior Norte	13	921.390	921.390	603.236	3,4	7
Dão Lafões	34	3.862.595	3.862.595	2.679.435	14,3	14
Pinhal Interior Sul	4	435.910	435.910	290.478	1,6	10
Serra da Estrela	5	289.786	289.786	190.741	1,1	6
Beira Interior Norte	72	12.141.481	11.651.027	8.174.534	45,0	106
Beira Interior Sul	24	3.962.395	3.904.861	2.747.839	14,7	51
Cova da Beira	34	5.361.517	5.217.412	3.694.251	19,9	57
Litoral	5	403.882	403.882	282.718	1,5	0,4
Interior	186	26.975.074	26.282.982	18.380.514	98,5	33
Total da Medida	191	27.378.957	26.686.864	18.663.231	100,0	15

A Beira Interior Norte detém o maior número de projectos, a parcela mais significativa de investimento e a capitação mais elevada, o que se relaciona directamente com as sete Aldeias Históricas e os cinco Centros Rurais ali localizados. O significativo acréscimo registado nas aprovações, de 2005 para 2007 prende-se, fundamentalmente, ao lançamento de projectos ligados à valorização de monumentos classificados, seja na sua componente corpórea (consolidação e adaptação), seja na vertente imaterial (conteúdos e divulgação) com recurso a novas tecnologias de informação e comunicação.

De referir, também, a mobilização empresarial registada naquela NUT, onde se implantam sete iniciativas de dinamização económica que, estão na base dos valores diferenciados entre custo total e despesa pública dos projectos aprovados. Castelo Rodrigo (3), Linhares da Beira (1) e Marialva (3) são as Aldeias Históricas que demonstraram maior capacidade empreendedora, correspondendo positivamente ao esforço público, realizado, e ao desafio da diversificação das economias locais e da criação de emprego.

Distribuição Geográfica do Investimento Aprovado



A Beira Interior Sul e a Cova da Beira destacam-se por serem duas unidades territoriais onde coexistem intervenções das três Linhas de Acção, propiciando a sua interacção e uma leitura integrada do respectivo funcionamento.

A intensidade de investimento que se verifica na Cova da Beira e Beira Interior Sul prende-se, fundamentalmente, às quatro Aldeias Históricas ali localizadas (Belmonte, Castelo Novo, Idanha-a-Velha e Monsanto), já que os níveis de investimento nos Centros Rurais e Contratos de Aldeia têm expressão financeira menos significativa. Em contrapartida o Dão Lafões, que representa 14,3% da despesa pública aprovada, tem respondido de uma forma muito participativa ao sinal de discriminação positiva proporcionado pela intensificação da rede de Centros Rurais e pelo estabelecimento de cinco Contratos de Aldeia. As diferentes iniciativas, lançadas em contextos territoriais diversos, têm como objectivo sinalizar espaços e aglomerados que, face às dinâmicas que encerram, poderão funcionar em rede e desempenhar um papel mobilizador de recursos de maior capacidade diferenciadora.

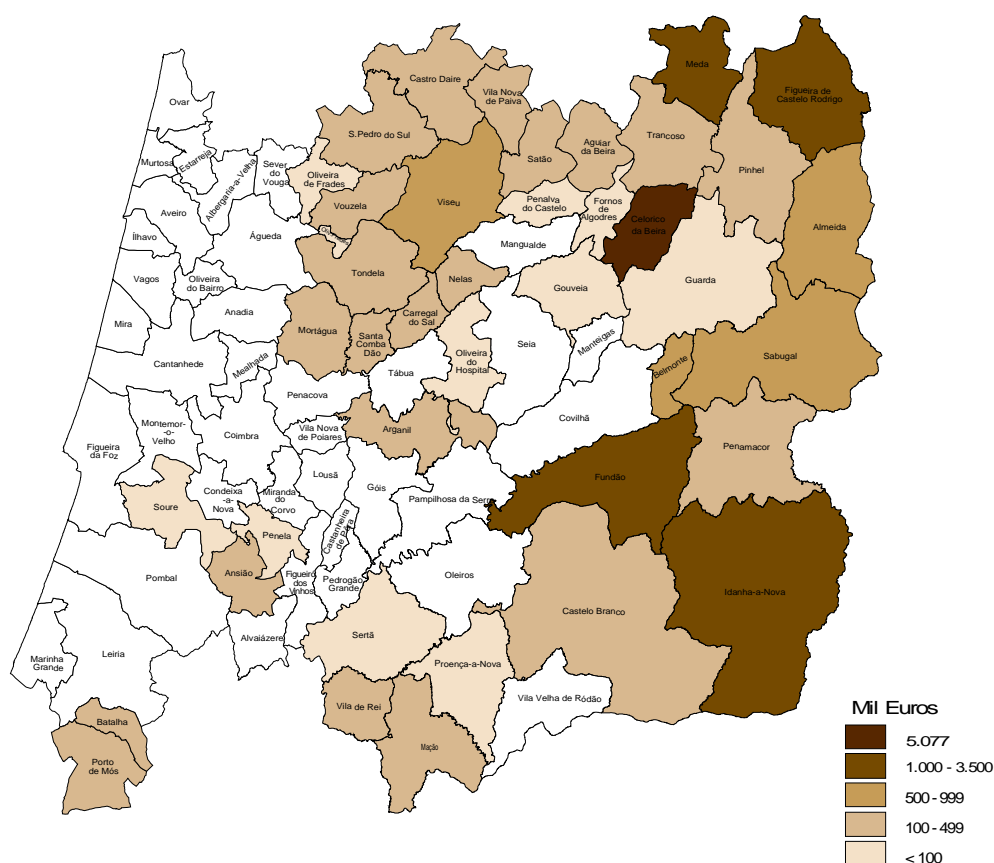
Refira-se que aquelas três NUT(s), Beira Interior Sul, Cova da Beira e Dão-Lafões, não tendo sido alvo de nenhuma intervenção específica de valorização territorial, têm vindo a beneficiar da natureza temática desta Acção Integrada, que tem contribuído para projectar territórios cuja

capacidade competitiva assenta fundamentalmente na preservação da sua identidade histórica e cultural.

Situação diversa ocorre no Pinhal Interior Norte e Sul e na Serra da Estrela cuja representatividade, dos valores aprovados (6,1% no seu conjunto), não sendo relevante tem constituído um complemento importante a investimentos realizados no âmbito das AIBT específicas daqueles território. Os domínios em que o efeito cumulativo apresenta maior expressão são a revitalização urbana, a valorização de praias fluviais e a melhoria das acessibilidades, iniciativas implementadas no âmbito dos Centros Rurais.

No que respeita ao ritmo de execução são os concelhos da Beira Interior Norte e Sul e Cova da Beira que mais têm contribuído para a despesa total apresentada, em estreita correlação com os valores aprovados. É, no entanto, diferenciada a expressão concelhia das execuções apuradas, até ao final de 2007, verificando-se que os maiores desajustamentos entre aprovações/execuções ocorrem em Belmonte e Trancoso, os dois aglomerados que, mais tardiamente integraram a Rede das Aldeias Históricas (2004) e onde se encontram em execução projectos financeiramente relevantes.

Distribuição Geográfica do Investimento Executado



A distribuição territorial e o grau de intensidade das aprovações e execuções encontram-se directamente relacionados com os objectivos específicos da Acção Integrada. As iniciativas integradas de valorização em áreas que, sendo economicamente menos competitivas, detêm elevada densidade de património histórico e cultural, têm induzido dinâmicas de desenvolvimento favoráveis ao reforço da coesão e ao “esbatimento” da tradicional dicotomia rural - urbano.

Indicadores de acompanhamento

Os sete indicadores de acompanhamento definidos, no Complemento de Programação, cobrem as situações que se previam como mais específicas da Medida II.3. A dinâmica de progressão das três Linhas de Acção tem vindo a confirmar a adequação dos indicadores, quer, aos objectivos enunciados, quer às necessidades de valorização dos aglomerados seleccionados.

Registam-se aprovações e execuções em todos os indicadores inicialmente considerados, tendo sido a sua quantificação ajustada, às dinâmicas reais verificadas, em sede da reprogramação aprovada no PO-Centro em 2004.

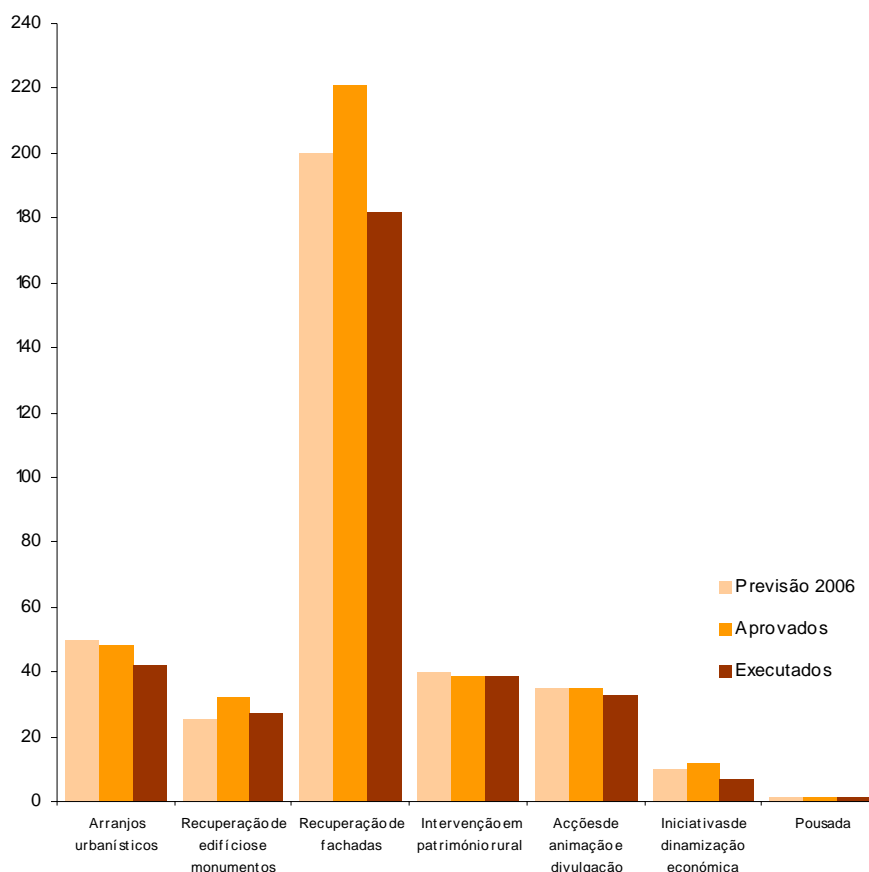
Indicadores de acompanhamento - Situação 31/12/2007

Indicador Físico	Unidade	Quantificação		
		Previsto	Resultados (31-12-2007)	
		2006	Proj. aprov.	Execução
- Arranjos urbanísticos	nº	50	48	42
- Recuperação de edifícios e monumentos	nº	25	32	27
- Recuperação de fachadas	nº	200	221	182
- Intervenções em património rural	nº	40	39	39
- Acções de animação e divulgação	nº	35	35	33
- Iniciativas de dinamização económica	nº	10	12	7
- Pousada	nº	1	1	1
- Acções de apoio ao desenvolvimento local	nº		13	13
- Redes de abastecimento de água remodeladas	ml		8,27	8,27
- Rede viária municipal beneficiada	Km		24,9	24,9
- Equipamentos de Lazer Desp. e Recreio	Nº		6	6

Para além daqueles, foram também executados projectos que, sendo enquadráveis nas tipologias enunciadas nas Linhas de Acção, não foram considerados como específicos desta Medida. Trata-se de iniciativas de qualificação do quadro de vida das populações, acessibilidade local, redes de abastecimento de água e equipamentos de lazer e recreio que, embora residuais do ponto de vista financeiro, permitiram garantir a complementaridade e sustentabilidade a projectos de natureza mais estruturante. As treze acções de apoio ao desenvolvimento local permitiram a disponibilização de competências técnicas de suporte à operacionalização dos Planos de Acção e garantiram uma melhor articulação com outras iniciativas em curso, no mesmo território. Esta interacção foi particularmente importante no que respeita a projectos, complementares, apoiados pelo Feoga, no âmbito da Medida III.14 - Agricultura e Desenvolvimento Rural do PO-Centro, e pela Iniciativa Comunitária Leader +.

Em Dezembro de 2007 encontravam-se física e financeiramente concluídos 170 dos 191 projectos aprovados, registando-se mais 10 situações em que a conclusão física já ocorreu sem que se tenha verificado o respectivo encerramento financeiro.

Indicadores de Acompanhamento - Situação a 31/12/2007



De destacar o número significativo de recuperações de edifícios e monumentos, onde se incluem duas iniciativas de valorização através da instalação de conteúdos de interpretação histórica e cultural e de animação didáctica e pedagógica. A utilização de ferramentas tecnológicas que permitem consultas e visitas virtuais, utilizando TIC, é uma das vertentes inovadoras daqueles projectos, cujo efeito demonstrativo poderá estimular uma atitude de crescente interacção com o monumento ou conjuntos monumentais. Adicionalmente o acesso à história das aldeias e do país através de meios multimédia introduzirá uma linguagem mobilizadora para as novas gerações e vai constituir uma referência pedagógica a divulgar junto da comunidade escolar.

Também as intervenções em património rural pretendem manter vivas no quotidiano dos residentes e na memória dos visitantes, elementos que foram determinantes na actividade económica, entretanto desvalorizada. A reutilização de moinhos, a conservação de eiras e espigueiros ainda que com novas funcionalidades, poderão ser exemplos de boas práticas de valorização daquele património de carácter colectivo. Também as actividades mais emblemáticas, ligadas aos ciclos da produção agrícola, entretanto abandonadas, estão contempladas nalguns dos projectos implementados, particularmente na Rede de Contratos de Aldeia.

A dimensão económica desta AIBT tem sido materializada através da criação de unidades de Turismo em Espaço Rural (8), de promoção do artesanato e produtos locais de excelência (2) e de duas micro-empresas de animação e divulgação turística. Sete daquelas iniciativas encontram-se concluídas e em funcionamento, disponibilizando alojamento e serviços de qualidade, a segmentos turísticos de elevado grau de exigência, e criando localmente novas actividades geradoras de emprego. À importância económica daquelas iniciativas, acresce ainda o complemento que constituem relativamente ao investimento público, realizado, na recuperação física dos aglomerados.

A monitorização da capacidade de afirmação da Rede de Aldeias Históricas de Portugal tem vindo a ser feita, desde 2003, através dos registos de visitas nos respectivos Postos de Turismo. Da análise efectuada nos quatro anos de recolha é possível verificar três linhas de força essenciais: procura crescente e sempre superior a 200 mil visitantes, no conjunto da Rede, que em 2007 recebeu 355 mil turistas; reforço da representação da procura de estrangeiros que, naquele ano, representou 24% do total; possibilidade de conhecer, no caso dos estrangeiros, os principais mercados emissores e respectivas motivações. Tratando-se de um destino e produto turístico, que se encontra em afirmação e cujo perfil é, ainda, eminentemente nacional, os valores referidos indiciam uma abertura de oportunidade a explorar, face ao impacto na revitalização social e económica das Aldeias e do seu contributo para a divulgação do território em que estão ancoradas.

Indicadores de resultado

Foi seleccionado como indicador de resultado na Medida II.3 a população rural (%), abrangida por intervenções que contribuíssem para a dinamização económica e social das Aldeias e dos Centros Rurais, cuja previsão quantitativa apontava para 12,8%, do total estimado para Região, no final do período de programação (2006).

Indicadores de resultado - Situação 31/12/2007

Indicador Resultado	Unidade	Quantificação			
		Previsto em CP		Resultados (31-12-2007)	
		2003	2006	Proj. aprov.	Execução
%Pop.rural abrangida por interv. Dinam. Econ. e social das aldeias e centros rurais	%	4,0%	12,8%	13,6%	13,2%

Tendo em conta os projectos aprovados e a respectiva localização, verifica-se que em 2007 se encontra beneficiada 13,6% da população rural, sendo de 13,2% a que está abrangida por projectos fisicamente concluídos a 31 de Dezembro de 2007. A definição à partida das iniciativas estruturantes, a desenvolver, e a utilização rigorosa dos recursos disponibilizados permitiu ultrapassar as previsões de população rural abrangida por esta AIBT.

4. Medida II.4 - Acção Integrada “Turismo e Património do Vale do Côa”

Enquadramento

A Medida 2.4 – Acção Integrada de Base Territorial “Turismo e Património do Vale do Côa” tem como área de intervenção dez concelhos situados em território raiano do centro e norte de Portugal. Almeida, Figueira de Castelo Rodrigo, Mêda, Pinhel, Sabugal, Trancoso integram a NUT II Centro e os restantes 4 integram a NUT II Norte - Freixo de Espada-à-Cinta, Mogadouro, Torre de Moncorvo e Vila Nova de Foz Côa. A “dispersão” por duas NUT II é um dos aspectos que diferencia esta Acção Integrada das restantes 11 AIBT que integram os PO Regionais e é, uma das marcas da sua singularidade.

Essa sua singularidade encontra também expressão no facto de ser um território profundamente ruralizado e com défices infraestruturais significativos e estrangulamentos diversos ao nível económico (onde a capacidade de investimento endógeno é extremamente limitada), mas que apresenta um conjunto de potencialidades e recursos, nomeadamente os relacionados com o seu património histórico/cultural e com a sua paisagem, que marcam indelevelmente essa sua singularidade.

Estes recursos constituem uma mais valia que importa preservar e valorizar. Sobretudo se considerarmos que a revelação do notável património arqueológico do Vale do Côa, do qual as **gravuras rupestres** são o expoente e expressão máxima dessa sua singularidade, este território dispõe de alternativas de desenvolvimento face a um declínio acentuado que se tem verificado aos mais diversos níveis, do qual a evolução demográfica poderá aqui ser apresentada como exemplo paradigmático desse declínio.

Trata-se de um património único – elemento distintivo dessa singularidade –, considerado património da Humanidade pela UNESCO, que está e estará sempre na base de qualquer esforço de valorização e dinamização das potencialidades de desenvolvimento económico e social deste território.

Na concepção original das Acções Integradas de Base Territorial, enquadrada por uma nova procura de políticas de desenvolvimento, esteve presente a necessidade de romper com as habituais perspectivas predominantemente sectoriais, que se traduzem em olhar para cada sector e preocupação isoladamente. Assim, as AIBT são intervenções territorializadas, assentes na leitura de um dado território como um todo, equacionando o seu desenvolvimento de forma global e integrada e perspectivando a criação de sinergias entre sectores e a articulação entre as dimensões social, cultural, económica e ambiental. A AIBT “Turismo e Património no Vale do Côa” traduz e interpreta bem essa concepção original. Por esta razão a categoria de beneficiários da Medida, prevista em Complemento de Programação, abarcou um conjunto de agentes que vão muito para além dos Municípios ou Associações de Municípios e a tipologia de investimentos considerada cobria genericamente as dimensões atrás referidas.

Se o que caracteriza esta Acção Integrada é ser uma intervenção territorializada, o reconhecimento mundial da valia dos recursos histórico-patrimoniais do Vale do Côa constitui um elemento diferenciador da estratégia de desenvolvimento que vem a ser seguida ao longo dos últimos anos, assente, nomeadamente, na implementação de acções específicas relacionados com preservação e valorização do património cultural e natural, a qualificação e equipamento dos aglomerados urbanos e rurais e a dinamização económica e social deste território.

A criação um produto turístico diversificado e complementar às actividades tradicionais que são desenvolvidas no território, está na base de muitos dos investimentos que a AIBT tem vindo a financiar ao longo do ciclo da programação do IIIQCA. Ou seja, tendo a definição estratégica sido alicerçada naqueles recursos, o apoio de uma malha de investimentos que permita desenvolver a actividade turística como um novo pilar de sustentabilidade social e económica, alternativo à agricultura, tem sido fundamental para que tal objectivo possa vir a ser concretizado.

A qualificação dos recursos humanos tem também constituído um pilar fundamental da estratégia de intervenção, tendo a Medida II.8 - Desenvolvimento dos Recursos Humanos e Promoção da Coesão Social, vindo a apoiar um conjunto de acções formativas que visam o reforço da capacidade de criação do referido produto turístico. E o que se tem vindo a observar de uma forma crescente, progressivamente consistente e alinhada com a estratégia da AIBT, são os investimentos na formação dos recursos humanos dos quais se destaca aquela que se destina a activos, constituindo estes 2/3 dos formandos envolvidos nas acções de formação realizadas.

Candidaturas apreciadas

No ano 2007 foram apreciadas em Unidade de Gestão 7 candidaturas, todas apresentadas no final do ano de 2006 mas que ficaram a aguardar a conclusão da verificação dos procedimentos da contratação pública, o que ocorreu no decurso do 1º semestre de 2007. Uma dessas candidaturas, no âmbito do sistema de incentivos *minimis*, já havia sido apreciada na Unidade de Gestão de 21 de Dezembro, tendo dado início ao processo de alegações contrárias após UG, processo que ficou concluído já no decurso de 2007.

Em termos acumulados, a Medida 2.4 registou 119 candidaturas entradas, com 114 projectos aprovados em Unidade de Gestão e homologados, como se observa no quadro seguinte.

Medida 2.4 - Candidaturas entradas e apreciadas

Medida II.4 Linha de Acção	Entrad.	Decididas em UG		Apreciadas em UG e em fase de Audiência Prévia	Decididas (Homologadas)	
		Parecer Desf.	Parecer Favorável		Aprovadas	Indeferidas
LA1 - Valorização do Parque Arqueológico do Vale do Côa	6		6		6	
LA2 - Promoção do Desenvol. Turístico	35		32		32	
LA3 - Reabilitação dos Aglomerados e Recuperação do Património	46		45		45	
LA4 - Dinamização Económica e Social	32	1	31		31	1
Total da Medida	119 (*)	1	114		114	1

(*) Dois projectos foram arquivados por não reunirem os requisitos para serem apreciados na Unidade de Gestão. Dois outros projectos que haviam sido aprovados e homologados (no âmbito do sistema de incentivos *Minimis*) foram objecto de desistência.

Dos projectos aprovados pelas quatro linhas de acção previstas em Complemento de Programação, constata-se que 95% dos projectos se concentram nas linhas de acção 2, 3 e 4, com predominância para a linha de acção 3 - Reabilitação dos Aglomerados e Recuperação do Património que acolhe o maior número de projectos.

Em termos do número de projectos a escassa expressão apresentada pela linha de acção “Valorização do Parque Arqueológico do Vale do Côa”, deve-se, fundamentalmente, ao facto dos beneficiários finais desta linha de acção ser em número reduzido, uma vez que o IPA – Instituto Português de Arqueologia (que ao longo de 2007 foi extinto tendo sido criado um novo Instituto Público que passou a integrar o ex: IPA e o Ex: IPPAR) o PAVC – Parque Arqueológico do Vale do Côa e o CNART – Centro Nacional de Arte Rupestre (também extinto), 3 dos beneficiários previstos em Complemento de Programação, serem, na prática, apenas um beneficiário, uma vez que os últimos dois são entidades dependentes da primeira, sem autonomia financeira e, por isso, não poderem apresentarem candidaturas de forma autónoma.

É de referir, no entanto, que apesar de ser escasso o número de projectos apresentados no âmbito da linha de acção “Valorização do Parque Arqueológico do Vale do Côa”, um deles se destaca dos demais projectos, e diz respeito à execução do “Museu de Arte e Arqueologia do Vale do Côa”, um dos projectos “âncora” desta Medida. Destaca-se não só porque representa 19% do total aprovado no conjunto da Medida, como pela importância estratégica (como um dos principais pólos de atractividade deste território) que assume no contexto desta sub-região.

Este investimento tem como objectivo a preservação e a valorização do património arqueológico do Vale do Côa, proporcionando um conjunto de informação adequada sobre o maior complexo de arte rupestre paleolítica ao ar livre, e veio dar corpo a um compromisso assumido em 1998 pelo Estado Português, perante a UNESCO, de preservar e divulgar a Arte Rupestre do Vale do Côa então classificada como Património da Humanidade. Ou seja, a construção do Museu visa centrar o conhecimento do maior e mais importante conjunto mundial de Sítios com Arte gravada do Paleolítico em espaço aberto conhecido até hoje e de proporcionar a um público alargado a informação adequada para uma melhor compreensão deste Património Cultural, que decerto contribuirá para a sensibilização da sociedade civil e para o conhecimento e divulgação do Património Cultural Arqueológico da região e da Arte Rupestre do Vale do Côa. Mas visa, fundamentalmente, enquanto pólo de interesse regional, ser uma estrutura dinamizadora do desenvolvimento, inserindo o Vale do Côa nos circuitos do turismo organizado e promovendo o desenvolvimento económico e social da região.

Importa relembrar que tendo em consideração a relevância deste projecto, em termos nacionais e internacionais, e o elevado volume de investimento envolvido, o financiamento no âmbito do Terceiro Quadro Comunitário de Apoio (QCAIII) exigiu que o mesmo fosse repartido entre o Programa Operacional da Região Centro (Eixo II – Acção Integrada “Turismo e Património no Vale do Côa”) e o Programa Operacional para a Cultura (POC), Medida 1.2. – Modernização e dinamização dos museus nacionais, actuando os dois Programas em complementaridade e em consistência com os objectivos gerais da intervenção global. Assim a construção do Museu de Arte e Arqueologia do Vale do Côa, dos acessos ao mesmo e de trabalhos de arranjos exteriores correspondentes, ficou a cargo da AIBT do Côa e tudo o resto relacionado com a produção e instalação dos equipamentos museológicos indispensáveis à sua abertura ao público até ao final de 2008 a cargo do PO da Cultura. Nesta conformidade, as acções incluídas em cada uma das candidaturas apresentadas aos dois Programas Operacionais não deverão ser consideradas exclusivamente na perspectiva da consistência e da valia individual de cada uma das intervenções, mas sim à luz do princípio da complementaridade das acções integradas em cada uma das candidaturas e da sua coerência face aos objectivos gerais da intervenção global que consiste na construção, instalação e equipamento do Museu.

Na linha de acção “Promoção do desenvolvimento turístico”, salienta-se a conclusão física dos projectos associados aos pólos termais de Fonte Santa, no Município de Almeida, Longroiva no Município de Meda e do Cró, no Município de Sabugal, considerados projectos “âncora” desta AIBT. Estes projectos do termalismo são importantes para que sejam alcançados os objectivos definidos para esta AIBT, particularmente os associados à promoção do desenvolvimento

turístico, através do aproveitamento dos recursos termais e respectiva infraestruturação. Saliente-se, no entanto, que apesar de fisicamente concluídos ainda não foi iniciada a exploração desses equipamentos. No caso no pólo de Longroiva, ainda está em curso o projecto de arranjos urbanístico da envolvente do balneário, facto que condiciona a abertura do equipamento.

Tal como já foi referido no ano anterior, aspecto que merece também destaque, em termos de candidaturas apreciadas, prende-se com o tipo de promotores que viram os seus projectos aprovados no âmbito da Acção Integrada. Tanto em número como nos montantes envolvidos, as Câmaras Municipais destacam-se como as principais entidades promotoras dos projectos, com 68,4% e 73,5% respectivamente, do total da Medida, seguindo-se, quanto ao financiamento, os Institutos Públicos e outras entidades sob a Tutela da Administração Central. No seu conjunto, a iniciativa pública de âmbito central ou local contabiliza 85 projectos, com um investimento de aproximadamente 60 milhões de euros, o que representa 93,7% da dotação atribuída à AIBT.

Execução

A execução ocorrida em 2007 representa 18% do total do FEDER executado face ao total programado considerando o período de programação 2000/2006, o que significa um forte impulso na execução da medida que no final do ano se cifra nos 71,9, contra os 53,8 registados em 2006. Quando comparada com os anos anteriores é de longe o ano com maior execução, quer se considere valores absolutos, quer relativos. Para se ter uma ideia, no ano de 2005 apenas foi executado 4,7% do total do FEDER face ao total programado, ao passo que em 2006 esse valor foi de 12,4%, ainda assim o melhor ano dos últimos 4.

Através do quadro seguinte constata-se que 63% dos 114 projectos aprovados encontram-se concluídos. É de salientar o esforço acrescido por parte da Coordenação da AIBT no sentido de sensibilizar os promotores para apresentarem o relatório final de execução dos projectos que se encontravam em condições para serem encerrados. Deste modo é possível ter uma apreciação mais realista dos valores efectivamente comprometidos na Medida e conhecer os montantes libertados por projectos com uma execução abaixo do aprovado.

Constata-se que dos 9 projectos com execução nula, 8 foram homologados em Julho de 2007, tendo os executores 6 meses para iniciar física e financeiramente o projecto, de acordo com o Regulamento da Unidade de Gestão do Eixo II. Aliás, num deles foi já apresentado um pedido de pagamento em forma de adiantamento, que pela sua natureza não tem implicações nos valores do FEDER executado, verificando-se situação semelhante no outro projecto que foi homologado em Dezembro de 2006, e que tendo sido reprogramado temporalmente, por dificuldades no arranque da obra por motivos não imputáveis ao promotor (contencioso administrativo pela posse de terrenos) também já apresentou despesa de trabalhos realizados.

Medida 2.4 – Projectos concluídos e em execução a 31 de Dezembro de 2007

Taxa execução	N.º projectos
100%	72
[75, 100[9
[50, 75[8
[25, 50[7
]0,25[9
0	9
TOTAL	114

Nos últimos dois anos, a actividade desenvolvida pela Coordenação da AIBT procurou assegurar níveis de execução dos projectos aprovados que permitissem melhorar o desempenho global da medida, visto que, genericamente, e quando comparada com outras medidas do Eixo II, esta apresenta taxas de execução mais baixas. Este desempenho, recorde-se, foi fortemente condicionado pelo facto de importantes projectos “âncora” que envolvem montantes financeiros muito significativos, apenas no ano de 2006 terem sido apresentados à estrutura de gestão para análise e aprovação. É disso exemplo o Museu de Arte e Arqueologia do Vale do Côa. O ano de 2007 ainda não foi, financeiramente, o ano de avanços significativos deste projecto, uma vez que apenas executou 20% dos montantes programados para o ano de 2007.

Em termos de montantes executados, registou-se, em 2007, um grande impulso em relação à situação verificada em 2006 quer, fundamentalmente, em comparação com 2005, como foi referido anteriormente.

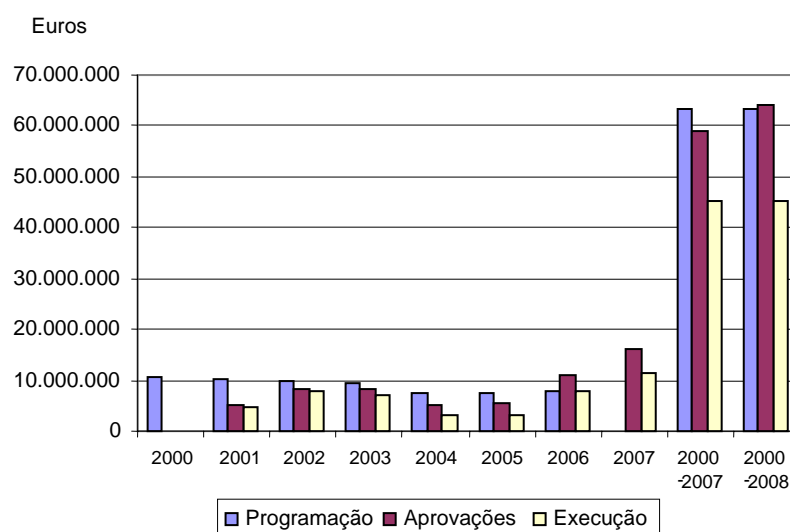
No quadro e gráfico seguintes são apresentados os valores aprovados e executados, no período 2000-2008.

Medida II.4 - Aprovações e execução financeira

Unid: euros

Ano	Programação		Aprovações		Execução		Taxas(%)		
	D. Pública	FEDER	D. Pública	FEDER	D. Pública	FEDER	A/Prog	Exc./Prog	Exec/A
2000	10.551.876	7.386.388	0	0	0	0	0,0	0,0	0,0
2001	10.194.640	7.136.320	4.957.020	3.469.914	4.720.643	3.304.450	48,6	46,3	95,2
2002	9.832.333	6.882.703	8.282.928	5.786.135	7.941.015	5.552.081	84,2	80,8	95,9
2003	9.603.836	6.722.753	8.245.297	5.766.185	7.191.676	5.023.364	85,9	74,9	87,2
2004	7.443.838	5.210.739	5.006.748	3.504.723	3.317.653	2.322.357	67,3	44,6	66,3
2005	7.654.661	5.358.317	5.463.172	3.824.221	2.982.359	2.087.652	71,4	39,0	54,6
2006	7.839.610	5.487.781	11.044.876	7.731.413	7.819.221	5.473.455	140,9	99,7	70,8
2007			16.098.549	11.268.984	11.382.577	7.967.804			70,7
2000-2007	63.120.794	44.185.001	59.098.590	41.351.575	45.355.145	31.731.163	93,6	71,9	76,7
2000-2008	63.120.794	44.185.001	64.222.398	44.938.241	45.355.145	31.731.163	101,7	71,9	70,6

Medida II.4 - Evolução da despesa pública: programação, aprovações e execução



Em 2007 foram aprovados (homologados) 18 projectos, sendo um deles relativo ao sistema de incentivos. O quadro mostra que os valores FEDER aprovados ultrapassam a dotação da Medida em 753.240 euros (1,7%), estando previsto que alguns projectos encerrem com valores abaixo dos aprovados e seja possível absorver os montantes aprovados em excesso de modo a esgotar totalmente o FEDER existente para a AIBT.

As aprovações efectuadas em 2007 incluem programação financeira para os anos 2007 e 2008. Tendo sido executados 71% dos investimentos aprovados na AIBT, torna-se forçoso executar os restantes 29% até ao final de 2008, incluindo não só a fracção aprovada para esse ano, mas também para os anos anteriores. O Museu do Côa é, neste particular, o projecto que pode condicionar o objectivo de execução plena, sobretudo se se tiver em consideração a importância financeira do mesmo. Todavia, em função dos últimos desenvolvimentos (no momento de redacção do relatório), é expectável que tal não venha a constituir um problema uma vez que a obra está a andar a bom ritmo, não querendo isso significar que a coordenação da Medida “relaxe” no acompanhamento e monitorização da situação.

Linhas de Acção e Sectores apoiados – Aprovações e execução

A distribuição dos projectos aprovados por linha de acção mantém-se semelhante à do ano anterior, tanto em número, como em valor, como mostra o quadro seguinte.

Medida 2.4 - Aprovações e execução financeira por linha de acção

Unid: Euros

Linha de Acção	Aprovações				Execução (2000-2007)	
	Nº Proj.	D. Pública	FEDER	%	D. Pública	FEDER
LA1 - Valorização do Parque Arqueológico do Vale do Côa	6	12.065.210	8.445.647	18,8	1.669.030	1.168.321
LA2 - Promoção do Desenvol. Turístico	32	32.428.463	22.699.924	50,5	26.415.940	18.491.158
LA3 - Reabilitação dos Aglomerados e Recuperação do Património	45	14.559.832	10.191.882	22,7	12.447.247	8.713.073
LA4 - Dinamização Económica e Social	31	5.168.893	3.600.787	8,0	4.822.927	3.358.611
Total	114	64.222.398	44.938.241	100,0	45.355.145	31.731.163

É possível verificar que a Reabilitação dos Aglomerados e Recuperação do Património é a linha de acção dominante em termos do número de projectos aprovados, indicando a forte incidência das intervenções realizadas nas Aldeias/Portas de entrada do Vale do Côa, destinadas à valorização da imagem dos aglomerados e do seu património. Os 13 núcleos abrangidos, distribuídos por sete concelhos da AIBT, já foram todos objecto de pelo menos uma intervenção, destacando-se os que investimentos realizados em arranjos urbanísticos e na recuperação de alguns imóveis e de equipamentos tradicionais.

Por outro lado, verifica-se que os projectos de Promoção do Desenvolvimento Turístico absorvem cerca de metade dos valores aprovados. A isso não é estranho, evidentemente, a “matriz constituinte” da própria AIBT que, tal como o seu próprio nome indica, radica no “turismo e património no vale do Côa”.

No que respeita à distribuição sectorial do investimento aprovado, o quadro seguinte mostra que se mantém dominante o sector da cultura. Apesar de metade dos projectos aprovados em 2007 estarem ligados ao turismo, tornando-o o sector com mais projectos aprovados, logo seguido pelos investimento na revitalização urbana, em termos de montantes aprovados a distribuição relativa não se altera face ao ano anterior.

Medida 2.4 - Distribuição sectorial das aprovações

Unid: Euros

Sector	Aprovações				Execução (2000-2007)	
	Nº Proj.	D. Pública	FEDER	%	D. Pública	FEDER
AMBIENTE - Protecção Amb.	1	20.925,94	14.648,16	0,0	20.925,94	14.648,16
APOIO AO DES. REGIONAL	17	9.174.260,88	6.404.544,65	14,3	7.080.585,99	4.938.972,25
CULTURA	18	20.519.073,89	14.363.351,69	32,0	9.362.732,79	6.553.912,94
RECREIO E LAZER	4	3.038.585,52	2.127.009,87	4,7	2.731.149,92	1.911.804,95
INTEGRAÇÃO SOCIAL	1	203.102,31	142.171,62	0,3	203.102,31	142.171,62
PATRIMÓNIO HISTÓRICO/CULTURAL	7	2.255.414,71	1.578.790,29	3,5	2.255.414,64	1.578.790,29
REVITALIZAÇÃO URBANA	30	12.156.679,62	8.509.675,72	18,9	9.734.184,06	6.813.928,97
TRANSPORTES - Rodov.	5	2.262.413,30	1.583.689,31	3,5	1.831.438,12	1.282.006,69
TURISMO	31	14.591.942,02	10.214.359,43	22,7	12.135.610,74	8.494.927,62
Total	114	64.222.398	44.938.241	100,0	45.355.145	31.731.163

No que respeita aos indicadores físicos, importa desde já destacar, tendo em consideração o grau de aproximação à meta prevista em Complemento de Programação, que os projectos aprovados conseguiram, na sua maioria, alcançar ou superar em larga escala as metas previstas no Complemento de Programação. Exceptuam-se as acções de animação, divulgação e promoção e a organização e participação em feiras e amostras que se situam em 60% do previsto e os encontros científico-culturais que representam 17% do objectivo pretendido.

Quanto à não aproximação da meta relativa às “feiras e mostras” importa sublinhar o que em anteriores relatórios foi referido, e que se prende com o facto de terem sido até 2003 financiadas um conjunto de feiras das tradições e das actividades económicas que ocorrem anualmente neste território. O efeito de alavancagem proporcionado pela AIBT, faz com que todas elas se continuem a realizar apesar dos promotores não terem co-financiamento para a realização. As “amendoeiras em flor” é disso um bom exemplo, uma vez que esta iniciativa sendo um forte marco em termos de promoção turística do território, a entidade promotora – Associação de Municípios do Douro Superior –, não conta, actualmente, com qualquer contrapartida financeira da AIBT para a sua realização.

Quanto à não concretização da meta “encontros científicos-culturais”, e tal como foi anteriormente referido quanto à escassa adesão à linha de acção “Valorização do Parque Arqueológico do Vale do Côa”, o facto dos beneficiários finais deste tipo de iniciativas poder ser em número reduzido, uma vez que o IPA – Instituto Português de Arqueologia, o PAVC – Parque Arqueológico do Vale do Côa e o CNART – Centro Nacional de Arte Rupestre, 3 dos beneficiários previstos em Complemento de Programação, serem, na prática, apenas um beneficiário (uma vez que os últimos dois eram entidades dependentes da primeira, sem

autonomia financeira não podendo apresentar candidaturas de forma autónoma), terá condicionado a concretização desta meta.

Isto não significa, contudo, que não tenham sido realizadas iniciativas deste género, mas apenas, e só, que não foram co-financiadas pela AIBT. Ainda assim, a própria AIBT financiou algumas iniciativas de índole científica, como seja, a título de exemplo, a Edição das Actas do III Congresso de Arqueologia de Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior, que de uma forma indirecta está relacionada com a referida meta. O III Congresso de Arqueologia, cujo tema mais específico foi o de “**Debates no Vale do Côa**”, foi organizado pela ACDR de Freixo de Numão, o Parque Arqueológico do Vale do Côa (PAVC) e o Centro Nacional de Arte Rupestre (CNART), e teve lugar entre os dias 15 e 20 de Maio de 2006 em Vila Nova de Foz Côa, Figueira de Castelo Rodrigo e Pinhel.

No quadro seguinte são apresentados os indicadores físicos de acompanhamento, sendo possível constatar que apenas os investimentos em equipamentos culturais, de turismo e lazer e em iniciativas de dinamização económica se encontram com uma execução física abaixo dos 50%, à excepção do projecto do Museu arqueológico. Salienta-se que dos 18 projectos aprovados, 7 estão incluídos nos equipamentos culturais, de turismo e lazer, contribuindo para uma fraca execução neste indicador.

Os projectos de Infraestruturas básicas e arranjos urbanísticos, de Recuperação de edifícios e monumentos e as Acções de animação, divulgação e promoção apresentam taxas de execução física superiores a 70%.

Medida 2.4 - Indicadores de acompanhamento

Indicador Físico	Unidade	Quantificação		
		Previsto em CP	Resultados	
		2006	Aprovações	Execução
Museu arqueológico	nº	1	1	0
Equipamentos culturais, de turismo e lazer	nº	6	26	11
Infraestruturas básicas e arranjos urbanísticos	nº	20	33	24
Recuperação de edifícios e monumentos	nº	6	13	10
Iniciativas de dinamização económica	nº	10	10	4
Acções de animação, divulgação e promoção	nº	10	6	5
Encontros científico-culturais	nº	6	1	1
Organização e participação em feiras e amostras	nº	20	12	12
Estradas regionais/locais (*)	km	0	18,81	16,96
Estudos/projectos (*)	nº	0	8	3

(*) Não previsto em CP

Incidência territorial do investimento aprovado

Tal como referido em relatórios anteriores, a territorialidade dos investimentos da Medida 2.4 foi determinada pela concretização da estratégia da AIBT e pela focalização dos recursos territoriais a serem valorizados, e não pela distribuição equitativa da dotação financeira das autarquias. A selectividade da localização do investimento, consoante o seu contributo para a estratégia, foi manifestamente assumida e, obviamente, implicou uma distribuição diferenciada pelo território.

A análise da distribuição territorial do investimento aprovado, apresentada no quadro seguinte, permite concluir que cerca de 90% se concentra nas NUT Beira Interior Norte e Douro. Salienta-

-se o facto de valores de investimento muito próximos nestas duas NUT se distribuírem por um menor número de projectos na NUT do Douro. Têm aqui relevância os projectos aprovados no concelho de Vila Nova de Foz Côa que representam mais de dois terços do total da NUT Douro, tanto em número como em valor. O investimento realizado na construção do Museu do Côa assume aqui um papel preponderante, na medida em que absorve cerca de metade do valor investido no concelho.

É de referir que no concelho de Mogadouro, único concelho da NUT de Alto de Trás-os-Montes, concentram-se 8% do investimento aprovado na AIBT.

Medida 2.4 - Distribuição geográfica do investimento aprovado

NUT III	Aprovações				Incidência (Custo total)	
	Nº Proj.	Custo total	D. Pública	FEDER	%	por habitante
Beira Interior Norte	65	31.577.695	31.093.031	21.752.782	48,8	275
Douro *	38	27.069.313	27.034.422	18.924.095	41,8	
Alto Trás-os-Montes *	5	5.204.190	5.204.190	3.642.933	8,0	
Não Regionalizável	6	890.756	890.756	618.430	1,4	
Litoral	0	0	0	0	0,0	0
Interior	108	63.851.198	63.331.642	44.319.810	100,0	51
Total da Medida	114	64.741.954	64.222.398	44.938.241	100,0	29

(*) Região Norte

5. Medida II.5 - Acção Integrada de Base Territorial da “Serra da Estrela”

Enquadramento

Não se alteraram em 2007, de forma relevante, as condições sócio-económicas em que decorreu a execução da Medida 2.5 – Acção Integrada de Desenvolvimento da Serra da Estrela. O ligeiro crescimento económico em relação a 2006 verificado no País, não teve tradução na área de intervenção da Medida, por exemplo no crescimento do número de visitantes da Serra da Estrela, por não ter ainda sido acompanhado por um crescimento do consumo interno.

Uma das duas épocas alta do turismo que coincide com o primeiro trimestre do ano, foi particularmente fraca em 2007 por se terem verificado condições meteorológicas adversas. A neve foi escassa e os nevoeiros frequentes o que conduziu a reduzida permanência no solo da pouca neve caída. Foi notada uma maior aceitação por parte dos “stake-holders” do turismo da região, das conclusões do Plano Estratégico de Turismo – PETUR que valorizam um turismo alternativo de natureza e de todo o ano, apostado na preservação do ambiente e na criação de novos produtos turísticos e não um turismo de massas baseado quase em exclusivo, no singular mas escasso produto turístico que a neve pode proporcionar.

Sendo a área de intervenção da AIBT Serra da Estrela, integrada pelos concelhos de Aguiar da Beira, Belmonte, Celorico da Beira, Covilhã, Fornos de Algodres, Gouveia, Guarda, Manteigas, Oliveira do Hospital e Seia, o maciço montanhoso da Serra da Estrela é o território dominante da sua intervenção e também o território que integra a área do Parque Natural da Serra da Estrela. O PETUR que apontava claramente para a associação dos municípios que integram o território do Parque Natural da Serra da Estrela, terá tido como consequência a congregação destes municípios na encomenda de um estudo ao economista Dr. Daniel Bessa, defensor da prioridade à valorização dos recursos endógenos e que quando da elaboração do PRASD – Programa de Recuperação para as áreas e Sectores Deprimidos defendeu com vigor a valorização da marca Serra da Estrela. Tal associação com base no referido estudo poderá vir a formatar uma candidatura ao QREN no âmbito do PROVERE – Programa de Valorização Estratégica dos Recursos Endógenos.

O Sistema de Incentivos à Acção Integrada de Desenvolvimento da Serra da Estrela, cuja 2ª Fase recolheu apenas candidaturas no âmbito de unidades de alojamento, uma das quais de desenvolvimento de unidade já existente e que havia sido aprovada no final de 2006, decorreu em 2007 a bom ritmo, confirmando a boa experiência da 1ª Fase e o acerto da existência de sistemas de incentivo em acções integradas do tipo desta Medida 2.5. que deverão aliás ter uma expressão financeira mais significativa. O interesse que suscitou, também evidenciado pelos diversos contactos havidos durante 2007 com o propósito de saber se um tal sistema se manteria no futuro, permite prever algum sucesso para os sistemas de incentivos previstos pelo QREN para os PO Regionais.

Não foram apreciadas durante 2007 acções de qualificação de recursos humanos, tendo o número significativo de candidaturas à Medida 2.8 – Desenvolvimento dos Recursos Humanos e Promoção da Coesão Social, aprovadas no final de 2006, decorrido com normalidade.

Candidaturas apreciadas

Face à taxa de comprometimento da Medida foi possível aprovar em 2007, apenas com as verbas libertas no primeiro semestre dos projectos que encerraram abaixo do aprovado, 10 candidaturas. Com as 82 aprovadas até final de 2006, atingiu-se um total de 92 candidaturas homologadas, das quais 11 aprovadas no âmbito do Sistema de Incentivos específico da Acção Integrada de Desenvolvimento da Serra da Estrela. No âmbito deste sistema, das três candidaturas que no final de 2006 se encontravam em fase de audiência prévia foram aprovadas duas e indeferida uma.

Candidaturas Entradas e Apreciadas - Situação em 31/12/2007

Linha de Acção	Nº de Candidaturas				
	Entradas	Decididas em UG		Decididas (Homologadas)	
		Parecer Desfavorável/Desist.	Parecer Favorável	Aprovadas	Indeferidas
LA 1	9		9	9	
LA 2	14		14	14	
LA 3	8	1(*)	7	7	
LA 4	33	3	30	30	
LA 5	6	1(*)	5	5	
LA 6	28	1	27	27	1
S/ Linha Acção	13(*)				
Total da Medida	111	6	92	92	1

(*) 1 retirada pelos promotores/arquivadas

Execução

No que respeita à execução, a taxa de executado, sobre o programado para a Medida, atingiu os 94,5 %. Com a aproximação do encerramento do QCA III, era já esperada uma desaceleração da execução, mas a verificada em 2007 ficou ainda abaixo das expectativas, devido à interrupção dos trabalhos em dois dos projectos em curso com alguma volumetria financeira. Foi já no início de 2008 que a origem de tais interrupções foi ultrapassada, pelo que o contributo desses dois projectos para a execução de 2007 foi reduzida.

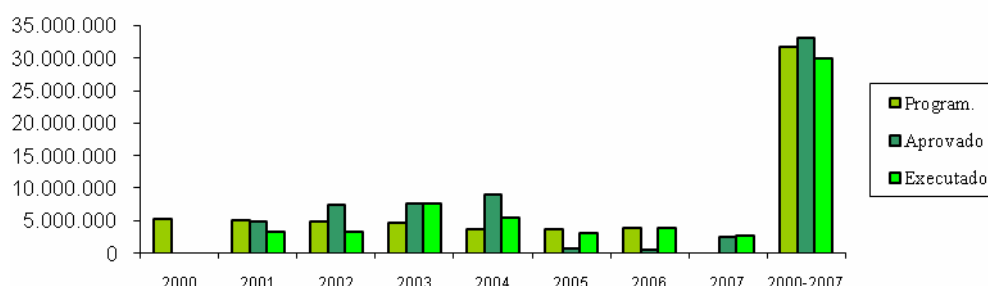
Aprovações e Execução Financeira – Situação a 31 de Dezembro de 2007

Ano	Programação do PO		Aprovações		Execução		Taxas (%)		
	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	A/Prog	Exc./Prog	Exec./A
2000	5.275.955	3.693.211					0,0	0,0	0,0
2001	5.097.336	3.568.176	4.939.658	3.183.821	3.403.085	2.108.219	96,9	66,8	68,9
2002	4.916.183	3.441.367	7.499.879	5.249.915	3.385.556	2.369.889	152,6	68,9	45,1
2003	4.801.933	3.361.392	7.695.728	5.177.566	7.697.643	5.178.907	160,3	160,3	100,0
2004	3.721.930	2.605.381	9.051.172	6.335.821	5.485.837	3.840.086	243,2	147,4	60,6
2005	3.827.344	2.679.171	860.037	602.026	3.190.061	2.233.043	22,5	83,3	370,9
2006	3.919.816	2.743.902	604.402	423.081	4.001.910	2.801.337	15,4	102,1	662,1
2007			2.479.808	1.664.439	2.667.031	1.862.836			107,5
2000-2007	31.560.497	22.092.600	33.130.685	22.636.670	29.831.124	20.394.318	105,0	94,5	90,0
Total (2000-2008)	31.560.497	22.092.600	33.130.685	22.636.670	29.831.124	20.394.318	105,0	94,5	90,0

Foi possível executar o total programado para o período 2000-2005 ultrapassando largamente o exigido pela regra n+2, com cujo excedente foi possível executar 56.0% do programado para 2006. No primeiro trimestre de 2008, já se encontram executados mais cerca de 13,0% de 2006, pelo que restará para os outros trimestres de 2008 apenas cerca de 30% do restante programado para a Medida em 2006 o que corresponde a cerca de 4% do total programado.

Durante 2007 foram encerradas 13 candidaturas, que adicionadas às 53 encerradas anteriormente e a três canceladas perfaz um total de 69 candidaturas encerradas, o que representa 75%, das candidaturas aprovadas.

**Evolução da Despesa Pública, programação, aprovação e execução
Medida 2.5**



Linhas de Acção: aprovações e execução

A Linha de Acção LA4 "Reforço do Potencial Turístico e Ambiental", manteve a liderança quanto ao número de projectos aprovados, acolhendo 30 candidaturas o que corresponde a cerca de 33% do total de projectos homologados. É também a mais expressiva em valores financeiros, pois representa 64 % da despesa pública aprovada.

O montante aprovado na Linha de Acção LA1 "Qualificação e Valorização Ambiental e Paisagística", representa 8% do total aprovado, o que se considera equilibrado para suporte do objectivo da Medida de conciliar a preservação dos valores ambientais com o desenvolvimento de uma actividade turística sustentável. Sendo o objectivo global fixado para esta Medida, a "promoção do potencial de desenvolvimento turístico, que se pretende alavanca de um desenvolvimento integrado", faz todo o sentido que seja a Linha de Acção "Reforço do Potencial Turístico e Ambiental" a registar o mais significativo volume de investimento.

Aprovações e Execução Financeira por linha de acção - Situação a 31 de Dezembro de 2007

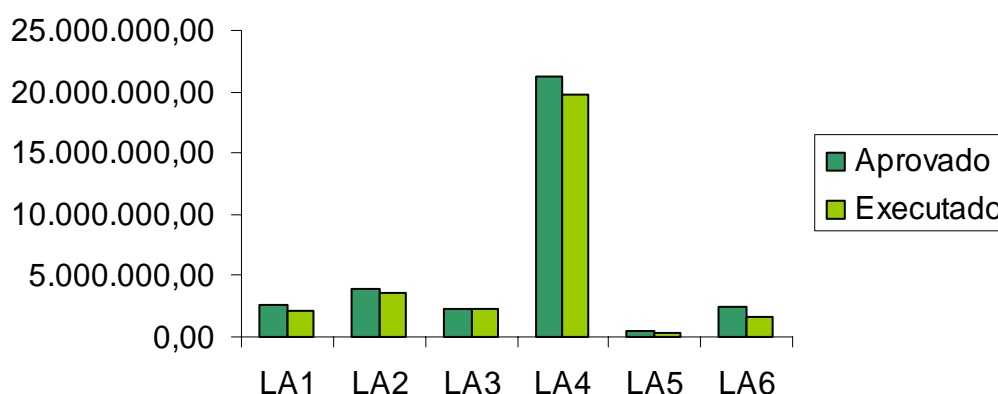
Unidade: Euros

Linha de Acção	Nº Proj.	Aprovações			Execução (2000-2007)	
		D. Pública	Fundo	% (D. Pública)	D. Pública	Fundo
LA 1	9	2.636.810	1.845.767	8,0%	2.085.766	1.460.036
LA 2	14	3.907.982	2.735.588	11,8%	3.611.108	2.527.775
LA 3	7	2.335.387	1.634.771	7,0%	2.335.387	1.634.771
LA 4	28	21.514.872	14.505.601	64,9%	19.827.974	13.392.113
LA 5	4	529.965	370.975	1,6%	341.874	239.312
LA 6	25	2.205.668	1.543.968	6,7%	1.629.014	1.140.310
Total	89	33.130.685	22.636.670	100,0%	29.831.124	20.394.318

Com um peso significativamente menor, surge em 2º lugar a Linha de Acção LA2 “Recuperação do Povoamento Rural e Qualificação dos Aglomerados Tradicionais”, que representa 11,80 % e que se encontra executada em 92,40%).

As restantes Linhas de Acção, com pesos específicos bem menores, apresentam taxas de execução diferenciadas, sendo as mais baixas das LA5 “Acções de Ordenamento e Planeamento” e LA6 “Valorização e Animação Turística e Ambiental”, ambas na ordem dos 65%. Foi nestas duas LA que incidiram a maioria das candidaturas aprovadas em 2007. A LA3 “Acessibilidades e Circuitos Turísticos” encontra-se inteiramente executada, já desde 2006.

Aprovações e Execução Financeira por Linha de Acção



Sectores apoiados: aprovações e execução

A distribuição sectorial das aprovações/homologações é consistente com os objectivos específicos enunciados para a Medida.

O número de projectos no sector do Turismo, assume uma preponderância notória pois atinge quase 45% do total de projectos apoiados. Os projectos aprovados no âmbito do Sistema de Incentivos específico da Medida, recaíram todos neste sector e são responsáveis por cerca de 30% destes projectos. Dado que em tal sistema as despesas elegíveis não podem ultrapassar cerca de 150.000 € como estipulam os regulamentos dos apoios “*minimis*”, em termos financeiros o Sector Turismo representa apenas 28,3% de investimento aprovado

O número de projectos afectos à Cultura (11), têm uma expressão financeira significativa de 23,8% da Despesa pública aprovada. Sete destes onze projectos respeitam à construção ou adaptação de edifícios e instalação de raiz de outros tantos Museus e representarem cerca de 75% dos valores aprovados neste sector. Entende-se a relevância que este sector tem na Medida, pelo facto de este tipo de infra-estrutura cultural se revelar um complemento da oferta turística, ao constituir-se como alternativa à fruição de espaços naturais, particularmente em dias de condições meteorológicas adversas.

As doze intervenções de revitalização urbana, representaram 13,6% da despesa pública aprovada e tiveram como principal objectivo a renovação de espaços públicos e de lazer, com a eliminação de certas nódoas e erros urbanísticos em oito diferentes aglomerados populacionais e ainda a valorização dos centros históricos e seus acessos, respectivamente nas cidades da Covilhã e da Guarda.

De assinalar o reforço em 2007 da execução no sector Ambiente e Protecção Ambiental cuja recuperação se tinha iniciado em 2006 (68%) e praticamente se encontra concluída no final de

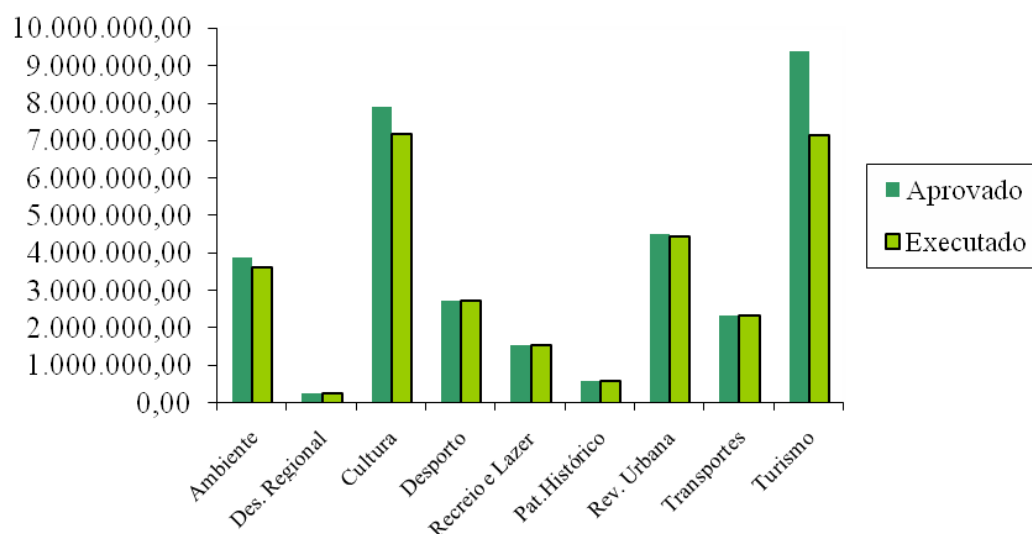
2007 com uma taxa de 95,5%. A conclusão da construção do Centro de Interpretação da Serra da Estrela, cujos conteúdos se completaram já no primeiro trimestre de 2007, foi a grande responsável por tal reforço. O primeiro ano de abertura ao público deste equipamento, permite confirmar as expectativas mais favoráveis na consolidação do turismo cultural e de natureza, com o consequente reforço da sensibilização para a preservação do património natural.

Distribuição Sectorial das aprovações

Unidade: Euro

Sector	Aprovações				Execução (2000-2007)	
	Nº Proj.	D. Pública	Fundo	% DP	D. Pública	Fundo
2.3 - Ambiente – Protecção ambiental	7	3.874.868	2.712.408	11,9	3.618.977	2.533.284
3.0 - Apoio ao desenvolvimento regional	4	254.297	178.008	0,8	254.297	178.008
5.0 – Ciência e Tecnologia	1	19.361	13.552	0,1	19.361	13.552
7.0 - Cultura	11	7.899.854	5.458.471	23,8	7.173.177	5.017.138
8.0 - Desporto	4	2.726.468	1.425.145	8,5	2.726.468	1.425.145
9.0 - Recreio e Lazer	1	1.547.405	1.083.184	4,8	1.547.405	1.083.184
15.0 – Património Histórico/Cultural	3	576.066	403.246	1,8	576.066	403.246
18.0 - Revitalização Urbana	12	4.500.277	3.150.194	14,9	4.428.809	3.100.166
22.2 - Transportes - Rodovias	8	2.351.856	1.646.299	7,3	2.350.130	1.645.091
23.0 - Turismo	38	9.380.232	6.566.162	26,2	7.136.433	4.995.503
Total	89	33.130.685	22.636.670	100,0	29.831.124	20.394.318

Distribuição Sectorial do Investimento Aprovado e Executado



Indicadores de Acompanhamento

Os equipamentos museológicos, encontram-se praticamente concluídos. Dos sete apoiados, apenas o Museu da Electricidade, se mantém ainda em fase de construção, por prolongada interrupção dos trabalhos durante 2007 cuja origem só no início de 2008 terá sido ultrapassada. Foi concluído como previsto o Centro de Interpretação da Serra da Estrela, que abriu ao público no início do segundo trimestre de 2007 com assinalável sucesso neste primeiro ano, pois atingiu cerca de 27.000 o número de visitantes.

Os restantes indicadores de acompanhamento, inicialmente considerados em complemento de programação, foram largamente superados, com excepção do indicador “Beneficiação de Estradas” que apenas foi cumprido em pouco mais do que 50% e o de Parques de Estacionamento que não teve qualquer concretização. Dos dois Parques de Estacionamento que estavam previstos na zona da Torre, foi apenas concretizado parcialmente um deles pela Estradas de Portugal EP, sem recurso a apoios desta Medida, ao que se admite por o arranjo a que procederam na envolvente da Torre, ter sido considerado como uma beneficiação da rotunda e não como um parque de estacionamento. Manteve-se a alegada falta de vocação por parte dessa entidade em promover a construção de parques de estacionamento.

O Inverno de 2007 foi o primeiro a beneficiar da construção do troço da ER 338 Portela do Arão / Lagoa Comprida, concluída em 2006, pelo que embora sem o conhecimento da sua existência de muitos automobilistas, já foram atenuados os congestionamentos de tráfego que se verificavam no Sabugueiro, ao permitir a divergência do tráfego com destino ao Litoral Centro, do restante tráfego para Norte que em simultâneo parte da Torre, no final da tarde dos fins de semana, pontes e feriados. Mantém-se no entanto a preocupação, quanto à agravada degradação do troço já intervencionado com o apoio do QCA II, da estrada municipal de ligação do Covão do Ferro a Unhais da Serra. Esta ligação que constituiria também do lado Sul do Maciço Superior da Serra da Estrela, uma alternativa de divergência ao referido tráfego com destino a Sul que provoca idênticos congestionamentos no centro histórico da Covilhã, é determinante para a viabilidade do projecto PITER em vias de conclusão, com a construção de Balneário Termal e Hotel em Unhais da Serra e visa transformar esta Vila numa estância termal moderna. Os acessos desta EM ao complexo que são uma das componentes públicas do projecto PITER e incluem uma ponte

sobre a Ribeira de Unhais já se encontram em vias de conclusão admitindo-se a abertura deste equipamento, para o Verão de 2008 e até ao momento não se vislumbra solução para desencadear o processo de conclusão e reabilitação de tal EM.

Indicadores de acompanhamento - Situação 31/12/2007

Indicador Físico	Unidade	Valor Previsto 2006	Valores previstos nos Projectos Aprovados	Executado até 31/12/2007
Parque temático/Museus construídos	nº	3	7	6
Valorização de zonas de recreio/ Zonas degradadas (ambiente) recuperadas	nº	2	9	7
Parques de estacionamento	nº	2	0	0
Beneficiação de estradas/ Rede viária municipal beneficiada	km	30	16	16
Arranjos urbanísticos/intervenções de reabilitação urbana	nº	20	25	24
Recuperação de edifícios	nº	2	9	9
Acções de animação e divulgação e promoção	nº	12	26	24
Campanhas de sensibilização ambiental	nº	-	4	3
Planos de pormenor	nº	-	5	3
Centros culturais construídos	nº	-	3	3
Outros equipamentos desportivos construídos	nº	-	1	1
Estâncias termais apoiadas	n.º	-	2	2
Iniciativas de dinamização económica	n.º	-	11	4

Incidência territorial do investimento aprovado

A área de intervenção da AIBT Serra da Estrela, abrange território de cinco NUT's de nível III.

As NUT's do Pinhal Interior Norte e Dão Lafões, apenas contribuem com um concelho cada, Oliveira do Hospital e Aguiar da Beira respectivamente. A NUT Beira Interior Norte contribui com três concelhos, Guarda, Celorico da Beira e Manteigas. A NUT Cova da Beira contribui com dois concelhos, Covilhã e Belmonte e só a NUT Serra da Estrela tem o seu território totalmente integrado na AIBT, com os concelhos de Seia, Gouveia e Fornos de Algodres.

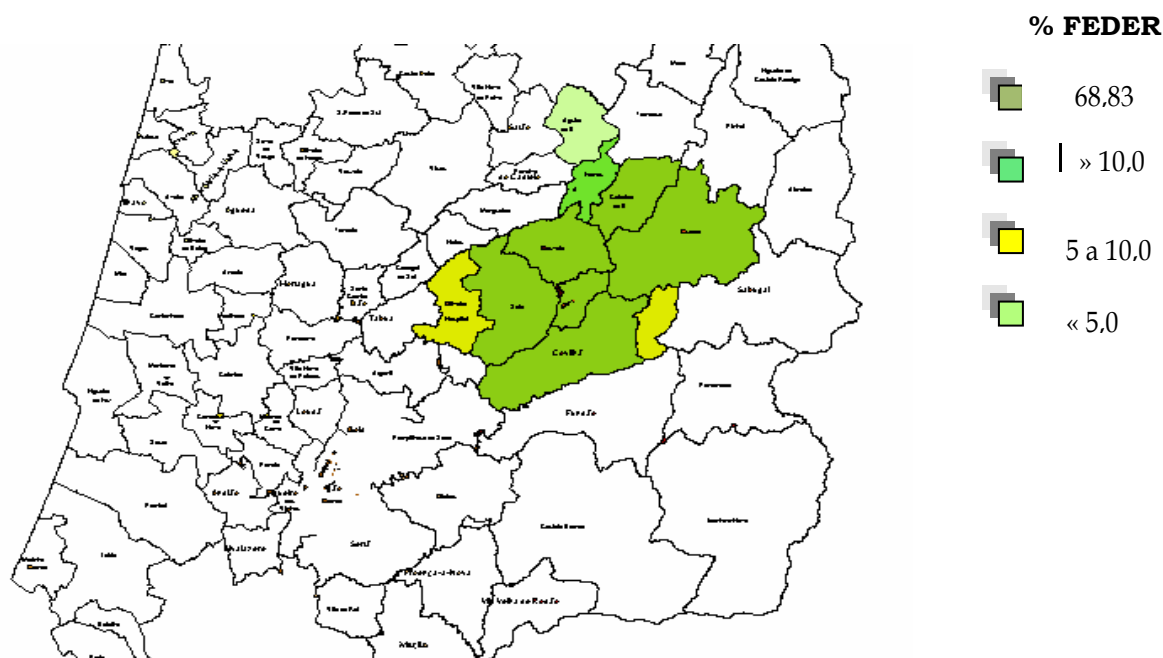
Distribuição geográfica do investimento aprovado

NUT III	Nº Proj.	Custo total CT	D. Pública	Fundo	% CT	CT/Hab.
P. Interior Norte	5	2.494.866	2.494.866	1.746.406	7,4	18,0
Dão Lafões	1	998.591	998.591	699.014	3,0	3,0
Serrada Estrela	35	12.264.344	11.816.516	8.200.135	36,2	246,0
B. Interior Norte	29	8.570.826	8.255.879	5.295.733	25,3	75,0
Cova da Beira	18	9.208.944	9.208.944	6.446.261	27,2	99,0
Não Regionalizável	4	355.888	355.888	249.122	1,1	
Total da Medida	89	33.893.459	33.130.685	22.636.670	100,0	18,0

A média de investimento por projecto, é de cerca de 400.00,00 €, considerando os projectos imateriais de volumetria financeira muito inferior. Sem estes, cujo número representa pouco mais de 20%, a média sobe para 521.000,00 €.

Dão Lafões, por ter tido apenas um único projecto apoiado, desvia-se muito da média, mas nas restantes NUT's o investimento é praticamente proporcional ao número de projectos aprovados em cada uma delas. A NUT Serra da Estrela, sendo a única em que todos os seus concelhos integram a área de intervenção da Medida, apresenta o maior número de projectos aprovados e também uma incidência por habitante francamente superior às restantes. A incidência financeira do Custo Total em percentagem é também superior na Serra da Estrela, embora já mais equilibrada relativamente à Cova da Beira na medida em que esta NUT contribui apenas com dois concelhos. Já o mesmo equilíbrio se não verifica na Beira Interior Norte que também com três concelhos a integrar a área de intervenção da Medida fica 10 p.p. abaixo da Serra da Estrela.

Os seis concelhos que integram a área do Parque Natural da Serra da Estrela, Celorico da Beira, Covilhã, Gouveia, Guarda, Manteigas e Seia, integram também a área de intervenção da Medida e representam 60% dos concelhos da Medida. O Custo Total do investimento nesses concelhos representa 71,3% do Total da Medida, o que se considera equilibrado na medida em que o maciço montanhoso da Serra da Estrela se situa inteiramente em tais concelhos. Dos restantes quatro concelhos da Medida e que não integram área de Parque Natural, a percentagem do co-financiamento FEDER neles realizado tem tradução no mapa abaixo, onde se constata que Fornos de Algodres ultrapassa ainda os 10,00% que corresponderia a uma distribuição equitativa da disponibilidade da Medida:



6. Medida II.6 - Acção Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior - Componente FEDER

Enquadramento

Os O território do “Pinhal Interior” corresponde ao conjunto das NUT III “Pinhal Interior Norte” e “Pinhal Interior Sul” (a que se associam áreas das NUT III “Cova da Beira” e “Beira Interior Sul”), as quais partilham um conjunto de características comuns.

Trata-se de um território em que predomina o xisto, montanhoso (entre outras destacam-se as serras da Lousã, do Açor, e do Muradal), florestal (predominantemente pinhal e eucalipal), atravessado por cursos de água importantes (rio Mondego, Alva, Ceira, Zêzere e Ocreza) e dotado de um importante conjunto de aproveitamentos hidro-elétricos (barragens do Alto Ceira, Santa Luzia, Cabril, Bouça, Agueira, Fronhas e Castelo de Bode) o que lhe confere uma identidade muito específica em termos de recursos naturais.

Os indicadores disponíveis no início do QCA III caracterizavam o Pinhal Interior como uma sub-região economicamente deprimida, em acentuada desertificação humana e detentora de escassos equipamentos de vocação social, desportiva ou para o lazer. As grandes dificuldades do “Pinhal Interior” são, em síntese, as acessibilidades difíceis, uma tendência muito acentuada para a desertificação humana e o envelhecimento da população residente, défice de agentes produtivos, a falta de articulação inter-sectorial e de lógicas de “fileira” na exploração das actividades económicas, uma presença muito significativa de actividades em declínio (resinosos e serrações), a degradação dos espaços florestais (incêndios e tendência de mono-cultura (eucalipal) e presença dominante de um agente institucional: o município.

Foram estes aspectos analíticos que justificaram a necessidade de uma intervenção integrada para este território, pretendendo com esta apoiar acções tendentes ao aproveitamento das potencialidades e à superação dos estrangulamentos associados aos recursos florestais, hídricos, turísticos e às acessibilidades externa e interna à zona.

De facto, na área do “Pinhal Interior”, pela presença de recursos naturais importantes, tem algumas oportunidades de desenvolvimento, mas, pela sua localização e orografia, apresenta problemas particulares de “encravamento” e graves deficiências de acessibilidades locais e sub-regionais, situações que tendem a manter-se. A prazo, afiguram-se as potencialidades para transformar esta área numa das grandes manchas florestais da Europa, complementada com actividades de turismo e lazer. E foi sobretudo neste último aspecto que a AIBT do “Pinhal Interior” desempenhou um importante papel e contribuiu de forma decisiva para alavancar este território do ponto de vista da valorização dos recursos fundamentais da zona, nomeadamente os recursos florestais, hídricos e turísticos, como veremos mais à frente.

As iniciativas desta Acção Integrada orientaram-se, fundamentalmente, para a afirmação da identidade deste território, promovendo os seus valores patrimoniais, naturais e paisagísticos.

Em 2007 consolidou-se a estratégia de apoiar um conjunto de iniciativas coerentes e articuladas, que contribuíssem para a afirmação de “marcas” territoriais, particularmente as que se prendem com:

- Rede das Aldeias do Xisto
- Rede de praias fluviais
- Rede de percursos

Tratou-se de apoiar projectos enquadrados nas linhas de acção previstas:

LA1 – Reforço e requalificação da capacidade de alojamento

LA2 – Apoio à actividade turística

LA3 – Promoção turística do território

LA4 – Infraestruturas e equipamentos de promoção das potencialidades

LA5 – Acessibilidades locais e transversais.

Apesar de serem tratados mais à frente, importa, desde já, referir que algumas das tipologias de projectos previstas em “Complemento de Programação”, como integrando as diversas Linhas de acção, foram consideradas pela coordenação da Medida pela sua importância estratégica como se de “Programas” se tratassem. É o caso do “Programa das Aldeias de Xisto – PAX”.

			1.1. F E D E R		
	Nº proj.	Despesa Pública		% proj.	% Inv.
Rede Aldeia do Xisto	168	12.699.217,42	8.558.544,61	76,7	47,6
Rede Praias Fluviais	12	4.319.407,45	2.906.375,95	5,5	16,2
Rede Percursos	6	986.047,32	683.736,60	2,7	3,7
Minimis	10	553.238,60	387.267,03	4,6	2,1
Outros projectos	23	8.148.473,15	5.421.085,59	10,5	30,5
	219	26.706.383,94	17.957.009,78	100,0	100,0

Programa das aldeias do Xisto

O Programa das Aldeias do Xisto foi construído como um projecto de desenvolvimento regional, envolvendo a participação de 14 Municípios com 24 aldeias, agentes privados e associações de desenvolvimento. Os 14 municípios são do interior dos distritos de Coimbra, Leiria e Castelo Branco, distritos que integram a Região Centro.

Os 14 concelhos são: Arganil (Benfeita), Castelo Branco (Sarzedas e Martim Branco), Figueiró dos Vinhos (Casal de S. Simão), Fundão (Janeiro de Cima e Barroca), Góis (Aigra Nova, Aigra Velha, Comareira e Pena), Lousã (Candal, Casal Novo, Cerdeira e Chiqueiro), Miranda do Corvo (Gondramaz), Oleiros (Álvaro), Pampilhosa da Serra (Fajão e Janeiro de Baixo), Penela (Ferraria de São João), Proença-a-Nova (Figueira), Sertã (Pedrógão Pequeno), Vila de Rei (Água Formosa) e Vila Velha de Ródão Foz do Cobreão).

As 24 aldeias destacam-se pela ruralidade e pela conservação de vários elementos tradicionais, mas também são caracterizadas pelo abandono por um lado, e o envelhecimento por outro, dos seus habitantes. As intervenções efectuadas criaram dinâmicas de desenvolvimento que permitiram que fossem recuperadas tradições com séculos de existência, como as gastronómicas, com a criação de uma carta com 200 pratos e 80 produtos locais para aproveitamento gastronómico, mas também ofícios, como o tratamento do xisto, que foi ensinado a jovens, ou a tecelagem. O património recebeu igualmente a atenção dos técnicos e, de um total de 3.500 imóveis localizados nas 24 aldeias, tiveram obras de qualificação cerca de 500, sendo que o programa só contemplava fachadas e coberturas. Dos 500 imóveis, cerca de 200 foram igualmente arranjados no interior, com investimentos dos seus proprietários. Tudo isto obedeceu

a uma elaboração previa de um “plano de Aldeia” (no período de 2002 a 2004) onde foram identificadas quais as intervenções prioritárias em cada uma das 24 aldeias.

Todos os planos foram discutidos com as populações antes do início do projecto e todas as obras foram enquadradas no ambiente de aldeia e cada uma delas teve um documento estratégico que integra todas as recuperações efectuadas em centenas de casas, dezenas de espaços públicos e vários percursos pedestres, entre outras.

No quadro desta intervenção nas Aldeias, e prosseguindo um estratégia integrada para a intervenção, foi desenvolvida uma iniciativa de criação de uma rede de lojas de proximidade (no ano de 2006), com a marca Aldeias do Xisto, que se deveriam distribuir pelas diferentes aldeias, partindo das dinâmicas locais. Actualmente encontram-se em funcionamento cinco lojas, estando outras cinco quase em condições de iniciarem a actividade. As lojas vendem produtos característicos da região, principalmente artesanato, muito do qual resultado da recuperação de ofícios já abandonados, como o trabalho do xisto ou a tecelagem. A estes produtos juntam-se alguns alimentos e outros bens que possam estar relacionados com a cultura e tradições da região. Uma das que se encontra em funcionamento, e única instalada fora das Aldeias que integram a rede, está instalada em Lisboa, numa zona turística da cidade (zona da Sé) e funciona como uma verdadeira janela aberta para o território de intervenção da AIBT. Actualmente está a ser equacionada a possibilidade de abrir Lojas com a marca Aldeias do Xisto em vários pontos país, respondendo a diversas manifestações de interesse de empresários de Norte a Sul do país.

As lojas vendem produtos característicos da região, principalmente artesanato, muito do qual resultado da recuperação de ofícios já abandonados, como o trabalho do xisto ou a tecelagem. A estes produtos juntam-se alguns alimentos e outros bens que possam estar relacionados com a cultura e tradições da região.

Mas não só de intervenções físicas (infraestruturas, espaços públicos, imóveis públicos, imóveis particulares e lojas de aldeia) é composta a estratégia definida. O alojamento e a restauração foram preocupações da coordenação. No início, no conjunto das aldeias, existia uma unidade de alojamento com duas camas, e dois restaurantes. A estimativa para final de 2008 aponta para 12 unidades de alojamento, com 50 camas, só dentro das aldeias, e oito restaurantes qualificados.

As intervenções materiais nas 24 Aldeias, foram ancoradas a intervenções mais imateriais, destinadas a promover um plano de animação e promoção da rede, plasmado no Plano de Desenvolvimento Sustentado das Aldeias do Xisto (em duas fases – correspondendo cada uma a um ano), e no Plano Sustentado de Promoção dos Produtos Locais das Aldeias do Xisto. Estes três Planos foram promovidos pela mesma entidade: a PINUS VERDE.

Esta iniciativa verdadeiramente pioneira, teve desde o seu início uma grande preocupação em estabelecer uma rede entre as aldeias intervencionadas. Só desta forma estaria assegurada a sustentabilidade da intervenção e se lhe acrescentaria escala para se poder afirmar como um produto turístico de qualidade.

É assim que nasce o propósito de estabelecimento da Rede. A Rede das Aldeias do Xisto é um projecto de desenvolvimento sustentável, de âmbito regional, cuja concepção e implementação teve origem na coordenação da AIBT do PI. Actualmente a promoção da Rede é liderada pela ADXTUR- Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto (Agência entretanto criada aproveitando as dinâmicas de sucesso geradas), em parceria com 16 Municípios da Região Centro e com mais de 70 operadores privados que actuam no território. A ADXTUR congrega assim as vontades públicas e privadas de uma Região, que se revêem na gestão partilhada de uma marca, na promoção conjunta de um território, na criação de riqueza através da oferta de serviços turísticos e, finalmente, na preservação da cultura e do património do mundo rural beirão. Trata-se, portanto, de um singular projecto de desenvolvimento integrado do território.

A articulação num território a um mesmo tempo sinuoso e vasto nas acessibilidades, mas também tão genuíno e deslumbrante nas suas paisagens e gentes, solidificou-se pela base: foi com os Municípios, com as pessoas, habitantes locais e novos aldeões, artesãos e investidores privados, que se descobriu o espírito de parceria que é agora corporizado pela ADXTUR. As grandes linhas estratégicas da Agência focam-se na sustentabilidade de um território e na promoção dos seus valores endógenos. A marca Aldeias do Xisto representa a oferta de serviços turísticos dos seus associados (hotéis, pousadas, alojamento em espaço rural, restauração, animação turística, comércio tradicional) articulada com o Calendário de Animação das Aldeias do Xisto. Sem nunca perder de vista aquilo que é o seu código genético: o bem-estar e a qualidade de vida das populações locais.

Com o projecto Rede das Aldeias do Xisto, esta zona da Região Centro começa a abandonar o estigma da desertificação humana, do flagelo dos fogos florestais, da inércia do sector privado e da falta de identidade regional. Hoje este território oferece uma marca diferenciadora e identitária, que promove os valores únicos do território, a sua oferta turística e os serviços e produtos dos seus parceiros através de um calendário de eventos culturais únicos, criativos e directamente ligados às tradições locais. Muitos desse eventos estão a dar origem a pacotes turísticos integrados, que juntam ofertas e serviços de vários parceiros. O contacto directo com as populações e as sua cultura, bem como o pleno usufruto da paisagem natural são outro dos atractivos destes eventos, o que torna as Aldeias do Xisto um destino turístico único e diferenciador no panorama nacional.

A filosofia de actuação da ADXTUR tem como principal objectivo a criação de modelos de qualidade para as diversas vertentes da marca Aldeias do Xisto. A sua concretização far-se-á através da criação de um Selo de Recomendação das Aldeias do Xisto, que indicará o nível de certificação e/ou qualidade de um determinado produto ou serviço. A qualificação dos recursos turísticos da marca já abrange vertentes tão diversas como o património edificado, os produtos, serviços e animação com a marca Aldeias do Xisto, a gastronomia (Carta Gastronómica das Aldeias do Xisto), as unidades de produção artesanal/agrícola e respectivos produtos disponibilizados na Rede de Lojas das Aldeias do Xisto e, claro, o apoio técnico aos parceiros que pretendam. Refira-se que as regras que o Selo de Recomendação das Aldeias do Xisto representa são assumidas por todos os parceiros da Rede. Em suma, a auto-disciplina interna partilhada pelos parceiros da Rede tendo em vista a aposta na certificação dos recursos humanos e turísticos fazem da marca Marca “Aldeia do Xisto” um modelo de qualidade.

O projecto de dinamização da Rede das Aldeias do Xisto já alargou a sua marca a sub-marcas e projectos complementares: a Rede de Lojas das Aldeias do Xisto, que comercializa produtos locais; o Calendário de Animação das Aldeias do Xisto, um programa permanente de eventos idealizados em conjunto com os parceiros locais do território; Rede de Património do Xisto, um projecto internacional de parceria com Røros, um local UNESCO na Noruega; a Rede de Praias Fluviais, que junta algumas das zonas fluviais mais deslumbrantes do território. No mercado nacional, a marca Aldeias do Xisto foi responsável directo por um aumento dos visitantes no território das Aldeias do Xisto, bem como serviu de suporte à captação de investimentos privados no território.

Segundo estimativas o número de visitante em 2006 supera expectativas pois visitaram as 24 aldeias e 21 praias fluviais que integram as redes respectivas, entre 350 mil a 400 mil pessoas. Para além dos portugueses, o mercado alemão e países nórdicos estão entre quem mais as procura. No mercado alemão, por exemplo, são vendidos por um operador turístico, pacotes turísticos que incluem alojamento, alimentação em restaurantes, e várias actividades

relacionadas com a natureza, como desportos, e com a cultura, como a visita a museus ou a espaços entretanto criados para apresentar actividades típicas da região. Este produto turístico é promovido pela Agência de Promoção Turística do Centro.

Entre as opções oferecidas aos visitantes, estão actividades relacionadas com a procura de ouro em Vila Nova de Ródão, os lagares tradicionais de azeite, ou o forno tradicional a que se junta o turismo natureza, com observação de veados, na Serra da Lousã, o conjunto de trilhos, que irão ligar todas as aldeias, e desportos aventura, como BTT, canoagem ou escalada.

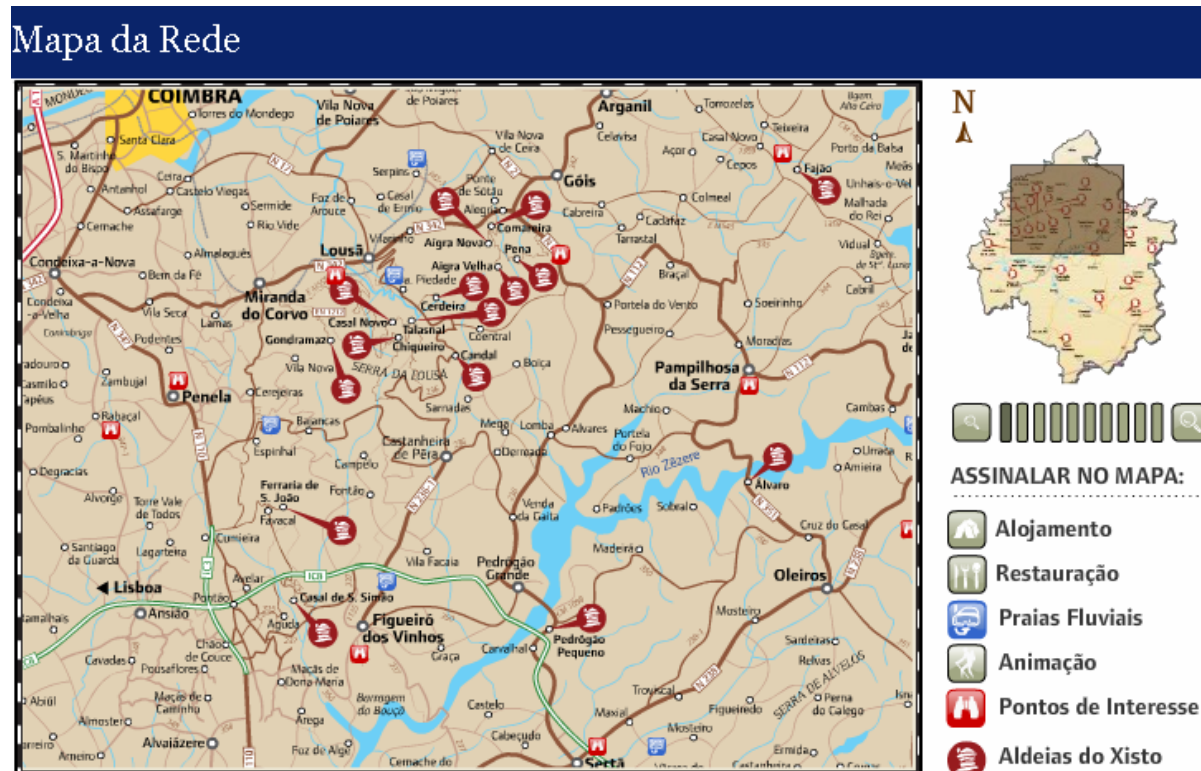
O programa das Aldeias de Xisto compromete, se a isso se acrescer os montantes afectos à Promoção e Desenvolvimento do Programa promovido pela Associação Pinus Verde (entidade responsável pela dinamização inicial da marca) e pela ADXTUR - Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto, 47,6% dos montantes aprovados.

Os projectos MINIMIS, por serem todos localizados nas Aldeias do Xisto, habitualmente são contabilizados como fazendo parte do Investimento da "Rede das Aldeias do Xisto". Deste modo a % de investimento na Rede é de 49,7%.

São de destacar 10 projectos no âmbito do sistema de incentivos a privados, sendo que cinco candidaturas são referentes a alojamento turístico, 4 são iniciativas de animação e promoção turística e um projecto de requalificação de Aldeia do Xisto destinado ao comércio de plantas aromáticas, medicinais e condimentares e outros produtos artesanais.

O programa das aldeias do xisto apresenta a 31 de Dezembro de 2007 uma taxa de execução de 76%.

Mapa das aldeias do Xisto



Fonte Site aldeias do Xisto - <http://www.aldeiasdoxisto.pt/mapa/3/5>

Programa da Rede das Praias Fluviais

O Pinhal Interior caracteriza-se, entre outros aspectos, pela elevada concentração de recursos hídricos (cursos de água e albufeiras), recursos susceptíveis de serem aproveitados como zonas de recreio e lazer nas suas envolventes, bem como para a prática balnear.

Foi por isso considerado, em termos de definição estratégica da AIBT, como uma zona com elevado potencial para o desenvolvimento e promoção de actividades relacionadas a “exploração” desses recursos, pelo que se impunha fomentar o estabelecimento de uma rede de forma a apoiar a valorização/beneficiação de algumas Praias Fluviais com objectivo de potenciar o desenvolvimento turístico de forma integrada, criando uma alternativa de qualidade ao turismo balnear no litoral, servindo, também, as populações residentes. Todavia, muitos dos locais identificados como tendo elevado potencial para a prática balnear, mas muitas vezes nem sequer possuíam infra-estruturas adequadas para tal. Daí que os recursos financeiros disponibilizados pela AIBT, bem como todo o trabalho de concepção e coordenação, foram fundamentais para a criação da rede das praias fluviais.

A rede ao ser criada fixou os seguintes objectivos:

- Criar uma rede integrada de acções abrangendo praias fluviais de forma a valorizar e promover o património;
- Criar uma forte imagem global da região.
- Criar uma nova via para a região: natureza / aldeias do xisto / praias fluviais.

No âmbito da intervenção da AIBT do Pinhal Interior foram requalificadas fisicamente 11 praias fluviais distribuídas por 9 concelhos do Pinhal Interior, correspondendo a 16,2% do valor total das aprovações acrescido do investimento da promoção. A taxa de execução é de 96%.

Tipo	Executor	Nº Proj.	Despesa Pública	FEDER Aprov.
Rede Praias Fluviais		11	4.021.361,86	2.712.646,32
	Município Arganil	1	115.616,83	80.931,78
	Município Castanheira de Pêra	1	2.132.878,87	1.426.895,96
	Município Góis	1	226.306,83	153.187,09
	Município Miranda do Corvo	1	129.904,25	82.852,93
	Município Oleiros	1	172.492,44	120.744,71
	Município Pampilhosa da Serra	1	433.600,20	303.520,14
	Município Pedrogão Grande	1	472.489,51	312.882,55
	Município Penela	1	87.914,33	56.520,12
	Município Proença-a-Nova	3	250.158,60	175.111,04
Promoção Redes		1	298.045,59	193.729,63
	Lousitânea	1	298.045,59	193.729,63
Total Geral		12	4.319.407,45	2.906.375,95

É importante assinalar que integram a rede um conjunto de Praias que não tiveram qualquer financiamento por parte da AIBT para as intervenções realizadas, o que revela que o impulso dado com a constituição da rede estimulou outros parceiros a investir, mobilizando os seus próprios recursos, uma vez que os recursos disponibilizados eram limitados.

Actualmente a Rede é constituída por 21 praias fluviais distribuídas por 11 Concelhos – Góis (Peneda e Canaveias); Castanheira de Pêra (Praia Azul e Poço da Corga); Pedrogão Grande (Mosteiro); Figueiró dos Vinhos (Ana de Aviz e Fragas de São Simão); Proença-a-Nova (Malhadal; Fróia; Aldeia Ruiva); Sertã (Ribeira Grande); Mação (Ortiga); Oleiros (Açude Pinto e

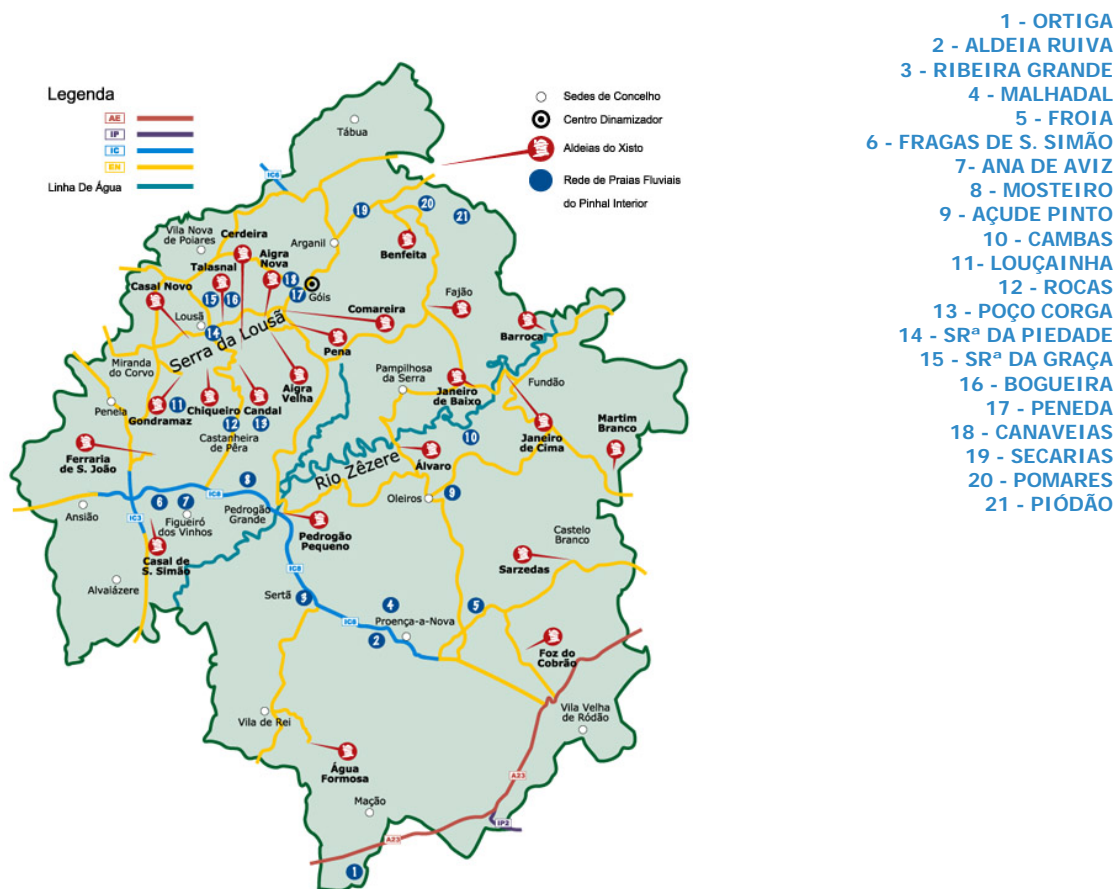
Cambas); Lousã (Sr^a da Graça, Bogueiro e Sr^a da Piedade); Arganil (Pomares; Piódão; Cascalheira) e Penela (Louçainha).

Com o propósito de animação da Rede, foi participado um projecto de Promoção das Redes das Praias Fluviais do Pinhal interior, promovido pela Lousitânea, associação sem fins lucrativos. Entre Junho e Setembro dos últimos dois anos tiveram lugar as acções previstas no plano de animação das Praias Fluviais do Pinhal Interior. Durante 5 dias, em cada uma das praias da rede, foram desenvolvidas actividades de animação, onde os veraneantes poderiam experimentar, entre outras, canoagem, jogos aquáticos e jogos tradicionais.

O projecto da rede das Praias Fluviais, permitiu, para além de animar estes espaços, criar algumas condições que visavam melhorar a qualidade das águas, nomeadamente através da realização de um conjunto de acções de formação (ex: Recursos hídricos na perspectiva da sua utilização balnear; Educação ambiental e animação turística; Infraestruturas balneares e Gestão integrada de praias fluviais) financiadas pela Medida II.8 - Desenvolvimento dos Recursos Humanos e Promoção da Coesão Social, destinada a técnicos que apoiavam cada uma das infraestruturas balneares. Estas, em resultados dos investimentos efectuados e da qualificação de recursos humanos que lhes prestam apoio, registaram melhorias consideráveis.

O projecto de dinamização da rede das Praias Fluviais irá ser dinamizado, no ano de 2008, pela ADXTUR Agência de Promoção Turística das Aldeias do Xisto.

Praias Fluviais Pertencente à Rede das Praias Fluviais do Pinhal Interior



Rede de Percursos

Inserida na linha de acção “infraestruturas e equipamentos de promoção das potencialidades”, tal como as anteriores redes, foi previsto em Complemento de Programação que era objectivo desta Medida o estabelecimento de uma rede de percursos activos (pedrestres, BTT, TT, rodoviários) e culturais (arqueologia e arquitectura tradicional) numa perspectiva integrada que promovesse a globalidade da região, potenciando as diversas valências e diversificando a oferta, incluindo o estabelecimento de “estradas panorâmicas” devidamente infraestruturadas.

Foram apresentadas 6 candidaturas enquadráveis na tipologia de investimentos “Redes de Percursos”, apresentando uma taxa de execução de 74,6%. A título de exemplo refira-se a Estrada Panorâmica do Alto Ceira e a Rede de Arte Rupestre do Pinhal Interior.

Refira-se o facto que no âmbito da implementação da candidatura do Plano de Desenvolvimento Sustentado das Aldeias do Xisto - 2ª fase apresentado pela Pinus Verde está prevista a criação de pequenas rotas/percursos infra-estruturados à volta das Aldeias do Xisto e a criação de uma Grande Rota das Aldeias que irá ligar as 24 aldeias.

Tipo	Executor	N Proj.	Despesa Pública	FEDER Aprov	Tx Execução
Rede Percursos		6	986.868,61	678.255,91	76%
	Município Arganil	1	131.283,62	91.898,53	100%
	Município Góis	1	121.111,73	78.722,62	0%
	Município Lousã	1	150.643,22	105.450,25	100%
	Município Pamp. da Serra	1	453.899,72	317.729,80	100%
	Município Pedrogão Grande	1	49.324,44	32.060,89	0%
	Município Sertã	1	80.605,88	52.393,82	0%
Total Geral		6	986.868,61	678.255,91	76%

Extra Redes

Foram apresentados, ao longo do período de programação, 23 candidaturas cuja tipologia não se enquadra em qualquer das redes mencionadas anteriormente.

Destacam-se neste grupo, 7 projectos relativos a “Iniciativas Museológicas”, 6 “iniciativas de animação e promoção turística” e 5 projectos relativos a “restauro de imóveis classificados”. Também foram apoiadas 4 unidades de alojamento (2 parques de campismo e 1 albergue de juventude e uma unidade dispondo de apartamentos de turismo de aldeia).

A taxa de execução destes projectos é de 96,1%.

Candidaturas entradas e apreciadas

- O Durante o ano de 2007 foram apreciadas 48 candidaturas, tendo sido submetidas a Unidade de Gestão 34, das quais 33 foram homologadas.
- Das 276 candidaturas entradas ao longo do período de programação:
- 42 candidaturas que foram alvo de desistência por parte dos promotores, tendo os mesmos sido cancelados no que se refere ao sistema de informação, 41 referem-se ao Programa das Aldeias do Xisto, envolvendo um investimento de €611.602,65 na componente FEDER e €30.837,14 FEDER numa candidatura ao SIEPI. Relativamente aos

projectos cancelados, por via da desistência dos promotores, na base dessas desistências estiveram dúvidas levantadas na reverificação do cumprimento das regras dos mercados públicos (os projectos e montantes de investimento considerados neste relatório resultam dos acertos pela desafecção dos projectos desistidos);

- 15 aguardavam a respectiva homologação;
- no final do ano de 2007 o número de projectos aprovados era de 219, valor inferior ao final do ano de 2006.

Medida II.6 - Candidaturas entradas e apreciadas até 31 de Dezembro de 2007

Linha de Acção	Entr.	Decididas em UG		Decididas (Homologadas)	
		Parecer Desf.	Parecer Favorável	Aprovadas	Indeferidas
LA1 – Ref. e Qual. Cap. Aloj. Turístico	10	0	10	10	0
LA2 – Apoio à Animação Turística	4	0	3	3	0
LA3 – Promoção Turística Território	23	0	21	21	0
LA4 – Infraest. Equip. Promo. Potencialidades	236	0	225	182	0
LA5 – Acessib. Locais e Transversais	3	0	3	3	0
Total da Medida	276	0	262 (*)	219 (*)	0

(*) Inclui as desistências

(*) foram retiradas as desistências

Execução

A execução ocorrida em 2007 representa 15,5% do total do FEDER executado face ao total programado considerando o período de programação 2000/2006, o que significa um considerável impulso na execução da medida que no final do ano se cifra nos 86,5%, contra os 69,7% registados em 2006. Quando comparada com os anos anteriores é o segundo melhor ano com maior execução quando considerados os valores absolutos.

Através do quadro seguinte constata-se que 43,3% dos 219 projectos aprovados encontram-se concluídos. Apesar do número ainda ser baixo, é de salientar o esforço acrescido por parte da Coordenação da AIBT no sentido de sensibilizar os promotores para apresentarem o relatório final de execução dos projectos que se encontravam em condições de serem encerrados. Deste modo é possível ter uma apreciação mais realista dos valores efectivamente comprometidos na Medida e conhecer os montantes libertos por projectos com uma execução abaixo do aprovado, podendo deste modo garantir o co-financiamento dos projectos que se encontram aprovados em overbooking.

Relativamente aos projectos sem execução, poder-se-á afirmar que tal resultou da necessidade de intensificação da verificação relativamente às regras de contratação pública, que motivou o arranque tardio na execução financeira dos projectos.

O ritmo da execução da despesa pública em 2007 apresentou, como referido, uma boa performance, o que permite antecipar que o durante o ano de 2008 todo o montante comprometido irá ser executado. No momento da redacção deste relatório, é possível constatar essa tendência, e no que se refere ao encerramento de projectos a dinâmica sofreu um considerável acréscimo.

Projectos concluídos e em execução a 31 de Dezembro de 2007

Taxa execução	Nº de projectos	%
100%	95	43,4
[75,100[63	28,8
[50,75[20	9,1
[25,50[8	3,7
]0,25[6	2,7
0	27	12,3
	219	100

Projectos concluídos e em execução, por “programa” a 31 de Dezembro de 2007

Programa	Ação	Em execução	Concluído	Total Geral
PAX		95	61	156
	Reforço e Requalificação da Capacidade de Alojamento Turístico	2	1	3
	Promoção Turística do Território		1	1
	Infra-estruturas e Equipamentos de Promoção das Potencialidades	92	58	150
	Acessibilidades Locais e Transversais	1	1	2
LAX		9		9
	Promoção Turística do Território	9		9
PPAX		3		3
	Promoção Turística do Território	3		3
Minimis		10		10
	Reforço e Requalificação da Capacidade de Alojamento Turístico	5		5
	Apoio à Animação Turística	3		3
	Infra-estruturas e Equipamentos de Promoção das Potencialidades	2		2
Percursos		5	1	6
	Promoção Turística do Território	3		3
	Infra-estruturas e Equipamentos de Promoção das Potencialidades	2		2
	Acessibilidades Locais e Transversais		1	1
Praias Fluviais		8	4	12
	Promoção Turística do Território	2		2
	Infra-estruturas e Equipamentos de Promoção das Potencialidades	6	4	10
N		10	13	23
	Reforço e Requalificação da Capacidade de Alojamento Turístico		2	2
	Promoção Turística do Território	1	3	4
	Infra-estruturas e Equipamentos de Promoção das Potencialidades	9	8	17
Total Geral		140	79	219

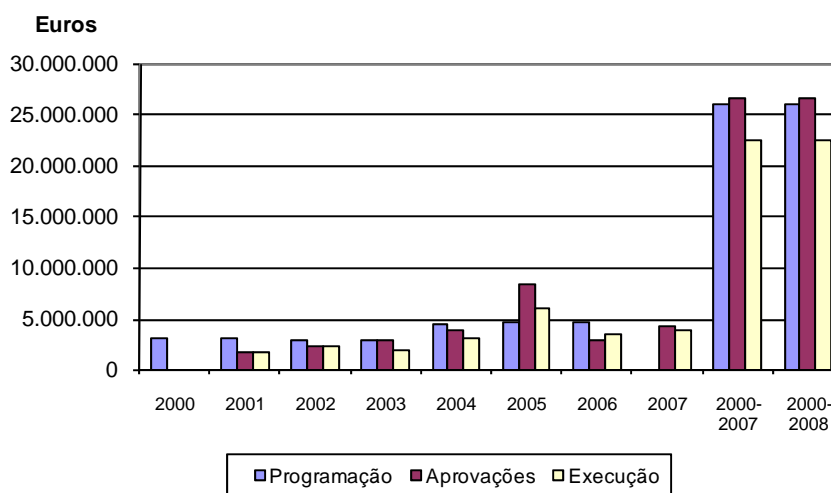
No quadro e gráficos seguintes são apresentados os valores aprovados e executados, no período 2000-2007.

Aprovações e execução financeira a 31 de Dezembro de 2007

Unidade: euros

Ano	Programação do PO		Aprovações		Execução		Taxas (%)		
	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	A/Prog	Exc./Prog	Exec./A
2000	3.165.392	2.215.775	0	0	0	0	0,0	0,0	0,0
2001	3.058.227	2.140.759	1.688.729	1.182.111	1.688.729	1.182.110	55,2	55,2	100,0
2002	2.949.542	2.064.679	2.389.619	1.637.263	2.389.619	1.637.263	81,0	81,0	100,0
2003	2.880.996	2.016.697	2.899.138	1.960.007	1.977.273	1.330.056	100,6	68,6	68,2
2004	4.597.990	3.218.593	3.986.294	2.722.322	3.109.951	2.115.410	86,7	67,6	78,0
2005	4.745.368	3.321.757	8.527.794	5.645.427	6.004.006	4.019.392	179,7	126,5	70,4
2006	4.680.559	3.276.391	2.861.162	1.885.172	3.480.521	2.356.803	61,1	74,4	121,6
2007			4.340.444	2.915.466	3.907.487	2.580.850			90,0
2000-2007	26.078.074	18.254.651	26.693.180	17.947.767	22.557.586	15.221.884	102,4	86,5	84,5
Total (2000-2008)	26.078.074	18.254.651	26.706.384	17.957.010	22.557.586	15.221.884	102,4	86,5	84,5

Evolução da despesa pública: programação, aprovações e execução



Linhas de acção e Sectores apoiados: aprovações e execução

Relativamente ao peso financeiro das 219 candidaturas em cada uma das linhas de acção e respectiva execução, importa referir o seguinte:

- A linha de acção 1 “Ref. e qualificação da capacidade de alojamento turístico”, com 10 candidaturas, com uma taxa de execução de 88,5%;
- A linha de acção 2 “Apoio à Animação Turística”, com 3 candidaturas do SIEPI, possui os mais baixos valores de aprovação (mas que quase esgota os montantes previstos para aprovação de projectos MINIMIS), apresenta uma taxa de execução financeira de 44,9%;
- A linha de acção 3 “Promoção Turística Território”, com 21 candidaturas, com forte acréscimo em 2007 em termos de aprovação (em 2006 eram 7 projectos) o que evidencia a aposta na promoção turística do território como forma de consolidar a estratégia definida, representando 10,7% do valor aprovado;
- A linha de acção 4 “Infraestruturas e equipamentos de promoção das potencialidades” representa 88,4% do valor das aprovações com 182 (em 2006 eram 209 candidaturas, mas

em resultado das desistências passou a ser este número) e valores muito significativos em termos de execução financeira, ou seja, 88,4% do valor aprovado;

- A linha de acção 5 encontra-se totalmente executada.

Aprovações e execução financeira por linha de acção a 31 de Dezembro de 2007

Unidade: Euros

Acção	Aprovações				Execução (2000-2007)		
	Nº Proj.	D. Pública	Fundo	% (D. Pública)	D. Pública	Fundo	% (Execução)
LA1 - Ref. e Qual. Cap. Aloj. Turístico	10	1.740.693	1.129.850	6,5%	1.554.545	999.547	88,5
LA2 - Apoio à Animação Turística	3	154.698	108.288	0,6%	69.445	48.611	44,9
LA3 - Promoção Turística Território	21	2.846.934	1.812.328	10,7%	1.561.212	948.810	52,4
LA4 - Infraest. Equip. Promo. Potencialidades	182	21.423.444	14.528.112	80,2%	18.831.768	12.846.485	88,4
LA5 - Acessib. Locais e Transversais	3	540.616	378.431	2,0%	540.616	378.431	100,0
Total	219	26.706.384	17.957.010	100%	22.557.586	15.221.884	84,8

No que respeita à distribuição sectorial do investimento aprovado, o quadro seguinte mostra que o sector da “revitalização urbana” é o dominante. A isso não é estranho, obviamente, as intervenções efectuadas no âmbito das “Aldeias do Xisto”. De realçar, também, o sector do “turismo”, quer em termos do número de projectos, quer, fundamentalmente, ao nível dos montantes envolvidos, o que denota a importância do turismo na estratégia definida para este território e a forma como os seus agentes responderam positivamente a essa orientação estratégica adoptada pela coordenação da AIBT do Pinhal Interior na criação e melhoria das infra-estruturas para dinamização do sector do turismo neste território.

A este objectivo também estão subjacentes os investimentos aprovados nos sectores da “Cultura” e do “Património histórico-cultural”.

Distribuição sectorial das aprovações a 31 de Dezembro de 2007

Unidade: Euros

Sector	Nº Proj.	Aprovações			Execução (2000-2007)	
		D. Pública	Fundo	% DP	D. Pública	Fundo
Ambiente- Abast. de Água	3	143.295	100.307	0,5	107.560	75.292
Ambiente-Águas Residuais	1	183.708	128.595	0,7	150.454	105.318
Cultura	8	3.328.884	2.267.901	12,5	3.146.276	2.143.192
Energia	1	111.735	78.215	0,4	111.735	78.215
Património/histórico /cultural	5	1.165.295	778.453	4,4	1.165.295	778.453
Recreio e Lazer	2	1.077.592	736.454	4,0	1.077.592	736.454
Revitalização urbana	150	11.872.482	7.950.937	44,5	9.634.344	6.510.446
Transportes-Rodovia	4	746.214	522.350	2,8	746.214	522.350
Turismo	44	8.055.981	5.378.959	30,2	6.412.116	4.267.964
Outros	1	21.198	14.839	0,1	6.000	4.200
Total	219	26.706.384	17.957.010	100	22.557.586	15.221.884

Indicadores de acompanhamento

No que respeita aos indicadores físicos, importa desde já destacar, tendo em consideração o grau de aproximação à meta prevista em Complemento de Programação, que os projectos aprovados conseguiram, globalmente, alcançar ou superar em larga escala as metas previstas no Complemento de Programação.

No quadro seguinte são apresentados os indicadores físicos de acompanhamento, sendo possível constatar que apenas os investimentos associados à “infraestruturação de estradas panorâmicas” não dispõe de condições para ser alcançado.

Indicadores de acompanhamento a 31 de Dezembro de 2007

Medida	Indicador Físico	Unidade	Valor estabelecido em CP como meta final	Valores previstos nos projectos aprovados	Executado até 31/12/2007
II.6	Unidades de alojamento apoiadas	nº	5	12	5
	Iniciativas de anim. e promoção turística	nº	16	20	5
	Rede de percursos	nº	3	3	1
	Infraestruturação de estradas panorâmicas	nº	6	3	2
	Estabelecer/requalificar praias fluviais	nº	9	13	10
	Requalificação de aldeias de xisto	nº	6	150	55
	Iniciativas museológicas	nº	5	8	5
	Restauro de imóveis classificados	nº	3	4	2
	Acessos construídos ou beneficiados	Km	20	52,5	48

Notas:

O “executado” diz respeito a projectos concluídos física e financeiramente.

O número de projectos aprovados em “Requalificação de aldeias serranas” corresponde ao número de projectos aprovados exclusivamente de requalificação (150 após desistências) e não ao de aldeias abrangidas (24), número que também ultrapassa o valor do respectivo indicador (6).

Incidência territorial do investimento aprovado

A AIBT do Pinhal Interior abrange territórios de quatro NUTs de nível III. Pese embora o facto de o Pinhal Interior Norte e o Pinhal Interior Sul corresponderem à grande maioria do âmbito territorial desta Acção Integrada, também foram apresentadas algumas outras candidaturas para territórios de outras NUTs (Cova de Beira e Beira Interior Sul).

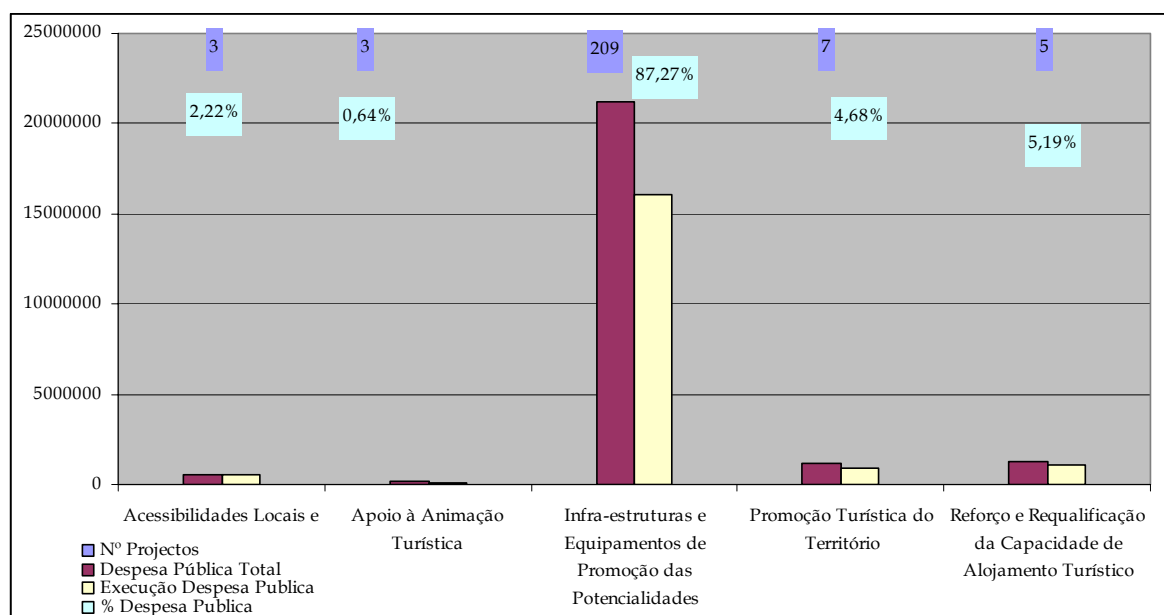
A territorialidade dos investimentos da Medida 2.6 foi determinada pela concretização da estratégia da AIBT e pela focalização dos recursos territoriais a serem valorizados, e não pela distribuição equitativa da dotação financeira pelos municípios. A selectividade da localização do investimento, consoante o seu contributo para a estratégia, foi manifestamente assumida e, obviamente, implicou uma distribuição diferenciada pelo território.

Distribuição geográfica do investimento aprovado a 31 de Dezembro de 2007

Unidade: Euros

NUT III	Nº Proj.	Custo total	D. Pública	Fundo	Incidência CT	
					%	por hab.
Pinhal Interior Norte	97	16.465.505	16.089.730	11.020.429	60,4	119
Pinhal Interior Sul	60	4.045.409	3.970.589	2.750.006	14,8	90
Beira Interior Sul	28	2.086.079	2.086.079	1.429.777	7,7	27
Cova da Beira	29	3.481.912	3.379.268	1.973.668	12,8	37
Não Regionalizável	5	1.180.717	1.180.717	783.129	4,3	0
Total	219	27.259.623	26.706.384	17.957.010	100,0	

Número e valor de projectos aprovados e Execução Financeira por linha de acção



7. Medida II.7 - Acção Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior (FEOGA)

Enquadramento

Os indicadores disponíveis no início deste QCA caracterizavam o Pinhal Interior como uma sub-região economicamente deprimida, em acentuada desertificação humana e detentora de escassos equipamentos de vocação social, desportiva ou para o lazer.

O sector primário e neste a actividade florestal, assume-se, genericamente, como uma importante área de actividade económica.

No final de 2004 a Medida II.7 teve um reforço financeiro de 4.000.000 euros de fundo estrutural FEOGA -O, oriundos da “Reserva de Programação” que foram direccionados para a Acção 6, “Apio à prevenção de riscos provocados por agentes bióticos e abióticos”.

As alterações propostas no âmbito desta acção decorreram da revogação do Regulamento (CEE) nº 2158/92 do Conselho de 23 de Julho de 1992, relativo à “Protecção das Florestas na Comunidade Contra os Incêndios Florestais”, que havia terminado em 2002. O novo Regulamento “Acompanhamento das Florestas e das Interações Ambientais na Comunidade” designado por “Forest Focus”, não assegurava a continuidade das acções de investimento relativas aos sistemas de prevenção e vigilância das florestas. Assim, a Comissão apresentou uma proposta de declaração referindo que os investimentos relativos à prevenção de incêndios florestais abrangidos por este Regulamento, seriam elegíveis no âmbito do Regulamento (CEE) nº 1257/99 do Conselho de 17 de Maio de 1999.

Com estas modificações e de acordo com os regulamentos, foi necessário alterar o Complemento de Programação no final do ano de 2004. As ajudas públicas programadas para esta Medida definidas em Complemento de Programação, sofreram uma aferição de forma a deslocar verbas entre algumas das Acções para apoiar aquelas que possuem uma actuação mais estruturante. É o caso da Acção 6 que consideramos uma acção estruturante, no âmbito regional pela forma como foi sendo trabalhada com os potenciais promotores. Os indicadores de acompanhamento físico e financeiro foram igualmente aferidos, com a criação de novos indicadores físicos tendo em vista um melhor acompanhamento desta Acção.

Candidaturas apreciadas

A Medida II.7, durante o ano de 2007, apresentou um valor pouco significativo quer em termos do número de processos entrados/aprovados, quer em termos da dimensão financeira global dos mesmos.

Relativamente ao transito de candidaturas no ano 2007 temos:

- 20 novas candidaturas aprovadas;
- 5 desistências/cancelamentos;
- 3 indeferimentos;
- 5 cancelamentos;
- 177 candidaturas em fase de audiência prévia (nos termos do CPA) para indeferimento.

Candidaturas Entradas e Apreciadas - Situação em 31/12/2007

Acção	Nº de Candidaturas						
	Entradas	Decididas em UG		Apreciadas em UG e em fase de Audiência Prévia	Decididas (Homologadas)		Canceladas
		Parecer Favorável	Parecer Desfavorável		Aprovadas	Indeferidas	
1	425	267	27	112	267	27	19
2	78	38	4	33	38	4	3
3	16	16	0	0	16	0	0
4	2	1	0	1	1	0	0
5	2	2	0	0	2	0	0
6	60	45	0	15	45	0	0
7	1	0	0	1	0	0	0
8	57	26	15	14	26	15	2
9	10	7	2	1	7	2	0
Total da Medida	651	402	48	177	402	48	24

Candidaturas indeferidas

Tal como consta do quadro seguinte, ocorreram 48 indeferimentos que resultam do não cumprimento das condições de acesso (dos processos de candidatura), definidas pela regulamentação das respectivas linhas de acção às quais foram apresentadas, de que salientamos: a ausência de enquadramento legal, a incompleta e incorrecta formalização, a inadequação técnica e a falta de documentação para a análise da candidatura.

Candidaturas Indeferidas - Situação em 31/12/2007

Acção	Tipo de indeferimento	Motivos de indeferimento	Nº de Cand.
1	1. Condições de Acesso	Ausência de enquadramento legal, por incorrecta formalização, por falta de elementos de análise e por inadequação técnica.	26
1 e 2		Ausência de enquadramento legal, por incorrecta formalização, por falta de elementos de análise e por inadequação técnica.	1
2		Ausência de enquadramento legal, por incorrecta formalização, por falta de elementos de análise e por inadequação técnica.	4
8		Inadequação técnica do equipamento proposto às metas produtivas propostas. Falta de documentação para a análise da candidatura.	15
9		Ausência de enquadramento legal, por incorrecta formalização e por inadequação técnica.	2
Total			48

Aprovação e Execução

A acção com o maior número de projectos aprovados foi a acção 1 e 2 (estas apresentam o mesmo regulamento específico), com 305 projectos aprovados. A acção 6, com 45 projectos aprovados aparece em segundo lugar no que diz respeito ao número de projectos aprovados, mas foi a acção mais importante relativamente ao investimento aprovado, representando 55,5%

do total da Despesa Publica aprovada na AIBT PI. A acção 7, foi a única acção a não ter nenhum projecto aprovado.

Com 402 projectos aprovados a que corresponde 38.511.052€ de Despesa Publica, a AIBT PI viu aprovados a totalidade dos montantes programados, com uma taxa de 102%. A execução da medida, com 22.801.947 € de Despesa Publica executados, apresenta uma taxa de 60%.

Acção	Aprovações				Execução (2000-2007)		
	Nº Proj.	D. Pública	Fundo	% (D. Pública)	D. Pública	Fundo	% (D. Pública)
1	267	7.258.841	5.444.131	18,8%	4.636.228	3.471.941	20,3%
2	38	3.130.605	2.347.954	8,1%	1.674.254	1.255.712	7,3%
3	16	3.516.062	2.637.046	9,1%	3.017.618	2.263.214	13,2%
4	1	8.899	6.674	0,0%	0	0	0,0%
5	2	32.186	24.140	0,1%	12.683	9.512	0,1%
6	45	21.389.976	12.709.510	55,5%	10.591.720	6.219.615	46,5%
7	0	0	0	0,0%	0	0	0,0%
8	26	2.625.967	1.967.600	6,8%	2.616.653	1.960.615	11,5%
9	7	548.515	411.386	1,4%	252.791	189.593	1,1%
Total	402	38.511.052	25.548.441	100	22.801.947	15.370.202	100

As acções que mais contribuem para esta baixa taxa de execução são as Acções 1, 2, e 6, que representam 82,5% da Despesa Publica aprovada.

Estas acções são as únicas com intervenção directa nos espaços florestais e por isso estão dependentes das estações para realização das operações silvícolas, bem como da capacidade instalada no território para a realização dessas mesmas operações.

O facto de 62% da Despesa Publica aprovada ter como promotores entidades públicas, Municípios e Direcção Geral do Recursos Florestais (DGRF), tem sido um constrangimento à boa execução da medida (disponibilidade financeira atempada da CPN).

Quanto à aprovação e execução da Medida e analisando o respectivo quadro, importa referir o seguinte:

- Verifica-se que no ano 2000 não se registou nenhuma aprovação;
- Entre 2001 e 2003, foram aprovadas 173 candidaturas que em termos de despesa pública representam 26,4% do total aprovado; estes valores reduzidos devem-se ao facto de região da AIBT do Pinhal Interior, à data, não estar devidamente estruturada em termos de capacidades técnicas e organizativas com capacidade para a elaboração de candidaturas;
- Em 2004 foram aprovadas 138 candidaturas que em termos de despesa pública representam 60% do total aprovado. Este elevado número de candidaturas aprovado e elevado montante financeiro, deveu-se às alterações regulamentares na Acção 6, à consolidação dos apoios nas outras acções da medida e ao trabalho de estruturação da região com capacidades técnicas e organizativas;

- Em 2005, foram aprovadas 65 candidaturas que em termos de despesa pública representam 10,7% do total aprovado;
- Em 2006, foram aprovadas 6 candidaturas que em termos de despesa pública representam 2% do total aprovado;
- As 20 candidaturas aprovadas em 2007 representam em termos de despesa pública 1% do total aprovado;
- O nível de execução financeira do ano 2007 representa 18,1% do total aprovado, traduzindo um baixo nível de execução. A grande parte dos projectos aprovados são plurianuais e terminam em 2008, como os da Acção 6 (representa 56% da despesa publica aprovada da Medida), o que tem motivado o não cumprimento anual por parte dos promotores, que sistematicamente diferem a execução anual;
- O facto de 62% da Despesa Publica aprovada ter como promotores entidades públicas, nomeadamente Municípios e Direcção Geral do Recursos Florestais (DGRF), é um constrangimento à boa execução;
- Relativamente aos montantes programados para a Medida verifica-se no final de 2007 uma taxa de aprovação da despesa pública de 102,7%.

Medida II.7 - Aprovações e Execução Financeira - Situação a 31 de Dezembro de 2007

Unidade: Euros

Ano	Programação do PO		Aprovações		Execução		Taxas (%)		
	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	A/Prog	Exc./Prog	Exec./A
2000	5.997.050	3.674.654	0	0	0	0	0,0	0,0	0,0
2001	6.290.015	3.854.166	2.040.210	1.528.282	525.196	393.897	32,4	8,3	25,7
2002	6.245.481	3.826.879	1.460.946	1.095.710	1.345.172	1.007.004	23,4	21,5	92,1
2003	6.271.858	3.843.041	3.032.457	2.274.343	2.388.652	1.791.489	48,4	38,1	78,8
2004	121.788	97.430	6.238.260	4.277.257	4.606.154	3.115.018	5122,2	3782,1	73,8
2005	5.906.001	4.724.801	6.743.713	4.502.167	5.067.883	3.233.623	114,2	85,8	75,1
2006	6.648.707	5.318.966	9.510.342	5.906.077	4.731.940	3.224.285	143,0	71,2	49,8
2007	0	0	5.248.288	3.287.146	4.136.950	2.604.886	0,0	0,0	78,8
2000-2007	37.480.900	25.339.937	34.274.216	22.870.982	22.801.947	15.370.202	91,4	60,8	66,5
Total (2000-2008)	37.480.900	25.339.937	38.511.052	25.548.441	22.801.947	15.370.202	102,7	60,8	59,2

No que respeita à “Regra n+2” no final do ano de 2007, esta mereceu da parte das entidades que intervêm na gestão desta Medida uma atenção especial, mas apesar do esforço das entidades envolvidas neste processo não foi atingido o valor de execução estabelecido. Trata-se de uma medida que tem exclusivamente “acções florestais”, acções que em todos os Programas apresentam taxas de execução reduzida.

Assente nos aspectos regulamentares que se aplicam no âmbito nacional, a Medida II.7 teve significativos atrasos de implementação ao nível de algumas linhas de acção, decorrentes dos

atrasos verificados na publicação de regulamentação específica de cada linha de acção e subsequentes normativos internos. Acrescem as alterações ocorridas aos normativos decorrentes quer pela calamidade dos incêndios florestais de 2003 e 2005, quer das subsequentes medidas de política integradas na reforma do sector florestal.

Linhas de acção: aprovações e execução

Acção 1 e 2 - “Apoio à silvicultura e ao restabelecimento do potencial de produção silvícola”

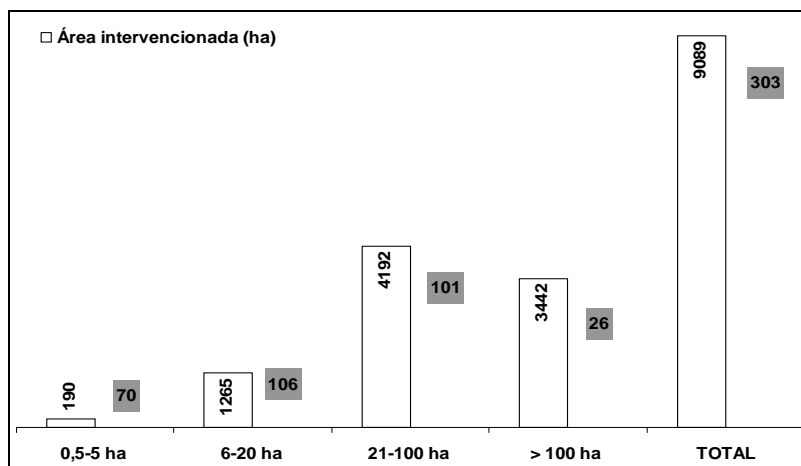
Esta acção visava apoiar, pela sua acção 1, a instalação e manutenção de novos povoamentos florestais, a beneficiação de superfícies florestais existentes, a reconversão de povoamentos, a reabilitação de ecossistemas florestais degradados, e pela sua acção 2, o restabelecimento do potencial produtivo destruído ou danificado por incêndios ou outras causas naturais, tendo promotores públicos e privados.

Esta acção aprovou 10.389.446 € Despesa Publica, representando 26,9% do montante total aprovado da medida.

Foram aprovados 305 projectos, importando referir o seguinte:

- 303 projectos com 9.089 ha de área florestal total a intervir;
- 2.489 ha de área florestal a arborizar;
- 4.326 ha de área florestal a rearborizar;
- 2.274 ha de área florestal a beneficiar;
- valor médio de intervenção de 30 ha por projecto;
- 59 áreas agrupadas, totalizando 2372 ha, com a dimensão média de 40 ha;
- 34 projectos públicos, totalizando 2267 ha, com a dimensão média de 66 ha;
- 65 Km de construção de rede viária e 168 Km de beneficiação de rede viária;
- 20 Km construção de rede divisional e 16 Km beneficiação de rede divisional;
- 12 pontos de água a construir e 4 pontos de água a beneficiar;
- construção 4 de parques de lazer.

Número e área florestal das candidaturas aprovadas na Acção 1 e 2



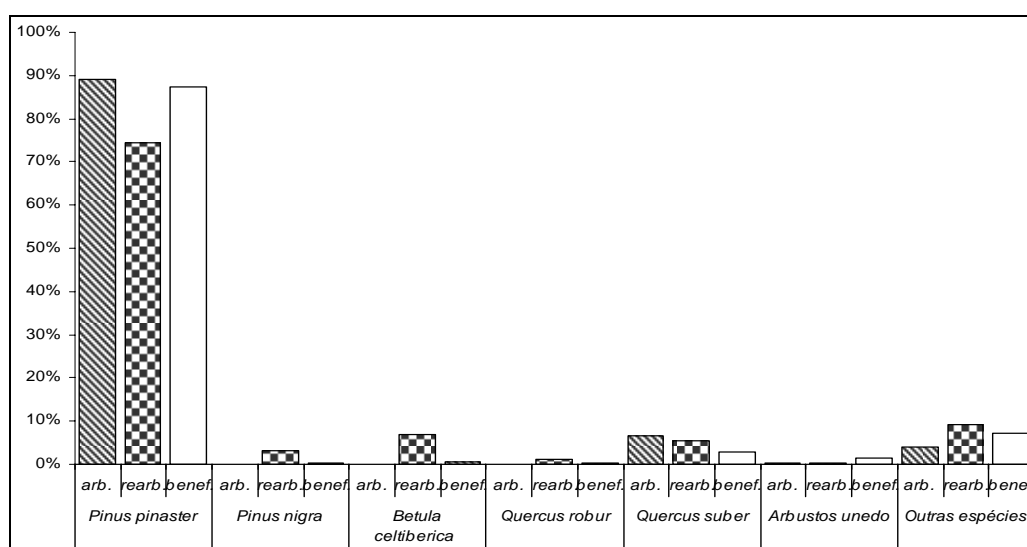
Pelo gráfico anterior verificamos que 42% dos projectos aprovados têm uma área superior a 20 ha, totalizando 7634 ha, que representam 84% da área total intervencionada. Estes valores, num território onde o absentismo, a ausência de cadastro predial e o minifúndio, é o indício que se consegue trabalhar neste território contornando os vários problemas estruturais.

Na área das NUT III Pinhal Interior Sul, Beira Interior Sul e Cova da Beira os projectos aprovados foram maioritariamente apresentados por áreas agrupadas e por organizações de produtores florestais (OPF), que representam 75% do total da área intervencionada.

No Pinhal Interior Norte os projectos públicos da DGRF representam 77% do total da área intervencionada, não tendo as restantes promotores grande importância em termos de área intervencionada.

A espécie predominante é a *Pinus pinaster* (pinheiro bravo). Verificando-se que a utilização de outras espécies, para além do pinheiro bravo, começa a ser mais comum em novas arborizações e principalmente em zonas que arderam, nomeadamente em novos projectos de rearborização.

Área a arborizar/rearborizar/beneficiar por espécies a utilizar



Quanto ao nível de execução financeira, esta acção apresenta uma taxa de 60,7%. Para este facto contribuíram os seguintes aspectos:

- o absentismo dos proprietários florestais, o minifúndio, a fragmentação da propriedade e a falta de cadastro e os incêndios florestais constituem os problemas mais marcantes no Pinhal Interior Norte e que explicam o reduzido número de projectos aprovados.
- no Pinhal Interior Norte os projectos públicos da DGRF-CFC representam 77% do total da área intervencionada, não tendo os restantes promotores grande importância em termos de área intervencionada. As alterações da orgânica do MADRP (nova CFC), durante este período de programação não contribuíram para uma boa taxa de execução dos 23 projectos aprovados da DGRF-CFC;
- a execução desta acção está dependente da sazonalidade das operações silvícolas necessárias, e consequentemente das condições climáticas e da data de aprovação das candidaturas;

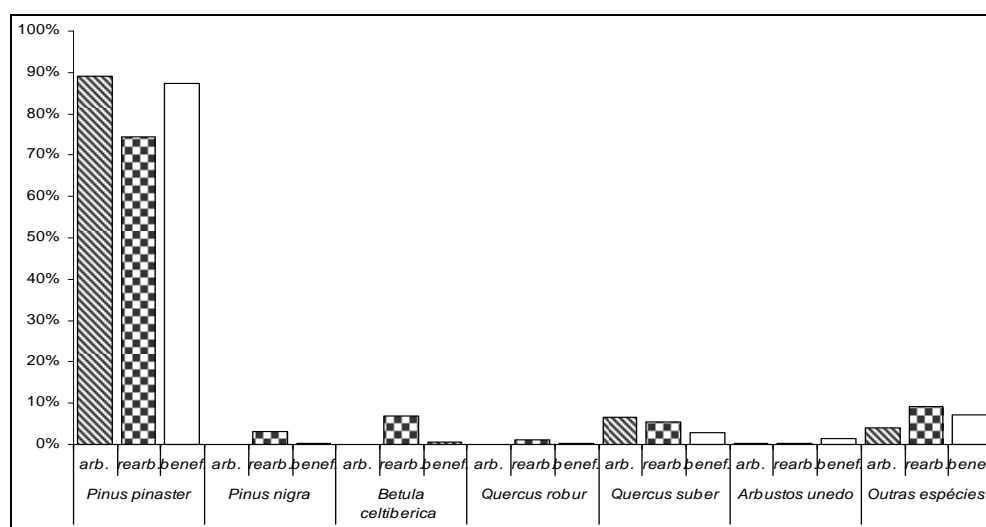
- a conclusão dos projectos está dependente das operações de consolidação, a realizar ao fim 4 a 5 anos da plantação inicial;
- os incêndios florestais de 2003 e 2005, principalmente no Pinhal Interior Sul, vieram contribuir para uma redução da área e dos montantes a executar dos projectos já aprovados;
- os incêndios florestais de 2003 e 2005 vieram contribuir para o “desacreditar” dos proprietários florestais na floresta.

Acção 3 - “Apoio à instalação de organizações de produtores florestais”

A Acção 3 foi a acção mais estruturante da AIBT PI. Teve como objectivo apoiar a constituição de Organizações de Produtores Florestais (OPF), com ajudas para aquisição de mobiliário, equipamentos de comunicações, equipamentos informáticos, equipamentos para a prestação de serviços especializados, viaturas e recursos humanos para um período máximo de 5 anos.

Esta acção 3 aprovou 3.516.062 € Despesa Publica, representando 9,1% do montante total aprovado da medida.

OPF do Pinhal Interior em 2000



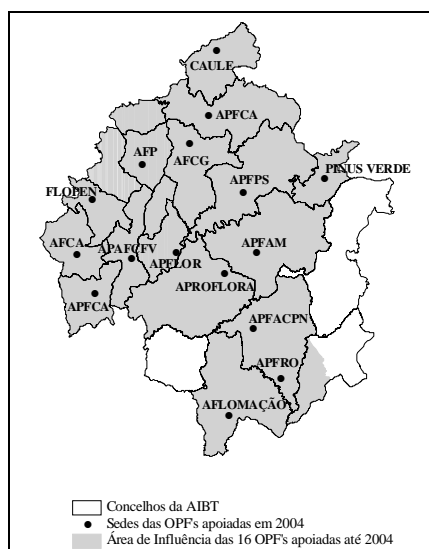
O território da AIBT PI abrange 21 concelhos, 180.000 habitantes e 510.000 hectares, tendo 75% desta área aptidão florestal.

Um território com graves problemas estruturais: absentismo, minifúndio, escassas capacidades técnicas, falta de articulação da fileira e incêndio florestais.

Em 2000 neste território existia uma Organização de Produtores Florestais (OPF) activa, com um técnico florestal.

A criação e o reforço técnico das OPF, era indispensável para superar alguns dos maiores constrangimentos da evolução e da modernização da floresta portuguesa.

OPF apoiadas pela AIBT do Pinhal Interior



Desde o início do apoio da AIBT PI neste território verificou-se o aumento das capacidades técnicas neste território.

Em 2001 esta região passou a ter 6 OPF com candidaturas aprovadas, com 8 técnicos florestais e 6 administrativos;

No final de 2002 passou a ter para 12 OPF apoiadas; em 2003 estavam aprovadas 15 candidaturas, com 23 técnicos florestais e 15 administrativos;

Em 2004 foi aprovada a última candidatura, passando para 16 o número de OPF apoiadas, ficando todo o território coberto;

Actualmente estas 16 OPF contam com 34 técnicos florestais e 16 administrativos, gerindo 26 Equipas de Sapadores Florestais; tendo sido criados 180 postos de trabalho.

Podemos juntar mais 16 técnicos florestais nos GTF (Gabinetes técnicos florestais) dos Municípios.

Face aos constrangimentos da estrutura da propriedade, do absentismo dos proprietários florestais, das escassas capacidades técnicas, da falta de articulação da fileira e, claro, dos incêndios florestais, a estratégia da Coordenação da AIBT do Pinhal Interior passou por estimular iniciativas de escala, organizar os produtores florestais, instalar serviços técnicos de proximidade, interacção entre instituições e fomentar a mudança.

Com a constituição das OPF muitos dos problemas estruturais deste território foram atenuados, passando as OPF a desenvolver iniciativas de escala, a representar os proprietários florestais, a prestar serviços técnicos especializados, a estabelecer parcerias e protocolos com as mais diversas entidades e mudando mentalidades.

As OPF são os maiores promotores de projectos da AIBT do Pinhal Interior, representam directamente 33% do número de projectos apresentados que correspondem a 25% do Investimento Total; se abrangermos todos os projectos em estão envolvidos, tanto como promotores, projectistas e executores, esses valores são muito superiores, passam a representar 45% do número de projectos apresentados que correspondem a 70% do Investimento Total da Medida II.7. Assim, apresentamos algumas das acções da Medida II.7 com projectos desenvolvidos pelas OPF:

- a elaboração, o acompanhamento e a execução de projectos particulares e áreas agrupadas, no âmbito da Acção 1 e 2, "Apoio á Silvicultura" e "Apoio ao restabelecimento do potencial de produção silvícola", agregando proprietários florestais e várias parcelas florestais;
- promotores de projectos no âmbito da Acção 4, "Apoio à constituição e instalação de prestadores de serviços florestais";
- a elaboração, o acompanhamento e a execução de projectos de prevenção de incêndios, no âmbito da Acção 6, "Prevenção de riscos provocados por agentes bióticos e abióticos";
- promotores de projectos para o estabelecimento de um sistema de gestão florestal sustentável e sensibilização dos produtores e do público em geral para a necessidade e requisitos de uma gestão florestal sustentável, no âmbito da Acção 9, "Promoção de novos mercados e qualificação dos produtos florestais".

- A execução financeira da Acção 3 está dentro da programação aprovada, com uma taxa de 85,8%. Ainda não estão concluídos todos os projectos, pois têm um período de vida de 5 anos.

Acção 4 - “Apoio à constituição e instalação de prestadores de serviços florestais”

Esta acção visava apoiar a constituição e instalação de entidades prestadoras de serviços técnicos nas áreas da gestão, divulgação, informação comercial da natureza florestal.

Somente um projecto foi aprovado, apoio a uma empresa de prestadora de serviços florestais, que ainda não tem apresentado despesa. Um outro projecto deu entrada nos serviços em Maio de 2006, não sendo aprovado por insuficiência orçamental da Medida.

As causas da pouca adesão a esta acção, prendem-se com os constrangimentos estruturais associados à actividade florestal na região e, às condições de acesso da acção estabelecidas de acordo com a regulamentação em vigor, pelo facto de não ser elegível o apoio à contratação de recursos humanos e aquisição de uma viatura todo-o-terreno, apoios estes elegíveis para a constituição das OPF.

Acção 5 - “Apoio à prestação de serviços florestais”

Esta acção visava o apoio à prestação de serviços, executados num quadro contratual, entre outros, nos domínios da gestão, divulgação tecnológica, informação comercial. Com o objectivo de melhorar a sustentabilidade e a rentabilidade da floresta pelo uso racional dos seus recursos, nomeadamente através da profissionalização da gestão florestal, promovendo a oferta no mercado de serviços especializados e acessíveis à generalidade dos produtores florestais.

Com dois projectos aprovados a duas OPF, Associação de Produtores Florestais de Ansião e CAULE. A execução financeira da acção 5 é de 39,4%.

Acção 6 - “Apoio à prevenção de riscos provocados por agentes bióticos e abióticos”

Esta acção visava o apoio ao desenvolvimento de sistemas de prevenção de incêndios florestais e outras situações de emergência, baseadas em planos plurianuais de intervenção cujo objectivo seja a redução de riscos, melhoria de acessibilidade para vigilância e combate, bem como a prática de silvicultura preventiva.

Com 45 projectos aprovados, esta acção é responsável por 55,5% da Despesa Pública aprovada na Medida, ficando 189.704 hectares cobertos por “Planos Orientadores de Prevenção” (POP), que incluem todos os 21 concelhos abrangidos pela AIBT PI.

Todos os projectos são plurianuais, com programações financeiras para 4 ou 5 anos e por isso com a conclusão prevista para este ano de 2008.

Esta acção foi fundamental no apoio à prevenção contra os riscos dos incêndios florestais. Permitiu dotar a região de grandes infra-estruturas a nível concelhio, faixas de protecção, caminhos, aceiros, pontos de água, equipamentos de prevenção e 1ª intervenção, para prevenção de incêndios florestais e a primeira intervenção no combate aos incêndios florestais.

Os 45 projectos representam a seguinte aprovação:

- 189.704 ha área total dos projectos;
- “Planos Orientadores de Prevenção” em 37% da área total da AIBT PI;
- “Planos Orientadores de Prevenção” em 68% da área florestada da AIBT PI;
- 12.885 ha de área florestal para realizar operações de silvicultura preventiva;

- 359 Km de construção de rede viária e 3.652 Km de beneficiação de rede viária;
- 218 Km de construção de rede divisional e 341 Km de beneficiação de rede divisional;
- 83 pontos de água a construir e 96 pontos de água a beneficiar;
- aquisição de 31 viaturas todo terreno com Kit de 1ª intervenção;
- construção 38 de parques de lazer;
- aquisição de 13 estilhaçadores.

Sendo esta acção muito importante para o estruturar o território e para a boa execução da medida, a Coordenação da Medida faz o acompanhamento, físico e financeiro, regular destes projectos, tendo já realizado visitas de acompanhamento a mais de 80% dos projectos aprovados nesta acção.

A execução financeira da Acção 6 é de 49,5%. Para este facto contribuíram os seguintes aspectos:

- com a publicação da Portaria nº149/2004, de 12 de Fevereiro, é que foi possível aprovar projectos nesta acção;
- os 45 projectos desta acção, que representam 56% da despesa publica aprovada, só foram aprovados a partir de Abril de 2004;
- todos os projectos são plurianuais, com programações financeiras para 4 ou 5 anos e por isso com a conclusão prevista para o ano de 2008;
- a execução desta acção está dependente da sazonalidade das operações silvícolas necessárias, e consequentemente das condições climáticas e do risco de incêndio florestal;
- as alterações regulamentares da politica nacional da defesa da floresta contra incêndios, publicação do D.L. nº156/2004, de 30 de Junho, que foi revogado passado 2 anos, por apresentar conceitos desajustados, com a publicação do D.L. nº124/2006, de 28 de Junho. Estas alterações da legislação obrigaram à necessidade de ajustamento dos projectos, verificando-se sucessivas reprogramações físicas ao longo do período de execução dos mesmos;
- os promotores da Acção 6, em grande parte Municípios, encontram-se com dificuldades financeiras. A necessidade de recorrerem a adiantamentos é crucial para o cumprimento da execução atempada. Algum atraso no pagamento desses adiantamentos teve reflexos no nível de execução da linha de acção.

Acção 7 - “Apoio à valorização e conservação dos espaços florestais de interesse público”

Esta acção visava o apoio à preservação e melhoria da estabilidade ecológica das florestas onde esse papel protector e ecológico fosse predominante e de notório interesse público. Contudo, não foram aprovados quaisquer projectos nesta acção, o que se poderá relacionar com a aplicação legal da própria acção e as dificuldades quanto à elegibilidade das intervenções nos espaços florestais passíveis para a intervenção florestal desta acção:

- dificuldade de considerar os espaços de florestais de interesse público, de acordo com a “ficha para a classificação do interesse público de um espaço florestal”, anexa à regulamentação da acção;
- não elegibilidade do custo de elaboração do plano de gestão florestal, o que poderá ter levado os projectistas, nomeadamente as OPF, a não motivarem os proprietários florestais a apresentarem candidaturas a esta acção;
- baixo valor das ajudas, 120 euros por hectare por ano;

- não elegibilidade das intervenções em povoamentos pertencentes ao património do Estado ou de pessoas colectivas cujo capital seja detido em, pelo menos, 50% pelo Estado;
- falta de sensibilidade para o valor das externalidades positivas promovidas pela floresta.

Acção 8 - “Apoio à exploração florestal, comercialização e transformação de material lenhoso e de gema de pinheiro”

Esta acção visava o apoio à modernização do parque de equipamentos de exploração florestal, à melhoria e racionalização das operações de abate, colheita, movimentação e extracção de material lenhoso, à melhoria das operações de classificação e triagem e à criação e modernização de unidades de transformação de material lenhoso e resina.

Os 26 projectos aprovados nesta acção apoiaram empresas de exploração florestal na aquisição de equipamento específico para a realização das operações de abate, colheita, movimentação e extracção de material lenhoso.

A execução financeira da Acção 8 tem uma taxa de 99,6%, estando todos os projectos concluídos física e financeiramente.

Acção 9 - “Promoção de novos mercados e qualificação dos produtos florestais”

Esta acção visava o apoio à promoção dos produtos florestais como produtos renováveis e amigos do ambiente, à melhoria dos circuitos de comercialização, à implementação de práticas de qualidade e à sensibilização dos produtores e público em geral para a gestão florestal sustentável.

Os 7 projectos aprovados nesta acção dizem respeito a ferramentas informáticas para o estabelecimento de sistemas de gestão florestal sustentável, sensibilização dos produtores e do público em geral para a necessidade e requisitos de uma gestão florestal sustentável, estando concluídos 2 projectos.

A execução financeira da Acção 9 é de 46%. A coordenação da medida tem acompanhado os projectos e feito os possíveis para que os promotores apresentem despesa dos trabalhos já realizados.

Sectores apoiados: aprovações e execução

Na Medida II.7, decorrente da natureza do próprio fundo, todas as ajudas incidiram sobre iniciativas a desenvolver no sector “Agricultura”, tal como consta do quadro seguinte.

Distribuição Sectorial das aprovações

Sector	Unidade: Euros					
	Aprovações/Homologações (Total)				Execução (2000-2007)	
	Nº Proj.	D. Pública	Fundo	% DP	D. Pública	Fundo
Agricultura	402	38.511.052	25.548.441	100	22.801.947	15.370.202
Total	402	38.511.052	25.548.441	100	22.801.947	15.370.202

Refira-se que no conjunto das 9 linhas de acção, os indicadores físicos de acompanhamento respeitantes às linhas de acção 1 e 2 são comuns.

Note-se que os indicadores apresentados dizem respeito, na maioria, ao aprovado e não ao executado (de acordo com a metodologia aceite na avaliação intercalar), elementos que apenas poderão estar disponíveis após o encerramento dos respectivos projectos.

Verifica-se que 3 dos indicadores da Acção 1 (Arborização e rearborização, Rede viária e divisional e Pontos de água) apresentam valores acumulados inferiores ao verificado em 2006. Tal facto deve-se à desistência de candidaturas aprovadas.

Indicadores de acompanhamento - Situação 31/12/2007

Acção	Indicador Físico	Unidade	Valor previsto 2006	Valores previstos nos projectos aprovados	Valores executados
Acção 1 e 2	projectos	nº	400	305	84
	área a beneficiar	ha	5.000	4.326	1965
	arborização e rearborização	ha	9.000	4.763	551
	reconversão de povoamentos mal instalados	ha	1.000	0	0
	rede viária e divisional	km	400	269,1	68
	pontos de água	nº	20	16	14
	ajudas públicas	1000 euros	11.300	10.389	6311
Acção 3	organizações de produtores florestais a constituir	nº	16	16	4
	ajudas públicas	1000 euros	3.750	3.516	3018
Acção 4	projectos	nº	3	1	0
	ajudas públicas	1000 euros	10	9	0
Acção 5	projectos	nº	2	2	1
	ajudas públicas	1000 euros	40	32	13
Acção 6	Área florestal coberta P.P. riscos bióticos	ha	500	0	0
	Área florestal coberta P.P. riscos abióticos	ha	200.000	191.750	191.750
	Área de silvicultura preventiva	ha	10.000	12.510	5975
	Rede viária e divisional construção	km	700	577	390
	Rede viária e divisional beneficiação	km	4.000	4.095	3.275
	Pontos de água	nº	130	179	59
	Ajudas públicas	1000 euros	18.870	21.390	10.592
Acção 7	Área florestal de interesse público coberta por projecto de valorização e conservação	ha	100	0	0
	Ajudas públicas	1000 euros	10	0	0
Acção 8	projectos relativos a material lenhoso e gema de pinheiro	nº	30	26	26
	ajudas públicas	1000 euros	3.000	2.626	2.617
Acção 9	projectos	nº	10	7	2
	ajudas públicas	1000 euros	500	549	253

Incidência territorial do investimento aprovado

A AIBT do Pinhal Interior abrange territórios de quatro NUT's de nível III. Pese embora o Pinhal Interior Norte e o Pinhal Interior Sul representarem a grande maioria do âmbito territorial desta Acção Integrada, também foram apresentadas algumas outras candidaturas para territórios de outras NUT III.

O nível de investimento por NUT está directamente relacionada com o número de processos de candidatura.

Distribuição geográfica do investimento aprovado

Unidade: Euros

NUT III	Nº Proj.	Custo total	D. Pública	Fundo	Incidência CT	
					%	por hab.
Pinhal Interior Norte	134	22.993.652	21.266.403	13.621.996	52,33	166
Pinhal Interior Sul	169	15.509.648	11.908.630	8.274.976	35,30	346
Beira Interior Sul	63	3.191.295	2.722.335	1.926.139	7,26	41
Cova da Beira	33	2.247.129	1.913.476	1.332.206	5,11	24
Não Regionalizável	3	700.208	700.208	393.124	1,59	
Total	402	44.641.933	38.511.052	25.548.441	101,59	25

8. Medida II.8 - Desenvolvimento dos recursos humanos e promoção da coesão social*Enquadramento*

A A Medida 8 do Eixo II do Programa Operacional da Região Centro - “Desenvolvimento dos Recursos Humanos e Promoção da Coesão Social” -, tem financiado, através do Fundo Social Europeu (F.S.E.), projectos de formação profissional directamente relacionados com os domínios prioritários da estratégia prosseguida pelas Acções Integradas de Base Territorial (A.I.B.T.) e coerentes com o respectivo referencial estratégico definido no P.O.Centro e nos Complementos de Programação.

Os projectos formativos enquadram-se em três linhas de acção: A - Empregabilidade, B - Integração Social e C - POLIS. As duas primeiras estão orientadas para a valorização dos recursos humanos e para a promoção da coesão social, enquanto que a linha de acção C, em vigor desde o final de 2005, visa a promoção das competências profissionais relacionadas com o desenvolvimento do espaço urbano.

Geograficamente, a Medida II.8 enquadra-se num vasto território no qual se enquadram as diversas A.I.B.T., que englobam espaços rurais e, também, um conjunto restrito de territórios urbanos, entre os quais as sedes de concelho do interior da Região Centro. Estas últimas têm sido um impulso para o desenvolvimento local e, ao mesmo tempo, um suporte estratégico para o desenvolvimento das sub-regiões em que estão inseridas.

Candidaturas apreciadas

Durante o ano de 2007 não foram aceites pedidos de financiamento, uma vez que, devido às 33 candidaturas que estavam em análise no final de 2006 e que tinham transitado para 2007, a dotação orçamental encontrava-se comprometida.

Assim, dos 118 pedidos de financiamento apresentados, 95 foram aprovados em Unidade de Gestão (24 em 2007). Verificaram-se, a pedido das entidades promotoras, 5 desistências; 14

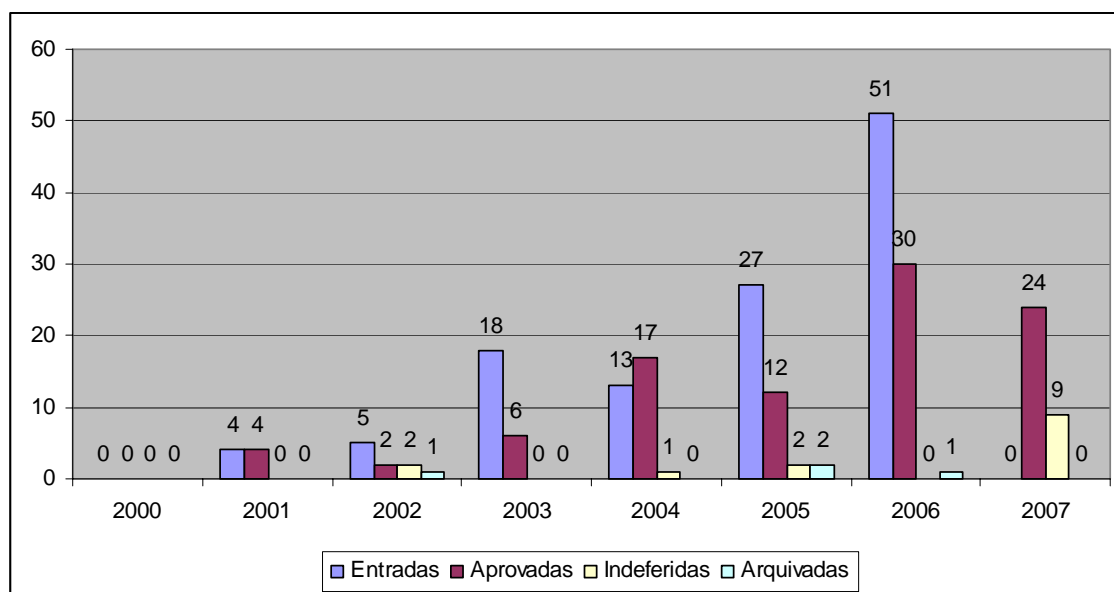
candidaturas foram indeferidas (9 em 2007) por não se enquadrarem nos objectivos estratégicos das A.I.B.T.; 4 foram arquivadas devido ao desinteresse demonstrado pelas entidades promotoras e 3 desistiram em 2007 depois de terem sido aprovadas e homologadas (1 em 2006 e 2 em 2007).

Candidaturas Entradas e Apreciadas - Situação em 31/12/2007

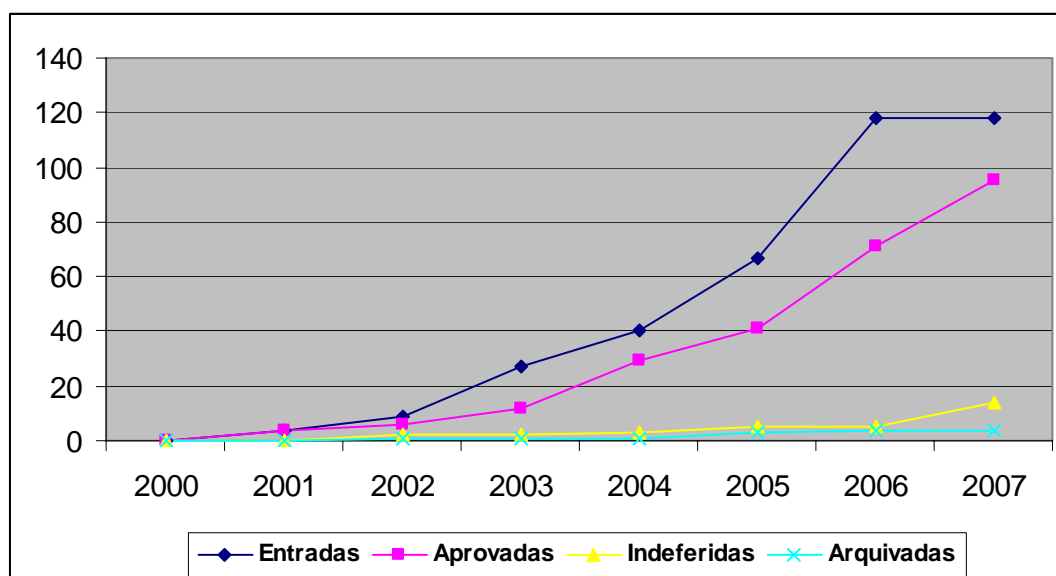
Medida 2.8 Linha de Acção	Entradas	Decididas em UG		Apreciadas em UG e em fase de Audiência Prévia	Decididas (Homologadas)	
		Parecer Desfavorável	Parecer Favorável		Aprovadas	Indeferidas
A - Empregabilidade	81	12	65	0	65	12
B - Integração Social	27	6	20	0	20	6
C - Requalificação Cidades	10	0	10	0	10	0
Total da Medida	118	18	95	0	95	18

Da análise do Quadro anterior, no qual não constam as 5 candidaturas desistentes, verifica-se que a linha de acção “A - Promoção da empregabilidade em sectores de actividades relacionadas com os recursos específicos dos territórios de intervenção” (81 candidaturas entradas) teve uma maior procura, o que demonstra que houve um interesse em qualificar os recursos humanos de sectores de actividade tradicionais. A fraca adesão à linha de acção “C - Requalificação das Cidades” (9 candidaturas apresentadas em 2006 e apenas 1 em 2005) deve-se ao atraso da alteração ao Regulamento Específico da Medida - Dezembro de 2005 -, o que veio limitar o prazo de apresentação de candidaturas por parte de potenciais entidades.

Número de candidaturas entradas, aprovadas, indeferidas e arquivadas por anos

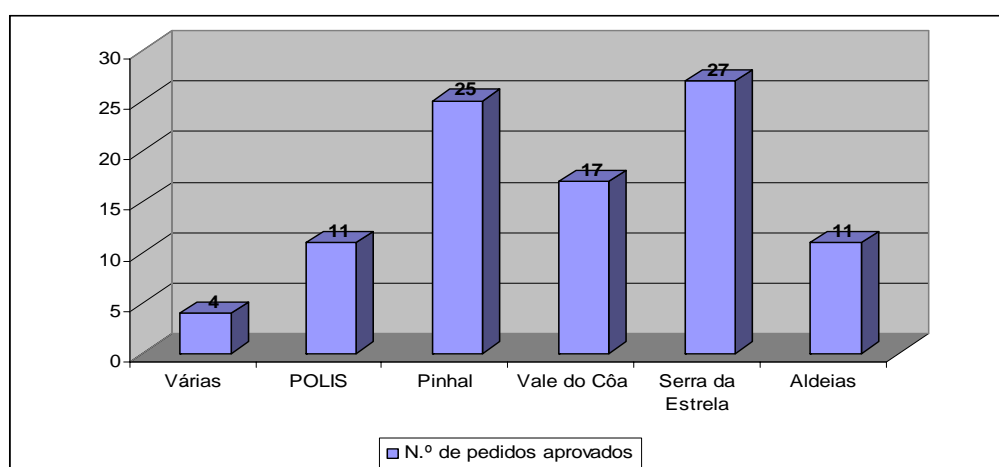


Número acumulado de candidaturas entradas, aprovadas, indeferidas e arquivadas por anos



Em 2007 foram aprovados 24 pedidos de financiamento que englobavam a realização de 62 cursos desdobrados por 78 acções, envolvendo 1077 formandos. O volume de formação aprovado foi 33.009 horas.

Número de Pedidos de Financiamento aprovados por AIBT até 31 de Dezembro de 2007



Da comparação com 2006 verifica-se que a única A.I.B.T. que teve uma subida considerável foi a do “Valo do Côa”: 8 candidaturas aprovadas até ao final de 2006 e 17 no final de 2007. As restantes 14 candidaturas aprovadas em 2007 ficaram distribuídas da seguinte forma: “Pinhal” (5); “Serra da Estrela” (5); “POLIS” (3); “Aldeias” (1) e “Várias” (1).

Quanto à vertente financeira, o total da despesa pública dos pedidos de financiamento aprovados e homologados até ao final de 2007 foi 21.312.776,47 € (14.888.394,40 € até ao final de 2006), sendo aquele montante co-financiado pelo F.S.E. em 15.984.582,41 € (11.166.295,86 € até ao final de 2006) e o restante financiado em quase todos os pedidos de financiamento pelo Orçamento da Segurança Social (O.S.S.) – apenas o Município de Gouveia financiou os 25% relativos à Participação Pública Nacional através do Orçamento Municipal. Os valores

aprovados em 2007 foram idênticos aos de 2006, o que revela o forte impulso que a Medida II.8 teve nos dois últimos anos, o que, como se verá adiante, foi acompanhado por uma maior execução.

Aprovações e Execução Financeira - Situação a 31 de Dezembro de 2007

Unidade: euros

Ano	Programação		Aprovações		Execução		Taxas(%)		
	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	A/Prog	Exc./Prog	Exec./A
2000	4.316.920	3.237.692	0	0	0	0			
2001	4.170.770	3.128.079	0	0	0	0			
2002	4.022.547	3.016.911	659.681	494.761	323.664	242.748	16,4	8,0	49,1
2003	3.929.064	2.946.800	1.794.969	1.346.227	738.858	554.144	45,7	18,8	41,2
2004	2.233.636	1.675.228	3.724.417	2.793.313	1.960.842	1.470.631	166,7	87,8	52,6
2005	2.296.895	1.722.673	2.100.241	1.575.180	2.513.681	1.885.263	91,4	109,4	119,7
2006			6.609.086	4.956.815	3.899.058	2.924.294			59,0
2007			6.424.382	4.818.287	5.692.642	4.269.480			88,6
2000-2007	20.969.832	15.727.383	21.312.776	15.984.582	15.128.746	11.346.559	101,6	72,1	71,0
Total	20.969.832	15.727.383	21.312.776	15.984.582	15.128.746	11.346.559	101,6	72,1	71,0

Execução financeira

Em 2007 continuou a verificar-se a tendência verificada nos dois anos anteriores, ou seja, a grande aproximação entre os valores de programação, aprovação e execução. O último ano contribuiu fortemente para o aumento da execução, ainda mais do que 2006, em virtude, também, do facto de muitos pedidos de financiamento serem plurianuais. Deste modo, os 4.269.479,78 € relativos ao Fundo Estrutural representam 37,62 % do total (11.346.559,24 €).

Execução física

O quadro seguinte dá conta dos valores atingidos, em termos de indicadores físicos, com os projectos aprovados e valores executados até ao final de 2007. A distribuição dos formandos por género revela uma maior motivação das mulheres para participarem em acções de formação.

Indicadores de acompanhamento - Situação 31/12/2007

Medida	Indicador Físico	Unidade	Valor Previsto 2006	Valores previstos nos Proj. Aprovados até 31/12/2006	Executado até 31/12/2006	Valores previstos nos Proj. Aprovados até 31/12/2007	Executado até 31/12/2007
II.8	Formandos:	nº	3.500	7.297	3.875	11.633	5.947
	Homens	nº	1.600	4.103	1.592	6.348	2.742
	Mulheres	nº	1.900	3.194	2.283	5.285	3.205
	Empregados	nº	(1)	5.224	2.148	7.951	2.927
	Desempregados	nº	(1)	2.073	1.727	3.682	3.020
	Acções Ambientais	nº	(1)	2.475	1.668	4.038	2.567
	Acções TIC	nº	(1)	2.885	1.687	4.999	3.005
	Total Acções:	nº	(1)	532	306	861	562
	Domínio do Ambiente	nº	(1)	152	127	221	195
	Domínio das TIC	nº	(1)	179	128	256	228
	Volume de Formação	horas	(1)	1.664.316	1.146.186	2.962.270	2.071.233
	Custo Total	euros		17.281.153	9.436.103	21.312.776	15.128.746

(1) Não previsto em Complemento de Programação

Linhas de acção: aprovações e execução

Das três linhas de acção que fazem parte da Medida II.8 – A) Empregabilidade; B) Integração Social e C) Requalificação das Cidades –, em termos do número de projectos aprovados, a que está mais representada é a A) com 65, seguida da B), com 20 e da C) com 10. Assim, a exemplo dos anos anteriores, a preferência continua a ser dada, por parte dos promotores, à promoção da empregabilidade. Contudo, alguns dos pedidos de financiamento abrangidos por esta tipologia são destinados a públicos alvo perfeitamente enquadrados numa perspectiva de integração social.

Quanto aos domínios de intervenção previstos em Complemento de Programação, no final de 2007 verificou-se que os projectos relativos ao Turismo (domínio 174) continuaram a representar a maior fatia nas aprovações, tanto em termos do número de projectos (46 em 95), como também em termos de verbas: 7.998.762,62 € (F.S.E.) num total de 15.984.582,41 €. Deste modo, a exemplo dos anos anteriores, o Turismo continua a assumir-se como uma actividade estratégica para os territórios objecto das intervenções das diferentes A.I.B.T..

Aprovações e Execução Financeira por linha de acção e domínio de intervenção

Unidade: Euros

Linha de Acção e domínio de intervenção	Aprovações				Execução (2000-2007)	
	Nº Proj.	D. Pública	Fundo	%	D. Pública	Fundo
A – Promoção da empregabilidade	65	15.249.615	11.437.211	72	10.860.090	8.145.068
B – Formação para a integração social	20	4.654.902	3.491.176	22	3.274.128	2.455.596
C – Requalificação das Cidades	10	1.408.260	1.056.195	7	994.527	745.896
Total	95	21.312.776	15.984.582	100	15.128.746	11.346.559
24 - Adaptabilidade, espírito empresa e inovação	10	2.224.376	1.668.282	10	1.601.395	1.201.046
174 – Formação Profissional específica do Turismo	46	10.665.017	7.998.763	50	7.277.578	5.458.184
167 – Formação Profissional específica PME e Artesanato	27	6.838.705	5.129.029	32	5.126.881	3.845.160
128 – Formação Profissional específica da silvicultura	12	1.584.679	1.188.509	7	1.122.892	842.169
Total	95	21.312.776	15.984.582	100	15.128.746	11.346.559

A formação profissional específica das P.M.E. e do artesanato (domínio 167) continua segundo lugar, tanto em termos do número de projectos aprovados (apenas 3 em 2006), como das correspondentes verbas, como ainda ao nível da execução.

Em termos de distribuição sectorial, dada a tipologia de projectos elegíveis nesta medida, apenas se considera a “formação profissional e emprego”.

Incidência territorial do investimento aprovado

Quanto à distribuição geográfica do investimento aprovado, mantém-se a tendência verificada até aqui, ou seja, uma distribuição homogénea: das 95 candidaturas, 64 são “Não Regionalizáveis” e das restantes 31 há uma distribuição equilibrada (um máximo de 9

candidaturas na N.U.T. “Beira Interior Norte”, 6 candidaturas em cada uma das N.U.T. “Pinhal Interior Norte”, “Dão-Lafões” e “Serra da Estrela” e 1 candidatura em nas N.U.T. “Baixo Vouga” e “Baixo Mondego”).

Em termos financeiros, as “não Regionalizáveis” levam a maior fatia, seguida da “Beira Interior Norte”, tendo as N.U.T. “Baixo Vouga”, “Baixo Mondego” e “Cova da Beira” muito pouca expressão.

Distribuição geográfica do investimento aprovado

Unidade: Euros

NUT III	Nº Proj.	Custo total	D. Pública	Fundo	Incidência CT	
					%	por hab.
Baixo Vouga	1	128.292	128.292	96.219	2,46	0
Baixo Mondego	1	26.738	26.738	20.054	0,51	0
Pinhal Interior Norte	6	1.084.842	1.084.842	813.631	20,79	8
Dão-Lafões	6	1.326.322	1.326.322	994.741	25,41	5
Serra da Estrela	6	664.913	664.913	498.685	12,74	13
Beira Interior Norte	9	1.967.855	1.967.855	1.475.892	37,70	17
Cova da Beira	1	175.239	175.239	131.430	3,36	2
Não Regionalizável	64	9.680.089	9.680.089	7.260.067	185,47	
Total da Medida	95	15.128.746	15.128.746	11.346.559	289,87	9

V

Eixo Prioritário III
Intervenções da Administração Central
Regionalmente Desconcentradas

1. Eixo III – Enquadramento e síntese da execução

O Eixo Prioritário III do Programa Operacional , envolvendo 19 Medidas e 4 Fundos, tem a sua gestão assegurada através dos Coordenadores das Medidas.

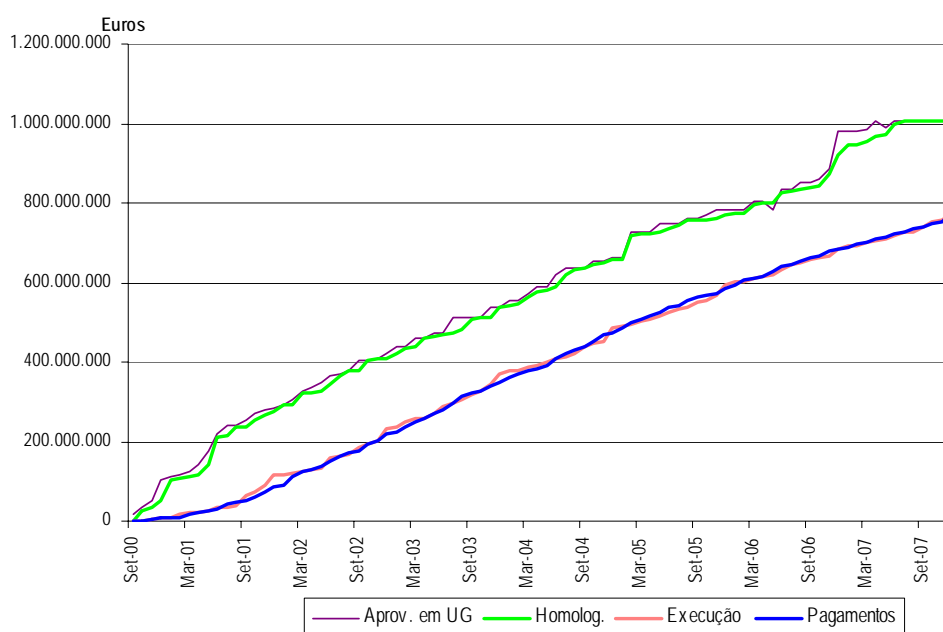
Até finais de 2007 foram realizadas 98 reuniões da Unidade de Gestão do Eixo III e suas secções, tendo sido apreciadas 17.327 candidaturas, das quais 13.294 tiveram parecer favorável.

As candidaturas indeferidas dizem respeito às medidas 3.1- Educação, 3.3- Promoção do emprego e da empregabilidade a nível local, 3.11-Economia, 3.14- Agricultura e 3.16 - Pescas.

O grande volume de candidaturas apreciadas na Medida da Agricultura é devido, essencialmente, aos projectos de apoio à pequena agricultura, com uma dimensão de investimento muito baixa.

O ritmo das aprovações, execução e pagamentos tem tido um comportamento regular mantendo-se um incremento proporcional ao das aprovações.

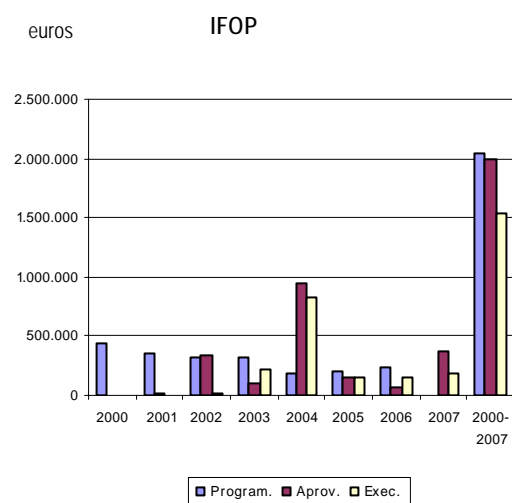
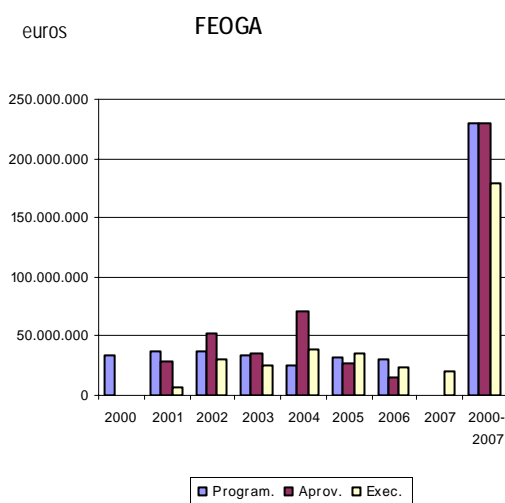
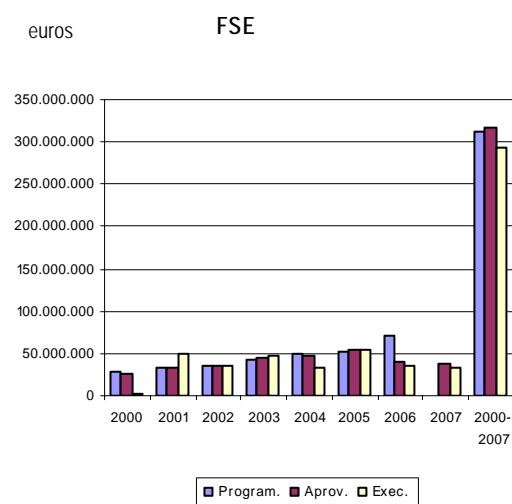
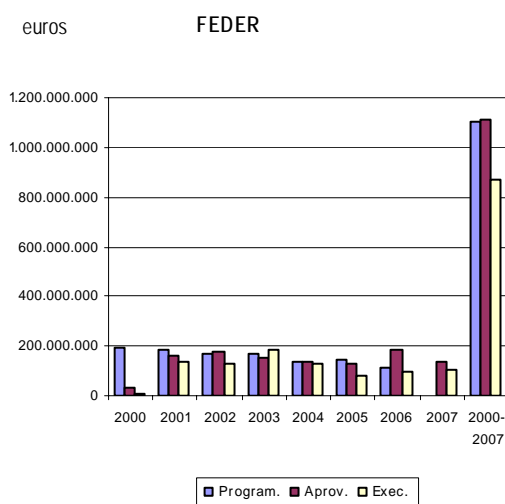
Evolução das aprovações, execução e pagamentos



Das candidaturas com parecer favorável em Unidade de Gestão foram aprovados, até ao final do ano, 13.289 projectos (excluindo as desistências e revogação de decisão de projectos aprovados). De referir, contudo, que na medida 3.14 o prazo de homologação da decisão das candidaturas foi dilatado face à orientação do Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas de suspender temporariamente a aprovação de novos projectos.

O total das aprovações, atinge valor de 1.738 milhões de Euros de despesa pública, 105% do total programado para o Eixo III. A execução, ficou bastante abaixo do aprovado, 77%.

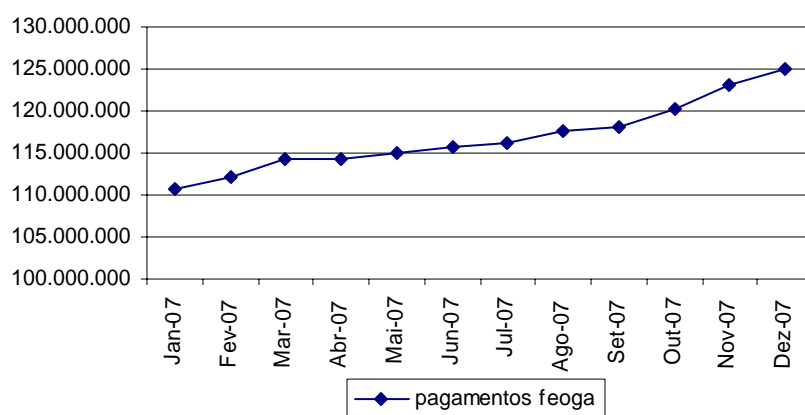
Ano	Fundo	Programação		Aprovação		Execução		Taxas(%)		
		D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	A/P	E/P	E/A
2000	FEDER	193.401.614	107.945.188	29.948.644	15.082.777	6.933.099	5.199.824	15,5	3,6	23,1
	FSE	28.187.190	17.449.033	25.132.270	15.525.516	3.021.908	1.737.597	89,2	10,7	12,0
	FEOGA	33.040.927	24.308.185	0	0	0	0	0,0	0,0	
	IFOP	432.978	314.978	0	0	0	0	0,0	0,0	
	Total	255.062.709	150.017.384	55.080.915	30.608.293	9.955.007	6.937.421	21,6	3,9	18,1
2001	FEDER	184.616.822	101.902.379	159.170.366	87.014.480	133.450.420	73.770.778	86,2	72,3	83,8
	FSE	32.956.255	20.124.990	32.514.742	19.769.506	48.595.687	29.886.160	98,7	147,5	149,5
	FEOGA	36.925.782	27.166.270	28.991.806	20.526.797	6.118.148	4.393.736	78,5	16,6	21,1
	IFOP	357.977	261.977	16.180	12.135	4.194	3.145	4,5	1,2	25,9
	Total	254.856.836	149.455.616	220.693.093	127.322.918	188.168.448	108.053.819	86,6	73,8	85,3
2002	FEDER	165.127.965	92.605.269	176.012.316	87.740.121	132.051.798	74.613.737	106,6	80,0	75,0
	FSE	34.494.771	20.854.817	34.597.231	20.880.616	36.432.532	22.064.499	100,3	105,6	105,3
	FEOGA	37.419.227	27.529.297	51.959.147	37.931.146	31.171.197	22.662.921	138,9	83,3	60,0
	IFOP	319.977	234.977	336.123	252.093	11.827	8.870	105,0	3,7	3,5
	Total	237.361.940	141.224.360	262.904.818	146.803.975	199.667.355	119.350.027	110,8	84,1	75,9
2003	FEDER	165.872.902	93.442.972	156.262.292	82.729.388	186.937.356	90.258.926	94,2	112,7	119,6
	FSE	43.090.592	25.750.582	44.937.995	27.158.606	47.106.096	28.461.513	104,3	109,3	104,8
	FEOGA	34.200.489	25.162.446	35.432.928	25.230.261	24.686.782	17.529.073	103,6	72,2	69,7
	IFOP	319.977	234.977	101.390	86.946	219.079	175.212	31,7	68,5	216,1
	Total	243.483.960	144.590.977	236.734.605	135.205.201	258.949.311	136.424.724	97,2	106,4	109,4
2004	FEDER	135.801.115	76.304.044	134.429.196	75.478.630	129.815.985	68.055.234	99,0	95,6	96,6
	FSE	49.693.732	30.030.276	46.726.109	28.165.260	34.136.191	20.328.536	94,0	68,7	73,1
	FEOGA	25.323.625	18.629.238	70.836.004	48.183.266	38.130.048	26.720.493	279,7	150,6	53,8
	IFOP	177.637	139.977	947.695	775.462	835.044	659.498	533,5	470,1	88,1
	Total	210.996.109	125.103.535	252.939.004	152.602.617	202.917.269	115.763.762	119,9	96,2	80,2
2005	FEDER	143.809.495	82.951.308	131.241.453	76.515.577	84.355.370	48.695.943	91,3	58,7	64,3
	FSE	52.487.154	31.681.099	54.028.503	32.691.419	54.745.718	33.158.054	102,9	104,3	101,3
	FEOGA	32.493.388	23.905.475	27.301.993	19.129.796	35.648.931	25.011.176	84,0	109,7	130,6
	IFOP	205.997	162.977	148.740	118.759	148.740	113.727	72,2	72,2	100,0
	Total	228.996.034	138.700.859	212.720.688	128.455.551	174.898.758	106.978.899	92,9	76,4	82,2
2006	FEDER	113.234.499	69.601.917	184.159.444	102.159.299	92.787.425	54.226.292	162,6	81,9	50,4
	FSE	70.599.993	43.311.341	39.791.439	24.045.499	36.206.169	21.676.776	56,4	51,3	91,0
	FEOGA	30.812.296	22.691.869	14.898.477	10.818.862	23.107.756	16.072.347	48,4	75,0	155,1
	IFOP	234.777	187.137	70.350	57.981	145.748	130.063	30,0	62,1	207,2
	Total	214.881.565	135.792.264	238.919.711	137.081.641	152.247.097	92.105.479	111,2	70,9	63,7
2007	FEDER	0	0	138.869.311	81.088.355	103.338.838	56.335.315			74,4
	FSE	0	0	38.065.545	23.654.648	32.792.184	20.302.501			86,1
	FEOGA	0	0	298.500	223.875	19.776.735	13.962.415			6625,4
	IFOP	0	0	372.502	268.984	179.038	155.251			48,1
	Total	0	0	177.605.859	105.235.862	156.086.796	90.755.481			87,9
2000-2007	FEDER	1.101.864.412	624.753.077	1.110.093.022	607.808.627	869.670.291	471.156.049	100,7	78,9	78,3
	FSE	311.509.687	189.202.138	315.793.835	191.891.070	293.036.485	177.615.636	101,4	94,1	92,8
	FEOGA	230.215.734	169.392.780	229.718.855	162.044.003	178.639.596	126.352.161	99,8	77,6	77,8
	IFOP	2.049.320	1.537.000	1.992.980	1.572.358	1.543.669	1.245.767	97,3	75,3	77,5
	Total	1.645.639.153	984.884.995	1.657.598.692	963.316.058	1.342.890.040	776.369.613	100,7	81,6	81,0
Total 2000-2008	FEDER	1.101.864.412	624.753.077	1.183.789.710	648.356.549	869.670.291	471.156.049	107,4	78,9	73,5
	FSE	311.509.687	189.202.138	322.249.443	195.972.216	293.036.485	177.615.636	103,4	94,1	90,9
	FEOGA	230.215.734	169.392.780	229.718.855	162.044.003	178.639.596	126.352.161	99,8	77,6	77,8
	IFOP	2.049.320	1.537.000	2.321.853	1.756.664	1.543.669	1.245.767	113,3	75,3	66,5
	Total	1.645.639.153	984.884.995	1.738.079.862	1.008.129.433	1.342.890.040	776.369.613	105,6	81,6	77,3



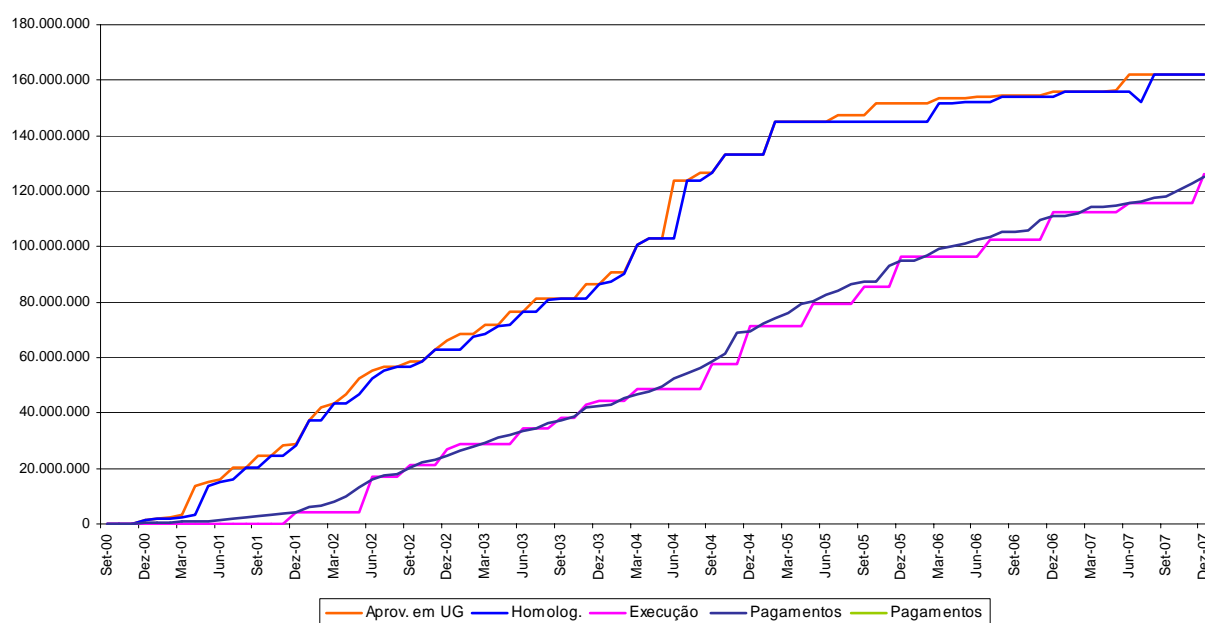
O comportamento dos quatro fundos é diverso. No seu conjunto, são as medidas com intervenção do FSE as que apresentam maiores taxas de execução, seguidas das com intervenção do FEDER. De facto a taxa de execução do FSE no Eixo III é da ordem dos 94%, enquanto no FEDER é de 79% e ainda mais baixas a do FEOGA e do IFOP, com 77% e 75%, respectivamente.

No caso do FEOGA é de realçar a quebra ocorrida a partir do ano de 2006, quer em termos de aprovações quer em termos de execução, o que levou, aliás, ao não cumprimento da regra n+2 em 2006 e neste ano. Alguma dificuldade nos pagamentos entre Março e Julho de 2007, terão contribuído para este facto.

Evolução dos Pagamentos da Componente FEOGA do Eixo III no ano de 2007

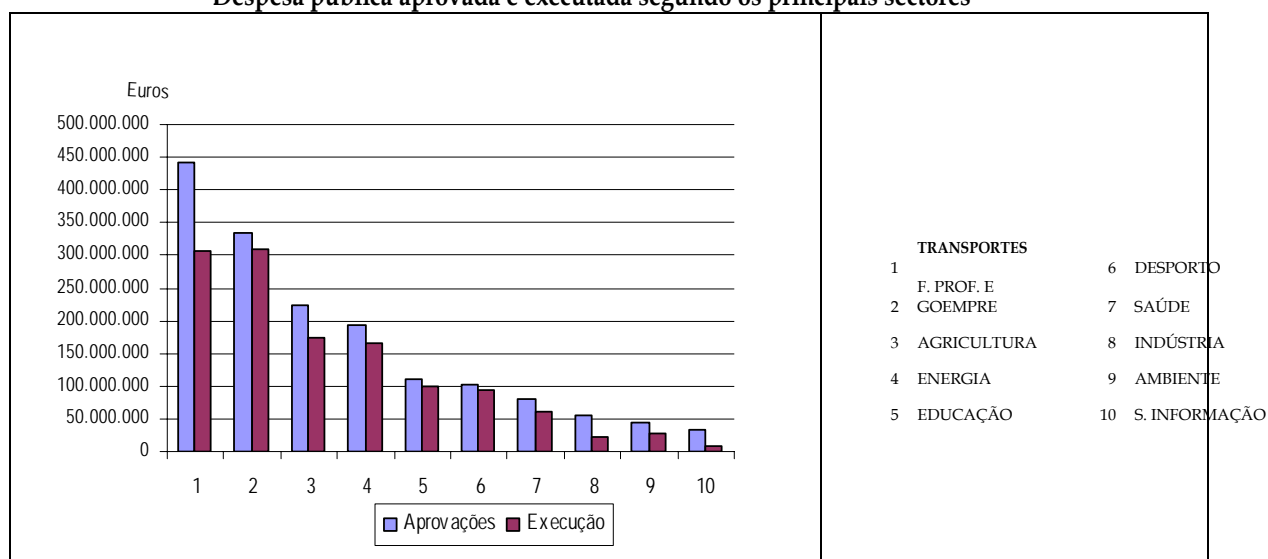


Evolução de Aprovações, Execução e Pagamentos da Componente FEOGA do Eixo III



No Anexo VII consta a lista de projectos aprovados, montantes envolvidos e execução. O maior volume de aprovação diz respeito aos sectores dos transportes, da formação profissional e emprego, da agricultura, energia, educação e desporto (81% do total), sectores correspondentes às medidas com maior volume financeiro programado.

Despesa pública aprovada e executada segundo os principais sectores



Unidade: Euros

Sector	Aprovações				Execução (2000-2007)	
	Nº Proj.	D. Pública	Fundo	% (D. Pública)	D. Pública	Fundo
AGRICULTURA	10.474	225.090.034	158.572.387	13	174.718.051	123.411.002
AMBIENTE	182	44.145.451	31.569.362	3	28.586.299	20.850.392
ASSISTÊNCIA TÉCNICA	76	20.846.149	15.378.228	1	17.075.851	12.591.170
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	9	14.344.973	8.606.873	1	4.173.959	2.281.906
COMÉRCIO	3	16.131.481	6.140.878	1	10.703.329	4.041.785
DESPORTO	32	103.283.249	35.830.509	6	93.684.366	31.510.271
EDUCAÇÃO	193	110.905.172	80.900.247	6	99.055.128	72.585.654
ENERGIA	23	192.515.429	76.144.296	11	165.139.240	65.377.587
F. PROF. E EMPREGO	1.865	333.969.862	202.568.939	19	308.130.273	186.431.182
INDÚSTRIA	17	55.235.303	30.601.941	3	22.534.807	12.302.455
PAT. HIST./CULTURAL	19	10.411.989	7.561.995	1	9.139.019	6.647.120
PESCAS	32	15.694.974	11.786.504	1	12.483.520	9.450.656
QUAL. DA AD. PÚBLICA	3	4.208.973	3.080.315	0	3.860.291	2.846.805
REVITALIZAÇÃO URBANA	16	17.786.813	13.340.110	1	12.722.628	9.541.971
SAÚDE	52	79.139.404	59.072.501	5	61.617.732	46.009.323
SOC.DE INFORMAÇÃO	83	32.425.695	22.398.584	2	7.784.002	5.153.677
TRANSPORTES	184	442.750.690	230.207.953	25	307.511.586	162.359.188
TURISMO	26	19.194.221	14.367.811	1	3.969.959	2.977.469
Total	13.289	1.738.079.862	1.008.129.433	100	1.342.890.040	776.369.613

As intervenções do Eixo III têm uma incidência maioritária, quer em termos absolutos quer em termos relativos no interior da Região, contribuindo para o atenuar das desigualdades entre estas duas sub-regiões.

As áreas das Beiras Interior Norte e Sul, da Cova da Beira e da Serra da Estrela são as que, em termos relativos, por habitante, absorvem maior volume de investimento aprovado. O peso do Pinhal Litoral deve-se, fundamentalmente, ao grande projecto de armazenagem de gás natural com uma área de influência mais ampla.

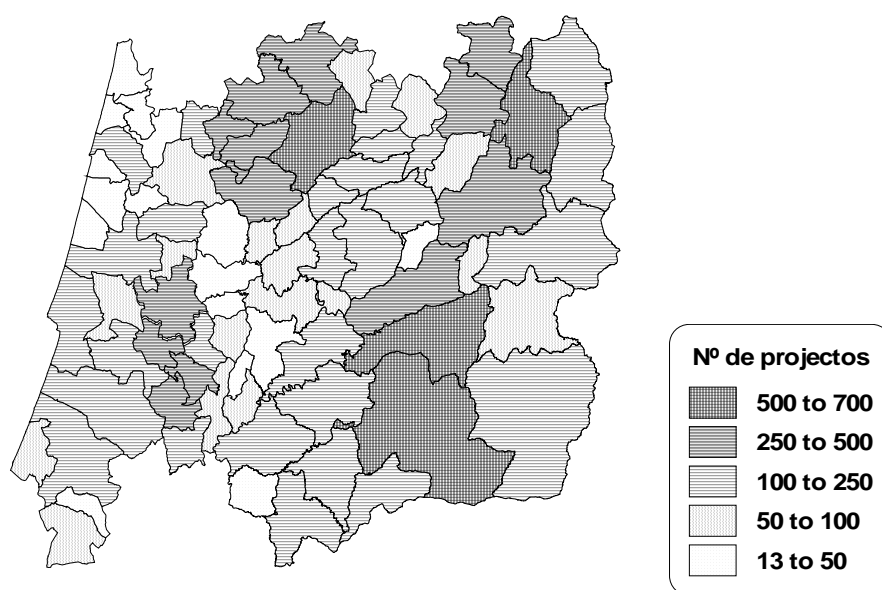
Distribuição geográfica das aprovações

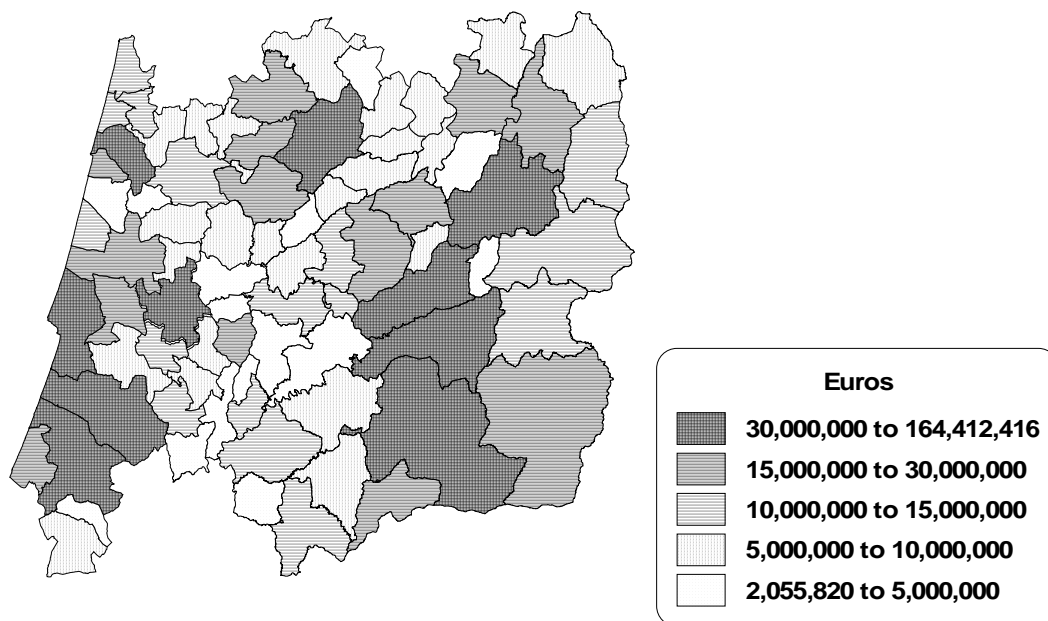
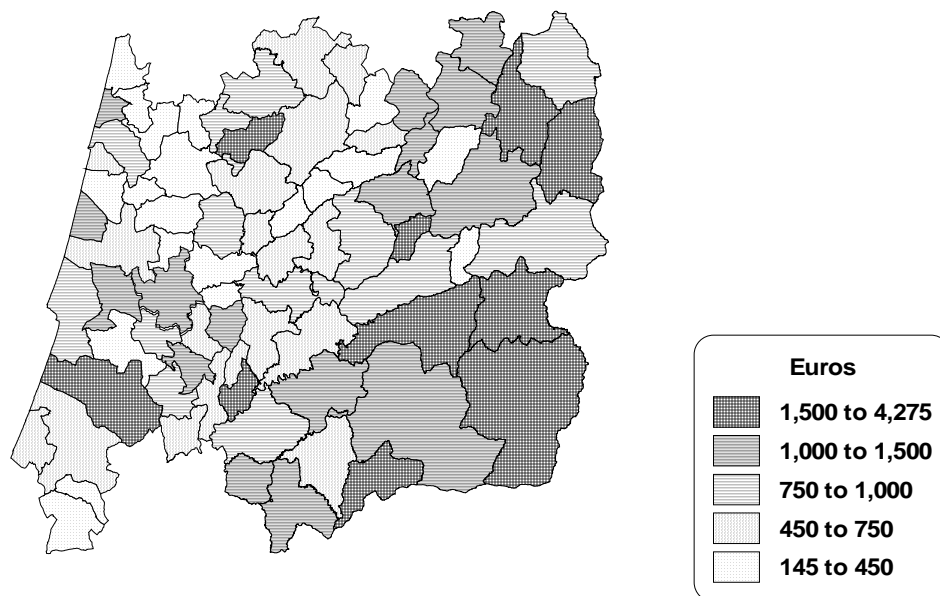
Unidade: Euros

NUT III	Nº Proj.	Custo total	D. Pública	Fundo	Incidência	
					%	por hab
Baixo Vouga	726	187.652.710	180.360.640	101.311.395	10,08	487
Baixo Mondego	1.213	308.075.916	298.524.776	169.054.381	16,55	907
Pinhal Litoral	522	194.594.214	189.395.305	91.658.474	10,45	782
Pinhal Interior Norte	1.633	149.939.295	141.678.390	87.753.619	8,05	1.081
Dão-Lafões	3.495	216.384.766	190.709.673	119.618.824	11,62	757
Pinhal Interior Sul	715	48.127.157	42.792.525	26.789.612	2,58	1.073
Serra da Estrela	531	56.320.450	51.531.379	33.068.776	3,02	1.129
Beira Interior Norte	2.075	151.666.908	135.560.887	84.498.601	8,15	1.320
Beira Interior Sul	961	118.606.161	107.860.607	69.481.759	6,37	1.516
Cova da Beira	1.120	112.611.028	81.100.077	48.820.810	6,05	1.205
Não Reg.	222	318.007.623	297.719.455	160.694.952	17,08	
Litoral	2.461	690.322.841	668.280.721	362.024.250	37,07	709
Interior	10.530	853.655.766	751.233.536	470.032.003	45,85	1.060
Total da Medida	13.213	1.861.986.229	1.717.233.712	992.751.204	100,00	1.046

(*) Não inclui Projectos de Assistência Técnica

Eixo III - Número de projectos aprovados por concelho até 31-12-2007



Eixo III - Investimento aprovado por concelho até 31-12-2007**Eixo III -Investimento aprovado por habitante até 31-12-2007**

No quadro seguinte é apresentado, por medida, uma síntese dos indicadores físicos previstos nos projectos aprovados e da execução no final do ano.

Na análise de cada uma das medidas esses indicadores estão mais desenvolvidos. De referir que mais de 50% das metas previstas nos indicadores de acompanhamento das Medidas se encontram alcançadas, estando só contabilizados na execução os projectos concluídos.

Medida/ /Linha de Acção	Indicador Físico	Unid.	Quantificação		
			Previsto 2006	Resultados	
				Proj. aprov.	Exec. (2007)
Educação- Infr.	Salas de educação pré-escolar construídas/ampliadas/remodeladas	nº	200	220	121
	Escolas do ensino básico construídas	nº	18	18	15
	Laboratórios criados em escolas do ensinos básico e secundário	nº	160	194	176
	Infra-estruturas desportivas criadas em escolas dos ensinos básico e secundário	nº	60	69	65
	Salas do ensino secundário e profissional criadas, remodel. e apetrech.	nº	140	142	142
E.Profissional	Nº formandos	nº	23400	25.249	25.289
Prom. do Emp. e da Emp. Nível Local	Participações em medidas de política activa (formação e estágios profissionalizantes) de desempregados não DLD por ano	nº	5 500	6012	5 933
	Pessoas abrangidas no âmbito de medidas de apoio à criação de emprego por ano (média anual)	nº	1160		1060
Apoio ao Investimento no Desenv. local	Nº de projectos apoiados/ ano	nº	150		174
Ciência, T. e Inovação	Centros de ciência viva criados/beneficiados	nº	6	6	2
Soc. Informação	Redes Locais instaladas	n.º	280	360	109
Saúde: Implementação dos Sistemas Locais de Saúde (SLS)	Intervenções em construção, remodel e ampliação de centros de saúde e respectivas extensões	nº	34	34	19
	Intervenções em construção, remodel e ampliação de em hospitalares, incluindo hospitais-de-dia	nº	15	13	12
Cultura	Castelos recuperados/valorizados	nº	5	5	4
	Edifícios de interesse patrimonial intervencionados	nº	10	10	8
Desporto: Desenvolvimento de Equipamentos Desportivos	Construção e modernização de área útil de equipamento desportivo	m2	50 000	365.178	340.757
	Intervenções em equipamentos desportivos	nº	28	32	26
Economia	Mercados Locais de interesse relevante reestruturados	nº	2	2	1
	Mercados abastecedores regionais - a criar	nº	1	1	0
	Pousadas da juventude remodeladas	nº	3	4	3
	Extensão da rede de distribuição de gás natural (primária e secundária)	km	470	678	745
	Capacidade de armazenagem de gás natural	10 6 m3	140	140	140
Acessibilidades e Transportes	Rede de estradas construídas ou requalificadas	km	220	216.5	155,4
	Acessos ferroviários aos portos	km	1,2	3,2	3,2
	Rede de estradas beneficiada	km		1.404	1.016
Ambiente	Extensão de costa intervencionada	km	12	12,89	12,29
	Estruturas de monitorização da qualidade do ambiente (água, ar e ruído)	nº	12	14	14
	Postos de informação ao público no domínio do ambiente urbano	nº	4	7	7

Medida/ /Linha de Acção	Indicador Físico	Unid.			
			Previsto 2006	Resultados	
				Proj. aprov.	Exec. (2007)
Agricultura R1	Projectos aprovados	nº	8565	8.369	7.459
Agricultura R2	Projectos para criação e modernização de unidades produtivas	nº	75	86	76
	Projectos de incentivos a produtos de qualidade	nº	8	9	9
Agricultura R3	Organizações de produtores florestais constituídas	nº	38	38	2
	Entidades prestadoras de serviços florestais instaladas	nº	4	4	4
	Projectos de apoio à prevenção de riscos bióticos e abióticos	nº	109	102	13
Agricultura R4	Projectos de desenvolvimento de outros serviços à agricultura	nº	40	62	52
Agricultura R5	Projectos relativos a novos regadios colectivos e a regadios tradicionais	nº	142	151	74
	Agricultores abrangidos pelos projectos relativos a regadios colectivos e tradicionais	nº	8700	12.698	4.888
	Área beneficiada pelos projectos de regadios colectivos e tradicionais	ha	4800	8.808	1.726
	Rede de rega criada ou beneficiada no âmbito dos projectos de regadios colectivos e tradicionais	km	410	378	183
	Projectos de reabilitação e modernização de perímetros de rega	nº	22	14	3
	Agricultores abrangidos pelos projectos de reabilitação e modernização dos perímetros de rega	nº	5360	14765	55
	Área beneficiada pelos projectos de reabilitação e modernização dos perímetros de rega	ha	14000	44216	3065
	Rede de rega nova ou reabilitada nos perímetros de rega	km	30	33	6
Agricultura R6	Projectos de caminhos agrícolas e rurais	nº	178	280	172
	Rede viária nova ou beneficiada	km	810	598	323
	Explorações agrícolas beneficiadas pelos projectos de caminhos agrícolas e rurais	nº	8600	14242	8990
	Projectos de electrificação	nº	599	639	562
	Linhas de média tensão instaladas	km	700	315	285
	Linhas de baixa tensão instaladas	km	600	410	376
Agricultura R7	Projectos de recuperação e valorização do património, da paisagem e de núcleos rurais	nº	339	465	257
	Projectos de conservação do ambiente e dos recursos naturais	nº	269	202	190
Pescas e aquicultura	Intervenções de beneficiação ou construção em portos de pesca	nº	5	7	5
	projectos colectivos de apoio à aquicultura	n.º	2	3	2
	projectos de equipamentos de portos de pesca	n.º	5	9	5
	Projecto para a promoção do desenvolvimento da qualidade e normalização dos produtos da pesca	nº	2	9	9

2. Medida III.1 - Educação - Infra-estruturas da educação Pré-escolar e dos Ensinos Básicos e Secundários

Durante o ano de 2007 foram apreciados em Unidade de Gestão 3 candidaturas relativas ao Ensino Básico e Secundário, as quais só vieram a ser homologadas em 2008. No final do ano estavam apreciadas em Unidade de Gestão um total de 282 candidaturas, tendo obtido parecer favorável deste órgão 213 projectos relativos ao ensino Básico, Secundário, Profissional e Pré-escolar.

Dos 213 projectos apreciados em Unidade de Gestão com parecer favorável 5 foram arquivados por desistência e 12 tiveram revogação de decisão por incumprimento do contrato ou por terem sido detectadas irregularidades em matéria de mercados públicos, pelo que, no final do ano, encontram-se aprovados 193 projectos.

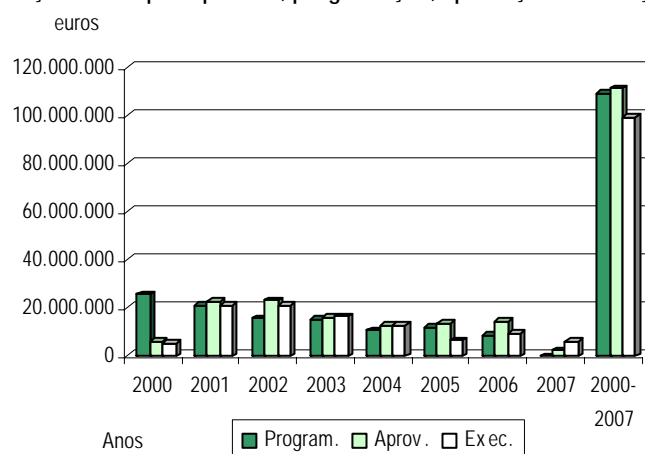
As candidaturas aprovadas até final do ano representam em termos de compromisso 102% do total programado de Despesa Pública e 99,2% de Fundo.

Unidade: Euros

Ano	Programação		Aprovação		Execução		Taxas (%)		
	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	A/P	E/P	E/A
2000	25.594.648	19.773.998	5.920.517	4.440.387	5.331.855	3.998.891	23,1	20,8	90,1
2001	20.948.599	16.374.999	22.831.898	17.081.420	21.200.501	15.900.375	109,0	101,2	92,9
2002	15.662.522	11.966.000	23.125.973	16.493.357	20.935.219	15.445.162	147,7	133,7	90,5
2003	15.399.451	11.577.911	16.025.869	11.590.999	16.576.912	11.934.128	104,1	107,6	103,4
2004	10.629.088	6.611.741	12.538.221	9.197.191	12.771.215	9.180.399	118,0	120,2	101,9
2005	12.052.039	9.039.229	13.795.092	10.200.681	6.438.175	4.672.132	114,5	53,4	46,7
2006	8.471.295	6.224.119	14.287.542	10.111.167	9.691.720	7.180.953	168,7	114,4	67,8
2007			2.380.060	1.785.045	6.109.530	4.273.613			256,7
2000-2007	108.757.642	81.567.997	110.905.172	80.900.247	99.055.128	72.585.654	102,0	91,1	89,3
Total (2000-2008)	108.757.642	81.567.997	110.905.172	80.900.247	99.055.128	72.585.654	102,0	91,1	89,3

A execução financeira do ano 2007 foi da ordem dos 6,1 milhões de euros de despesa pública, atingindo-se, no final de 2007, uma taxa de execução/programação para o período 2000-2008 de 91% (89% em termos de fundo).

Evolução da despesa pública, programação, aprovação e execução



Dos projectos aprovados 61 dizem respeito ao Ensino Básico e Secundário, o que representa cerca de 84% do total do investimento aprovado.

Unidade: Euros

Tipologia	Aprovações				Execução (2000-2007)	
	Nº Proj.	D. Pública	Fundo	% (D. P.)	D. Pública	Fundo
Básico/Secundário	61	93.009.306	68.936.555	83,9	85.829.777	63.551.909
Pré-escolar	114	13.826.686	9.578.480	12,5	9.747.055	6.951.392
Profissional	18	4.069.180	2.385.212	3,7	3.478.296	2.082.353
Total	193	110.905.172	80.900.247	100,0	99.055.128	72.585.654

As intervenções no sector da Educação (Infra-estruturas) têm uma maior incidência no Interior da Região, quer em termos absolutos quer em termos relativos (representam 72% acima do investimento por habitante quando comparado com o Litoral). As regiões do Pinhal Interior, da Serra da Estrela e do Baixo Mondego são as que mais beneficiam com estas intervenções.

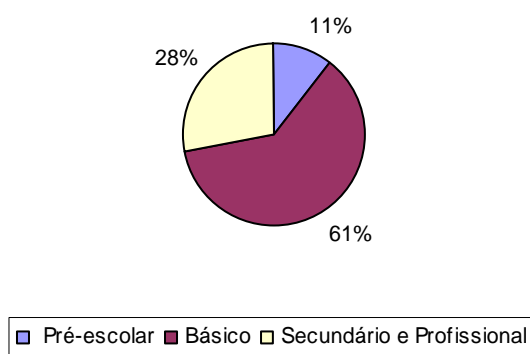
Unidade: Euros

NUT III	Nº Proj.	Custo total	D. Pública	Fundo	Incidência	
					%	por hab.
Baixo Vouga	38	20.806.320	20.806.320	15.341.063	18,76	54
Baixo Mondego	41	21.514.544	21.514.544	15.255.049	19,40	63
Pinhal Litoral	20	2.861.825	2.861.825	2.087.779	2,58	11
Pinhal Interior Norte	32	23.320.858	23.320.858	17.089.857	21,03	168
Dão-Lafões	25	15.186.083	15.186.083	11.081.401	13,69	53
Pinhal Interior Sul	4	7.029.850	7.029.850	5.246.483	6,34	157
Serra da Estrela	8	4.166.282	4.166.282	3.005.413	3,76	83
Beira Interior Norte	12	6.616.172	6.616.172	4.927.822	5,97	58
Beira Interior Sul	4	4.326.216	4.326.216	3.244.662	3,90	55
Cova da Beira	7	3.783.625	3.783.625	2.650.670	3,41	40
Não Reginalizável	2	1.293.396	1.293.396	970.047	1,17	
Litoral	99	45.182.689	45.182.689	32.683.891	40,74	46
Interior	92	64.429.087	64.429.087	47.246.308	58,09	80
Total da Medida	193	110.905.172	110.905.172	80.900.247	100,00	62

Na vertente do ensino básico e secundário para além da construção e remodelação de escolas, é de realçar o apoio a infra-estruturas desportivas e a remodelação de laboratórios, que irão contribuir para uma melhoria da qualidade de ensino. No ensino pré-escolar estão aprovados projectos que abrangem 220 salas para este nível de ensino. As intervenções no ensino profissional abrangem construção, remodelação e apetrechamento de equipamentos em 12 estabelecimentos de ensino.

Indicador Físico	Unidade	Quantificação		
		Previsto	Resultados (31-12-2007)	
			Proj. aprov.	Execução
- Salas novas/ampliadas de educação pré-escolar.	nº	200	220	121
- Novas escolas de ensino básico.	nº	18	18	15
Escolas de ensino básico remodeladas/ampliadas	nº		15	14
- Laboratórios em escolas de ensino básico ou secundário.	nº	160	194	176
- Infra-estruturas desportivas no ensino básico e secundário.	nº	60	69	65
- Salas de ensino secundário e profissional remodeladas e/ou apetrechadas.	nº	140	142	142
Salas de ensino básico			334	288

Nº de alunos abrangidos por intervenções aprovadas



A população escolar abrangida pelas várias intervenções reparte-se, de acordo com o nível de ensino, por: 28.850 alunos do ensino básico, 13.380 do ensino secundário e profissional e 5.104 do ensino pré-escolar.

A maior incidência, em termos absolutos e relativos, corresponde ao ensino básico -2º e 3º ciclo, seguida do ensino secundário e profissional e, por último, do pré-escolar (26%, 19% e 12% da população em cada nível de ensino, respectivamente).

3. Medida III.2 - Educação - Ensino profissional

A Medida visa consolidar as ofertas de Ensino Profissional já existentes ao nível da região que melhor correspondem às necessidades de preparação em matéria de recursos humanos qualificados a este nível, tendo, no entanto, presente a evolução dessas mesmas necessidades de desenvolvimento regional no decurso do período de 2000-2006.

As Escolas Profissionais, tendo resultado de parcerias estabelecidas ao nível local e regional têm revelado uma capacidade efectiva de preparar recursos humanos de modo orientado para a satisfação das necessidades de desenvolvimento regional e das empresas com implantação local.

Tal como previsto o financiamento dos Cursos Profissionais no âmbito deste Programa Operacional visa a consolidação dos Cursos já existentes ao nível da Região e cujo contributo para o respectivo desenvolvimento seja objecto de reconhecimento por parte dos outros parceiros e sectores.

No ano 2007 não foram aprovadas mais candidaturas, dando-se como encerrada a fase de aprovação no ano lectivo 2006/2007. Assim o total de candidaturas apreciadas em Unidade de Gestão permanece em 141.

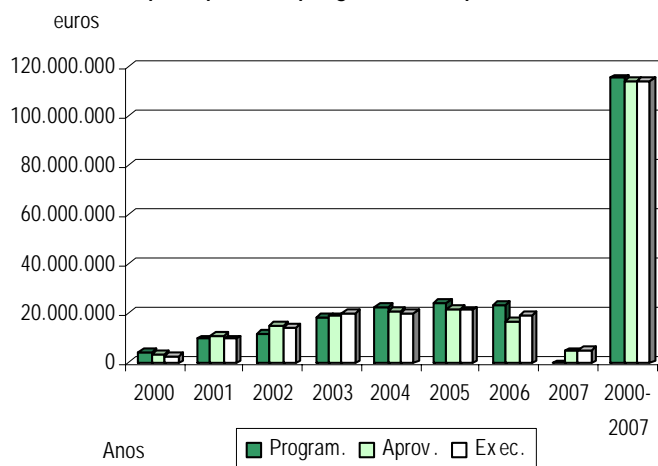
Unidade: Euros

Ano	Programação		Aprovação		Execução		Taxas (%)		
	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	A/P	E/P	E/A
2000	4.347.000	2.497.000	3.641.093	2.093.628	3.021.908	1.737.597	83,8	69,5	83,0
2001	9.979.999	5.733.000	11.237.489	6.461.556	9.917.961	5.702.828	112,6	99,4	88,3
2002	11.905.810	6.839.360	15.074.672	8.667.937	14.339.515	8.245.221	126,6	120,4	95,1
2003	18.396.278	10.577.860	18.933.711	10.886.884	19.971.868	11.483.824	102,9	108,6	105,5
2004	22.553.740	12.973.000	21.007.130	12.079.100	20.314.920	11.681.079	93,1	90,1	96,7
2005	24.476.518	14.079.000	21.877.504	12.579.565	21.417.409	12.315.010	89,4	87,5	97,9
2006	23.344.221	13.427.843	17.134.452	9.852.310	19.380.580	11.143.834	73,4	83,0	113,1
2007			4.936.038	2.838.222	5.238.190	3.011.959			106,1
2000-2007	115.003.566	66.127.063	113.842.089	65.459.201	113.602.352	65.321.352	99,0	98,8	99,8
Total (2000-2008)	115.003.566	66.127.063	113.842.089	65.459.201	113.602.352	65.321.352	99,0	98,8	99,8

Os projectos aprovados e homologados correspondem a 113.842 mil Euros, em termos de despesa pública, 99% ao total programado. A execução atingida até final de 2007 é da ordem dos 99% do valor programado.

O valor não utilizado nesta Medida, da ordem dos 800 mil euros de fundo, deverá ser compensado com execução para além da dotação prevista na Medida 3.3.

Evolução da despesa pública, programação, aprovação e execução



As intervenções no Ensino Profissional têm uma maior incidência no Interior da Região, quer em termos absolutos quer em termos relativos, contribuindo para uma melhor distribuição de recursos humanos com nível de qualificação média.

Unidade: Euros

NUT III	Nº Proj.	Custo total	D. Pública	Fundo	Incidência	
					%	por hab.
Baixo Vouga	14	7.182.303	7.005.520	4.028.174	6,09	19
Baixo Mondego	29	20.691.774	19.399.270	11.154.580	17,53	61
Pinhal Litoral	9	10.160.985	9.682.426	5.567.395	8,61	41
Pinhal Interior Norte	25	26.632.132	26.119.217	15.018.550	22,57	192
Dão-Lafões	18	14.604.075	14.077.879	8.094.780	12,38	51
Pinhal Interior Sul	5	2.631.656	2.613.510	1.502.768	2,23	59
Serra da Estrela	6	3.670.424	3.420.718	1.966.913	3,11	74
Beira Interior Norte	11	9.119.407	8.932.002	5.135.901	7,73	79
Beira Interior Sul	6	2.745.497	2.598.212	1.493.972	2,33	35
Cova da Beira	12	13.263.595	12.836.660	7.381.080	11,24	142
Não Regionalizável	6	7.305.522	7.156.675	4.115.088	6,19	
Litoral	52	38.035.062	36.087.215	20.750.149	32,23	39
Interior	83	72.666.786	70.598.199	40.593.964	61,58	90
Total da Medida	141	118.007.371	113.842.089	65.459.201	100,00	66

O número de formandos abrangidos, nos sete anos lectivos, foi na ordem dos 25.200 alunos, acima do previsto (23 400). Destes cerca de 55% são homens

Indicador	Un.	Quantificação							
		Previsto	Resultados (31-12-2007)						
			Ano lectivo 2000/2001	Ano lectivo 2001/2002	Ano lectivo 2002/2003	Ano lectivo 2003/2004	Ano lectivo 2004/2005	Ano lectivo 2005/2006	Ano lectivo 2006/2007
Formandos abrangidos (H)	nº		1.300	1.726	2.296	2.600	2.656	2.605	858
Formandos abrangidos (M)	nº		929	1.383	1.933	2.119	2.123	2.089	672
Formandos abrangidos (Total)	nº	23.400	2.229	3.109	4.229	4.719	4.779	4.694	1.530

Dos finalistas dos anos lectivos 2000/2001 a 2006/2007, 5.281 atingiram o nível de qualificação III (48,6% homens e 51,4% mulheres), valor acima dos resultados previstos (5 070 até final do programa).

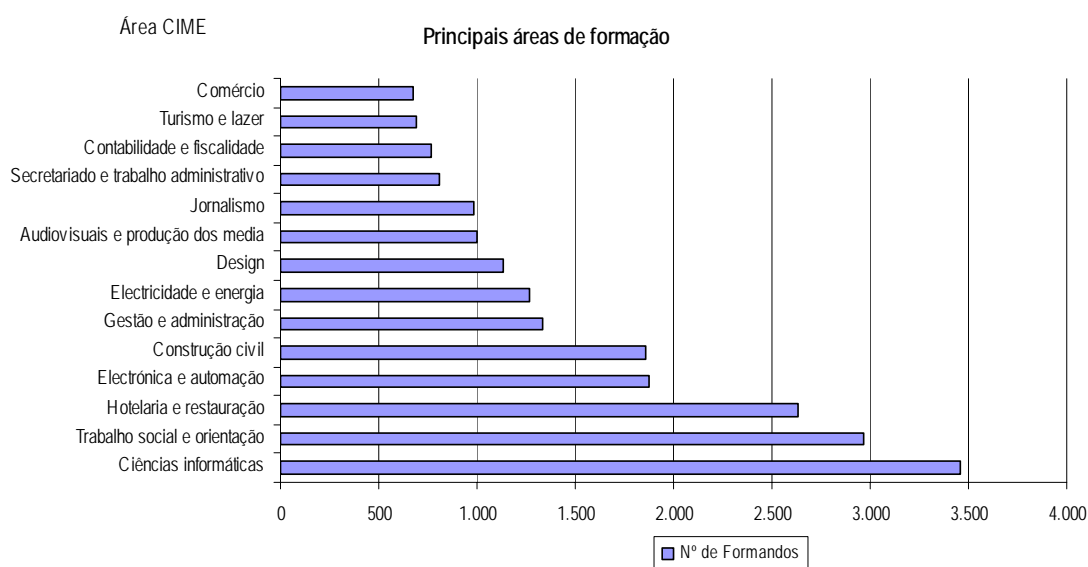
Indicador	Un.	Quantificação							
		Previsto 2006	Resultados (31-12-2007)						
			Ano lectivo 2000/2001	Ano lectivo 2001/2002	Ano lectivo 2002/2003	Ano lectivo 2003/2004	Ano lectivo 2004/2005	Ano lectivo 2005/2006	Ano lectivo 2006/2007
Nº de beneficiários que concluíram o E P com qualificação nível III	nº	5.070	548	671	961	956	772	1.077	296
H	nº		285	333	464	475	351	521	137
M	nº		263	338	497	481	421	556	159

Das as características destas acções de formação a maioria das pessoas abrangidas encontram-se no escalão etário dos 15 aos 19 anos de idade, e ingressam nos cursos com o ensino básico.

Nº de Formandos abrangidos por idade (%)	Ano lectivo 2000/2001	Ano lectivo 2001/2002	Ano lectivo 2002/2003	Ano lectivo 2003/2004	Ano lectivo 2004/2005	Ano lectivo 2005/2006	Ano lectivo 2006/2007
<15	0,81	0,5	5,4	2,7	2,6	2,5	2,6
15-19	77,30	75,9	84,1	85,4	85,6	84,1	83,7
20-24	20,86	22,7	9,9	11,2	11,1	12,8	13,6
25-34	1,03	0,9	0,5	0,7	0,6	0,5	0,1
35-44	0,00	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0
Total	100,00	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Nº de Formandos abrangidos por Habilitações (%)	Ano lectivo 2000/2001	Ano lectivo 2001/2002	Ano lectivo 2002/2003	Ano lectivo 2003/2004	Ano lectivo 2004/2005	Ano lectivo 2005/2006	Ano lectivo 2006/2007
Ensino 2º ciclo - Básico (6º ano)	2,1	1,5	1,5	1,1	0,0	0,0	0,0
3º ciclo - (9º ano)	97,6	98,5	98,4	98,7	99,8	99,8	99,7
Ensino Secundário	0,3	0,0	0,1	0,2	0,2	0,2	0,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

O gráfico seguinte indica quais as principais áreas de formação dos alunos, as quais representam cerca de 85% do total.



A estrutura da oferta formativa desta região, com base nos formandos abrangidos, assenta nas Famílias Profissionais da “Informática”, “Serviços Sociais”, “Hotelaria e Turismo”, “Electricidade e Electrónica”, “Construção Civil” e “Administração”.

É, ainda, de referir que as áreas das tecnologias de informação e comunicação e do ambiente representam cerca de 9% do total do volume de formação.

Volume de formação (horas*formandos)		
	Total	%
TIC	2.592.043	9
Ambiente	212.207	1
Total	27.615.189	100

No que refere ao percurso dos diplomados, verifica-se que, após a conclusão do curso, mais de 2/3 dos diplomados tomam como opção de vida a inserção no mercado de trabalho. O prosseguimento de estudos define-se como a situação para cerca de 1/4 do total dos diplomados.

4. Medida III.3 - Promoção da Empregabilidade e do Emprego a Nível Local

A distribuição do desemprego na região Centro têm vindo a influenciar as prioridades da Medida. No final do ano de 2007, veio a confirmar-se que os concelhos com maior incidência do desemprego foram aqueles que consideramos prioritários quando aprovamos as candidaturas das acções que decorreram ao longo do ano.

Tendo em conta os dados da Delegação Regional do Centro do Instituto do Emprego e Formação Profissional no final de 2007, encontravam-se inscritos 57.724 desempregados, representando uma redução de 10% relativamente a Dezembro do ano anterior.

Nos quadros seguintes caracterizam-se os desempregados inscritos distribuídos por NUTS III, no que se refere às habilitações escolares, categoria, sexo, níveis etários e tempo de inscrição.

NUTS	Total de desemp.	Habilitações Literárias				Por Categorias	
		< 6 Anos Esco.	[6-9] Anos Escol.	[11-12] Anos Escl.	Médio/ Sup.	1º Emp.	Novo Emprego
Baixo Vouga	12.894	4.687	4.592	1.865	1.750	1.458	11.436
Baixo Mondego	11.658	3.192	3.700	2.248	2.518	1.954	9.704
Pinhal Litoral	5.442	1.830	1.719	1.117	776	559	4.883
Pinhal Interior Norte	3.716	1.398	1.392	601	325	494	3.222
Pinhal Interior Sul	820	278	282	172	88	133	687
Dão-Lafões	10.971	3.764	4.125	1.640	1.442	1.729	9.242
Serra Estrela	2.394	1.060	744	383	207	340	2.054
Beira Interior Norte	3.040	980	1.120	479	461	418	2.622
Beira Interior Sul	2.432	952	761	393	326	270	2.162
Cova da Beira	4.357	1.665	1.524	643	525	594	3.763
Total	57.724	19.806	19.959	9.541	8.418	7.949	49.775

NUTS	Género		Grupos Etários		Tempo de Inscrição	
	H	M	Jovens	Adultos	1 Ano	>= 1 Ano
Baixo Vouga	4.641	8.253	1.786	11.108	7.487	5.407
Baixo Mondego	4.729	6.929	1.882	9.776	7.554	4.104
Pinhal Litoral	1.940	3.502	798	4.644	3.777	1.665
Pinhal Interior Norte	1.298	2.418	680	3.036	2.499	1.217
Pinhal Interior Sul	259	561	181	639	608	212
Dão-Lafões	4.187	6.784	2.027	8.944	7.447	3.524
Serra Estrela	933	1.461	419	1.975	1.496	898
Beira Interior Norte	1.014	2.026	514	2.526	2.036	1.004
Beira Interior Sul	1.027	1.405	292	2.140	1.573	859
Cova da Beira	1.767	2.590	644	3.713	2.733	1.624
Totais	21.795	35.929	9.223	48.501	37.210	20.514

Numa análise às variáveis caracterizadas destacam-se as sub-regiões do Baixo Mondego, Baixo Vouga e Dão-Lafões com maior número de desempregados inscritos. Por outro lado, constatamos que nos desempregados inscritos predominam:

- Mulheres (62,24%)
- Adultos (84,02%)
- Inscritos há menos de um ano (64,46%)
- Novo emprego (86,23%)
- Baixas qualificações escolares ([6 – 9] anos de escolaridade) (34,58%)

Procuram novo emprego (público alvo predominante da Medida) 86,23% dos inscritos verificando-se um decréscimo de 12,95% relativamente ao ano anterior, enquanto que os candidatos ao 1º emprego registaram uma variação positiva (+15,39%).

Nas sub-regiões com maior número de desempregados inscritos destacam-se os concelhos:

- | | | |
|---|---|--|
| <ul style="list-style-type: none"> • Baixo Vouga • Aveiro • Ovar • Águeda • Ílhavo | <ul style="list-style-type: none"> • Baixo Mondego • Coimbra • Figueira da Foz • Cantanhede | <ul style="list-style-type: none"> • Dão Lafões • Viseu • Mangualde • Nelas • S. Pedro do Sul |
|---|---|--|

Nos concelhos de Aveiro, Coimbra, Viseu, Covilhã, Leiria, Figueira da Foz e Águeda localizam-se 69,54% dos desempregados.

Por outro lado, registou-se o maior aumento do número de desempregados nos concelhos de Nelas (+28,5%), Alvaiázere (+22,1%), Penela (+18,7%) e Oleiros (+16,7%).

Como foi referido, no Relatório de execução do ano 2006, em Junho daquele ano foi aberto o 6º período de candidaturas para acções de formação que conferem a dupla certificação de públicos adultos. Considerando o elevado grau de execução da Medida e o facto de nos encontramos no final do QCA III, esse foi o último período de candidaturas.

Nesse período já houve necessidade de efectuar aprovações condicionadas, uma vez que, o montante das candidaturas a aprovar estava claramente acima da dotação da Medida. Assim neste último período de candidatura da Medida 3.3 do PO Centro foram aprovadas condicionalmente todos os pedidos de financiamento do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) e de todos os centros protocolados com este Instituto.

Considerando que a elevação dos níveis de qualificação da população adulta desempregada da região centro é a principal prioridade da Medida, e que, se têm vindo a verificar um aumento substancial dos níveis de desemprego ao longo do QCA III, constatamos que as restrições orçamentais condicionaram significativamente a resposta da Medida ao crescente e preocupante aumento do desemprego.

A complexidade do modelo de educação e formação de adultos, aliado à falta de informação de grande parte dos promotores de formação relativamente às particularidades deste modelo, veio complicar o arranque das acções no início do ano de 2007. Contudo, mesmo assim, foi possível em Janeiro e Fevereiro iniciar todas as acções programadas de modo a que pudessem terminar

até ao final da 1^o quinzena de Abril de 2008, podendo assim dar cumprimento aos prazos de encerramento do QCA.

No que se refere aos Estágios Profissionais com a adenda ao contrato Programa 2004-2006, assinada em Novembro de 2005, passou ser obrigatório de aprovação dos pedidos de financiamento em Unidade de Gestão. É neste contexto que foram aprovados alguns dos Pedidos de Financiamento dos Estágios Profissionais e do Contrato Programa Apoios ao Emprego em Iniciativas Locais relativos ao segundo semestre de 2006.

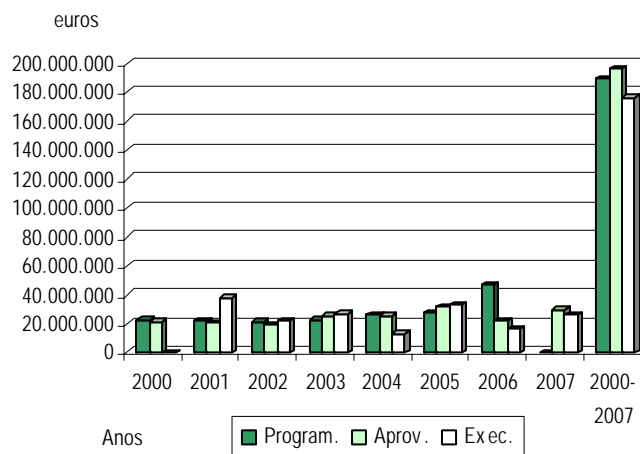
O total das candidaturas aprovadas até final do ano, excluindo as desistências, acrescidas do valor dos contratos programa para o período 2000-2003 e 2004-2006 representam cerca de 106% do total programado.

A Medida 3.3 registou até final de 2007 um desempenho financeiro de 93%. Com este nível de execução, em finais do ano transacto, e considerando que está por certificar a despesa relativa aos centros de formação do IEFP e centros protocolares, do último concurso, aprovados em overboking, facilmente se concluirá que em sede de encerramento da Medida a despesa certificada deverá ultrapassar a dotação disponível na medida

Unidade: euros

Ano	Programação		Aprovação		Execução		Taxas (%)		
	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	A/P	E/P	E/A
2000	22.707.983	14.190.035	21.491.177	13.431.888	0	0	94,6	0,0	0,0
2001	21.771.966	13.561.383	20.841.676	13.025.959	38.242.148	23.901.341	95,7	175,6	183,5
2002	21.084.089	13.053.048	19.183.342	11.989.523	22.003.853	13.752.405	91,0	104,4	114,7
2003	23.044.858	14.272.535	25.606.387	16.003.899	26.731.074	16.706.580	111,1	116,0	104,4
2004	26.172.186	16.340.853	25.368.304	15.855.190	13.246.888	8.279.305	96,9	50,6	52,2
2005	27.288.524	17.060.515	31.758.409	19.849.006	32.972.740	20.607.960	116,4	120,8	103,8
2006	46.989.105	29.683.498	22.105.075	13.815.672	16.485.466	10.303.413	47,0	35,1	74,6
2007			29.704.933	18.565.583	26.054.781	16.284.242			87,7
2000-2007	189.058.711	118.161.867	196.059.304	122.536.719	175.736.949	109.835.247	103,7	93,0	89,6
Total (2000-2008)	189.058.711	118.161.867	201.336.795	125.835.151	175.736.949	109.835.247	106,5	93,0	87,3

Evolução da despesa pública, programação, aprovação e execução



De facto, considerando que no último período de candidaturas foram assumidos compromissos para além da dotação da medida (aprovações condicionadas dos pedidos de financiamento dos Centros de Formação do IEFP e dos centros protocolados com o mesmo organismo) e que houve necessidade de efectuar uma análise minuciosa aos orçamentos de candidatura, usando apertados critérios de racionalidade económica aos montantes solicitados, têm vindo a verificar-se nos pedidos de pagamento de saldo já encerrados uma taxa execução próxima dos 100%. O excesso na execução será compensado por quebras de execução de outras Medidas do mesmo eixo ou de outros eixos de acordo com o estabelecido nas regras de encerramento deste QCA (Decisão COM(2006) n.º3424).

Quanto aos Contratos Programa estabelecidos com o IEFP, Estágios Profissionais e Apoios ao Emprego em Iniciativas Locais, prevê-se uma execução financeira de 100%.

As acções de formação incidiram em grande maioria em acções dirigidas à qualificação e reconversão profissional dos desempregados (acção tipo 3312) e à qualificação profissional com progressão escolar (acção tipo 3311).

Unidade: euros

Tipologia de Acção	Aprovações				Execução (2000-2007)	
	N.º Proj.	D. Pública	Fundo	% (D. P.)	D. Pública	Fundo
3.3.1.1 Qualificação Profissional com Progressão Escolar	183	54.753.322	34.220.826	27,2	29.999.806	18.749.879
3.3.1.2 Qualificação e Reconversão Profissional	168	47.299.657	29.562.285	23,5	46.980.163	29.362.602
3.3.1.3 Aperfeiçoamento Profissional	62	4.086.670	2.554.169	2,0	4.086.670	2.554.169
3.3.1.4 Especialização Profissional de Quadros Superiores	85	8.634.407	5.396.505	4,3	8.634.407	5.396.505
3.3.1.5 Formação Emprego	4	5.717.151	3.573.219	2,8	5.717.151	3.573.219
3.3.1.6 Estágios Profissionais (*)	2	46.944.279	29.339.831	23,3	46.932.906	29.332.722
3.3.2 Apoio à criação de Emprego (*)	2	33.901.309	21.188.316	16,8	33.385.846	20.866.151
Total	506	201.336.795	125.835.151	100	175.736.949	109.835.247

(*) Valores do contrato-programa

Duas outras tipologias de acções – Estágios Profissionais e Apoios ao Emprego – completaram o quadro da medida 3.3, com 40% do total aprovado.

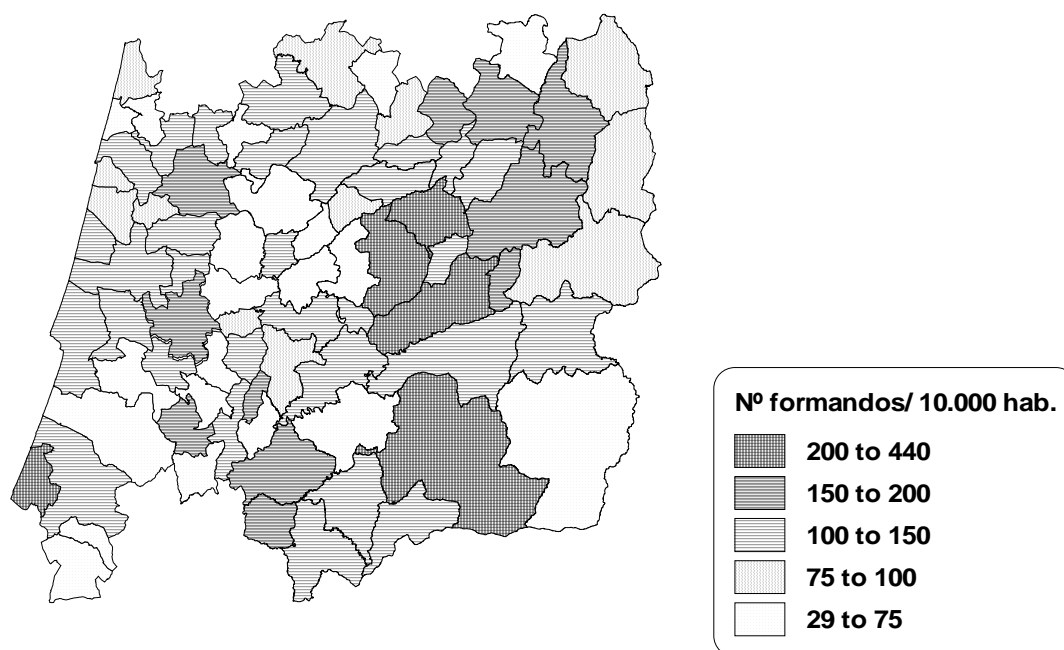
Mais do que a incidência territorial do investimento aprovado importa analisar a distribuição dos formandos pela Região. Analisando a distribuição dos formandos pela região, constata-se que as regiões com maior número de abrangidos foram, para o período 2000-2007, Baixo Mondego e Baixo Vouga, destacando-se, com menor número de desempregados envolvidos, o Pinhal Interior (Norte e Sul).

Os dados disponíveis dizem respeito às acções de formação (3311 a 3315) e permitem concluir que 51 % dos formandos envolvidos são originários do interior.

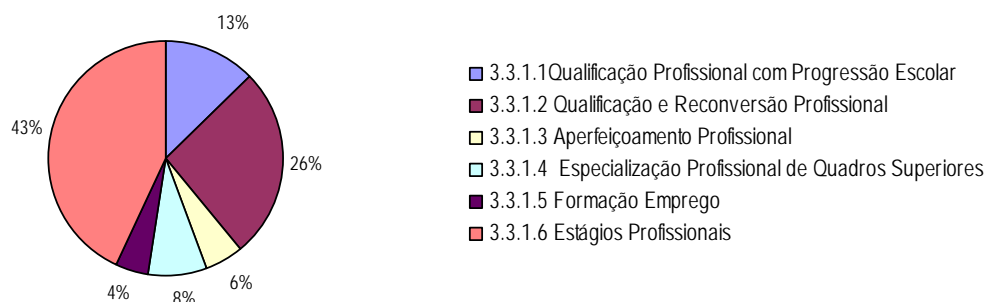
No entanto, em termos relativos, população e número de desempregados, a maioria dos formandos concentra-se no interior, em particular nas sub-regiões da Cova da Beira e Dão-Lafões.

NUT III	Nº Formandos	Incidência		
		% formandos	% População	% Desempregados
Baixo Vouga	3956	16,76	21,66	22,34
Baixo Mondego	4925	20,87	19,09	20,20
Pinhal Litoral	2694	11,42	13,99	9,43
Pinhal Interior Norte	1351	5,72	7,79	6,44
Dão-Lafões	2935	12,44	16,05	19,01
Pinhal Interior Sul	644	2,73	2,52	1,42
Serra da Estrela	1845	7,82	2,8	4,15
Beira Interior Norte	1578	6,69	6,45	5,27
Beira Interior Sul	1445	6,12	4,4	4,21
Cova da Beira	2226	9,43	5,25	7,55
Litoral	11.575	49,05	54,73	51,96
Interior	12.024	50,95	45,27	48,04
Total	23.599	100,00	100	100

Formandos por habitante



Nº Formandos abrangidos por tipologia de acção



O nível de execução física atingida em 2000 a 2007, relativo aos desempregados abrangidos por medidas de política activa (formação e estágios), é cerca de 5900 formandos/ano, sendo o objectivo da medida atingir cerca de 5 500. A maioria das intervenções foram dirigidas às mulheres (cerca de 68% do total), grupo mais representativo no desemprego regional.

A estrutura dos abrangidos (2000-2007) acompanha a estrutura dos desempregados da região, realçando-se a importância de qualificação e da inserção profissional (Estágios).

Nº de Form.	2000		2001		2002		2003		2004		2005		2006		2007	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
3.3.1.1	18	61	31	175	55	262	66	397	47	350	126	653	351	1.031	338	1.303
3.3.1.2	691	1.367	391	758	544	856	715	1.182	752	1.108	901	1.265	123	194		
3.3.1.3	35	61	36	128	97	152	98	230	219	422	340	515	0	0		
3.3.1.4	0	0	112	175	136	358	191	420	219	491	349	766	56	92		
3.3.1.5	155	977	81	543	7	42	0	0	0	0	0	0	0	0		
3.3.1.6	1.179	2.110	853	1.841	598	1.284	787	1.667	875	1.819	805	1.621	836	1.640		
Total	2.078	4.576	1.504	3.620	1.437	2.954	1.857	3.896	2.112	4.190	2.521	4.820	1.366	2.957	338	1.303

Nas medidas de apoio ao emprego realça-se a importância específica do programa Iniciativas Locais de Emprego. Tem vindo a demonstrar-se ao longo do QCA, idêntica capacidade de iniciativa empresarial para homens e mulheres. Contudo no ano 2006 verificou-se uma alteração desta paridade, aparecendo as mulheres com maior capacidade de iniciativa empresarial (micro-empresas). Ter-se-á atingido na ordem dos 91% do objectivo da Medida.

Anos	H	M	Total
2000	589	660	1.249
2001	559	488	1.047
2002	436	506	942
2003	494	515	1.009
2004	358	383	741
2005	369	410	779
2006	323	549	872
Total	3.128	3.511	6.639

As pessoas abrangidas pelas diversas tipologias de acções, formação, estágios e criação de emprego, concentram-se nos desempregados de com menos de um ano e à procura do primeiro emprego. Esta distribuição resulta do peso das acções 3.3.1.6- estágios profissionais, dirigida ao primeiro emprego (com 84% de pessoas à procura do primeiro emprego) e da acção 3.3.1.2 e

3.3.1.3 (com mais de 85% de desempregados há menos de um ano no total das pessoas abrangidas nestas tipologias).

Anos/Pessoas abrangidas	À proc 1º Emp.	À proc. novo Emprego			Total
		Não DLD	DLD	total	
2000	40	50	10	60	100
2001	51	40	9	49	100
2002	39	48	13	61	100
2003	39	47	14	61	100
2004	40	47	13	60	100
2005	33	54	13	67	100
2006	46	40	14	54	100
2007	0	75	25	100	100
Total	39	48	13	61	100

As acções de formação (tipologias 3.3.1.1 a 3.3.1.5) concentraram-se no grupo dos 20 aos 44 anos de idade. Atendendo a que os estágios profissionais são dirigidos a jovens com idades compreendidas entre os 16 e 30 anos de idade o grupo mais jovem é reforçado.

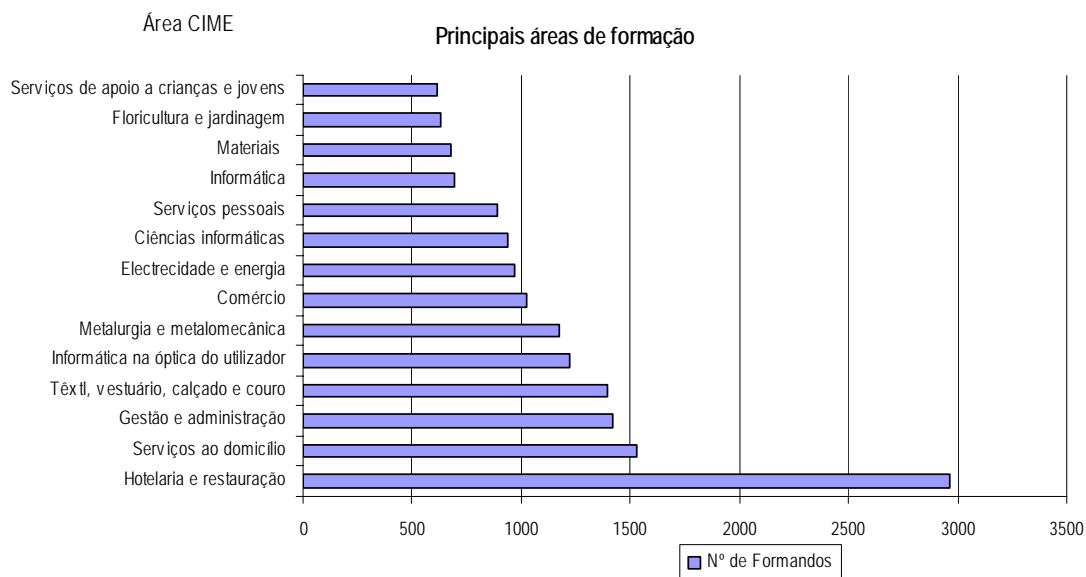
Nº de Formandos abrangidos por idade	2000-2007		
	H	M	Total
15-19	2,6	1,8	2,1
20-24	24,0	17,7	19,6
25-34	43,1	42,1	42,4
35-44	19,2	26,5	24,2
45-49	5,9	7,4	7,0
50-54	3,6	3,1	3,2
55-64	1,5	1,5	1,5
>64	0,0	0,0	0,0
Total	100,0	100,0	100,0

Em 2007 as pessoas abrangidas em acções de formação (tipologia 3.3.1.1), segundo o nível de habilitações literárias consta do quadro seguinte.

Ano: 2007

Nº de Formandos abrangidos por Habilitações		Acções de formação		
		H	M	Total
< 4 anos escolaridade		0,0	0,0	0,0
Ensino Básico	1º Ciclo (4º ano)	9,1	9,8	9,6
	2º Ciclo (6º Ano)	61,3	70,8	68,1
	3º Ciclo (9º Ano)	13,0	7,1	8,8
Ensino secundário		6,0	5,2	5,5
Ensino Superior	Bach.e Licenciatur.	10,6	7,0	8,0
	Pós- universitário	0,0	0,0	0,0
Total		100,0	100,0	100,0

No gráfico seguinte estão indicadas as principais áreas das acções de formação (tipologias 3.3.1.1 a 3.3.1.5). Destaca-se a nível de áreas de formação, Hotelaria e Restauração como a área preferencial ao longo de todo o período (2000/2007).



As áreas das tecnologias de informação e de comunicação envolveram cerca de 17% do volume total de formação.

	VOLUME DE FORMAÇÃO (horas*formandos)	%
TIC	2.360.247	17
Ambiente	267.793	2
Total	13.927.323	100

5. Medida III.4 - Apoio ao Investimento no Desenvolvimento Local

Em Fevereiro de 2005 foi assinado novo Contrato Programa com o IEPF para a gestão da Medida 3.4 - Apoio ao Investimento no Desenvolvimento Local. Compete ao IEPF, ao abrigo deste Contrato Programa estabelecer as condições e critérios de preferência, baseando-se para isso nas condições estabelecidas na Portaria n.º196-A/2001, de 10 de Março, com a redacção que lhe foi dada pela Portaria n.º 255/2002 de 12 de Março, definindo procedimentos no Manual que veio a produzir. Numa adenda ao referido Contrato Programa, homologado em Novembro de 2005, fica estabelecida a obrigatoriedade de aprovação dos Pedidos de Financiamento em Unidade de Gestão.

A despesa validada inclui a realizada até final do ano de 2006, representando 100% do valor programado. A despesa validada em 2007 diz respeito à efectuada no 2º semestre de 2006.

Unidade: euros

Ano	Programação		Aprovação		Execução		Taxas (%)
	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	E/P
2000	4.569.246	2.741.050	0	0	0	0	0,0
2001	4.370.957	2.622.097	0	0	0	0	0,0
2002	4.206.654	2.523.534	0	0	0	0	0,0
2003	4.565.742	2.738.947	3.247.130	1.948.278	3.247.130	1.948.278	71,1
2004	1.009.399	607.597	3.473.848	2.084.309	3.473.848	2.084.309	344,2
2005	0	0	3.717.305	2.230.383	3.717.305	2.230.383	
2006	0	0	8.352.695	5.011.617	3.087.913	1.852.748	
2007			0	0	5.264.776	3.158.865	
2000-2007	18.721.998	11.233.225	18.790.978	11.274.586	18.790.972	11.274.583	100,4
Total (2000-2008)	18.721.998	11.233.225	18.790.978	11.274.586	18.790.972	11.274.583	100,4

Os projectos incidem maioritariamente no interior da região (70% dos investimentos apoiados e do emprego associado a esse investimento), em particular nas sub-regiões da Serra da Estrela e da Cova da Beira. Esta última sub-região absorveu 19% do investimento apoiado e do emprego criado nas iniciativas Locais de Emprego.

Unidade: euros

NUT III	Nº Proj.	Nº Postos de trabalho	Custo total	D. Pública	Fundo	Incidência	
						% DP	por hab.
Baixo Vouga	107	269	5.381.931	2.024.772	1.214.863	10,73	14
Baixo Mondego	104	227	4.165.718	1.464.883	878.930	8,31	12
Pinhal Litoral	129	266	5.035.185	2.041.446	1.224.868	10,04	20
Pinhal Interior Norte	136	234	3.727.808	1.521.689	913.013	7,44	27
Dão-Lafões	136	323	6.965.519	2.435.125	1.461.075	13,89	24
Pinhal Interior Sul	83	139	2.947.674	1.125.679	675.407	5,88	66
Serra da Estrela	132	257	4.530.533	1.916.503	1.149.902	9,04	91
Beira Interior Norte	123	218	4.619.806	1.780.373	1.068.224	9,21	40
Beira Interior Sul	66	133	3.024.315	874.935	524.961	6,03	39
Cova da Beira	202	486	9.737.663	3.605.568	2.163.341	19,42	104
Não Regionalizável	0	0	6	6	4	0,00	
Litoral	340	762	14.582.834	5.531.101	3.318.661	29,09	15
Interior	878	1.790	35.553.317	13.259.870	7.955.922	70,91	44
Total da Medida	1.218	2.552	50.136.158	18.790.978	11.274.586	100,00	28

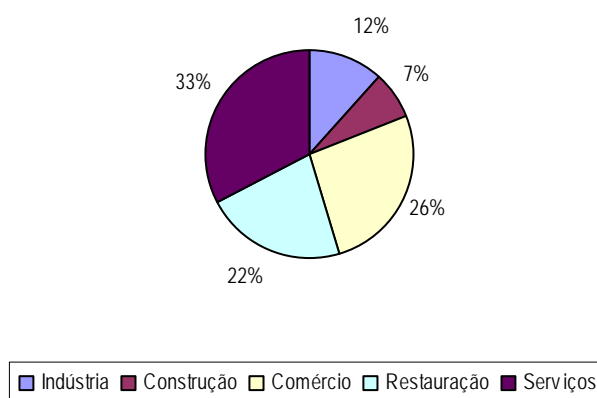
A restauração, o comércio e os serviços foram as actividades onde se concentram 82% dos apoios concedidos. A indústria transformadora e a construção civil no seu conjunto tiveram uma expressão mais modesta, mas ainda assim digna de nota.

Unidade: euros

Actividades	Nº Proj.	Execução (2000-2007)			Postos de trabalho
		D. Pública	Fundo	% (D. Pública)	
Indústria	102	2.135.797	1.281.478	11,4	296
Construção	93	1.165.504	699.302	6,2	189
Comércio	404	5.173.292	3.103.976	27,5	668
Restauração	226	4.542.070	2.725.242	24,2	569
Serviços	393	5.774.309	3.464.585	30,7	830
Total	1218	18.790.972	11.274.583	100,0	2552

Os 2.552 postos de trabalho associados aos apoios concedidos nesta medida, seguem uma distribuição idêntica, 33% nos serviços, 26% no comércio e 22% na restauração. A indústria envolve 12% dos postos de trabalho criados.

Postos de trabalho



6. Medida III.5 - Ciência, Tecnologia e Inovação

No âmbito da reprogramação do Programa ocorrida em 2006 esta medida passou a contemplar para além, da criação dos Centros de Ciência Viva e das iniciativas a estes associadas de promoção e divulgação da cultura científica e tecnológica, intervenções de expansão e qualificação de instalações do ensino superior e de expansão da rede de equipamentos de apoio social aos estudantes, tendo em vista a melhoria da qualidade e desempenho do ensino superior.

Com a alteração do conteúdo da Medida só ocorreu no final de 2006, a aprovação de projectos daquela tipologia só veio a ocorrer em 2007.

Até final do ano de 2007 foram apreciados nove projectos, com parecer favorável em Unidade de Gestão:

3 do Centro de Ciência de Coimbra;

Centro de Ciência Viva de Aveiro;

Centro de Ciência Viva de Proença-a-Nova;

Centro de Ciência Viva de Viseu;

1 do exploratório de Coimbra;

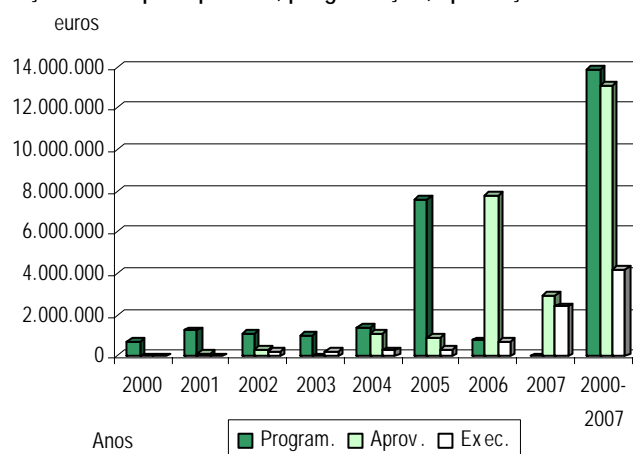
2 da Universidade de Coimbra.

Com estes projectos o valor das execução continua muito baixa (30% da despesa pública programada). O facto de grande parte do compromisso ter sido assumido no último ano explica esta situação.

Unidade: euros

Ano	Programação		Aprovação		Execução		Taxas (%)		
	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	A/P	E/P	EA
2000	750.000	525.000	0	0	0	0	0,0	0,0	
2001	1.248.000	873.000	136.172	68.086	0	0	10,9	0,0	0,0
2002	1.082.900	748.000	304.766	152.383	210.671	105.335	28,1	19,5	69,1
2003	1.016.252	698.000	0	0	230.266	115.133	0,0	22,7	
2004	1.392.693	969.271	1.123.476	561.738	269.474	134.737	80,7	19,3	24,0
2005	7.601.345	5.312.791	890.877	445.438	335.043	167.521	11,7	4,4	37,6
2006	755.432	566.574	7.746.283	4.961.235	731.619	365.809	1025,4	96,8	9,4
2007			2.915.297	1.772.818	2.396.886	1.393.369			82,2
2000-2007	13.846.622	9.692.636	13.116.870	7.961.699	4.173.959	2.281.906	94,7	30,1	31,8
Total (2000-2008)	13.846.622	9.692.636	14.344.973	8.606.873	4.173.959	2.281.906	103,6	30,1	29,1

Evolução da despesa pública, programação, aprovação e execução



Com o nº de projectos aprovados até final do ano de 2007 é possível prever que as metas físicas previstas serão atingidas

Indicador Físico	Unidade	Quantificação		
		Previsto	Resultados (31-12-2007)	
			Proj. aprov.	Execução
Projectos de Centros de ciência viva a criar/beneficiar	nº	6	6	2
Área Bruta construída e/ou equipada	m2	5.000	6.900	0

7. Medida III.6 - Sociedade da Informação - Portugal Digital

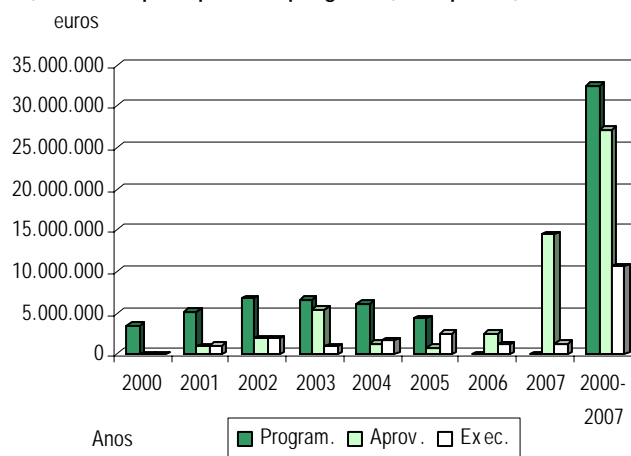
Até ao final do período em análise foram apreciadas e aprovadas 35 candidaturas, das quais 1 veio a ser arquivada por desistência.

Os projectos aprovados, correspondem a um investimento elegível no valor de 32.810 mil euros. O nível de aprovação aumentou significativamente em 2007, passando a 101% da despesa pública programada, mas a execução continua a ser bastante baixa 33% do total da despesa pública programada.

Unidade: euros

Ano	Programação		Aprovação		Execução		Taxas (%)		
	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	A/P	E/P	E/A
2000	3.431.000	2.568.000	0	0	0	0	0,0	0,0	
2001	5.217.000	3.392.000	961.119	720.839	1.103.794	827.845	18,4	21,2	114,8
2002	6.786.000	4.280.000	1.876.118	1.407.088	1.876.118	1.407.088	27,6	27,6	100,0
2003	6.607.167	4.664.000	5.370.717	3.596.408	911.749	683.812	81,3	13,8	17,0
2004	6.197.500	4.648.000	1.246.237	1.091.808	1.634.733	1.079.706	20,1	26,4	131,2
2005	4.308.333	3.231.000	758.695	366.582	2.568.984	1.670.429	17,6	59,6	338,6
2006	0	0	2.455.721	1.673.309	1.219.532	806.445			49,7
2007			14.475.890	10.245.499	1.311.416	859.813			9,1
2000-2007	32.547.000	22.783.000	27.144.497	19.101.534	10.626.325	7.335.138	83,4	32,6	39,1
Total (2000-2008)	32.547.000	22.783.000	32.810.269	22.979.272	10.626.325	7.335.138	100,8	32,6	32,4

Evolução da despesa pública, programação, aprovação e execução



Os seis projectos aprovados, da linha de acção “Estado Aberto” dizem respeito à criação de três Lojas do Cidadão (Viseu, Aveiro e Coimbra) à informatização dos tribunais da Região, dos serviços de registo e notariado da Região e dos serviços prisionais da Região e ao das Comunicações de Segurança e Emergência - Região Centro do Gabinete de Estudos e Planeamento de Instalações

Trata-se de projectos que visam desburocratizar as organizações, simplificando processos e aumentando os seus níveis de eficiência e eficácia, através da introdução de novas tecnologias da informação e da comunicação, redefinindo a relação entre a administração pública e os cidadãos, empresas e outros agentes sociais.

Dos onze projectos da linha de acção “Portugal Digital”, nove dizem respeito à iniciativa “Campus Virtual” e envolvem várias Universidades e Institutos Politécnicos da região: Universidade de Aveiro, de Coimbra, da Beira Interior, Católica Portuguesa em Viseu, Institutos Politécnicos da Guarda, de Leiria, de Aveiro, de Castelo Branco e de Coimbra. Os outros dois dizem respeito A iniciativas de cidades digitais, Coimbra Digital e Guarda Digital.

Os dezassete projectos da linha de acção “Coesão Digital do Território” dizem da criação de centros de disponibilização de serviços de Internet de Banda Larga, da iniciativa dos Municípios.

Unidade: euros

Linha de Acção	Nº Proj.	Aprovações			Execução (2000-2007)	
		D. Pública	Fundo	% (D. Pública)	D. Pública	Fundo
Portugal Digital	11	11.845.826	8.033.814	36,1	5.538.389	3.599.953
Estado Aberto	6	19.416.533	13.874.304	59,2	4.951.533	3.640.795
Coesão Digital do Território	17	1.547.910	1.071.154	4,7	136.404	94.391
Total	34	32.810.269	22.979.272	100,0	10.626.325	7.335.138

Com os projectos aprovados é de prever que as metas físicas sejam alcançadas.

Indicador Físico	Unidade	Quantificação		
		Previsto	Resultados (31-12-2007)	
			Proj. aprov.	Execução
Nº de projectos da acção Portugal Digital	nº	9	11	0
Nº de instituições de ensino envolvidas	nº	35	35	0
Nº de acções aprovadas no âmbito de projectos integrados	nº	27	27	0
Nº de redes locais instaladas	nº	280	360	109
Nº de aplicações informáticas/ BD desenvolvidas	nº	10	22	0
Nº de espaços de acesso à Internet de Banda Larga apoiados	nº	50	17	0

8. Medida III.7 - Sociedade da Informação: criar competências para o desenvolvimento de Portugal Digital

Na avaliação intercalar dos diversos programas Operacionais, designadamente do PO Centro, evidenciou-se a necessidade de articular a Medida com o Programa Nacional (POSI). Com o novo Programa Operacional da Sociedade do Conhecimento e o reconhecimento de que o desenvolvimento da Sociedade do Conhecimento passa pela aposta dos principais actores do território, optou-se por propor um novo enquadramento para a vertente desconcentrada, procurando adaptá-la à expectativas dos actores regionais.

Esta Medida passou a dirigir-se à certificação de competências em tecnologias de informação e comunicação.

Durante o ano de 2005 iniciou-se o processo de definição do Regulamento Específico da Medida, processo concluído em 2006. Na sequência da publicação das condições que regulamentam a medida foram apreciados e aprovados 62 projectos, dos quais 10 foram arquivados por desistência.

Assim no final de 2007 a taxa de compromisso era de 93% do investimento público programado.

Foi o primeiro ano com execução financeira, atingindo-se 25% do valor programado. Com estes dados prevê-se que a execução final da medida fique abaixo dos valores totais programados.

Unidade: euros									
Ano	Programação		Aprovação		Execução		Taxas (%)		
	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	A/P	E/P	E/A
2000	349.000	249.000					0,0	0,0	
2001	454.000	339.000					0,0	0,0	
2002	782.400	489.000					0,0	0,0	
2003	1.042.120	499.000					0,0	0,0	
2004	600.000	450.000					0,0	0,0	
2005	600.000	450.000					0,0	0,0	
2006	266.667	200.000	112.597	73.593			42,2	0,0	0,0
2007			2.976.418	1.945.387	1.017.967	665.344			34,2
2000-2007	4.094.187	2.676.000	3.089.015	2.018.980	1.017.967	665.344	75,4	24,9	33,0
Total (2000-2008)	4.094.187	2.676.000	3.824.399	2.499.627	1.017.967	665.344	93,4	24,9	26,6

Atendendo aos projectos aprovados e à execução do ano de 2007 as metas, quer do nº de acções quer de formandos, são ultrapassadas.

Indicador	Unidade	Quantificação		
		Previsto	Resultados (31-12-2007)	
			Proj. aprov.	Execução
Número de pessoas certificadas	nº	5.100		5.046
Número de formandos	nº	5.700	26.587	9.253
Número de acções de formação	nº	570	1.282	639

A distribuição geográfica dos projectos aprovados indica a concentração das acções no litoral da região em termos de volume financeiro. De referir, no entanto que a maioria das subregiões são abrangidas por iniciativas de formação.

NUT III	Nº Proj.	Custo total	D. Pública	Fundo	Incidência	
					%	por hab.
Baixo Vouga	9	683.521	569.726	372.373	11,55	2
Baixo Mondego	9	2.509.038	1.353.099	884.385	42,40	7
Pinhal Litoral	4	260.382	175.823	114.918	4,40	1
Pinhal Interior Norte	1	99.825	74.869	48.934	1,69	1
Dão-Lafões	3	295.348	172.345	112.645	4,99	1
Pinhal Interior Sul	0	0	0	0	0,00	0
Serra da Estrela	1	92.696	46.348	30.293	1,57	2
Beira Interior Norte	6	241.822	167.399	109.412	4,09	2
Beira Interior Sul	2	147.216	147.216	96.221	2,49	2
Cova da Beira	4	422.151	422.151	275.918	7,13	5
Não Reginalizável	13	1.165.093	695.422	454.528	19,69	
Litoral	22	3.452.941	2.098.648	1.371.676	58,36	4
Interior	17	1.299.059	1.030.329	673.423	21,95	2
Total da Medida	52	5.917.093	3.824.399	2.499.627	100,00	3

9. Medida III.8 - Saúde: Implementação dos Sistemas Locais de Saúde (SLS)

Das candidaturas aprovadas até final de 2007, num total de 54, 2 foram arquivadas por desistência.

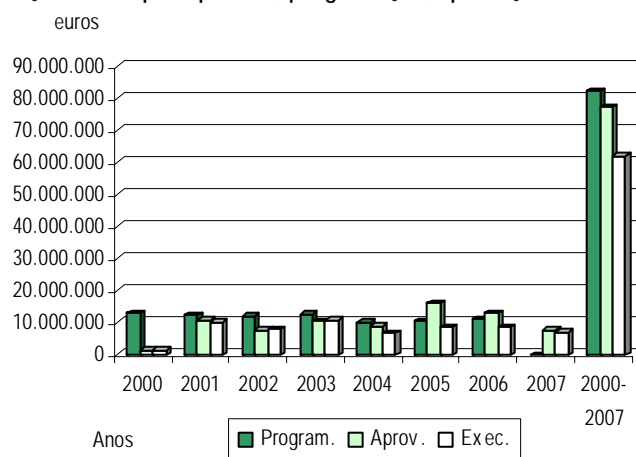
Os projectos aprovados representam cerca de 97% do total da despesa pública programada para o período 2000-2006. A execução é da ordem dos 75% da programação e 78% do investimento aprovado.

O valor executado em 2007 ficou aquém dos objectivos programados, sendo necessário um maior esforço no ano 2008 de forma a que as metas financeiras sejam alcançadas.

Unidade: euros

Ano	Programação		Aprovação		Execução		Taxas (%)		
	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	A/P	E/P	E/A
2000	12.931.539	9.697.678	1.601.244	1.200.933	1.601.244	1.200.933	12,4	12,4	100,0
2001	12.381.490	9.286.362	10.880.553	8.116.309	10.158.184	7.574.533	87,9	82,0	93,4
2002	11.923.278	8.942.459	7.709.806	5.754.941	7.995.807	5.969.442	64,7	67,1	103,7
2003	12.693.152	9.519.865	10.529.078	7.843.259	10.765.726	8.020.745	83,0	84,8	102,2
2004	10.153.935	7.615.696	9.142.165	6.856.624	6.800.441	5.100.331	90,0	67,0	74,4
2005	10.562.868	7.922.474	16.189.407	12.112.032	8.706.748	6.500.037	153,3	82,4	53,8
2006	11.242.858	8.432.466	13.036.766	9.650.613	8.605.959	6.440.550	116,0	76,5	66,0
2007			7.812.676	5.859.507	6.983.624	5.202.752			89,4
2000-2007	81.889.120	61.417.000	76.901.695	57.394.219	61.617.732	46.009.323	93,9	75,2	80,1
Total (2000-2008)	81.889.120	61.417.000	79.139.404	59.072.501	61.617.732	46.009.323	96,6	75,2	77,9

Evolução da despesa pública, programação, aprovação e execução



Dos projectos aprovados 35 dizem respeito a intervenções em centros de saúde, 16 a intervenções em unidades hospitalares e cuidados continuados e um à criação de unidades móveis para melhorar a acessibilidade ao cuidados de saúde por parte da população mais idosa.

Unidade: euros

Tipologia	Aprovações				Execução (2000-2007)	
	Nº Proj.	D. Pública	Fundo	% (D. Pública)	D. Pública	Fundo
Centros de saúde e extensões	35	50.065.978	37.549.484	63,3	41.096.905	30.822.679
Unidades Hospitalares	14	27.437.430	20.578.072	34,7	19.275.211	14.456.408
Cuidados continuados	2	1.410.262	775.644	1,8	1.019.882	560.935
Unidades Móveis	1	225.734	169.300	0,3	225.734	169.300
Total	52	79.139.404	59.072.501	100,0	61.617.732	46.009.323

Também no sector da saúde as intervenções apoiadas contribuem para um reforço da qualidade dos serviços no interior da região. De facto esta sub-região absorve 58% do investimento aprovado, muito para além do seu peso populacional. Para este facto muito contribui o projecto de remodelação das instalações do Hospital de Castelo Branco, intervenção essencial para melhorar os cuidados de saúde a cerca de 130 000 pessoas, e a ampliação e remodelação do Hospital Distrital de Seia .

Unidade: Euros

NUT III	Nº Proj.	Custo total	D. Pública	Fundo	Incidência	
					%	por hab.
Baixo Vouga	10	11.788.589	11.788.589	8.841.442	14,90	31
Baixo Mondego	12	17.181.189	17.181.189	12.885.892	21,71	51
Pinhal Litoral	2	3.523.482	3.523.482	2.642.612	4,45	14
Pinhal Interior Norte	6	6.498.227	6.498.227	4.718.579	8,21	47
Dão-Lafões	8	8.570.643	8.570.643	6.301.021	10,83	30
Pinhal Interior Sul	3	5.354.656	5.354.656	4.015.992	6,77	119
Serra da Estrela	2	10.342.805	10.342.805	7.757.104	13,07	207
Beira Interior Norte	4	5.498.383	5.498.383	4.123.787	6,95	48
Beira Interior Sul	2	9.699.708	9.699.708	7.274.781	12,26	124
Cova da Beira	0	0	0	0	0,00	0
Não Regionalizável	3	681.723	681.723	511.292	0,86	
Litoral	24	32.493.260	32.493.260	24.369.945	41,06	33
Interior	25	45.964.422	45.964.422	34.191.264	58,08	57
Total da Medida	52	79.139.404	79.139.404	59.072.501	100,00	44

Os objectivos a atingir com as candidaturas apresentadas, prendem-se essencialmente com a melhoria da qualidade dos cuidados de saúde e atendimento prestados aos utentes.

No que respeita aos Centros de Saúde, substituíram-se instalações degradadas e já funcionalmente inadaptadas à prestação de cuidados primários, abrangendo cerca de 47% dos utentes inscritos nos centros de saúde da Região Centro.

As intervenções em Unidades Hospitalares visaram remodelar instalações degradadas e adquirir equipamentos que permitem servir as populações em melhores condições, induzindo ganhos em saúde ao nível da qualidade e proximidade dos meios de diagnóstico.

De referir ainda a aquisição de 6 viaturas de apoio domiciliário, afectas às 6 Sub-Regiões de Saúde da ARS Centro, destinadas ao transporte de utentes idosos e portadores de deficiência. Com a extinção das Sub-Regiões de Saúde, as viaturas continuarão a desempenhar as funções constantes da candidatura aprovada sendo a sua afectação feita a Agrupamentos de Centros de Saúde.

No quadro seguinte sintetizam-se os indicadores físicos de acompanhamento. Na última alteração ao Complemento de Programação as metas foram ajustadas pelo que se prevê que as mesmas serão alcançadas.

Indicador Físico	Unidade	Quantificação		
		Previsto	Resultados (31-12-2007)	
			Proj. aprov.	Execução
Intervenções de construção, remodelação e adequação de instalações de centros de saúde e respectivas extensões	n.º	34	34	19
Intervenções em equipamentos de centros de saúde e respectivas extensões	n.º	34	33	20
Intervenções em remodelação e adequação de instalações hospitalares, incluindo hospitais-de-dia	n.º	15	13	12
Intervenções em equipamento de instalações hospitalares, incluindo hospitais-de-dia	n.º	5	6	6
Unidades móveis criadas/adaptadas para utilizar em projectos comunitários	n.º		6	6

10. Medida III.9 – Cultura

As 19 candidaturas com parecer favorável da Unidade de Gestão e aprovadas até final de 2007, representa 105% do custo total programado e 102% do fundo programado.

As candidaturas aprovadas têm como entidades beneficiárias o ex-IPPAR e outras entidades públicas locais. Referem-se como entidades beneficiárias ou parceiras do ex-IPPAR nas candidaturas aprovadas as seguintes entidades: Câmara Municipal de Coimbra, Câmara Municipal de Penela, Câmara Municipal de Vouzela, Câmara Municipal da Guarda, Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, Paróquia de S.Miguel – Penela, Paróquia de Vouzela, Paróquia do Lorvão, Paróquia de Castelo Rodrigo, Diocese de Coimbra, Fundação Batalha de Aljubarrota e Direcção Regional do IPPAR de Coimbra e de Castelo Branco.

Com excepção da candidatura da Câmara Municipal de Coimbra, da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, da Câmara Municipal da Guarda e da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, não se verificaram candidaturas integralmente externas.

Nas restantes candidaturas, dada a especificidade e delicadeza das intervenções, o IPPAR optou por chamar a si a responsabilidade de execução e coordenação das mesmas, celebrando em

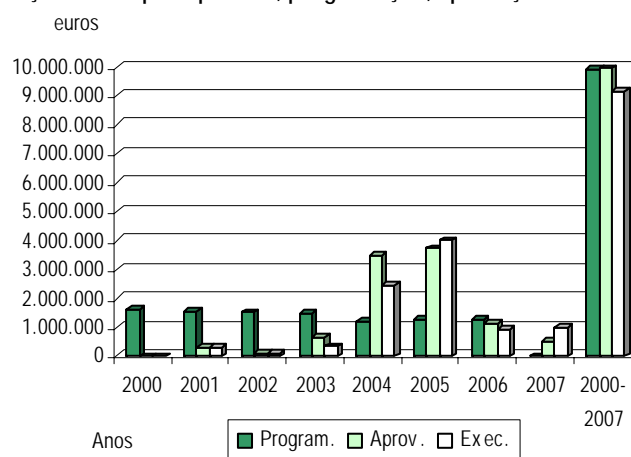
alguns casos e para esse efeito, protocolos com as entidades abrangidas, por serem proprietárias, usufrutuárias ou gestoras dos monumentos a recuperar e beneficiar.

Registou-se uma elevada recuperação na taxa de execução a partir de 2004, atingindo no final do período uma taxa 93% da despesa pública programada para o período 2000-2006.

Unidade: Euros

Ano	Programação		Aprovação		Execução		Taxas (%)		
	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	A/P	E/P	E/A
2000	1.601.221	1.238.467	0	0	0	0	0,0	0,0	
2001	1.562.192	1.196.888	327.888	245.916	327.888	245.916	21,0	21,0	100,0
2002	1.523.122	1.154.318	118.326	88.745	118.336	88.752	7,8	7,8	
2003	1.468.653	1.127.589	638.514	478.886	349.298	261.974	43,5	23,8	54,7
2004	1.223.138	874.154	3.485.681	2.382.701	2.455.521	1.841.641	285,0	200,8	70,4
2005	1.250.847	898.903	3.731.610	2.783.270	3.991.600	2.873.251	298,3	319,1	107,0
2006	1.252.019	920.873	1.124.852	843.639	910.893	683.170	89,8	72,8	81,0
2007			515.900	386.925	985.483	652.416			191,0
2000-2007	9.881.192	7.411.192	9.942.772	7.210.082	9.139.019	6.647.120	100,6	92,5	91,9
Total (2000-2008)	9.881.192	7.411.192	10.411.989	7.561.995	9.139.019	6.647.120	105,4	92,5	87,8

Evolução da despesa pública, programação, aprovação e execução



A distribuição territorial dos projectos aprovados indica que estes se concentram no interior da região (54% do valor total aprovado).

Unidade: Euros

NUT III	Nº Proj.	Custo total	D. Pública	Fundo	Incidência	
					%	por hab.
Baixo Vouga	1	339.482	339.482	254.612	3,26	1
Baixo Mondego	6	4.239.213	4.239.213	2.932.412	40,71	12
Pinhal Litoral	1	210.546	210.546	157.909	2,02	1
Pinhal Interior Norte	4	2.086.632	2.086.632	1.564.974	20,04	15
Dão-Lafões	1	815.777	815.777	611.833	7,83	3
Pinhal Interior Sul	0	0	0	0	0,00	0
Serra da Estrela	0	0	0	0	0,00	0
Beira Interior Norte	5	1.471.808	1.471.808	1.103.856	14,14	13
Beira Interior Sul	1	1.248.532	1.248.532	936.399	11,99	16
Cova da Beira	0	0	0	0	0,00	0
Não Reginalizável	0	0	0	0	0,00	
Litoral	8	4.789.240	4.789.240	3.344.933	46,00	5
Interior	11	5.622.749	5.622.749	4.217.062	54,00	7
Total da Medida	19	10.411.989	10.411.989	7.561.995	100,00	6

Os projectos aprovados dizem respeito à recuperação/valorização de castelos, à recuperação de edifícios de valor patrimonial e histórico e a intervenções de valorização do património histórico e paisagístico.

Indicador Físico	Unidade	Quantificação		
		Previsto	31-12-2007	
			Proj. aprov.	Execução
Castelos recuperados/valorizados	nº	5	5	4
Sítios arqueológicos recuperados/valorizados	nº	3	2	1
Visitantes nos castelos e sítios recuperados	nº	10.000	10.000	8.000
Postos de trabalho criados permanentes	nº	20		
Edifícios de interesse patrimonial intervencionados	nº	10	10	8
Intervenções de valorização do património histórico e paisagístico	nº		6	6

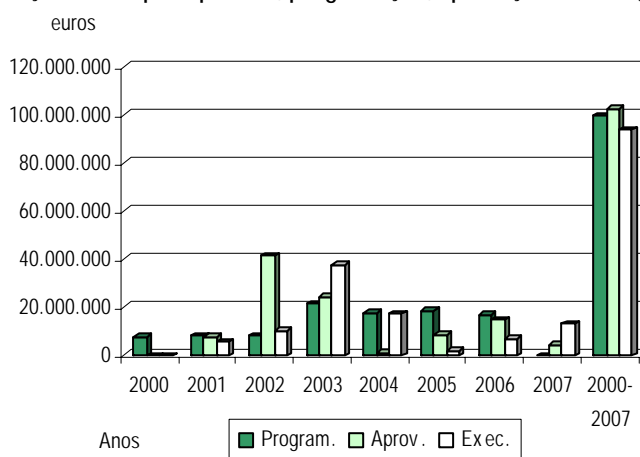
11. Medida III.10 - Desporto: Desenvolvimento de Equipamentos Desportivos

Durante o ano de 2007 foi apreciado em Unidade de Gestão e aprovado mais um projecto. No final do ano estavam aprovados 32 projectos que envolvem um total de 103.283 mil Euros de investimento elegível e 35.830 mil Euros de Fundo (104% da despesa pública e 100% do fundo programado). A taxa de execução é da ordem dos 94% dos valores programados para o período 2000-2006, o que indica que as metas programadas podem vir a ser atingidas.

Unidade: Euros

Ano	Programação		Aprovação		Execução		Taxas (%)		
	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	A/P	E/P	E/A
2000	7.977.472	5.567.451	0	0	0	0	0,0	0,0	
2001	8.218.472	5.324.412	7.733.075	4.608.229	5.668.624	3.517.053	94,1	69,0	73,3
2002	8.313.718	5.124.053	41.451.970	11.181.401	10.484.305	4.651.371	498,6	126,1	25,3
2003	21.461.210	5.564.140	24.259.084	6.179.037	37.892.695	9.691.042	113,0	176,6	156,2
2004	17.828.470	4.480.587	970.940	593.956	17.456.805	4.090.127	5,4	97,9	1797,9
2005	18.314.372	4.675.685	8.721.320	5.048.742	2.194.881	1.172.024	47,6	12,0	25,2
2006	17.191.835	5.013.670	14.860.517	5.378.387	6.757.170	3.929.547	86,4	39,3	45,5
2007			4.475.632	2.425.537	13.229.885	4.459.105			295,6
2000-2007	99.305.549	35.749.998	102.472.540	35.415.289	93.684.366	31.510.271	103,2	94,3	91,4
Total (2000-2008)	99.305.549	35.749.998	103.283.249	35.830.509	93.684.366	31.510.271	104,0	94,3	90,7

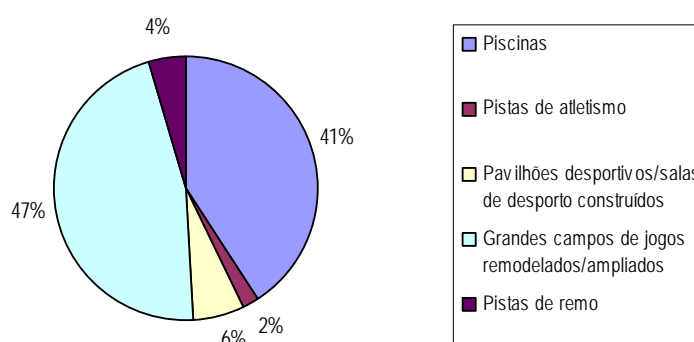
Evolução da despesa pública, programação, aprovação e execução



As intervenções em piscinas e em grandes campos de jogos concentram 87% do valor FEDER aprovado. De realçar as piscinas, com 41% daquele indicador, dado tratar-se de um equipamento com utilizadores de vários grupos etários e que permitem uma ocupação ao longo de todo ano para a prática desportiva. Outros equipamentos a destacar são os da pista de remo de Montemor, pista de atletismo da Covilhã, o estádio de Coimbra, Aveiro e de Leiria e o campo de futebol de Castelo Branco, equipamentos que valorizam a Região Centro e as áreas onde se localizam.

Tipologia	Nº Proj.	Aprovações			Execução (2000-2007)	
		D. Pública	Fundo	% (Fundo)	D. Pública	Fundo
Piscinas	14	25.178.889	14.597.799	40,7	21.243.011	12.455.233
Pistas de atletismo	1	1.496.394	748.197	2,1	1.496.394	748.197
Pavilhões desportivos/salas de desporto construídos	4	3.772.676	2.242.917	6,3	3.772.676	2.242.917
Grandes campos de jogos remodelados/ampliados	12	69.654.770	16.651.336	46,5	63.991.764	14.473.664
Pistas de remo	1	3.180.521	1.590.260	4,4	3.180.521	1.590.260
Total	32	103.283.249	35.830.509	100,0	93.684.366	31.510.271

Valor aprovado (FEDER) segundo tipologia de equipamento desportivo



A maioria do investimento concentra-se no litoral da região, contribuindo para tal facto os projectos do Estádio de Aveiro, de Leiria e de Coimbra e a pista de remo de Montemor-o-Velho.

Unidade: Euros

NUT III	Nº Proj.	Custo total	D. Pública	Fundo	Incidência	
					%	por hab.
Baixo Vouga	4	35.073.467	35.073.467	9.214.755	33,96	91
Baixo Mondego	7	27.440.189	27.440.189	10.169.429	26,57	81
Pinhal Litoral	2	19.137.481	19.137.481	4.176.560	18,53	77
Pinhal Interior Norte	4	3.941.668	3.941.668	2.233.948	3,82	28
Dão-Lafões	8	8.894.261	8.894.261	5.087.486	8,61	31
Pinhal Interior Sul	2	3.391.390	3.391.390	1.934.496	3,28	76
Serra da Estrela	2	1.988.401	1.988.401	1.065.638	1,93	40
Beira Interior Norte	1	1.149.511	1.149.511	718.444	1,11	10
Beira Interior Sul	1	770.489	770.489	481.556	0,75	10
Cova da Beira	1	1.496.394	1.496.394	748.197	1,45	16
Litoral	13	81.651.136	81.651.136	23.560.744	79,06	84
Interior	19	21.632.113	21.632.113	12.269.765	20,94	27
Total da Medida	32	103.283.249	103.283.249	35.830.509	100,00	58

As intervenções apoiadas estão de acordo com as metas previstas, conforme quadro seguinte. Com a área útil de equipamento desportivo prevista nos projectos aprovados (cerca de 365.178 m2) este indicador, na região, eleva-se para 3.46 m2 por habitante. Excluindo a área útil da pista

de remo de Montemor-o-Velho, aquele indicador eleva-se a 3.32, valor que ultrapassa o previsto a atingir até final de programa.

Indicador Físico	Unidade	Quantificação		
		Previsto	Resultados (31-12-2007)	
			Proj. aprov.	Execução
Intervenções em equipamentos desportivos	nº	28	32	26
Piscinas construída	nº		11	9
Piscinas remodeladas/ampliadas	nº		3	2
Pistas de atletismo construídas	nº		1	1
Pavilhões desportivos/salas de desporto construídos	nº		4	4
Grandes campos de jogos construídos	nº		2	2
Grandes campos de jogos remodelados/ampliados				10
Pistas de remo	nº		1	1
Área útil desportiva	m2	50.000	365.178	340757

12. Medida III.11 – Economia

No decurso do ano de 2007 foram publicados alguns diplomas legais que, de alguma forma vão ao encontro de iniciativas previstas na Medida Economia e que, de algum modo, vêm reforçar o apoio a um conjunto de projectos que têm sido aprovados.

A este respeito é de referir a Resolução do Conselho de Ministros nº 53/2007, de 4 de Abril, que aprovou os objectivos e principais linhas de desenvolvimento do plano Estratégico Nacional do turismo (PENT).

Até final de 2007, foram apreciadas em Unidade de Gestão e aprovadas 76 candidaturas, das quais 2 vieram a ser arquivadas por desistência e uma outra em que foi revogada a decisão de aprovação por não se ter verificado o cumprimento das condicionantes da decisão. As candidaturas indeferidas, uma de conversão de consumo de energia para gás natural e outra de um mercado abastecedor, não cumpriam as condições de acesso estabelecidas nas portarias que regulamentam essas acções.

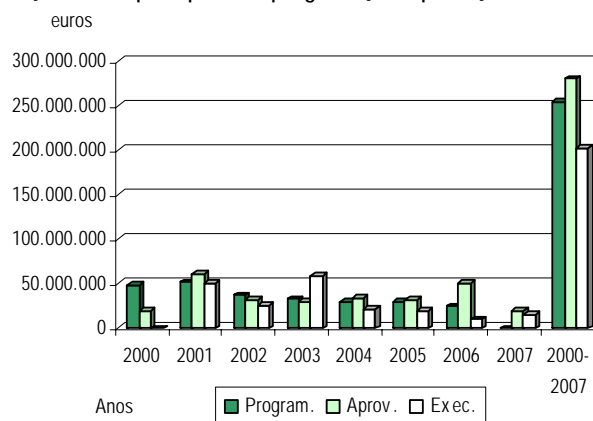
A taxa de aprovação é da ordem dos 113% da despesa pública programada. No total aprovado estão incluídos projectos com aprovação condicionada à existência de disponibilidade orçamental. Esses projectos correspondem a um total de 28.7 milhões de euros de despesa pública e e 14,4 milhões de euros de fundo.

O nível de execução atingiu 80% da despesa pública programada até ao final deste ano (2007).

Unidade: Euros

Ano	Programação		Aprovação		Execução		Taxas (%)		
	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	A/P	E/P	E/A
2000	48.670.779	19.669.413	20.190.132	8.076.053	0	0	41,5	0,0	0,0
2001	51.518.585	20.800.851	61.321.862	24.349.772	50.447.602	20.179.041	119,0	97,9	82,3
2002	36.932.176	16.801.878	32.544.439	13.086.975	25.503.090	10.151.026	88,1	69,1	78,4
2003	32.662.257	15.644.959	30.074.404	12.251.318	58.274.115	22.979.486	92,1	178,4	193,8
2004	30.162.129	14.369.591	33.955.096	14.839.090	22.110.479	8.957.778	112,6	73,3	65,1
2005	29.375.613	14.977.676	31.560.386	13.934.313	19.855.809	8.338.851	107,4	67,6	62,9
2006	24.556.561	15.021.969	49.973.172	25.073.132	10.364.621	5.165.100	203,5	42,2	20,7
2007			19.839.201	13.415.540	15.791.618	8.928.014			79,6
2000-2007	253.878.100	117.286.337	279.458.692	125.026.193	202.347.335	84.699.296	110,1	79,7	72,4
Total (2000-2008)	253.878.100	117.286.337	287.675.551	130.704.264	202.347.335	84.699.296	113,3	79,7	70,3

Evolução da despesa pública, programação, aprovação e execução

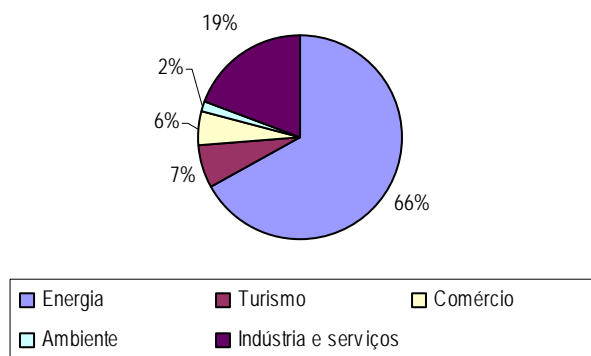


Os projectos da linha de acção B dizem respeito à construção da armazenagem subterrânea de gás natural, rede de distribuição de gás natural e às infra-estruturas tecnológicas e de formação, concentrando 68% da despesa pública aprovada. Se aos projectos da armazenagem e rede de gás natural adicionarmos os da conversão de consumos para o gás natural da Linha de Acção A verificamos que o sector da energia absorve 66% do total aprovado.

Unidade: Euros

Linha de acção	Aprovações				Execução (2000-2007)	
	Nº Proj.	D. Pública	Fundo	% (D. P.)	D. Pública	Fundo
A- Promoção de áreas est. para o desenv.	55	91.398.672	46.800.985	31,8	44.976.830	18.780.481
Mercados	3	16.131.481	6.140.878	5,6	10.703.329	4.041.785
Zonas empresariais	5	16.998.820	9.914.821	5,9	3.179.189	1.589.594
Pousadas	11	6.264.872	4.698.654	2,2	2.970.943	2.228.207
PITER (Turismo)	15	12.929.349	9.669.157	4,5	999.016	749.262
Conversão de cons. energético	17	34.475.032	12.928.137	12,0	27.124.354	10.171.633
Áreas Mineiras	4	4.599.118	3.449.338	1,6	0	0
B- Melhoria da envolvente empresarial	18	196.276.879	83.903.279	68,2	157.370.504	65.918.815
Energia (inf.gás natural)	6	158.040.396	63.216.159	54,9	138.014.886	55.205.955
Inf. tecnológicas e de formação	12	38.236.483	20.687.120	13,3	19.355.618	10.712.861
Total	73	287.675.551	130.704.264	100,0	202.347.335	84.699.296

Despesa pública aprovada por sector



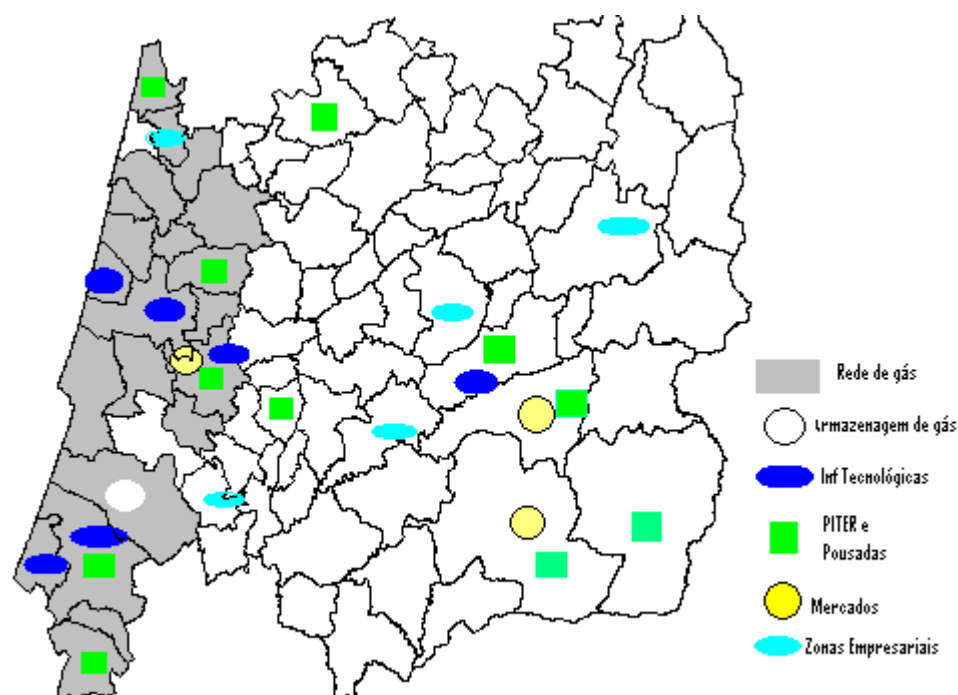
A acção “Dinamização dos Sistemas Tecnológicos, da Formação e da Qualidade”(linha de Acção B) e a das “Zonas Empresariais” (linha de acção A) envolvem, também, um investimento significativo, 19 % do total aprovado.

Os projectos do PITER dizem respeito aos Programas "Turismo Termal e de Negócios da Beira Interior", "Leiria - Fátima", “Curia”, “Fundão - Terras de Mistério” e “Serra da Estrela dinâmica”.

Dado o peso dos projectos de gás natural, o investimento aprovado concentra-se no litoral da região.

Unidade: Euros

NUT III	Nº Proj.	Custo total	D. Pública	Fundo	Incidência	
					%	por hab.
Baixo Vouga	6	7.947.639	7.911.770	4.025.963	2,57	21
Baixo Mondego	12	36.179.780	36.179.780	18.664.939	11,71	107
Pinhal Litoral	9	92.065.291	92.054.878	38.155.717	29,80	370
Pinhal Interior Norte	4	4.888.119	4.888.119	3.010.552	1,58	35
Dão-Lafões	3	3.628.523	3.628.523	2.721.392	1,17	13
Pinhal Interior Sul	0	0	0	0	0,00	0
Serra da Estrela	1	1.433.250	1.433.250	716.625	0,46	29
Beira Interior Norte	1	5.661.645	5.661.645	4.246.234	1,83	49
Beira Interior Sul	5	8.651.139	6.448.520	3.362.419	2,80	111
Cova da Beira	16	41.005.700	21.940.216	12.946.056	13,27	439
Não Reg.l	16	107.528.850	107.528.850	42.854.367	34,80	
Litoral	27	136.192.710	136.146.428	60.846.619	44,08	140
Interior	30	65.268.375	44.000.273	27.003.278	21,12	81
Total da Medida	73	308.989.936	287.675.551	130.704.264	100,00	174



O ritmo de execução actual indica que as metas previstas, quer em termos físicos quer em termos de resultados, no geral, deverão ser alcançados.

Indicador Físico	Unidade	Quantificação		
		Previsto	Resultados (31-12-2007)	
			Proj. aprov.	Execução
Alargamento da rede mercados locais - mercados a restaurar.	nº	2	2	1
Alargamento da rede de mercados abastecedores regionais - a criar.	nº	1	1	0
Pousadas da juventude - a remodelar.	nº	3	4	3
Pousadas da juventude - a criar	nº	2	3	0
Acréscimo da extensão da rede de distribuição de gás natural (primária e secundária).	km	750	678	745
Extensão da rede de distribuição de gás natural (primária e secundária).	km	1946	1874	1941
criação de Infra-estruturas de apoio à actividade empresarial	nº	4	5	3
Infraestruturas Tecnológicas (Lotes)	nº		25	0
Infraestruturas Tecnológicas (Módulos de incubação)	nº		104	0
Infraestruturas de Formação (Salas de form.)	nº		22	0

Indicador de Resultado	Unidade	Quantificação		
		Previsto	Resultados (31-12-2007)	
			Proj. aprov.	Execução
Alargamento da rede mercados locais -operadores previstos.	nº	370	370	199
Alargamento da rede mercados abastecedores regionais - operadores previstos.	nº	30	30	0
Acréscimo de clientes da rede de gás natural	nº	40400	53517	43571
Clientes totais da rede de gás natural	nº	77700	90817	80871
reconv para consumo de gás - Clientes domésticos	nº		37617	40160
reconv para consumo de gás - Clientes de serviços	nº		1328	1209
reconv para consumo de gás - Clientes de industriais	nº		10	10
Capacidade de armazenagem de gás natural	m3	140.000.000	140.000.000	140.000.000

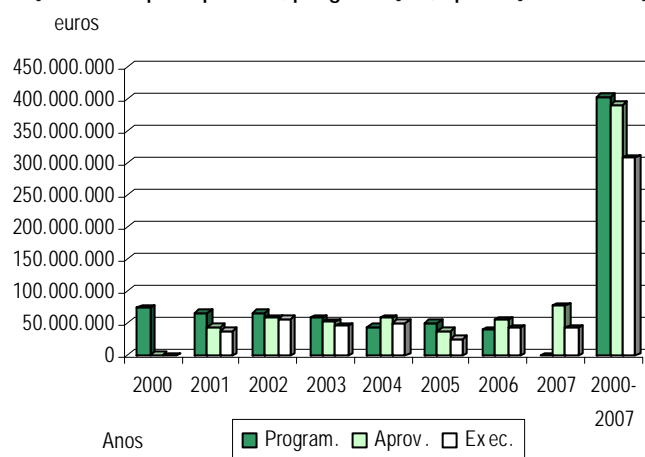
13. Medida III.12 - Acessibilidades e Transportes

As candidaturas com parecer favorável em Unidade de Gestão, e aprovadas até final do ano, representam 110% do total da despesa pública programada para a medida. A execução no ano de 2007 foi idêntica à do ano anterior, ficando a execução global nos 77% do programado até final do programa. Será necessário um crescimento significativo de execução em 2008 de forma a que as metas financeiras sejam alcançadas.

Unidade: Euros

Ano	Programação		Aprovação		Execução		Taxas (%)		
	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	A/P	E/P	E/A
2000	74.818.978	36.368.789	1.560.798	858.439	0	0	2,1	0,0	0,0
2001	65.669.389	31.920.217	45.076.113	24.420.417	37.888.715	20.540.200	68,6	57,7	84,1
2002	67.277.012	32.500.128	59.187.006	32.304.797	58.074.832	31.662.683	88,0	86,3	98,1
2003	58.632.267	33.385.159	52.681.000	28.763.830	46.769.128	25.689.994	89,8	79,8	88,8
2004	45.316.153	27.210.487	58.624.889	30.469.731	51.736.328	27.259.995	129,4	114,2	88,2
2005	50.180.625	29.270.649	39.255.822	19.928.431	26.453.696	13.501.468	78,2	52,7	67,4
2006	40.253.886	26.289.561	55.294.437	27.832.588	43.553.025	22.107.534	137,4	108,2	78,8
2007			77.471.770	38.830.292	43.035.862	21.597.314			55,6
2000-2007	402.148.310	216.944.990	389.151.834	203.408.525	307.511.586	162.359.188	96,8	76,5	79,0
Total (2000-2008)	402.148.310	216.944.990	442.750.690	230.207.953	307.511.586	162.359.188	110,1	76,5	69,5

Evolução da despesa pública, programação, aprovação e execução



As intervenções apoiadas dizem respeito, na sua maioria a beneficiação e requalificação da rede de estradas nacionais e municipais. Para além destas foram apoiadas intervenções na melhoria da acessibilidade ferroviária e marítima ao Porto da Figueira da Foz, beneficiação de Interfaces

nas Estações de Miranda do Corvo, Lousã e Ceira no Ramal da Lousã e supressão de constrangimentos em acessos a ramais ferroviários.

Unidade: Euros

Sector	Aprovações				Execução (2000-2007)	
	Nº Proj.	D. Pública	Fundo	% (D. Pública)	D. Pública	Fundo
Transportes rodoviários	177	417.718.537	217.653.131	94,3	295.544.079	156.531.226
Transportes marítimos	4	19.625.864	10.014.439	4,4	9.604.836	4.809.389
Transportes ferroviários	3	5.406.289	2.540.383	1,2	2.362.670	1.018.573
Total	184	442.750.690	230.207.953	100,0	307.511.586	162.359.188

De destacar o elevado esforço em intervenções na rede de estradas do interior da Região, com 53% do total aprovado, com particular incidência nas sub-regiões da Beira Interior Norte e Sul.

Unidade: Euros

NUT III	Nº Proj.	Custo total	D. Pública	Fundo	Incidência	
					%	por hab.
Baixo Vouga	18	40.655.442	40.655.442	20.998.407	9,18	105
Baixo Mondego	32	111.500.484	111.500.484	57.231.202	25,18	328
Pinhal Litoral	8	18.834.439	18.834.439	9.753.732	4,25	76
Pinhal Interior Norte	14	45.482.218	45.482.218	24.221.885	10,27	328
Dão-Lafões	27	62.996.923	62.996.923	32.871.308	14,23	221
Pinhal Interior Sul	9	14.565.738	14.565.738	7.501.551	3,29	325
Serra da Estrela	9	10.827.034	10.827.034	5.897.572	2,45	217
Beira Interior Norte	25	51.933.311	51.933.311	26.672.863	11,73	452
Beira Interior Sul	20	32.802.726	32.802.726	17.336.415	7,41	419
Cova da Beira	10	16.543.136	16.543.136	8.686.062	3,74	177
Não Reg.	12	36.609.239	36.609.239	19.036.958	8,27	
Litoral	58	170.990.365	170.990.365	87.983.340	38,62	176
Interior	114	235.151.086	235.151.086	123.187.655	53,11	292
Total da Medida	184	442.750.690	442.750.690	230.207.953	100,00	249

Os indicadores físicos reflectem o desempenho da Medida: concentração na beneficiação e requalificação das vias rodoviárias. Estima-se que as metas previstas no final do programa, metas revistas na alteração ao Complemento de Programação ocorrida em 2006, sejam atingidas.

Indicador Físico	Unidade	Quantificação		
		Previsto	Resultados (31-12-2007)	
			Proj. aprov.	Execução
Rede de estradas construídas ou requalificadas	km	220	216,5	155,4
Extensão de linha férrea construída ou requalificada	km	2		
Estações construídas ou remodeladas	nº	3	3,0	
Acessos rodoviários aos portos	km	1		
Acessos ferroviários aos portos	km	1,2	3,2	3,2
Rede de estradas beneficiada	km		1.404,0	1015,8

Os indicadores de resultado reflectem as intervenções do Programa Nacional de Acessibilidades e Transportes, mais do que as do Programa Regional.

Indicadores de Resultado	Unidade	Quantificação	
		Previsto 2006	Resultados (31-12-2007)
			Execução
Tempo médio de percurso rodovia	minutos		
Guarda-C. Branco		52	55
Viseu Lisboa		208	157
Viseu-Porto		90	72
Guarda-Lisboa		208	165
Guarda-Porto		124	117
C. Branco-Lisboa		135	110
C. Branco-Porto		174	146

14. Medida III.13 - Ambiente

A Medida abrange 5 Linhas de Acção, enquadrando múltiplas tipologias de projectos, entre os quais se destacam:

- investimentos de requalificação do litoral, da Reabilitação da Rede Hidrográfica, bem como outros direccionados para a Protecção, Conservação e Valorização do Património Natural e rede Natura 2000;
- investimentos de informação, de sensibilização e de melhoria do ambiente urbano, entre os quais avultam as intervenções no âmbito do Programa Polis;
- acções no domínio ambiental que vão para além das infra-estruturas e que centram as suas preocupações em domínios da qualidade, do acompanhamento, da monitorização e análise de parâmetros ambientais entre os quais se distinguem a água e o ar;
- acções dirigidas para a recuperação de passivos ambientais em zonas degradadas, poluídas e de importância vital sob o ponto de vista da biodiversidade.

Através de uma análise mais aprofundada sobre o conteúdo e características dos projectos acolhidos e desenvolvidos no âmbito da Medida, poderá facilmente detectar-se que houve uma enorme preocupação em dar ênfase a aspectos cruciais sob o ponto de vista do ambiente e do ordenamento do território, matérias essas que sustentam toda a lógica da Medida Ambiente.

Numa primeira fase os projectos acolhidos na Medida eram maioritariamente investimentos cujo promotor e beneficiário eram os próprios Serviços. Tal situação deveu-se ao facto de se considerar que se tornava prioritário utilizar a verba disponível na Medida em sectores para os quais os Serviços tinham responsabilidades acrescidas e para os quais era necessário dar respostas cabais e céleres.

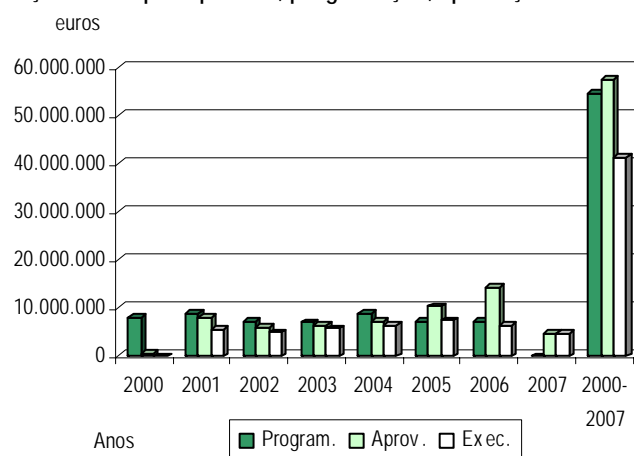
Todavia, o interesse despertado pela Medida levou a que, já numa segunda fase, outros promotores (na maioria, municípios e associações de municípios) avançassem com um elevado número de candidaturas direccionadas fundamentalmente para a valorização e conservação do património natural, assim como para a reabilitação da Rede Hidrográfica. Esta situação levou inclusivamente, no ano de 2006, ao reforço financeiro da Medida com o objectivo único de se poder absorver um maior número de candidaturas possível, bem como a enveredar-se por taxas de co-financiamento inferiores à indicada para a Medida.

Das 195 candidaturas com parecer favorável em Unidade de Gestão, estavam aprovadas, no final do ano 2007, 194 projectos, representando 105% do total da despesa pública prevista para a medida e 101% do fundo programado.

Unidade: Euros

Ano	Programação		Aprovação		Execução		Taxas (%)		
	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	A/P	E/P	E/A
2000	8.090.478	6.067.857	675.954	506.965	0	0	8,4	0,0	0,0
2001	8.988.600	6.741.387	8.067.378	6.027.762	5.555.507	4.161.110	89,8	61,8	68,9
2002	7.247.337	5.435.436	5.877.289	4.407.967	5.011.792	3.751.655	81,1	69,2	85,3
2003	7.002.578	5.251.866	6.398.539	4.798.905	5.785.999	4.333.582	91,4	82,6	90,4
2004	8.792.222	6.594.213	7.116.688	5.337.516	6.344.472	4.754.209	80,9	72,2	89,1
2005	7.219.648	5.414.888	10.291.624	7.718.718	7.451.881	5.588.911	142,6	103,2	72,4
2006	7.204.938	5.403.704	14.173.104	9.482.845	6.440.693	4.626.226	196,7	89,4	45,4
2007			4.732.570	3.179.455	4.718.582	3.176.669			99,7
2000-2007	54.545.801	40.909.351	57.333.146	41.460.133	41.308.928	30.392.363	105,1	75,7	72,1
Total (2000-2008)	54.545.801	40.909.351	57.333.146	41.460.133	41.308.928	30.392.363	105,1	75,7	72,1

Evolução da despesa pública, programação, aprovação e execução



A execução foi de 76% da despesa programada no período 2000-2008.

No desempenho da medida, em 2007, será de realçar o baixo nível de execução, sendo necessário um elevado esforço em 2008 para absorver a dotação da medida.

Do total de candidaturas aprovadas sobressai o elevado número de candidaturas enquadráveis no âmbito da Linha de Acção B, onde os projectos da Reabilitação da Rede Hidrográfica e de requalificação do litoral se destacam. Quanto ao peso financeiro envolvido, serão de destacar os projectos relacionados com as Intervenções Polis enquadrados na Linha de Acção D – Melhoria do Ambiente Urbano.

Unidade: Euros

Linha de acção	Aprovações				Execução (2000-2007)	
	Nº Proj.	D. Pública	Fundo	% (D. P.)	D. Pública	Fundo
A - Conserv. e Valor. Patr. Natural	26	7.050.879	4.787.450	12,3	5.417.160	3.775.652
B - Valor. e Prot. R. Naturais	105	22.127.582	15.556.669	38,6	16.026.066	11.717.436
C- Inf. e Gestão Ambientais	37	5.878.168	4.408.627	10,3	4.933.149	3.699.862
D- Melhoria do Ambiente Urbano	19	21.240.987	15.930.741	37,0	13.915.400	10.436.550
E- Promoção de Acções de Recuperação do Passivo Ambiental	7	1.035.530	776.648	1,8	1.017.152	762.864
Total	194	57.333.146	41.460.133	100,0	41.308.928	30.392.363

A maioria dos projectos regionalizáveis localizam-se no litoral da região (45% da despesa pública aprovada).

Unidade: Euros

NUT III	Nº Proj.	Custo total	D. Pública	Fundo	Incidência	
					%	por hab.
Baixo Vouga	39	9.779.387	9.779.387	7.180.303	17,06	25
Baixo Mondego	38	9.350.021	9.350.021	6.932.588	16,31	28
Pinhal Litoral	20	6.907.593	6.907.593	4.884.475	12,05	28
Pinhal Interior Norte	11	5.854.621	5.854.621	3.668.236	10,21	42
Dão-Lafões	11	6.912.652	6.912.652	5.039.163	12,06	24
Pinhal Interior Sul	3	334.007	334.007	225.279	0,58	7
Serra da Estrela	3	672.061	672.061	453.504	1,17	13
Beira Interior Norte	7	3.222.345	3.222.345	2.416.759	5,62	28
Beira Interior Sul	4	4.552.414	4.552.414	3.348.792	7,94	58
Cova da Beira	3	831.765	831.765	623.824	1,45	9
Não Regionalizável	55	8.916.281	8.916.281	6.687.211	15,55	
Litoral	97	26.037.001	26.037.001	18.997.366	45,41	27
Interior	42	22.379.865	22.379.865	15.775.556	39,03	28
Total da Medida	194	57.333.146	57.333.146	41.460.133	100,00	32

Os indicadores físicos reflectem o tipo de acções apoiadas na zona costeira, na promoção do ambiente urbano e no controle da qualidade ambiental. Será ainda de realçar as intervenções na rede hidrográfica (82 Km de rede) como as que maior expressão têm nos projectos apoiados.

Indicador Físico	Unidade	Quantificação		
		Previsto	Resultados (31-12-2007)	
			Proj. aprov.	Execução
Extensão de costa intervencionada	km	12	12,89	12,29
Estações fixas instaladas para monitorização da qualidade do ambiente (água, ar e ruído)	nº	12	14	14
Postos de informação ao público no domínio do ambiente urbano (*)	nº	4	7	7
Acções de apoio à recuperação do passivo ambiental	nº	1	0	0
Linhas de água intervencionadas	Km		120,0	82,0

(**) - Referente aos Polis das cidades de Aveiro, Coimbra, Covilhã, Leiria, Viseu e Castelo Branco

Com as intervenções de requalificação urbana e de valorização ambiental das cidades serão beneficiadas cerca de 552 929 pessoas residentes nas mesmas.

Serão, ainda, de realçar as intervenções que contribuem para a promoção do turismo da natureza, com as quais se estima que se venham a abranger 30.200 pessoas.

Indicador de Resultado	Unidade	Quantificação		
		Previsto	Resultados (31-12-2007)	
			Proj. aprov.	Execução
Utilizadores das infra-estruturas de apoio ao turismo de natureza	nº	24000	30.200	21.300
% de território abrangido por estatuto de classificação, excepto área protegida de âmbito nacional (áreas protegidas de âmbito regional/local, sítio de rede Natura e ZPEs)	%	10		17,8
População a abranger por intervenções de requalificação urbana (*)	hab.	550.000	552.929	552.929

(*) - Referente aos Polis das cidades de Coimbra, Covilhã, Leiria, Viseu, Aveiro, Guarda e Castelo Branco

15. Medida III.14 - Agricultura e Desenvolvimento Rural

Até final de 2007 foram apreciadas 13.883 candidaturas em Unidade de Gestão. Destas 10.854 tiveram parecer favorável da Unidade de Gestão (78%). Foram, ainda, apreciadas 794 candidaturas, que no final do ano se encontravam em fase de audiência prévia aos promotores. Os motivos de indeferimento dos projectos com decisão já homologada em finais do ano (3.029 projectos), decorrem do não cumprimento de condições de acesso ou de selecção previstas no Complemento de Programação e Portarias regulamentadoras.

O número de projectos presentes em cada Unidade de Gestão é extremamente elevado, devido sobretudo a dois factores: a “dimensão” da Acção 1 em número de projectos e o processo inerente às audiências prévias dos projectos com parecer desfavorável, que na prática obrigam a uma dupla apreciação em Unidade de Gestão.

Das candidaturas aprovadas e homologadas 380 foram anuladas por desistência, não assinatura de contrato ou não execução no período previsto no contrato, pelo que no final do ano se encontravam aprovados 10.474 projectos que representam 99% do total da despesa pública da Medida.

O quadro seguinte sintetiza as aprovações ocorridas no ano e explicita as causas das diferenças do valor aprovado no final de 2007 e 2006.

Acções / Subacções	Aprovações a 31-12-2007		Aprovações a 31-12-2006		Projectos Aprovados em 2007		Reprog. e reduções por conclusão abaixo do aprovado
	Projectos (nº)	FEOGA	Projectos (nº)	FEOGA	Projectos (nº)	FEOGA	FEOGA
TOTAL	10.474	158.572.387	9.807	157.517.623	667	7.882.705	-6.827.940
Acção 1	8.369	35.361.038	7.776	32.990.564	593	2.363.912	6.563
1.1	8.369	35.361.038	7.776	32.990.563,74	593	2.363.912	6.563
Acção 2	95	5.015.192	90	4.746.777	5,00	284.619,78	-16.204,68
2.1	86	4.844.671	81	4.560.470,48	5	284.620	-420
2.2	9	170.521	9	186.306,14			-15.785
Acção 3	146	24.816.885	146	29.209.920	0	0	-4.393.035
3.1	38	5.145.458	38	5.842.159			-696.701
3.2	4	36.594	4	36.594			0
3.3	2	42.415	2	42.415			0
3.4	102	19.592.417	102	23.288.752			-3.696.335
Acção 4	66	6.709.627	61	6.720.579	5	17.268	-28.221
4.1	4	197.550	4	197.550			0
4.2	62	6.512.076	57	6.523.029	5	17.268	-28.221
Acção 5	168	42.661.622	156	43.742.377	12	1.069.970	-2.150.725
5.1	151	33.364.912	139	34.559.402	12	1.069.970	-2.264.460
5.2	14	8.984.405	14	8.871.905			112.500
5.3	3	312.305	3	311.070			1.235
Acção 6	919	25.702.179	869	23.545.891	50	2.418.321	-262.032
6.1	280	19.480.243	246	17.512.310	34	2.175.865	-207.932
6.2	639	6.221.936	623	6.033.581	16	242.456	-54.100
Acção 7	667	15.412.385	665	13.668.056	2	1.728.614	15.715
7.1	465	10.420.703	465	10.404.988			15.715
7.2	202	4.991.682	200	3.263.068	2	1728614,25	0
Acção 8	44	2.893.459	44	2.893.459			0

O volume de aprovações em 2007 foi residual e corresponde a candidaturas entradas em anos anteriores, algumas das quais já analisadas em Unidade de Gestão em Agosto e Outubro de 2006, mas que só vieram a ser homologadas em Janeiro e Março de 2007. De facto com a publicação da Portaria n.º 1390/2006 de 12 de Dezembro, ficou suspensa a admissão de novas candidaturas às Acções da Medida AGRIS do QCA III.

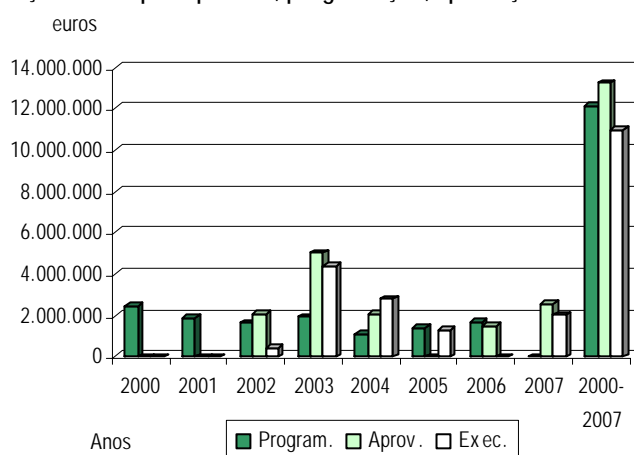
A execução de 2007 foi baixa (a menor dos últimos 6 anos) o que, aliado ao deficit de execução dos primeiros anos, levou ao não cumprimento dos objectivos mínimos para o cumprimento da regra n+2 do PO neste Fundo.

A baixa execução deve-se a vários factores, dos quais se destacam as medidas adoptadas, a nível nacional, relativas à aprovação de projectos. De facto já no ano de 2006 as aprovações ocorreram com prazos muito dilatados, projectos apreciados em Julho e Outubro de 2005, vieram a ser aprovados em Março de 2006. Por outro lado os executores e a tipologia de projectos da medida não facilita a execução, já que o avanço dos projectos está muito dependente do pagamento das ajudas, com alguma falta de regularidade, especialmente a partir de Setembro de 2006 até fim de Novembro desse ano e de Abril a Julho de 2007.

Unidade: Euros

Ano	Programação		Aprovação		Execução		Taxas DP(%)		
	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	A/P	E/P	EA
2000	32.413.558	23.821.997	0	0	0	0	0,0	0,0	
2001	36.213.551	26.622.918	28.824.006	20.400.946	5.950.348	4.267.885	79,6	16,4	20,6
2002	36.692.246	26.978.684	51.340.268	37.466.986	30.837.481	22.412.633	139,9	84,0	60,1
2003	33.457.410	24.599.169	34.259.828	24.350.436	23.771.744	16.842.795	102,4	71,1	69,4
2004	24.649.683	18.139.663	69.907.022	47.486.529	36.657.840	25.616.338	283,6	148,7	52,4
2005	31.822.632	23.417.341	26.585.433	18.592.377	34.932.371	24.473.756	83,5	109,8	131,4
2006	30.133.321	22.188.008	14.173.477	10.275.112	22.851.233	15.879.955	47,0	75,8	161,2
2007			0	0	19.717.035	13.917.640			
2000-2007	225.382.401	165.767.780	225.090.034	158.572.387	174.718.051	123.411.002	99,9	77,5	77,6
Total (2000-2008)	225.382.401	165.767.780	225.090.034	158.572.387	174.718.051	123.411.002	99,9	77,5	77,6

Evolução da despesa pública, programação, aprovação e execução

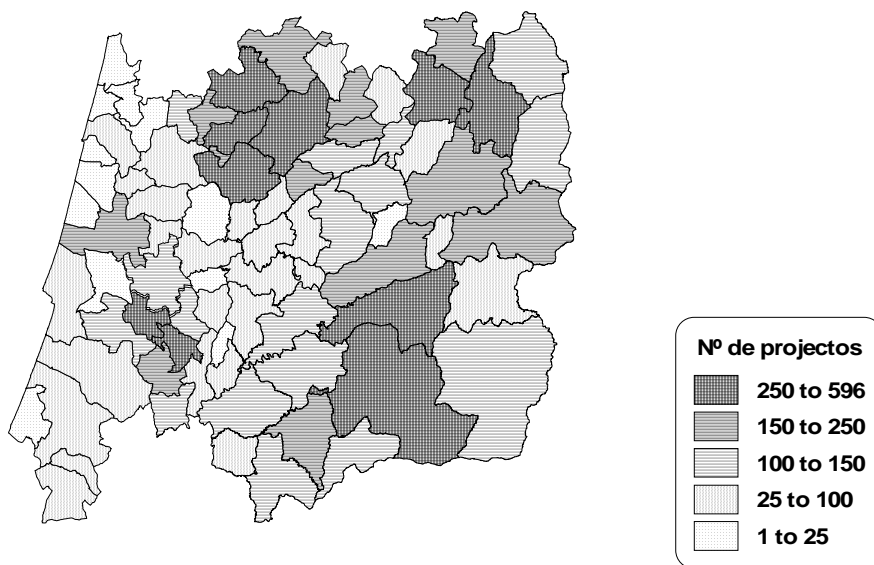


A maioria dos projectos aprovados localizam-se no interior da região (81% do total do investimento elegível), especialmente nas áreas da Beira Interior Norte e Sul e Dão-Lafões. Para tal facto contribuem, para além dos projectos de apoio à pequena agricultura, os de regadios colectivos e os da gestão sustentável e estabilidade ecológica das florestas.

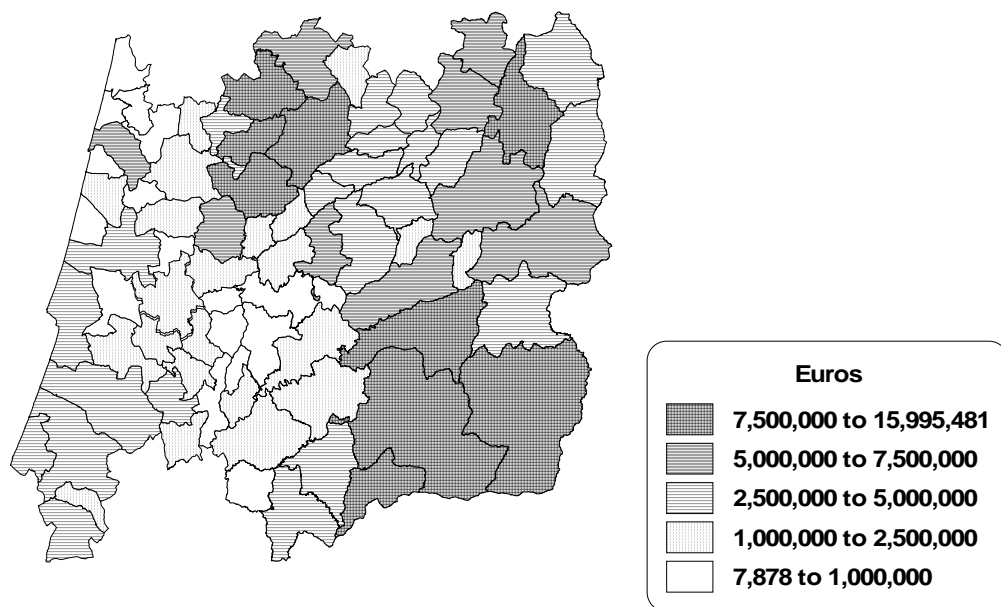
Unidade: Euros

NUT III	Nº Proj.	Custo total	D. Pública	Fundo	Incidência	
					%	por hab.
Baixo Vouga	371	14.891.143	11.373.149	7.999.657	5,12	39
Baixo Mondego	799	14.770.176	10.684.668	7.146.929	5,08	43
Pinhal Litoral	247	21.902.455	20.270.815	14.313.419	7,53	88
Pinhal Interior Norte	1.369	21.811.986	16.300.178	11.730.438	7,50	157
Dão-Lafões	3.219	74.632.835	54.137.333	38.323.992	25,66	261
Pinhal Interior Sul	604	10.665.031	7.170.540	5.058.164	3,67	238
Serra da Estrela	344	11.003.769	9.124.783	6.280.066	3,78	221
Beira Interior Norte	1.843	51.456.658	38.451.899	27.013.723	17,69	448
Beira Interior Sul	824	45.510.441	39.267.234	28.163.085	15,65	582
Cova da Beira	831	20.624.644	14.739.206	10.254.465	7,09	221
Não Regionalizável	23	3.623.876	3.570.229	2.288.451	1,25	
Litoral	1.417	51.563.774	42.328.632	29.460.004	17,73	53
Interior	9.034	235.705.364	179.191.173	126.823.931	81,03	293
Total da Medida	10.474	290.893.014	225.090.034	158.572.387	100,00	163

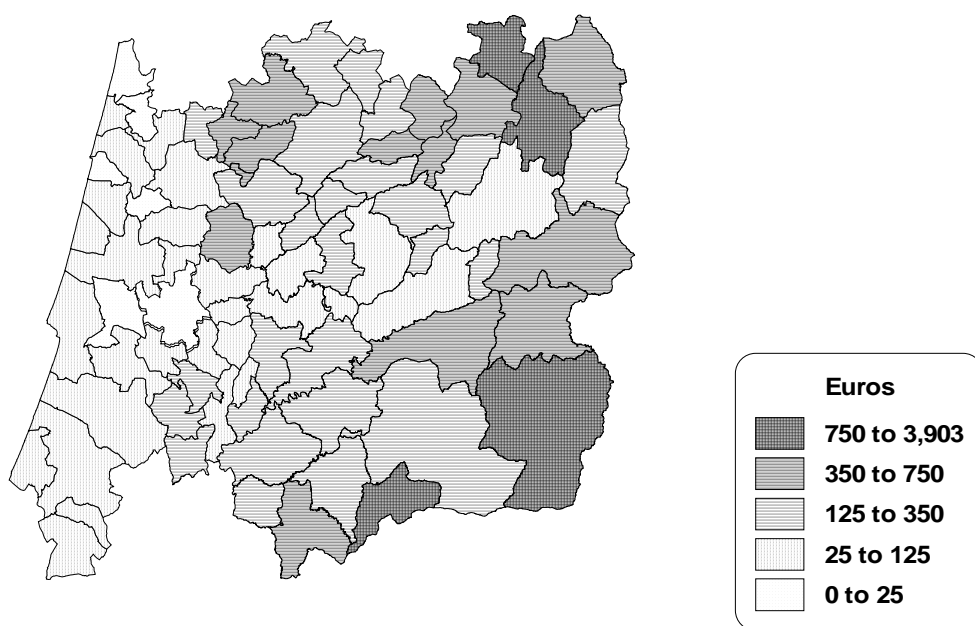
Medida 3.14 - Agricultura - Número de projectos aprovados até 31-12-2007



Medida 3.14 - Agricultura - Custo total aprovado até 31-12-2007



Medida 3.14 - Agricultura - Investimento por habitante aprovado até 31-12-2007



O quadro seguinte sintetiza os indicadores de realização física dos projectos aprovados e da execução. A medida AGRIS está em grande parte orientada para o apoio às explorações de pequena ou muito pequena dimensão, onde predomina o trabalho familiar e cuja actividade na

exploração contribui para uma parcela importante do rendimento familiar. Estas explorações, para além da importância no acréscimo do rendimento dos agregados familiares, desempenham um papel social e de preservação ambiental dos espaços rurais relevantes. Assim, para se avaliar a importância do apoio a estas pequenas explorações, não se deverá atender somente ao aumento da produtividade e da rentabilidade, mas também os benefícios, quer das condições de trabalho e conforto físico proporcionado pela substituição do trabalho manual pelo mecânico quer da valorização da produção auto-consumida, bem como os efeitos sobre o ordenamento e ocupação (contrariando a desertificação) do espaço rural. É neste contexto que se realça o volume de projectos apoiados pela Acção 1 (98% do total previsto até final do programa).

De salientar, também, o número de projectos aprovados na Acção 3 relativos à prevenção de riscos abióticos e à constituição de organizações de produtores florestais, na Acção 5 relativa à criação e beneficiação de infra-estruturas para otimizar a gestão dos recursos hídricos, na Acção 6 relativa à electrificação das explorações agro-florestais e de caminhos agrícolas e rurais, e na Acção 7 relativa à conservação do ambiente, à recuperação e valorização do património, da paisagem e de núcleos rurais.

Linha Acção	Indicador	Unidade	Quantificação			
			Previsto	Resultados (31-12-2007)		
				Proj. aprov.	Execução(*)	%
R1	Projectos aprovados	nº	8565	8.369	7.459	87
R1	Ajudas Públicas	mil euros	51863	50.311	45.654	88
R2	R2.1 Projectos para criação e modernização de unidades produtivas	nº	75	86	76	101
R2	R2.2 Projectos de incentivos a produtos de qualidade	nº	8	9	9	113
R2	R2.3 Projectos de criação e mod. De pequenas unidades artesanais	nº	10	0	0	0
R2	Ajudas Públicas	mil euros	6.827	7.148	6.532	96
R3	3.1 Organizações de produtores florestais constituídas	nº	38	38	2	5
R3	3.2 Entidades prestadoras de serviços florestais instaladas	nº	4	4	4	100
R3	3.3 Projectos de apoio à prestação de serviços florestais	nº	8	2	1	50
R3	R3.4. Projectos de apoio à prevenção de riscos bióticos e abióticos	nº	109	102	13	12
R3	R3.4. Área florestal coberta por planos de prevenção contra riscos bióticos e abióticos	ha	375.000	388.119	38.097	10
R3	Ajudas Públicas	mil euros	44755	38.880	23.498	53
R4	R4.1 Projectos de instalação de serviços de substituição e gestão	nº	4	4	2	50
R4	R4.2 Projectos de desenvolvimento de outros serviços à agricultura	nº	40	62	52	130
R4	Ajudas Públicas	mil euros	11299	8.946	7.625	67
R5	R5.1 Projectos relativos a novos regadios colectivos e a regadios tradicionais	nº	142	151	74	52
R5	Agricultores abrangidos pelos projectos relativos a regadios colectivos e tradicionais	nº	8700	12.698	4.888	56
R5	Área beneficiada pelos projectos de regadios colectivos e tradicionais	ha	4800	8.808	1.726	36
R5	Rede de rega criada ou beneficiada no âmbito dos projectos de regadios colectivos e tradicionais	km	410	378	183	45
R5	Projectos de reabilitação e modernização de perímetros de rega	nº	22	14	3	14
R5	Agricultores abrangidos pelos projectos de reabilitação e modernização dos perímetros de rega	nº	5360	14.765	55	1
R5	Área beneficiada pelos projectos de reabilitação e modernização dos perímetros de rega	ha	14000	44.216	3.065	22
R5	Rede de rega nova ou reabilitada nos perímetros de rega	km	30	33	6	19
R5	Projectos de emparcelamento aprovados	nº	5	3	0	0
R5	Agricultores abrangidos por projectos de emparcelamento	nº	2200	1.846	0	0
R5	Área beneficiada por projectos de emparcelamento	ha	2500	771	0	0
R5	Ajudas públicas	mil euros	60.027	56.882	46.099	77
R6	Projectos de caminhos agrícolas e rurais	nº	178	280	172	97
R6	Rede viária nova ou beneficiada	km	810	598	323	40
R6	Explorações agrícolas beneficiadas pelos projectos de caminhos agrícolas e rurais	nº	8600	14.242	8.990	105
R6	Projectos de electrificação	nº	599	639	562	94
R6	Linhas de média tensão instaladas	km	700	315	285	41
R6	Linhas de baixa tensão instaladas	km	600	410	376	63
R6	Explorações agrícolas e unidades agro-industriais beneficiadas pelos projectos de electrificação	nº	4500	1.742	1.601	36
R6	Ajudas Públicas	mil euros	30602	38.486	29.073	95
R7	Projectos de recuperação e valorização do património, da paisagem e de núcleos rurais	nº	339	465	257	76
R7	Projectos de conservação do ambiente e dos recursos naturais	nº	269	202	190	71
R7	Ajudas Públicas	mil euros	15301	20.578	13.490	88
R8	Projectos aprovados	nº	52	44	7	13
R8	Ajudas Públicas	mil euros	4708	3.858	2.748	58

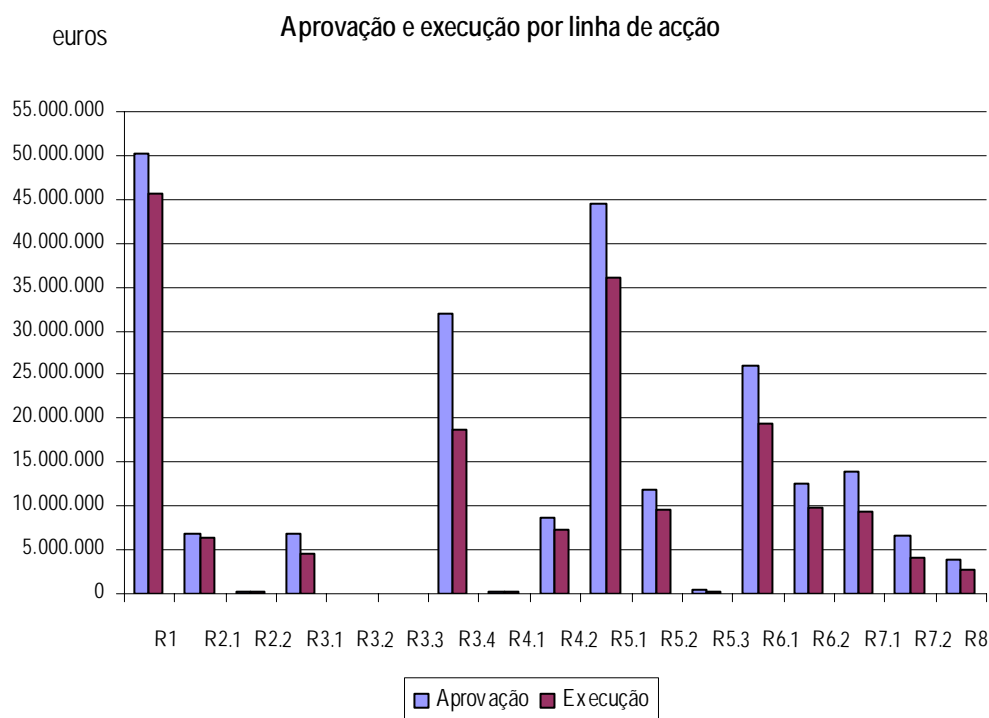
(*)Valores relativos a nº de projectos concluídos e despesa pública executada.

Análise por acção e sub-acção

De salientar o facto de todas as linhas de acção terem projectos aprovados. Os da Acção 1, de apoio à pequena agricultura, são os de maior número (80%) representando no entanto cerca de 22% do valor da ajuda. Para além destes, com peso significativo, são de salientar os da Acção 3, no que respeita à prevenção de riscos provocados por agentes bióticos e criação de organizações de produção florestal, os da Acção 5, no que respeita aos recursos hídricos, os da Acção 6, caminhos e electrificação, e os da Acção R7.1, recuperação e valorização do património e da paisagem rural.

Unidade: Euros

Tipologia de Acção	Aprovações				Execução (2000-2007)		
	Nº Proj.	D. Pública	Fundo	% (D. P.)	D. Pública	Fundo	% (D. P.)
R1 Diversificação na pequena agricultura	8.369	50.310.915	35.361.038	22,4	45.653.564	32.077.052	26,1
R2.1 Criação e modernização de unidades produtivas	86	6.920.958	4.844.671	3,1	6.310.642	4.417.450	3,6
R2.2- Incentivos a produtos de qualidade	9	227.361	170.521	0,1	220.943	165.707	0,1
R3.1 Instalação de organizações de produtores florestais	38	6.860.611	5.145.458	3,0	4.616.254	3.462.191	2,6
R3.2 Apoio à constituição e instalação de prestadores de serviços florestais	4	51.645	36.594	0,0	41.356	28.949	0,0
R3.3- Apoio à prestação de serviços florestais	2	56.553	42.415	0,0	34.742	26.057	0,0
R3.4- Prevenção de riscos prov. agentes bióticos e abióticos	102	31.911.516	19.592.417	14,2	18.805.784	11.396.140	10,8
R4.1- Instalação de serviços de substituição e de gestão das explorações agrícolas	4	263.400	197.550	0,1	244.270	183.202	0,1
R4.2- Desenvolvimento de outros serviços à agricultura	62	8.682.768	6.512.076	3,9	7.380.290	5.535.218	4,2
R5.1 Novos regadios colectivos e beneficiação de regadios tradicionais	151	44.486.550	33.364.912	19,8	36.144.701	27.108.526	20,7
R5.2 Reabilitação e modernização dos perímetros de rega	14	11.979.206	8.984.405	5,3	9.694.961	7.262.527	5,5
R5.3- Emparcelamento rural	3	416.407	312.305	0,2	259.446	194.584	0,1
R6.1 Caminhos agrícolas e rurais	280	26.042.130	19.480.243	11,6	19.312.472	14.497.306	11,1
R6.2 Electrificação	639	12.443.871	6.221.936	5,5	9.760.282	4.880.139	5,6
R7.1 Recuperação e valorização do património, da paisagem e dos núcleos populacionais em meio rural	465	13.918.879	10.420.703	6,2	9.370.140	7.027.606	5,4
R7.2 Conservação do ambiente e dos recursos naturais	202	6.659.317	4.991.682	3,0	4.119.951	3.087.158	2,4
R8- Dinamização do desenvolvimento agrícola e rural	44	3.857.946	2.893.459	1,7	2.748.252	2.061.190	1,6
Total	10.474	225.090.034	158.572.387	100,0	174.718.051	123.411.002	100,0

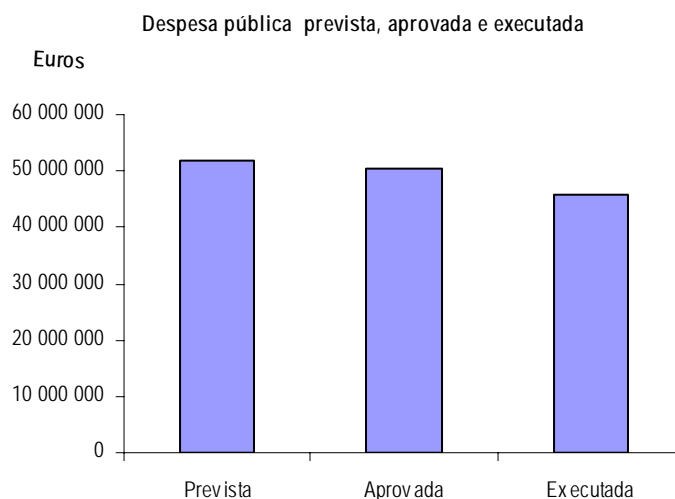


Segue-se uma análise sumária de cada uma das acções. É de referir que os valores que se apresentam como valores programados em cada acção correspondem aos valores de ajuda previstos nos indicadores de acompanhamento do Complemento de Programação.

Acção 1. Diversificação na pequena agricultura

Nesta Acção foram aprovadas cerca de 80% do total de candidaturas da Medida, embora a Despesa Pública aprovada tenha um peso significativamente inferior, o que reflecte naturalmente a natureza deste tipo de projectos e dos montantes envolvidos (o montante médio de investimento aprovado por projecto é de 12 200 euros).

A programação financeira desta Acção para 2000-2008 prevê um orçamento de despesa pública de cerca de 51,8 milhões de euros, tendo sido aprovados projectos no montante de 50,3 milhões de euros de despesa pública, o que se traduz numa taxa de aprovação de 97%.



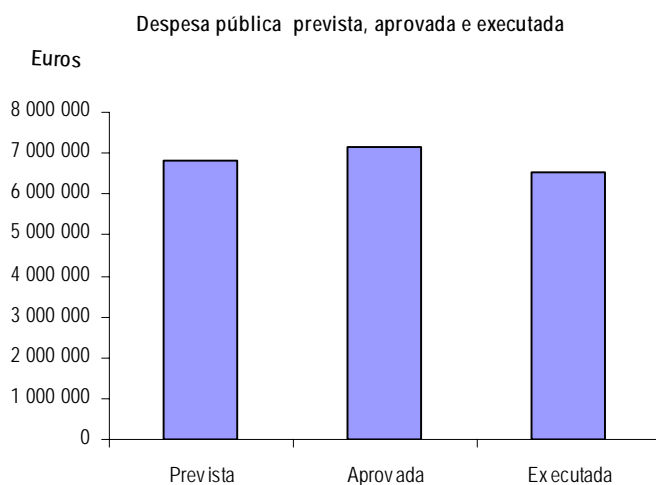
A execução é de 88% e 90,7%, executado/previsto e executado/aprovado, respectivamente. Este último indicador revela que a execução dos projectos é relativamente rápida a que não é alheia o montante e tipo de investimento predominante.

Nesta Acção continua a verificar-se uma predominância acentuada dos investimentos em equipamentos, seguindo-se os melhoramentos fundiários. Esta tendência que se mantém desde o início do QCA III, não é muito diferente da verificada com outros instrumentos financeiros de apoio, nomeadamente a Medida 1 do AGRO, apesar desta Acção prever apoios para investimentos no âmbito da diversificação de actividades. As subacções 2 e 3, designadamente “Diversificação de actividades na exploração agrícola” só deverá ter expressão depois de serem melhoradas condições de funcionalidade e de trabalho das pequenas explorações e que são apontadas pelos detentores destas explorações como os seus estrangulamentos prioritários.

Acção 2. Desenvolvimento dos produtos de qualidade

No período em análise foram aprovadas 95 candidaturas, sendo a maioria na sub-acção 2.1 - (86) e com localização predominante na Região da Beira Interior - (71).

As aprovações representam 105% do previsto e a execução é de 96% e 91,4%, executado/previsto e executado/aprovado, respectivamente.



A maior incidência das aprovações na Beira Interior explica-se pela especificidade desta Acção - apoio a unidades agro-industriais de produtos com modos particulares de produção - DOP (Denominação de Origem Protegida), IGP (Indicação Geográfica Protegida), AB (Modo de Produção Biológica), etc -, no caso da Subacção 2.1, e pelo peso relativo dos produtos com tais denominações nesta área, sobretudo no que diz respeito ao sector do leite/queijo de pequenos ruminantes e do azeite.

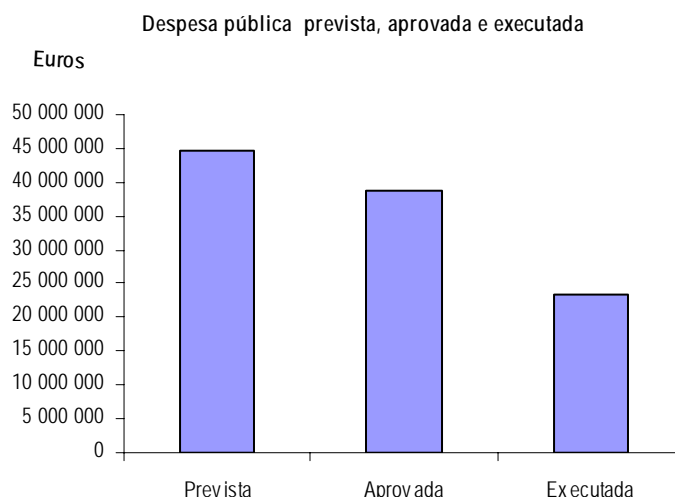
No que diz respeito à sub-acção 2.2., relativa ao apoio às entidades gestoras das Menções Protegidas e às entidades de Controlo e Certificação, visando o desenvolvimento de acções que promovam o reforço dos sistemas de comercialização e controlo das especificidades e qualidade dos produtos, verificou-se uma execução relativamente baixa, devido ao facto destas entidades terem já sido contempladas com tais apoios no QCAII e, sobretudo devido ao facto de as acções orientadas para a promoção dos produtos terem deixado de ser comparticipadas neste quadro comunitário. Os 9 projectos aprovados, da Beira Litoral, incidem em produtos como o queijo, frutas, azeite e pequenos ruminantes.

Apesar da taxa de aprovação da acção 2 se encontrar acima do previsto, com uma elevada pressão de procura, não se verifica uma correlação significativa entre o volume de investimento aprovado e o consequente aumento da oferta de produtos com menção legalmente consignada (DOP's, IGP's, etc) no mercado. Esta situação é particularmente notória no sector dos azeites e em menor expressão nos queijos e fruticultura. Tal facto resulta em parte da incipiente estrutura organizativa por parte da produção, a nível comercial, particularmente no sector do azeite, situação que começa a apresentar uma inversão de tendência. Concorrem ainda para esta realidade dois factores preponderantes: - por um lado a metodologia associada ao sistema de controlo e certificação, manifestamente inadequado para a dimensão da produção e por outro a apropriação por parte da grande distribuição da quase totalidade da mais valia destes produtos, associada à grande pressão sobre os produtores com melhor capacidade produtiva para a integração de clubes de produtores daquelas unidades.

Acção 3. Gestão sustentável e estabilidade ecológica das florestas

Nesta Acção foram aprovados 146 projectos, com uma despesa pública correspondente a 87% do previsto. A maior incidência diz respeito à sub-acção 3.4- Prevenção riscos provocados por agentes bióticos e abióticos (83% do total da acção), não se registando aprovações na sub- acção 3.5. - Valorização e conservação de espaços florestais de interesse público.

Na sub- acção 3.5. - Valorização e conservação de espaços florestais de interesse público o principal factor que conduziu ao insucesso desta sub-acção foi o facto do prémio atribuído aos promotores não ser suficiente para fazer face às despesas resultantes da implementação de um plano de gestão florestal nessas áreas. Na realidade, 40-120 euros/ano/ha, é um valor que não cobre as despesas resultantes das intervenções culturais de que essas áreas carecem.



A taxa de execução desta Acção é baixa (60,4% do aprovado), devido a uma série de factores complementares:

A complexidade formal das três primeiras sub-acções, tendo como objectivos, entre outros, a criação de novas dinâmicas de organizações de produtores florestais, locais e regionais, o apoio à prestação de serviços florestais e à capacidade técnica de intervenção no sector. De qualquer modo, a execução da primeira sub-acção – instalação de organizações de produtores florestais –, está de acordo com a programação inicial, o mesmo não se verificando nas restantes sub-acções, quer pela inovação na sua formulação, quer sobretudo pela dificuldade de enquadramento dos beneficiários e despesas elegíveis.

A sub-acção 3.4 é aquela que na prática apresenta maiores desvios relativamente ao programado. O atraso no início da implementação desta sub-acção devido à dificuldade de enquadrar os proprietários florestais dos territórios alvo – os primeiros projectos só foram aprovados em 2004 –, a programação plurianual dos investimentos (a maioria distribuída por 5 anos), o elevado número de rubricas de investimento, a dificuldade na adjudicação dos trabalhos em tempo útil, por parte das entidades públicas e a ocorrência de um número significativo de incêndios, tem obrigado a reprogramações sucessivas e ao adiamento das intervenções previstas em cada ano.

Estas sub-acções e a Acção no seu conjunto, aproximam-se dos pontos mais sensíveis da floresta na Região Centro, nomeadamente no que diz respeito à sua dimensão/ parcelamento. Tendo como pano de fundo a Lei de Bases da Política Florestal, a sua estruturação com objectivos, elegibilidades, ajudas, sistema de convite público, etc., muito abrangente, obriga a uma execução muito acompanhada, num quadro de gestão complexo dificultado pelos compromissos de cada projecto distribuídos por um período longo de anos e em que raramente são cumpridas na totalidade as programações anuais dos investimentos

Refira-se que esta Acção não se aplica na área geográfica abrangida pela Acção Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior, que tem dotações financeiras específicas para a sua implementação.

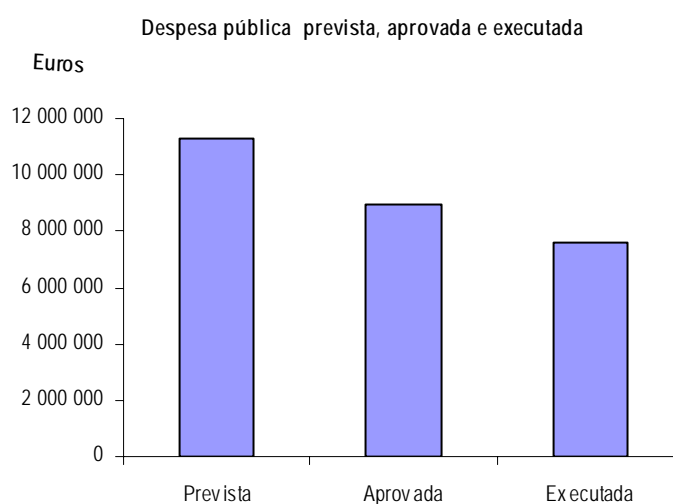
Acção 4. Serviços à agricultura

Foram aprovados 66 projectos, com uma ajuda de 8,95 milhões de euros, o que representa 79% do previsto.

A maioria diz respeito à sub-acção 4.2- Desenvolvimento de outros serviços à agricultura (97% da ajuda). A execução é relativamente elevada (85% do aprovado).

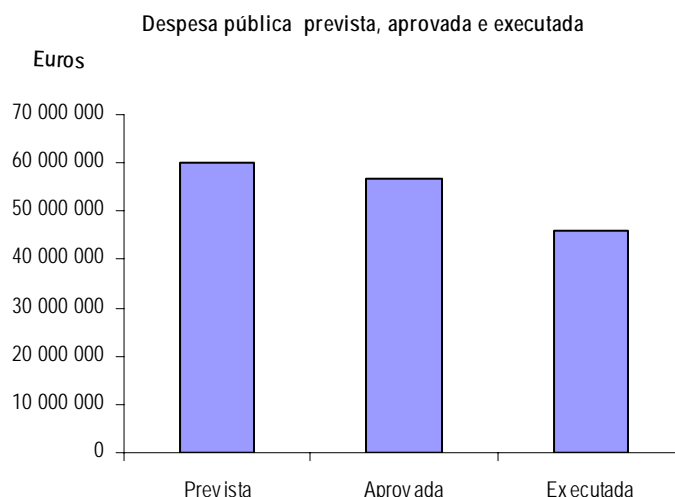
Esta Acção tem como objectivos básicos o apoio à prestação de serviços agrícolas não directamente ligados ao processo produtivo através das organizações de produtores. A subacção relativa ao melhoramento das raças autóctones (Ovelha Merino da Beira Baixa, Ovelha Mondegueira, Ovelha Bordaleira Serra de Estrela, Raça Bovina Marinhoa, Cabra Charnequeira) e da Raça Bovina Frísia, pelas suas características (programas anuais e despesas elegíveis padronizadas) tem uma execução elevada. Relativamente à subacção Apoio à Prestação de Serviços Agrícolas, realizou-se um convite público, encontrando-se os projectos numa fase final de execução. Da avaliação que já é possível fazer, permite constatar que a tipologia de oferta de serviços constante do convite público se dirige para um nível organizacional das estruturas do associativismo agrícola que, de um modo geral, se encontra ainda algo distante da nossa realidade. Com efeito a procura por parte das estruturas associativas é claramente dirigida para a prestação de serviços aos seus associados, que de algum modo envolvem o processo produtivo, o que é condicionado pela própria regulamentação comunitária.

O facto dos apoios previstos na sub-acção 4.2 não ser atribuído directamente aos agricultores que recorrem à prestação de serviços, não permite avaliar a capacidade de resposta e qualidade dos serviços prestados, e limita a dinamizar uma maior competitividade entre prestadores de serviços.



Acção 5. Gestão dos recursos hídricos e emparcelamento

Nesta Acção foram aprovadas 168 candidaturas, envolvendo um montante de investimento superior a 56,9 milhões de euros. Quer o número de projectos, quer os montantes envolvidos encontram-se dentro dos parâmetros previstos, embora a execução (executado/previsto e executado/aprovado) ronde ainda os 77% e 81% respectivamente.



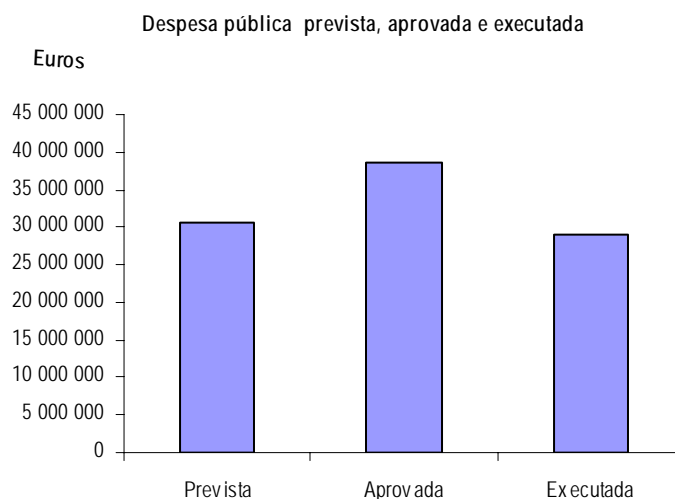
Como se tratam de investimentos de alguma dimensão física e financeira (caso dos novos regadios colectivos e dos perímetros de rega), com uma execução plurianual, sujeitos a regras muito estritas, incluindo estudos de impacte ambiental, e a concursos públicos, a sua execução arrasta-se normalmente pelo período do Quadro Comunitário.

O investimento em regadios é considerado estratégico na política agrícola e de desenvolvimento rural, suportando esta acção um conjunto de investimentos nos principais regadios e perímetros de rega da região centro.

Acção 6. Caminhos e electrificação agrícola

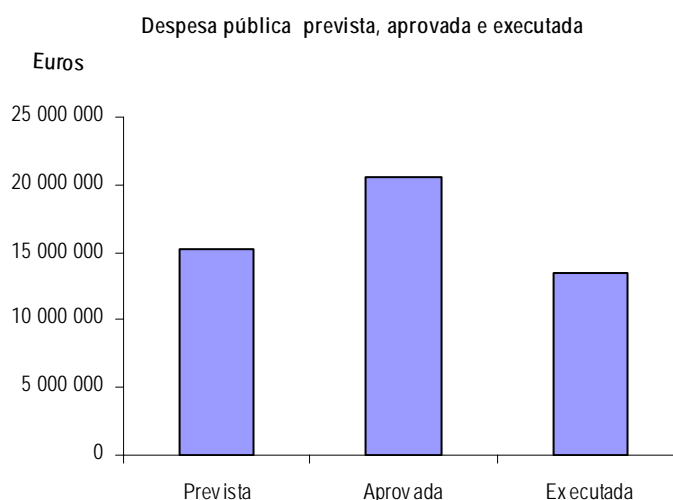
Esta Acção tem níveis de execução (aprovado/previsto) muito elevados (foram aprovadas 919 candidaturas com uma despesa pública de 38,5 milhões de euros o que representa 126% do previsto. De facto, no caso dos caminhos agrícolas e rurais, a natureza dos promotores (essencialmente autarquias locais) aumentam fortemente a procura deste tipo de apoios.

A execução atinge 95% do previsto, mas bastante aquém do aprovado, quer da sub-acção dos caminhos quer na da electrificação, com 74% e 78%, respectivamente.



Acção 7. Valorização do ambiente e do património rural

Foram aprovados 667 projectos (465 relativos à subacção 7.1. – Recuperação e valorização do património, da paisagem e dos núcleos populacionais em meio rural, e 202 à subacção 7.2. - Conservação do ambiente e dos recursos naturais), representando 134% da despesa pública prevista para o período 2000-2006. O nível de execução é baixo, quer na sub-acção 7.1 quer na sub-acção 7.2 (67% e 62% do aprovado, respectivamente).



A Subacção 7.1. tem uma elevada procura, quer porque os beneficiários são essencialmente autarquias locais ou Associações de Desenvolvimento Local, quer porque a consideram um complemento de outros meios de financiamento, nomeadamente o Programa LEADER +. A tipologia das intervenções e o facto do processo de implementação desta subacção estar associado à apresentação de um Plano de Intervenção para posterior enquadramento dos projectos, contribui para reforçar as dinâmicas ao nível dos territórios rurais e promover uma maior coerência e articulação com outras iniciativas, como as referidas anteriormente.

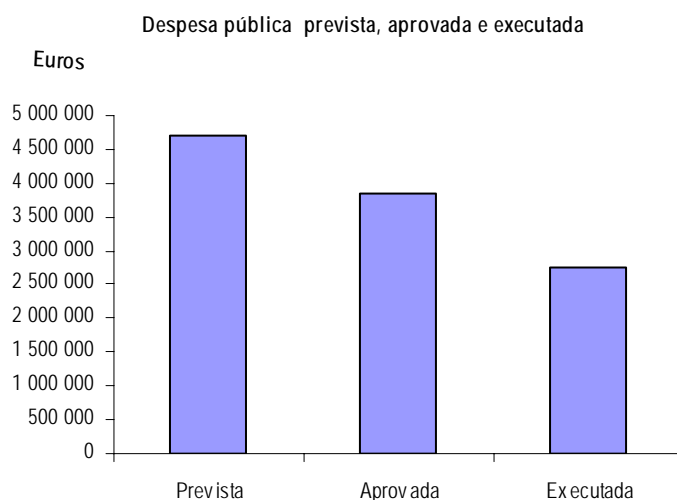
No caso da Sub-acção 7.2. – Conservação do ambiente e dos recursos naturais, a execução foi fortemente dinamizada pelo enquadramento dos investimentos de carácter ambiental nos lagares de azeite. Neste caso específico, os investimentos apoiados tiveram um impacto significativo no processo de licenciamento dos lagares.

Acção 8. Acções integradas de dinamização agrícola e rural

Nesta Acção foram aprovados 44 projectos com uma despesa pública de 3.9 milhões de euros, correspondente a 82% do previsto. A execução é da 71% do valor aprovado.

Atendendo à sua especificidade, esta Acção constitui um importantíssimo instrumento de apoio a iniciativas que levem à ultrapassagem de estrangulamentos numa determinada fileira ou de fragilidades detectadas num determinado território, constituindo o catalizador de iniciativas potenciais beneficiárias de outros apoios públicos que, de uma forma mais coerente e articulada, podem ser implementados nos espaços rurais e nos sectores estratégicos.

O facto dos projectos aprovados nesta acção terem iniciado apenas em 2004 e 2005 limitou os objectivos que levaram à inclusão da acção na medida AGRIS.



16. Medida III.15 - Pescas - Infra-estruturas de Portos

Em 2007 foi aprovada uma candidatura, que tinha sido apreciada em Unidade de Gestão no final do ano de 2006, ficando um total de 7 candidaturas aprovadas.

Reportando a situação a 31 de Dezembro de 2007, a medida apresenta uma elevada taxa de compromisso. As aprovações representam, 110% do total programado. A taxa de execução teve um acréscimo significativo a partir de 2003, atingindo 90% do total programado. Apesar da tendência francamente positiva de aumento, a taxa de execução registada está aquém do pretendido. Os motivos prendem-se essencialmente com atrasos na execução dos projectos e a processos de pedidos de pagamento apresentados sem a totalidade dos elementos necessários à verificação e aceitação.

Unidade: Euros

Ano	Programação		Aprovação		Execução		Taxas (%)		
	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	A/P	E/P	E/A
2000	2.433.000	1.824.000	0	0	0	0	0,0	0,0	
2001	1.896.000	1.422.000	0	0	0	0	0,0	0,0	
2002	1.653.000	1.240.000	2.087.791	1.565.843	458.085	343.563	126,3	27,7	21,9
2003	1.913.000	1.435.000	5.024.523	3.768.393	4.362.302	3.271.727	262,7	228,0	86,8
2004	1.131.440	849.000	2.085.161	1.563.870	2.808.633	2.106.475	184,3	248,2	134,7
2005	1.367.750	1.025.960	0	0	1.282.574	961.931	0,0	93,8	
2006	1.709.104	1.281.513	1.510.350	1.132.762	0	0	88,4	0,0	0,0
2007			2.527.348	1.895.511	2.028.256	1.521.192			80,3
2000-2007	12.103.294	9.077.473	13.235.172	9.926.379	10.939.851	8.204.888	109,4	90,4	82,7
Total (2000-2008)	12.103.294	9.077.473	13.373.120	10.029.840	10.939.851	8.204.888	110,5	90,4	81,8

O número de intervenções de beneficiação ou construção em portos de pesca concluídas até final de 2007 correspondem às intervenções previstas. As intervenções aprovadas beneficiam cerca de 530 embarcações.

Indicador Físico	Unidade	Quantificação		
		Previsto	Resultados (31-12-2007)	
			Proj. aprov.	Execução
Intervenções de beneficiação ou construção em portos de pesca	nº	5	7	5
embarcações servidas	nº		533	453

17. Medida III.16 - Pescas: Equipamentos de Transformação

Na sequência da aprovação de alterações ao Complemento de Programação, foram publicados, em 2003, o Decreto-Lei nº 109/2003 e a Portaria nº 934/2003, no sentido de preverem outro tipo de projectos e de beneficiários. Com o objectivo de prorrogar o prazo previsto no Regulamento da Componente Pesca dos Programas Regionais do Continente (MARIS), para efeitos de apresentação de candidaturas, foi publicada a Portaria nº 339/2006, de 8 de Setembro.

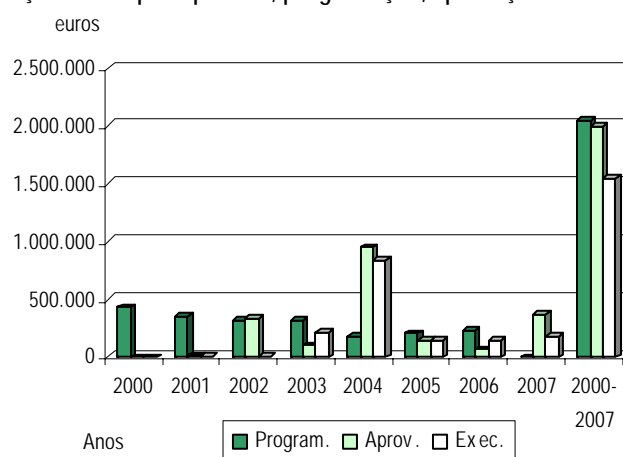
Desde o 2º semestre de 2005 intensificaram-se as acções de divulgação e informação MARIS através de reuniões com potenciais promotores e com uma nova circular junto dos potenciais beneficiários. Foi assim possível garantir em 2006 aprovações de projectos que comprometem a totalidade da verba da medida.

Neste contexto no final de 2007 estavam aprovadas 25 candidaturas, a que corresponde uma taxa de aprovação/programação da ordem dos 113%. De referir que, dos 25 projectos aprovados, 3 estão condicionados à existência de disponibilidade orçamental.

Unidade: Euros

Ano	Programação		Aprovação		Execução		Taxas (%)		
	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	A/P	E/P	E/A
2000	432.978	314.978	0	0	0	0	0,0	0,0	
2001	357.977	261.977	16.180	12.135	4.194	3.145	4,5	1,2	25,9
2002	319.977	234.977	336.123	252.093	11.827	8.870	105,0	3,7	3,5
2003	319.977	234.977	101.390	86.946	219.079	175.212	31,7	68,5	216,1
2004	177.637	139.977	947.695	775.462	835.044	659.498	533,5	470,1	88,1
2005	205.997	162.977	148.740	118.759	148.740	113.727	72,2	72,2	100,0
2006	234.777	187.137	70.350	57.981	145.748	130.063	30,0	62,1	207,2
2007			372.502	268.984	179.038	155.251			48,1
2000-2007	2.049.320	1.537.000	1.992.980	1.572.358	1.543.669	1.245.767	97,3	75,3	77,5
Total (2000-2008)	2.049.320	1.537.000	2.321.853	1.756.664	1.543.669	1.245.767	113,3	75,3	66,5

Evolução da despesa pública, programação, aprovação e execução



Após o progresso evidente em termos de execução verificada em 2004, a execução registada em 2007 foi mais modesta mas mesmo assim superior à do ano de 2006, tendo permitido a observância da regra n+2.

Dada a especificidade da medida a maioria dos projectos localizam-se no litoral da Região.

Unidade: Euros

NUT III	Nº Proj.	Custo total	D. Pública	Fundo	Incidência	
					%	por hab.
Baixo Vouga	10	835.828	745.362	595.396	30,76	2
Baixo Mondego	12	1.234.428	929.871	738.453	45,44	4
Beira Interior Norte	2	621.298	621.298	403.823	22,87	5
Não Reg.	1	25.323	25.323	18.992	0,93	
Litoral	22	2.070.256	1.675.233	1.333.849	76,20	2
Interior	2	621.298	621.298	403.823	22,87	1
Total da Medida	25	2.716.876	2.321.853	1.756.664	100,00	2

Os projectos aprovados, 22 projectos se excluirmos os aprovados em *overbooking*, constituem um bom indicador em termos de projectos previstos no Complemento de Programação. Em todos os indicadores previstos o número de projectos aprovados ultrapassa a meta prevista.

Indicador Físico	Unidade	Quantificação		
		Previsto	Resultados (31-12-2007)	
			Proj. aprov.	Execução
projectos colectivos de apoio à aquicultura	N.º	2	3	2
projectos de equipamentos de portos de pesca	N.º	5	13	5
projectos para a promoção do desenvolvimento qualidade e normalização dos produtos da pesca	N.º	2	9	9

VI

**Procentro: administração, gestão e respeito pelas
políticas comunitárias**

I – Gestão e Administração

1. Comissão de Acompanhamento

Em 2007 foram realizadas duas consultas escritas aos membros da Comissão de Acompanhamento.

A primeira teve como objectivo a apreciação do Relatório de Execução Anual de 2006, não tendo sido apresentadas quaisquer objecções de fundo ao seu conteúdo.

Na segunda foi aprovada a adaptação do Complemento de Programação, de modo a reflectir no plano financeiro os novos montantes programados na componente FEOGA, na sequência da decisão da Comissão Europeia n.º C(2007) 3860, de 06.08.2007. Através desta decisão, os montantes programados desta componente foram alterados por não se ter cumprido a regra do ano n+2, ou seja, não se atingiu até ao final de 2006, em pagamentos por conta e em pedidos de pagamentos, os montantes programados até ao final de 2004. Deste modo, o montante programado do fundo FEOGA diminui em 8.948.283 euros, passando para 194.732.717 euros, sendo a participação total dos fundos comunitários do Programa de 1.786.436.789 euros.

2. Alteração do Programa Operacional

A alteração ocorrida no Programa, tal como referido no ponto anterior, decorre do não cumprimento da meta de execução nas medidas com participação do FEOGA, em termos de regra n+2, no ano de 2006. A diminuição do valor FEOGA teve incidência no Eixo II e III, em 3.600.000 euros e 5.348.283 euros, respectivamente. O novo plano financeiro aprovado através da decisão da Comissão Europeia n.º C(2007) 3860, de 06.08.2007, teve por base uma proposta de afectação da redução por Eixo prioritário, naqueles montantes.

No anexo IX estão sintetizados os movimentos financeiros ocorridos no Programa, Fundo e Medida com esta alteração.

3. Sistema de Informação

Em 2007, verificou-se a utilização dos sistemas de informação desenvolvidos pelas autoridades de gestão e de pagamento dos Fundos (Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, IP/IFDR; Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu/IGFSE, Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar/GPPAA e Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura/DGPA), ou seja, o Sistema de Informação para os Fundos Estruturais e de Coesão (SIFEC/módulo FEDER); o Sistema Integrado de Informação do Fundo Social Europeu (SIIFSE); o Sistema de Informação Agricultura e Desenvolvimento Rural (SIADRU) e o Sistema Integrado de Informação das Pescas (SI2P).

Ao nível do SIFEC/Módulo FEDER encontra-se actualizada a informação financeira (programação, aprovação e execução). Foi inserida a execução ao nível dos indicadores de acompanhamento da realização física dos projectos, relativamente à data de referência de 31 de Dezembro.

Permaneceram, à semelhança dos anos anteriores, algumas dificuldades e instabilidade na obtenção dos relatórios e no funcionamento do SIFEC - módulo FEDER, particularmente ao nível da reprogramação financeira e finalização dos projectos. No entanto, o IFDR tem disponibilizado prontamente todos os pedidos de informação que são solicitados por este PO.

O IFDR procedeu à alteração da versão 5.0.1 para 6.0.0, em Novembro, para “correção de diversas disfunções impeditivas de utilizar o SIFEC como ferramenta de certificação”. Foi ainda disponibilizado um documento síntese explicativo das mudanças verificadas, essencialmente ao nível do registo de pedidos de pagamento e pagamentos.

Foram pedidas e satisfeitas, ainda, diversas alterações ao IFDR relativamente aos dados inseridos nos projectos, ao NIPC e à designação das entidades executoras e aos utilizadores e seus perfis.

No SIIFSE, apenas a medida (III.2) desconcentrada da Educação - Ensino Profissional se encontra integrada, sendo os modelos das restantes medidas introduzidos através da digitação directa.

A informação de carácter financeiro (programação, aprovação e execução) encontra-se actualizada, quer em termos da figura de gestor integrado, como na de gestor não integrado. Na medida desconcentrada III.3 - Promoção da empregabilidade e do emprego ao nível local (FSE), “o registo e análise financeira das candidaturas, o processo de análise e gestão subsequentes dos pagamentos é feita utilizando as aplicações informáticas disponibilizada pelo POEFDS, funcionando em VAX”.

Desde 2005, a gestão e acompanhamento das medidas FEOGA-O passou a ser efectuada através do SIADRU, estando em plena produção as acções das medidas FEOGA-O (II.7 - Acção Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior e III.14 - Agricultura e Desenvolvimento Rural).

No SI2P (medida IFOP: III.16 - Pescas - equipamentos e transformação), ao nível do Coordenador, foi efectuada em 2003 a ligação da Direcção Regional das Pescas e Aquicultura do Centro ao módulo de gestão de projectos do sistema de informação da Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura e em 2004 decorreu a recuperação do histórico, estando actualizada a informação.

No sentido de colmatar as actuais deficiências do sistema de informação de gestão, foram estabelecidos contactos com outros PO que desenvolveram sistemas integrados de informação próprios com vista à sua cedência. Foi solicitada à CCDR LVT a cedência do sistema de informação próprio, contratadas as adaptações para o PO Centro (SIPO Centro) e estando concluída a sua implementação e em pleno funcionamento para os projectos das medidas FSE.

Foi ainda incluído no sistema SIPO Centro o “Programa Estágios Profissionais na Administração Local (PEPAL)” da medida I.6 - Desenvolvimento dos Recursos Humanos, com vista à gestão on-line de toda a tramitação das candidaturas.

Em termos do controlo de 1º nível, são efectuados os registos do plano anual, mapa de acompanhamento trimestral, relatório anual de síntese e as acções, nos sistemas integrados de informação já implementados (SIFEC e SIIFSE). É, ainda, utilizado como solução complementar o Sistema de Informação de Gestão dos Instrumentos e Fundos Estruturais (SIGIFE), desenvolvido pela Inspecção-Geral de Finanças, em Access, para os fundos FEDER, IFOP e FEOGA-O.

4. Utilização da Assistência Técnica

Algumas limitações nacionais na contratação de pessoas para as Estruturas de Apoio Técnico tem condicionado a utilização prevista nas medidas de assistência técnica, tendo sido possível

libertar verbas destas medidas no âmbito da reprogramação do Programa Operacional ocorrida em 2006.

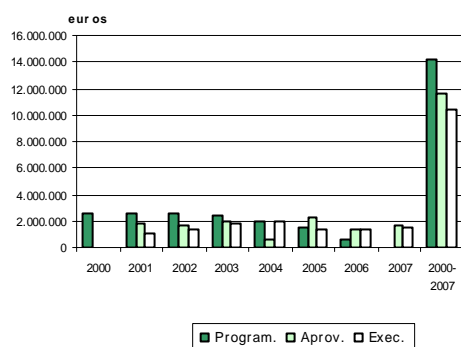
A taxa de aprovação é da ordem dos 93% e a taxa de execução de 76% da despesa programada até final de 2006.

Unidade: Euros

Ano	Programação		Aprovação		Execução		Taxas (%)		
	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	A/P	E/P	E/A
2000	3.943.829	2.902.671	0	0	0	0	0,0	0,0	
2001	4.060.059	2.983.125	2.437.684	1.783.572	1.702.982	1.232.545	60,0	41,9	69,9
2002	3.969.699	2.913.485	2.686.929	1.983.940	1.806.424	1.354.818	67,7	45,5	67,2
2003	3.801.588	2.800.000	3.584.430	2.657.723	3.090.225	2.286.412	94,3	81,3	86,2
2004	3.006.696	2.229.705	1.946.452	1.427.803	4.000.625	2.937.833	64,7	133,1	205,5
2005	2.368.923	1.761.771	3.438.462	2.547.253	2.430.803	1.791.509	145,1	102,6	70,7
2006	1.275.546	951.329	2.508.320	1.855.677	2.020.926	1.490.131	196,6	158,4	80,6
2007			2.469.625	1.821.558	2.023.867	1.497.921			82,0
2000-2007	22.426.340	16.542.086	19.071.903	14.077.526	17.075.851	12.591.170	85,0	76,1	89,5
Total (2000-2008)	22.426.340	16.542.086	20.846.149	15.378.228	17.075.851	12.591.170	93,0	76,1	81,9

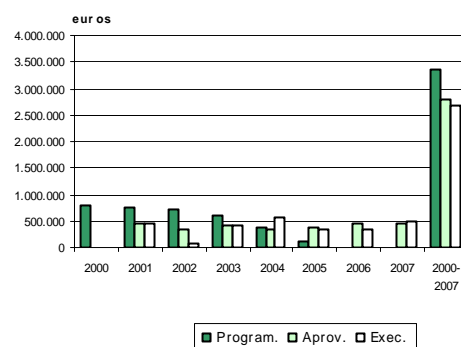
Medida 3.17 (Assistência Técnica - FEDER)

Programação, aprovação e execução



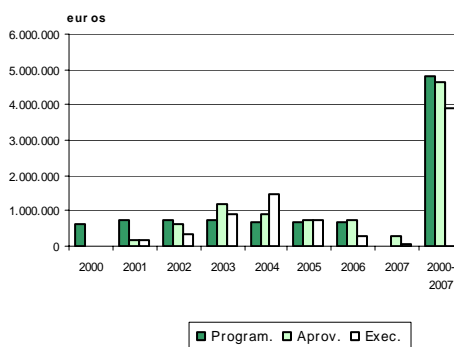
Medida 3.18 (Assistência Técnica - FSE)

Programação, aprovação e execução



Medida 3.19 (Assistência Técnica - FEOGA)

Programação, aprovação e execução



Com o valor actual de compromisso nestas medidas, que se prevê manter-se até final do Quadro, a dotação prevista não será totalmente utilizada, devendo ser absorvida noutras medidas do Eixo III.

A Medida 3.17, comparticipada pelo FEDER, á a que apresenta uma maior disponibilidade, 950 mil euros FEDER, seguida da Medida FEOGA, 200.000 euros. No caso desta última ainda não está contabilizada a candidatura do ano de 2008, aprovada no ano corrente. As taxas de execução seguem um padrão semelhante.

Medidas	Programação total		Aprovação		Execução		Taxas (%)		
	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	A/P	E/P	E/A
3.17	14.239.784	10.679.878	12.971.168	9.728.376	10.475.091	7.856.318	91,1	73,6	80,8
3.18	3.353.223	2.237.208	3.246.160	2.178.236	2.679.216	1.793.693	96,8	79,9	82,5
3.19	4.833.333	3.625.000	4.628.821	3.471.616	3.921.545	2.941.158	95,8	81,1	84,7
Total	22.426.340	16.542.086	20.846.149	15.378.228	17.075.851	12.591.170	93,0	76,1	81,9

As despesas certificadas no valor de 17.075.851 Euros, são classificadas no grupo de “sujeitas a plafond” (de gestão, acompanhamento e controlo) e no grupo “não sujeitas a plafond” (avaliação, publicidade, estudos, conferências e sistemas de informação) e repartem-se de acordo com o quadro seguinte:

Medida	Tipo de despesa	Custo total prog.		Execução (Custo Total)	
		Valor (Euros)	%	Valor (Euros)	%
3.17	Total	14.239.784	100	8.992.171	100
	1.Despesas Sujeitas a plafond (in)	12.388.754	87	7.548.111	84
	Pessoal	8.355.084	59	5.718.754	64
	Outras	4.033.670	28	1.829.356	20
	2. Despesas não sujeitas a plafond	1.851.030	13	1.444.060	16
3.18	Total	3.353.223	100	2.197.969	100
	1.Despesas Sujeitas a plafond (in)	3.006.014	90	2.075.571	94
	Pessoal	2.128.628	63	1.400.866	64
	Outras	877.386	26	674.705	31
	2. Despesas não sujeitas a plafond	347.209	10	122.399	6
3.19	Total	4.833.333	100	3.861.845	100
	1.Despesas Sujeitas a plafond (in)	3.383.333	70	2.624.861	68
	Pessoal	725.000	15	473.158	12
	Outras	2.658.333	55	2.151.703	56
	2. Despesas não sujeitas a plafond	1.450.000	30	1.236.984	32
Total	Total	22.426.340	100	15.051.985	100
	1.Despesas Sujeitas a plafond (in)	18.778.101	84	12.248.542	81
	Pessoal	11.208.712	50	7.592.778	50
	Outras	7.569.389	34	4.655.764	31
	2. Despesas não sujeitas a plafond	3.648.239	16	2.803.443	19

5. Controlo

Enquadramento

A estrutura de apoio técnico do controlo de 1º nível do Programa Operacional da Região Centro é enquadrada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 172/2001 de 26 de Dezembro de 2001.

Os direitos e prerrogativas da EAT, o modo como a estrutura se enquadra no âmbito do Sistema Nacional de controlo, e a definição das suas obrigações, estão definidos nos seguintes textos legais nacionais: Decreto-Lei n.º 54-A/2000, de 7 de Abril, que define a estrutura orgânica relativa à gestão, acompanhamento, avaliação e controlo da execução do QCA III; Decreto-Lei n.º 168/2001, de 25 de Maio, que regula o funcionamento do SNC do QCA III e das intervenções de iniciativa comunitária relativas a Portugal, nos termos dos Regulamentos n.ºs 1260/1999 e 438/2001; e Portaria n.º 684/2001, de 5 de Julho, que estabelece as modalidades de articulação entre os diferentes níveis de controlo do SNC e define as condições de fornecimento e acesso à informação relevante para o controlo.

A EAT dispõe de um Manual de procedimentos do controlo de 1º nível do PO Centro, que é um instrumento de síntese das práticas e procedimentos adoptados por parte da Estrutura de Apoio Técnico do Controlo de 1º Nível.

O presente relato da síntese da actividade de controlo, divide-se em quatro áreas: formação; acções de acompanhamento a entidades de auditoria/controlo externas; actividade de reporte da actividade; acções de controlo.

Formação

Um elemento da estrutura participou num seminário sobre Fiscalização e Controlo de Obras Públicas em Outubro de 2007, organizado pela NPF – Pesquisa e Formação (Lisboa).

Entidades que participam na realização das acções de controlo de 1º nível

No exercício de 2007, recorreu-se às bolsas de auditores pré-qualificados, entidades estas seleccionadas pelas entidades responsáveis pelo controlo de segundo nível dos fundos estruturais FEDER e FSE, DGDR e IGFSE, respectivamente, para realização de acções de controlo de 1º nível nos termos dos pontos 8 e 9 do artigo 42º do Decreto-Lei 54-A/2000 de 7 de Abril, e do artigo 12º do Decreto-Lei n.º 168/2001 de 25 de Maio.

No que concerne aos fundos estruturais FEOGA-O, de acordo com o disposto na lista anexa à Portaria n.º 684/2001 de 5 de Junho, o IFADAP/INGA, foi integrado como organismo envolvido no controlo de 1º Nível do PO Centro ao nível das medidas: 2.7 – AIBT do Pinhal Interior (FEOGA-O), 3.14 - Agricultura e desenvolvimento rural (FEOGA-O). A intervenção do IFADAP no controlo de 1º nível do PO Centro, está enquadrada através dos Protocolos de Colaboração celebrados.

Acompanhamento de auditorias externas

O exercício de 2007 ficou novamente marcado por um número elevado de auditorias realizadas ao Programa Operacional da Região Centro por entidades externas, o que exigiu por parte da estrutura um particular esforço de acompanhamento:

1. Auditorias da Inspeção – Geral de Finanças

- . Follow-up das recomendações e propostas formuladas em anteriores acções de controlo – apreciação do projecto de decisão (Fevereiro de 2007);
- . Auditoria às Autoridades de Pagamento e Coordenadores de Controlo de 2º Nível – apreciação do projecto de decisão (Fevereiro de 2007);
- . Relatório de auditoria aos procedimentos aplicados na realização de despesas mediante a celebração de contratos públicos – apreciação do Relatório Final (Março de 2007);
- . Auditoria às Autoridades de Pagamento e Coordenadores de Controlo de 2º Nível – apreciação do Relatório Final (Abril de 2007);
- . QCA III – Controlo complementar por amostragem de operações art.º 16 do regulamento (CE) n.º 438/2001 – apreciação do projecto de decisão (Junho de 2007);
- . Sistemas de informação da Autoridade de Gestão do PORC – apreciação do projecto de decisão (Julho de 2007);
- . *Follow-up* de auditorias anteriores às Intervenções Operacionais do QCA III – apreciação do Relatório Final (Outubro de 2007);
- . Controlo Complementar por amostragem de operações FEOGA-O e IFOP – apreciação do projecto de decisão (Outubro de 2007);
- . Auditoria aos sistemas de gestão e controlo dos Programas Regionais de Acções Inovadoras (PRAI) – vertente FEDER – apreciação do projecto de decisão (Outubro de 2007);

2. Auditorias do IGFSE – Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu

- . Auditoria a Grandes Beneficiários (SICO Formação – Sociedade de Ensino Profissional, SA e EBA – Formação Profissional – Sociedade Unipessoal, Lda) realizada entre Dezembro de 2006 e Janeiro de 2007 – apreciação do projecto de decisão;
- . Verificação dos Pedidos de Reembolso do PO Centro de Junho de 2005 a Fevereiro de 2007 realizada entre Julho e Agosto de 2007;

3. Auditorias da Comissão Europeia

- . Auditoria da DG REGIO ao Plano de Acção sobre contratação pública aplicados na realização da despesa nos projectos co-financiados pelo FEDER no âmbito das Intervenções Operacionais do QCA III – PO – Centro – apreciação do projecto de decisão (Agosto de 2007);
- . Apreciação do PO Centro à auditoria das despesas do FEOGA – O – Missão de Auditoria relativa ao PO Centro 2000 – 2006 – Inquérito n.º RDO/2007/08 – apreciação do projecto de decisão (Novembro de 2007);

4. Auditorias da IGAP – Inspeção – Geral da Agricultura e Pescas

. Acompanhamento das recomendações formuladas na “Auditoria Temática à Gestão de Devedores e Comunicação de Irregularidades” – apreciação do projecto de decisão (Janeiro de 2007);

. Acompanhamento das recomendações formuladas pela IGA nos relatórios das auditorias de sistemas aos POR Alentejo e Centro e da auditoria a beneficiários no âmbito dos PO Regionais - vertente FEOGA – O – cumprimento das recomendações (Fevereiro de 2007);

. Acompanhamento das recomendações formuladas no âmbito da auditoria aos Sistemas de Gestão e Controlo da Medida Maris – componente IFOP dos Programas Operacionais Regionais do Norte, Centro, Alentejo e Algarve, do QCA III – apreciação do Relatório Final (Fevereiro de 2007).

. Auditoria a beneficiários no âmbito da Medida AGRIS dos Programas Operacionais Regionais do Norte, Centro e Alentejo do QCA III (implementação das recomendações) – apreciação do Relatório Final (Junho de 2007);

. *Follow-up* das recomendações e propostas formuladas em anteriores acções de controlo realizadas pela IGF: *opinião sobre a validade dos controlos de 1º nível executados pelo IFADAP no âmbito das Intervenções Operacionais do QCA III* – apreciação do Relatório Final (Julho de 2007);

. Avaliação da fiabilidade do Controlo de 1º Nível nos Programas Operacionais do QCA III, co-financiados pelo FEOGA – O e IFOP – apreciação do Relatório Final (Agosto de 2007).

Sistemas de informação

No que se respeita aos Planos Anuais de Controlo de 2002 a 2007, e acções de controlo extra-plano, as tarefas inerentes à prestação de informação no âmbito do Sistema Nacional de Controlo, de referir que relativamente ao FSE, foram inseridos no SIIFSE – Sistema Informático Integrado do Fundo Social Europeu, os dados relativos ao Plano Anual de Controlo, os Mapas de Acompanhamento Trimestral, o Relatório Anual de Síntese e os relatos das acções de controlo efectuadas. No que concerne ao FEDER, FEOGA-O e IFOP, foram inseridos na aplicação informática SIGIFE – Sistema de Informação de Gestão dos Instrumentos e Fundos Estruturais, os Planos Anuais de Controlo do PO Centro, a execução e acompanhamento da acções de controlo realizadas, e foram exportados os Mapas de Acompanhamento Trimestral e o Relatório Anual de Síntese. No que concerne ao FEDER foram ainda registadas no SIFEC – Sistema de Informação dos Fundos Estruturais e Coesão, as acções de controlo desenvolvidas.

Gestão de devedores e Comunicação de irregularidades

Existe ao nível da estrutura de controlo de 1º nível o registo da informação relativa à gestão de devedores e pré-devedores. Este capítulo reveste a maior importância uma vez que se refere a operações, ou partes de operações que prejudicaram o orçamento comunitário e enquanto tal, devem estes montantes ser recuperados. Foram disponibilizados pelas Autoridades de Pagamento de cada um dos fundos estruturais manuais de gestão de devedores e de comunicação de irregularidades.

Sempre que existiram montantes indevidamente pagos, foram desencadeados procedimentos de recuperação, que passam por um retorno financeiro, ou nos casos previstos no Regulamento (CE) n.º 1681/94 de 11 de Julho, cumulativamente pela existência de comunicação de irregularidade à entidade responsável pelo Controlo de 2º Nível.

A Comunicação de irregularidades no âmbito do financiamento das políticas estruturais, teve uma base trimestral, tendo sido comunicadas pela EAT do controlo à entidade responsável pelo controlo de segundo nível no âmbito da articulação de acordo com o estabelecido no Sistema Nacional de Controlo.

No exercício de 2007 foram instruídas, propostas e comunicadas dezasseis fichas de irregularidades referentes ao fundo estrutural FEDER (não foram contabilizadas duas fichas art.º 3 bem como duas fichas relativas a uma dívida anulada) e uma referente ao fundo estrutural FEOGA-O.

Casos de irregularidades comunicados em 2007

Euros

Fundo	Nº de projectos	Montante	Irreg.	Montante	A recuperar	Montante Recuperado	
		UE	Total	Pago (UE)	UE	UE	Total
FEDER	16	3.159.927,46	4.398.478,82	3.159.927,46	2.027.267,21	1.132.660,25	1.132.660,25
FSE	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FEOGA-O	1	14.953,43	19.937,91	14.953,43	14.953,43	0,00	0,00
IFOP	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	17	3.174.880,89	4.418.416,73	3.174.880,89	2.042.220,64	1.132.660,25	1.132.660,25

Actualização da descrição dos sistemas de Gestão e Controlo previstos no art. 5º do Regulamento (CE) nº 438/2001

A EAT procedeu à actualização e envio de pistas de auditoria do PO Centro de acordo com o artigo 5º, e n.º 3 do art. 9 do Regulamento (CE) n.º 438/2001 de 2 de Março de 2001.

Controlos por amostragem da despesa

EAT de Controlo de 1º Nível

No que concerne à execução dos planos anuais de controlo, concretamente, ao disposto no artigo 10º do Regulamento (CE) n.º 438/2001 de 2 de Março, os dados apresentados respeitam à execução da actividade de controlo, à data de 31 de Dezembro de 2007.

Uma vez que a esta data existiam relatórios de controlo, integrados nos Planos Anuais de Controlo de 2002 a 2007, que apesar de realizados não tinham sido objecto de decisão final, apresenta-se a situação a 31/12/2007 e a 30/04/2008.

No que concerne ao fundo estrutural FEDER, foram já efectuados 193 relatórios finais abrangendo acções de controlo previstas no Plano Anual de Controlo 2002 a 2007 FEDER, denúncias recebidas e solicitações da gestão, envolvendo a verificação de despesa no montante de 149.864.138,00 € e 5.159.222,00 € de correcções financeiras.

Despesa verificada com relatório final

Medida	Nº	Despesa verificada a 31 de Dezembro de 2007	Correcções financeiras	Nº	Despesa verificada 30 de Abril de 2008	Correcções financeiras
EIXO PRIORITÁRIO I						
I.1 - Equipamentos e Infra-estruturas locais	24	13.235.798,00	211.154,00	26	14.376.724,00	335.709,00
I.2 - Ambiente e Recursos Naturais	18	10.836.646,00	4.296,00	19	11.801.641,00	75.296,00
I.3 - Acessibilidades	14	8.942.881,00	538.570,00	14	8.942.881,00	538.570,00
I.4 - Qualificação de Aglomerados Urbanos	6	4.023.130,00	181.780,00	7	4.972.648,00	181.780,00
I.5 - Apoio às activ económicas, acções de desenv. Territorial e apoio à eficácia das Pol. Públicas	15	5.864.179,00	2.337.853,00	16	5.961.943,00	2.337.853,00
I.7 - Acções Específicas de Valorização Territorial	7	9.202.021,00	183.286,00	8	10.242.243,00	183.286,00
I.8 - Bonificação de Juros em Linhas de Crédito ao Investimento Autárquico	9	286.502,00	0,00	9	286.502,00	0,00
I.9 - Saneamento	1	1.421.548,00	24.506,00	2	2.137.405,00	24.506,00
TOTAL EIXO I	94	53.812.705,00	3.481.445,00	101	58.721.987,00	3.677.000,00
EIXO PRIORITÁRIO II						
II.1 - Acções Integrada para a Qualificação e Competitividade das Cidades	3	6.799.072,00	126.757,00	4	8.433.433,00	126.757,00
II.3 - Acções Inovadoras de Dinamização das Aldeias	12	2.292.998,00	79.128,00	13	2.484.331,00	79.128,00
II.4 - Turismo e Património no Vale do Côa	6	2.861.769,00	39.105,00	7	3.252.308,00	39.105,00
II.5 - Acção Integrada de Desenvolvimento da Serra da Estrela	8	2.904.097,00	75.236,00	9	4.198.345,00	75.236,00
II.6 - AIBT do Pinhal Interior	5	872.848,00	15.481,00	7	1.354.966,00	15.481,00
TOTAL EIXO II	34	15.730.784,00	335.707,00	40	19.723.383,00	335.707,00
EIXO PRIORITÁRIO III						
III.1 - Educação - Infra - Estruturas da Educação Pré-Escolar e dos Ensinos Básicos e Secundários	7	8.971.811,00	55.945,00	7	8.971.811,00	55.945,00
III.4 - Apoio ao investimento no Desenvolvimento Local	0	0,00	0,00	1	1.526.402,00	0,00
III.5 - Ciência, Tecnologia e Inovação	1	112.773,00	0,00	1	112.773,00	0,00
III.6 - Sociedade de Informação	3	1.505.597,00	142.674,00	3	1.505.597,00	142.674,00
III.8 - Saúde - Implementação dos Sistemas Locais de Saúde (S.L.S.)	8	5.847.386,00	261.514,00	8	5.847.386,00	261.514,00
III.9 - Cultura	5	1.041.846,00	185.813,00	5	1.041.846,00	185.813,00
III.10 - Desporto - Desenvolvimento de Equipamentos Desportivos	5	7.026.863,00	1.308,00	7	9.558.303,00	1.308,00
III.11 - Economia	4	28.072.389,00	0,00	4	28.072.389,00	0,00
III.12 - Acessibilidade e Transporte	11	22.943.432,00	0,00	12	23.627.367,00	0,00
III.13 - Ambiente	11	2.237.860,00	694.816,00	12	2.803.004,00	694.816,00
III.15 - Pescas - Infra-estruturas de portos	3	1.252.781,00	0,00	3	1.252.781,00	0,00
III.17 - Assistência Técnica (FEDER)	7	1.307.911,00	0,00	8	1.802.586,00	0,00
TOTAL EIXO III	65	80.320.649,00	1.342.070,00	71	86.122.245,00	1.342.070,00
TOTAL GERAL	193	149.864.138,00	5.159.222,00	212	164.567.615,00	5.354.777,00

No que se refere ao fundo estrutural FSE foram efectuados 125 relatórios finais abrangendo acções de controlo previstas no Plano Anual de Controlo 2002 a 2007 FSE, denúncias recebidas e solicitações da gestão, que envolveram despesa verificada no montante de 44.135.204,93 € e correcções financeiras no montante de 207.353,53 €.

Despesa verificada com relatório final

Medida	Nº	Despesa verificada 31 de Dezembro de 2007	Correcção financeira FSE + OSS	Nº	Despesa verificada 30 de Abril de 2008	Correcção financeira FSE + OSS
EIXO PRIORITÁRIO I						
I.6 - Desenvolvimento dos Recursos Humanos	20	1.809.627,50	39.397,76	20	1.809.627,50	39.397,76
TOTAL EIXO I	20	1.809.627,50	39.397,76	20	1.809.627,50	39.397,76
EIXO PRIORITÁRIO II						
II.8 - Desenvolvimento dos recursos humanos e promoção da coesão social	10	1.782.005,71	39.467,89	10	1.782.005,71	39.467,89
TOTAL EIXO II	10	1.782.005,71	39.467,89	10	1.782.005,71	39.467,89
EIXO PRIORITÁRIO III						
III.2 - Educação - ensino profissional	36	25.149.031,40	78.614,69	37	25.421.168,11	78.614,69
III.3 - Promoção da empregabilidade e do emprego ao nível local	54	14.908.884,66	49.873,19	55	15.196.140,89	49.873,19
III.7 - Sociedade da informação - Portugal Digital	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
III.18 - Assistência Técnica - FSE	5	485.655,66	0,00	5	485.655,66	0,00
TOTAL EIXO III	95	40.543.571,72	128.487,88	97	41.102.964,66	128.487,88
TOTAL GERAL	125	44.135.204,93	207.353,53	127	44.694.597,87	207.353,53

Relativamente ao fundo estrutural FEOGA-O, foram efectuados 176 relatórios finais abrangendo acções de controlo previstas no Plano Anual de Controlo 2002 a 2007 FEOGA. Estes relatórios envolveram uma despesa verificada no montante de 14.043.361,00 € e correcções financeiras de 491.959,00 €.

Relativamente ao fundo estrutural IFOP, foram efectuados 3 relatórios finais abrangendo acções de controlo previstas no Plano Anual de Controlo 2002 a 2007 IFOP. Foi verificada despesa no montante de 294.429,00 €.

Despesa verificada com relatório final

Medida	Nº de relatórios	Despesa verificada 31 de Dezembro 2007	Correcções financeiras	Nº de relatórios	Despesa verificada 30 de Abril 2008	Correcções financeiras
EIXO PRIORITÁRIO II						
II.7 - Acção Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior (FEOGA)	17	2.857.853,00	282.031,00	19	3.308.709,00	282.031,00
TOTAL EIXO II	17	2.857.853,00	282.031,00	19	3.308.709,00	282.031,00
EIXO PRIORITÁRIO III						
III.14 - Agricultura e Desenvolvimento Rural (FEOGA)	159	11.185.508,00	209.928,00	162	11.679.178,00	209.928,00
III.19 - Assistência Técnica (FEOGA)	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
TOTAL EIXO III	159	11.185.508,00	209.928,00	162	11.679.178,00	209.928,00
TOTAL GERAL	176	14.043.361,00	491.959,00	181	14.987.887,00	491.959,00

Medida	Nº de relatórios	Despesa verificada 31 de Dezembro 2007	Correcções financeiras	Nº de relatórios	Despesa verificada 30 de Abril 2008	Correcções financeiras
EIXO PRIORITÁRIO III						
III.16 - Pescas - Equipamentos e Transformação (IFOP)	3	294.429,00	875,00	4	338.825,00	875,00
TOTAL EIXO III	3	294.429,00	875,00	4	338.825,00	875,00
TOTAL GERAL	3	294.429,00	875,00	4	338.825,00	875,00

Síntese da actividade de controlo

Para efeitos do cumprimento do disposto no nº 2 do artigo 10º do Regulamento (CE) nº 438/2001 de 2 de Março, importa efectuar um rácio, por fundo estrutural, entre a despesa verificada em sede de acções de controlo/auditorias e a despesa certificada a 31 de Dezembro de 2007.

31/12/2007

Fundo	Despesa elegível certificada 31-12-2007	Despesa verificada - EAT PO Centro	Despesa verificada - Outras entidades	% verificada
FEDER	1.874.188.870	149.864.138,00	8,00	1.874.188.870
FSE	327.482.466	44.135.204,93	13,48	327.482.466
FEOGA-O	267.335.244	14.043.361,00	5,25	267.335.244
IFOP	1.703.698	294.429,00	17,28	1.703.698
Total	2.470.710.279	208.337.133	8,43	2.470.710.279

30/04/2008

Fundo	Despesa elegível certificada 31-12-2007	Despesa verificada - EAT PO Centro	Despesa verificada - Outras entidades	% verificada
FEDER	1.874.188.870	191.130.206	10,20	1.874.188.870
FSE	327.482.466	50.262.862	15,35	327.482.466
FEOGA-O	267.335.244	24.151.506	9,03	267.335.244
IFOP	1.703.698	373.726	21,94	1.703.698
Total	2.470.710.279	265.918.300	10,76	2.470.710.279

Ao nível do fundo estrutural FEDER o esforço de controlo foi de 8,00% e 10,20%, se considerarmos os relatórios decididos a 31/12/2007. Ao nível do fundo estrutural FSE, o rácio foi de 13,48% e 15,35%. Para o FEOGA-O os rácios foram de 5,25% e 9,03%, e para o IFOP foram de 17,28% e 21,94%.

Desta forma é possível verificar que ao nível dos controlos por amostragem, o actual ritmo garante um esforço de controlo bastante superior ao limiar mínimo regulamentar previsto de 5%.

Impacte da actividade de controlo no sistema de gestão do PO Centro

Ao nível do impacto da actividade do controlo de 1º nível no sistema de gestão do PO Centro importa efectuar uma análise dos testes de conformidade/controlo efectuados ao nível das estruturas de gestão, e os testes substantivos efectuados ao nível dos beneficiários.

Ao nível do fundo estrutural FEDER, as principais preocupações da EAT tem sido:

- verificar o bom cumprimento dos normativos legais no que respeita aos mercados públicos;
- verificar o correcto co-financiamento do IVA enquanto despesa elegível;
- verificar se existe um adequado controlo orçamental, no sentido de não serem co-financiadas despesas/componentes não previstas em sede de candidatura;
- verificar os motivos do atraso na implementação dos projectos.

Ao nível do fundo estrutural FSE as principais preocupações da EAT tem sido:

- verificar o cumprimento dos normativos legais relativamente aos mercados públicos;
- verificar o correcto co-financiamento do IVA enquanto despesa elegível;
- verificar a organização do dossier pedagógico, principalmente ao nível das referências ao PO Centro, elegibilidade de formandos, habilitações de formadores, frequência/assiduidade dos formandos;
- verificar os contratos de prestação de serviços;
- verificar a razoabilidade dos critérios de imputação de custos;
- verificar a razoabilidade dos custos, particularmente entre entidades relacionadas.

Ao nível do fundo estrutural FEOGA as principais preocupações da EAT tem sido:

- cumprimento dos normativos legais relativamente aos mercados públicos;
- verificar o correcto co-financiamento do IVA enquanto despesa elegível;
- verificar uma adequada comprovação da pista de controlo da despesa;
- verificar a existência de todas as componentes de investimento apoiadas;
- verificar a elegibilidade dos beneficiários e das candidaturas;
- verificar o cumprimento das normas mínimas ambientais, higiene e bem estar.

Ao nível do fundo estrutural IFOP a principal preocupação da EAT tem sido:

- cumprimento dos normativos legais relativamente aos mercados públicos;
- verificar a correcta utilização das componentes de investimento para os fins a que são propostas.

Ao nível da gestão as principais preocupações da EAT têm sido:

- verificar a existência de uma necessária segregação de funções;
- verificar a existência de uma necessária evidência em todos as tarefas e procedimentos efectivados pelas estruturas;
- verificar a existência de práticas de acompanhamento adequadas.

6. Divulgação, Informação e Publicidade

Em termos de comunicação, o ano de 2007 centrou-se na divulgação dos resultados conseguidos pelo Programa Operacional da Região Centro, evidenciando-se as boas-práticas. Como o grande evento de 2007 e com o objectivo de sensibilizar a população em geral para a importância dos fundos comunitários, a autoridade de gestão do programa operacional promoveu um concurso de fotografia sobre o impacto dos fundos comunitários na Região Centro.

- **Concurso de Fotografia**

Para assinalar o final do 3º Quadro comunitário de Apoio (2000-2006), promoveu-se um concurso de fotografia, para envolver e sensibilizar a população para a importância dos projectos co-financiados pelo Programa Operacional da Região Centro, ao longo dos últimos seis anos.

O tema do concurso era o Impacto dos fundos comunitários na Região Centro de 2000 a 2006, materializado nos mais de cinco mil projectos co-financiados pelo Programa Operacional da Região Centro, nos 78 municípios da Região.

Houve uma boa adesão do público a esta iniciativa, sendo o resultado do concurso 80 fotografias de projectos co-financiados pelo programa. Uma conclusão relativamente aos participantes é que a maioria não era beneficiário directo do programa, verificando-se uma grande participação de uma classe jovem.



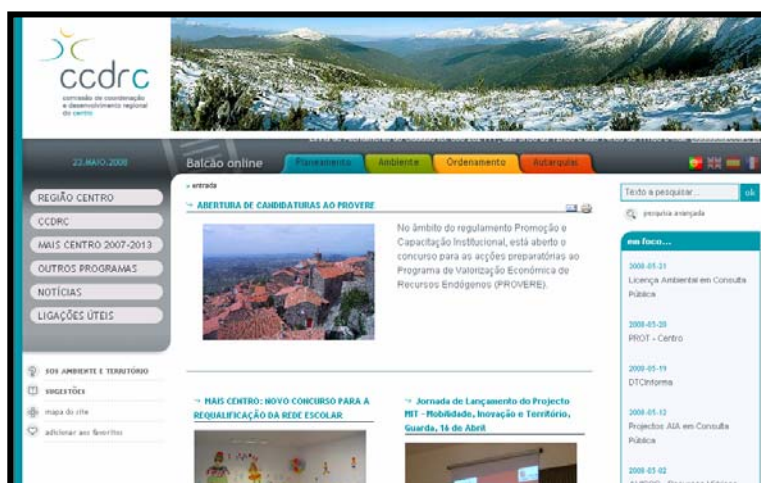
Foi feita publicidade em (1/4 página ímpar a cores) em oito jornais regionais, de modo a abranger toda a Região Centro: Diário As Beiras, Diário de Coimbra, Diário de Aveiro, Diário Regional de Viseu, Diário de Leiria, Jornal do Fundão, A Guarda e Reconquista.



Algumas das fotografias que participaram no concurso

- SITE

Embora se tenha verificado um decréscimo de visitantes em relação ao ano de 2006, justificado pelo facto do programa se encontrar em fase de encerramento, o site continuou a ser um dos principais veículos de comunicação do programa. No ano de 2007, o site do Programa Operacional da Região Centro teve 12.204 visitantes.



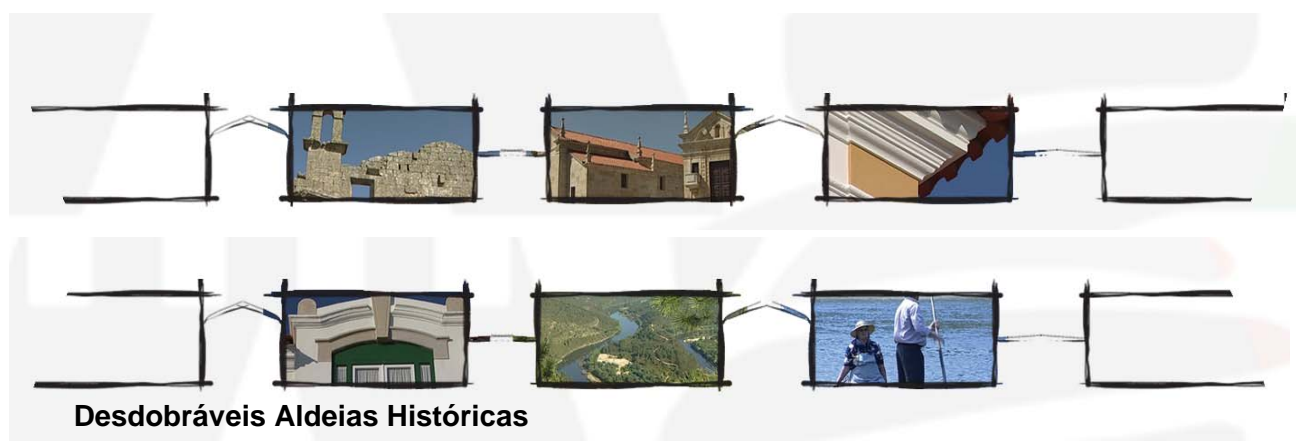
Indicadores de acessos 2007	
PO Centro	12.204
Notícias	1029
Formulários	1442
Descrição dos eixos	566
Documentos de referência	1650
Contactos	1485
Manual de Identidade	740
Legislação	972

- PRODUTOS

Vídeo das Aldeias históricas e Aldeias de Xisto

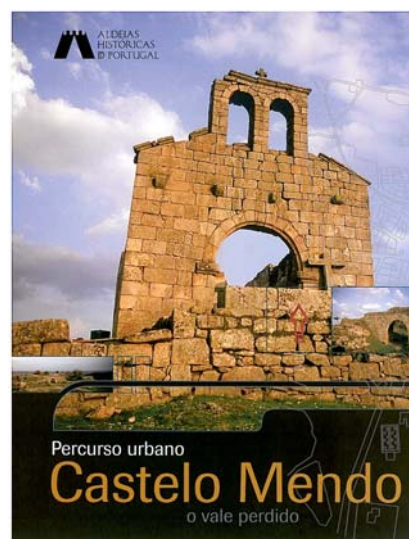
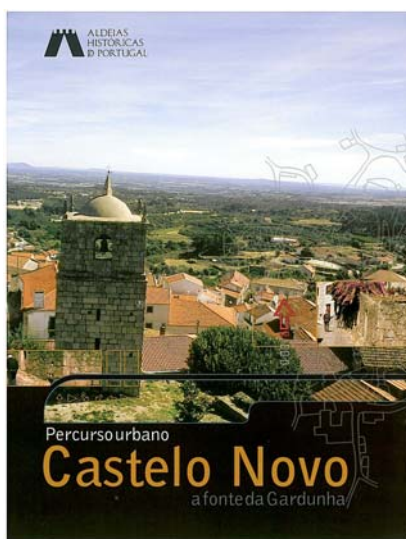
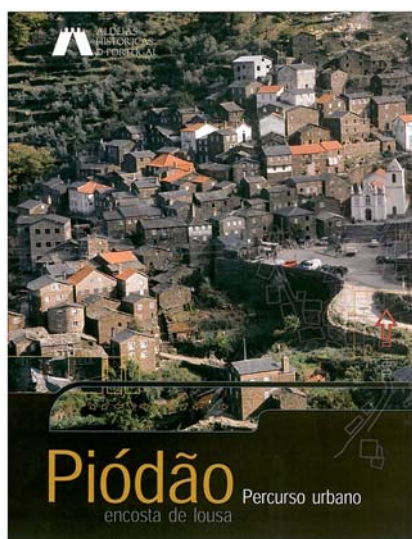
Tendo em conta que nesta fase do programa se pretende destacar os resultados obtidos, com a aplicação dos fundos estruturais na Região Centro, em especial os projectos considerados como “boas práticas”, foi produzido um vídeo sobre a rede das Aldeias Históricas e a rede das Aldeias de Xisto, dois projectos de sucesso do Programa Operacional da Região Centro.

O vídeo evidencia o impacto e o dinamismo criado pelos projectos realizados nas várias aldeias, bem como todo o potencial histórico e turístico da Região Centro. Com uma reprodução de 1500 exemplares, o vídeo foi traduzido para inglês, francês e Castelhano, de modo a potenciar a sua divulgação no estrangeiro. Foi distribuído por todas as instituições da Região e do país com ligações ao turismo (Postos de turismo municipais, Regiões de Turismo etc.).



Foi feita a edição de 12 desdobráveis de “Percursos Urbanos” produzidos, na sequência da elaboração da Carta de Lazer das Aldeias Históricas. Com uma edição de 20.000 exemplares, estes folhetos promovem os principais pontos de atracção de cada uma das aldeias, bem como informações sobre alojamentos, restaurantes e outros serviços da região.

Além de funcionar como elemento demonstrativo de “boas práticas” de projectos co-financiados, estes desdobráveis, editados em português e em inglês, apresentam-se como um importante veículo de promoção do turismo da Região Centro. Foram distribuídos por todas as instituições da Região e do país com ligações ao turismo (Postos de turismo municipais, Regiões de Turismo etc.).



• EVENTOS

Visita a Projectos

Enquadrado num encontro internacional com jornalistas da área do desenvolvimento regional, no âmbito da Presidência Portuguesa da União Europeia, foram promovidas visitas a dois projectos co-financiados pelo Programa Operacional da Região Centro: o projecto Biocant, Centro de Transferência de Tecnologia (em Cantanhede) e o Projecto Parque Verde do Mondego (Polis Coimbra). Foi também projectado nesse encontro o filme das Aldeias Históricas de Portugal e Aldeias de Xisto, tendo sido oferecido um DVD a todos os participantes.

Este encontro, que teve a participação de 30 jornalistas nacionais e estrangeiros, contou com a presença do Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional e do gestor do Programa Operacional da Região Centro.

Este evento teve forte presença mediática, nos órgãos de comunicação nacionais e regionais, tendo-se contabilizado 13 notícias na imprensa e quatro na rádio.



Linha de Apoio ao cidadão

A Linha de Atendimento ao Cidadão (Tel.: 808 202 777), contabilizou relativamente ao Programa Operacional da Região Centro apenas 10 pedidos de informação. Houve um decréscimo em relação ao ano anterior, também aqui reflexo do programa se encontrar em fase de encerramento.

• ASSESSORIA DE IMPRENSA

A presença do programa nos órgãos de comunicacional foi pouco expressiva, uma vez que todas as atenções dos *media* se direccionaram ao longo deste ano para o novo período de programação 2007-2013. O *clipping* de imprensa contabilizou 60 notícias.

Apesar de terem sido aprovados na fase final de programação, sua importância para a região, houve dois projectos com uma presença na comunicação social: o Museu Arqueológico do em Vila Nova de Foz Côa, e o I-Parque, em Coimbra, que pretende desenvolver e modernizar o tecido empresarial da cidade de Coimbra e da Região Centro através de acções de promoção, de criação e instalação de empresas orientadas para a inovação, desenvolvimento experimental e incorporação de novas tecnologias.



dada a
forte
Còa,



II. Respeito pelas políticas comunitárias

Concorrência - Regime de Ajudas. Os regimes de ajudas previstos no Programa Operacional e no Complemento de Programação dizem respeito a:

- **3.11. Economia:** PITER – Programas integrados turísticos de natureza estruturante e base regional (Auxílio estatal nº 124/2000); Apoio ao aproveitamento do potencial energético (Auxílio estatal nº 219/200); Apoios às Áreas de Localização Empresarial (Auxílio Estatal nº 459/2003).
- Auxílios abrangidos pela regra “*minimis*” nas Medidas:
 - 2.3 Acções inovadoras de dinamização das aldeias
 - 2.4 Acção integrada Turismo e Património no Vale do Côa
 - 2.5 Acção integrada de base territorial da Serra da Estrela
 - 2.6 Acção integrada de base territorial do Pinhal Interior (FEDER)
 - 3.3 e 3.4 - Programa de estímulo à oferta de emprego (Port. 196-A/2001, de 10 de Março);
 - 3.6 – Sociedade de informação.

Destes foi implementado o Regime de apoio ao aproveitamento do potencial energético e PITER, estando a ser cumpridos os regulamentos específicos, publicados na sequência da sua notificação à Comissão Europeia.

Dos apoios abrangidos pela regra “*minimis*” foram implementados os previstos nas Medidas do Eixo II e 3.3 e 3.4 do Programa Operacional.

No que respeita às Medidas do Eixo II foram publicados, em 2003, os respectivos despachos que regulamento a aplicação desses apoios. Em 2004 os regulamentos das medidas 2.5 e 2.6 sofreram alterações. A existência de apoios a conceder ao abrigo da regra *minimis*, no âmbito das AIBTs, pressupõe que seja assegurado o cumprimento do limiar de 100.000 euros, a um mesmo beneficiário, durante um período de três anos. Neste sentido a entidade Gestora do PO Centro comunica à Direcção Geral do Desenvolvimento Regional a informação necessária ao controle de acumulação de ajudas, que é feito através de registo central, criado para o efeito, por aquela Direcção Geral.

Os apoios da Medida 3.3 e 3.4 são concedidos através do Programa de Estímulo à Oferta de Emprego. Estes apoios são geridos pelo IEFP, de acordo com contratos-programa celebrados com o gestor e Coordenador das Medidas.

A DGDR, no exercício da Presidência da Comissão de gestão do QCA III, centraliza a informação relativa aos auxílios de *minimis* efectivamente já implementados e recolhe a informação sobre os apoios concedidos. No caso do PO Centro, atendendo à situação actual dos regimes em vigor, a informação é fornecida pelo IEFP, no caso das medidas 3.3 e 3.4, e pela autoridade de Gestão, no caso do Eixo II.

Respeito pela política agrícola comum.

A compatibilidade do Programa Regional e, em particular, das medidas cofinanciadas pelo FEOGA-O com a PAC está enquadrada pelo Reg (CE) 1257/99, nomeadamente pelo seu artigo 37º. Esta situação ficou assegurada nas diversas negociações entre as autoridades nacionais e a Comissão Europeia, quer na própria fase de concepção quer nas alterações subsequentes do

Complemento de Programação aprovadas pela Comissão de Acompanhamento, existindo, assim, a garantia que as diversas Acções que compõem as medidas FEOGA-O:

- Esta assegurada, além do cumprimento de quotas e restrições específicas, a coerência entre as propostas no Programa Operacional Agricultura e Desenvolvimento Rural “AGRO” e a Medida “Agris” – esta confirmação é assegurada através da verificação de responsabilidades do beneficiário no SIADRU ou no Plano de Contingência
- Não colidem com as ajudas concedidas no âmbito das diversas Organizações Comuns de Mercado (OCM), nomeadamente à excepção para os investimentos realizados no sector da “Frutas e Hortícolas” em que são apresentadas declarações das Organizações de Produtores de que sejam associados, atestando que o investimento não colide com o seu Programa Operacional, os das Direcções Regionais de Agricultura quando os beneficiários não são associados ou não existe Organização de Produtores para o sector.

Mercados Públicos.

A autoridade de gestão, no âmbito dos sistemas de gestão e controlo implementados na Intervenção Operacional do Centro, tem tido uma especial atenção quanto às despesas realizadas mediante a celebração de contratos públicos, nos termos previstos nos art.ºs 4.º do Regulamento (CE) n.º 438/2001, de 2 de Março no âmbito dos Fundos e Instrumentos Financeiros Estruturais.

Estas matérias são enquadradas em sede de legislação nacional por:

- Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 163/99, de 14 de Setembro e pelo Decreto-Lei n.º 159/00, de 27 de Julho, relativos ao regime jurídico das empreitadas de obras públicas;

- Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, alterado pelo Decreto-lei n.º 245/2003, de 7 de Outubro, relativo ao regime de realização de despesas públicas com locação, empreitadas de obras públicas, prestação de serviços e aquisição de bens, bem como o da contratação pública relativa à prestação de serviços, locação e aquisição de bens móveis.

- Decreto-Lei n.º 223/2001, de 9 de Agosto, relativo à contratação de empreitadas, fornecimentos e prestação de serviços nos sectores da água, energia, dos transportes e das telecomunicações.

Os citados regimes jurídicos decorrem da transposição de Directivas Comunitárias, no que concerne à contratação de empreitadas de obras públicas e de fornecimentos públicos - Directivas 93/37/CEE, do Conselho, de 14 de Junho, e 93/36/CEE, do Conselho, de 14 de Junho, com as alterações da Directiva n.º 97/52/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de Outubro. Os processos de celebração dos contratos nos sectores da água, da energia, dos transportes e das telecomunicações é regulada pela Directiva 93/38/CEE, do Conselho, de 14 de Junho, alterada pela Directiva 98/4/CEE, de 16 de Fevereiro.

FEDER

A preocupação de dar evidência da análise dos procedimentos dos contratos públicos, foi consubstanciada com a adopção da metodologia já estabelecida:

1 - Para contratos com despesa validada apenas a partir de 1/01/2005 e até 31/12/2005.

Atendendo ao disposto no artigo 4º REG (CE) n.º 438/2001, e no âmbito do estabelecido no artigo 29º do DL 54-A/2000 de 7/04, os sistemas de gestão e controlo, na instituição de regras de

verificação dos procedimentos de contratação pública, podem recorrer a verificações não exaustivas, baseadas numa amostra de operações.

2 - Para contratos com despesa validada apenas a partir de 01/01/2006.

Existe uma verificação através de preenchimento pelo promotor de uma check-list preparada para o efeito, e simultaneamente preenchimento de outra check-list pela EAT do PO Centro.

3 - No decurso de 2007, e no âmbito do *Plano de Acção de Intensificação da Verificação das Regras dos Mercados públicos - FEDER*, procedeu-se a um conjunto de tarefas de verificação dos mercados públicos relativamente à recuperação do histórico entre o período de 01-01-2005 a 31-12-2005, a que correspondeu uma despesa global de 239.977.540 €.

Este Plano de Acção contemplou ao nível do PO Centro, uma verificação externa, através da contratação pública a auditores externos, bem como de uma verificação interna, através do recurso às várias EAT do Gestor.

Procedimento por verificação externa

Foram verificados 25 projectos, cujo contributo para a despesa validada em 2005 foi 34.836.520,87 €, o que corresponde a um esforço de verificação de 14%.

O erro evidenciado na verificação por amostragem, conforme o quadro seguinte, ascende a 872.608,06 €, envolvendo quatro projectos.

Execução 2005					
Verificação Externa	Invest. Elegível Aprovado	Invest. Elegível	FEDER	Despesa Pública	Correcção Financeira
Eixo I	14.463.523,35	10.257.961,04	5.091.900,47	10.257.961,04	0,00
Eixo II	22.022.511,84	14.092.151,04	9.849.119,91	14.092.151,04	807.020,02
Eixo III	22.164.923,46	10.486.408,79	6.376.314,31	10.486.408,79	65.588,04
Total dos projectos verificados	58.650.958,65	34.836.520,87	21.317.334,69	34.836.520,87	872.608,06

Procedimento por verificação interna

Na extensão da amostra relativa ao período 01-01-2005 a 31-12-2005 efectuada por recurso às EAT do Gestor, foram verificados 18 projectos, cujo contributo para a despesa validada em 2005, foi de 43.117.317,49 €, o que corresponde a um esforço de verificação de 18%.

O erro evidenciado na verificação por amostragem, conforme o quadro abaixo, ascende a 438.243,16 €, envolvendo quatro projectos.

Execução Elegível 2005					
Verificação Interna	Invest. Elegível Aprovado	Invest Elegível	FEDER	Despesa Pública	Correcção Financeira
EIXO I	23.076.586,84	14.351.499,11	7.741.623,55	14.351.499,11	169.128,71
EIXO II	30.036.816,22	10.357.192,20	7.229.492,50	10.357.192,20	269.114,45
EIXO III	41.908.242,34	18.408.626,18	8.668.129,32	18.408.626,18	0,00
Total dos projectos verificados	95.021.645,40	43.117.317,49	23.639.245,37	43.117.317,49	438.243,16

Pode-se verificar que o montante da despesa total verificada correspondeu a 77.953.838,36 € (34.836.520,87 € + 43.117.317,49 €) o que faz a um total de despesa sujeita a regras de contratação pública de 239.977.540 € correspondeu a um esforço de verificação de 32%.

No que concerne ao erro total: 1.310.851,22 € (438.243,16 € + 872.608,06 €) face à despesa verificada 77.953.838,36 € (34.836.520,87 € + 43.117.317,49 €), obtivemos um erro relativo de 1,68% (abaixo do limiar de materialidade - 2%).

FEOGA-O e IFOP

No que concerne ao fundo estrutural FEOGA - O e ao Fundo IFOP, a metodologia aplicada foi de dar a devida evidência às tarefas desenvolvidas pelas EAT ao nível da verificação das regras dos mercados públicos. Neste sentido foram adoptadas check-list de validação específica, tendo existido um esforço relevante de recuperação/verificação de contratos com despesa já validada.

No decurso de 2007 foi efectuada uma auditoria por parte da D.R. AGRI: Missão de Auditoria Relativa ao PO Centro 2000-2006 realizada de 21 a 25 de Maio, em que relativamente aos projectos verificados, e no que concerne aos Mercados Públicos, foi referido o seguinte *"Vimos a documentação respeitante às etapas principais dos contratos públicos. Há listas de controlo para cada procedimento. Verifica-se que os procedimentos são, em geral, seguidos"*.

FSE

No que concerne ao FSE, foi implementada uma metodologia de verificação das regras de mercados públicos, não obstante o facto do universo de operações com despesa associada a contratos ser reduzido, tendo em atenção a natureza dos beneficiários e o facto de apenas ser aplicável a legislação em matéria de aquisição de serviços.

No decurso de 2007, e de modo a existir um referencial na organização interna da Estrutura de Apoio Técnico, foi elaborado um Manual de Procedimentos, que visa dotar o sistema de gestão do Programa Operacional da Região Centro - Fundo Estrutural FSE, de um instrumento que sintetize as práticas e os procedimentos efectivados e a implementar por parte da Estrutura de Apoio Técnico, no que concerne à verificação do cumprimento das regras de contratação pública por parte dos beneficiários.

Protecção e Melhoria do Ambiente. A compatibilidade das intervenções no âmbito do Programa com as políticas comunitárias é assegurada através de uma estreita cooperação com as entidades nacionais com competência na matéria. Assim, no âmbito das questões relacionadas com o ambiente, os projectos com eventuais repercussões são submetidos a apreciação prévia do Ministério do Ambiente ou, quando a lei assim o determina, exige-se a realização dos respectivos estudos de avaliação do impacte ambiental. No caso do Grande Projecto de "Armazenagem de Gás está constituída uma Comissão que acompanhará os trabalhos de realização da obra e seu impacto ambiental.

Serão, ainda, de realçar as iniciativas já aprovadas no âmbito da Medida 1.2 "Ambiente e recursos naturais" e da Medida 3.13 "Ambiente", como as que maior impacto têm na melhoria das condições ambientais e na protecção e valorização das áreas de naturais de especial interesse.

Apresentam-se algumas notas sobre a Directiva Habitats/Rede Natura 2000, bem como alguns aspectos específicos dos projectos candidatos ao III QCA.

Aspectos gerais

No espaço comunitário, o principal acto de direito comunitário no domínio da conservação da Natureza surgiu com a publicação da Directiva n.º 92/43/CEE, do Conselho, de 21 de Maio, relativa à conservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens (directiva habitats).

Este diploma visa a conservação da biodiversidade, através da conservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens do território da União Europeia, nomeadamente mediante a criação de um conjunto de sítios de interesse comunitário (Rede Natura 2000).

Em Portugal foram identificados em duas fases, um conjunto Sítios potencialmente integradores da Rede Natura 2000, que, abrangem cerca de 20% da área do território continental.

Na região Centro foram identificados e estão legalmente instituídos 18 sítios da lista nacional.

Aspectos específicos dos projectos com incidência na Rede Natura 2000.

Atendendo à importância da preservação dos Sítios da Rede Natura 2000, a intervenção da Medida 3.13 - Ambiente em termos dos projectos candidatos pela CCDRC Centro assumiu uma linha estratégica que possibilitou o desenvolvimento de projectos em Sítios da Rede Natura 2000. Ou no caso dos mesmo não incidirem territorialmente nas áreas invocadas, os valores associados à Directiva Habitats foram sempre considerados como elementos dominantes de promoção e desenvolvimento dos projectos.

Realçam-se acções concretas, como a substituição de espécies exóticas, por associações de espécies da Directiva Habitats, como sejam as encontradas no sistema ribeirinho nomeadamente os géneros *Alnus* e *Fraxinus*. Dentro das diversas acções refira-se ainda a instalação de sistemas que possibilitam a reprodução e abrigo de espécies como a lontra (*Lutra lutra*), Quirópteros, espécies piscícolas (género *Rutilus*) ou mesmo algumas espécies de aves insectívoras.

Ao nível promocional do projecto, destaca-se a participação em diversas conferências e jornadas de base nacional, regional e local.

Em todos os projectos, manteve-se o envolvimento das autarquias, organizações não governamentais de ambiente e equipas científicas das universidades.

Os resultados manifestam-se a 3 níveis distintos:

Melhorou-se o conhecimento sobre os habitats e espécies de alguns Sítios da região centro, nomeadamente da zona do Baixo Mondego, da região das Gândaras, Serra da Lousã, Ria de Aveiro entre outros; de realçar, a este propósito, o projecto de “Requalificação Ambiental da Pateira de Fermentelos”, cuja zona de intervenção se insere na ZPE (Zona de Protecção Especial) da Ria de Aveiro, e através do qual se permitiu, através da realização de Estudos de Monitorização da qualidade da água, controlo de infestantes e monitorização de espécies e habitats, dar a conhecer todo um conjunto de aspectos sob a biodiversidade existente na zona a intervir, que se reconhece ser de inegável interesse para o futuro da Região Centro e que nesse âmbito interessa sobremaneira preservar.

Promoveu-se a distribuição e protecção de habitats e espécies da Directiva Habitats, através da plantação directa e da requalificação de áreas degradadas por espécies exóticas;

Melhorou-se a sensibilização das populações, nomeadamente órgão autárquicos (Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia) para a protecção das espécies, assim como para importância da Directiva e da necessidade de protecção dos Sítios criados ao seu abrigo. O sucesso desta intervenção promocional é de tal forma marcante que são hoje em dia diversas as autarquias que solicitam apoio técnico nos processos relacionados com os Sítios, sendo algumas delas exteriores à região Centro.

Os projectos incidiram ainda sobre o domínio da utilização sustentável do património natural da região centro, designadamente através do lançamento de bases para o domínio do turismo sustentável e da natureza. Neste domínio não será despendendo referir, para além dos aspectos subjacentes à especificidade dos projectos que enformam e caracterizam a Medida 3.13 Ambiente, o inestimável interesse que as “ecopistas” despertam ao nível das populações,

incentivando estas à prática do desporto, lazer e descoberta da Natureza, contribuindo dessa forma para o incremento e incentivo do “turismo de natureza”.

Relativamente às iniciativas já aprovadas até 31.12.2007 no âmbito da Medida 3.13 “Ambiente” com maior impacto na protecção dos parques e reservas naturais, zonas de protecção especial e Rede Natura 2000, serão de realçar os seguintes projectos plasmados no seguinte quadro:

Unidade: euros

Designação do projecto	Custo total	Fundo Comunitário	Incidência	
			Protecção no Património Natural	Prot. da Rede Natura 2000
Rede de Áreas Naturais de Importância Local e Regional	75.038	56.279	X	
Ecomuseu da Mata da Geria	74.902	56.177	X	
Percursos Pedestres - Animação Cultural e Turística	80.277	60.207	X	
Ordenamento e Gestão de áreas Sensíveis - OGAS	253.654	190.241	X	
Corredores Ecológicos Fluviais - Impactes, medidas de r. e conservação	210.632	157.974	X	
CIA - Controlo de infestantes aquáticos	117.453	88.090	X	
O. de Acessos e Protecção das Dunas da Praia da Tocha - 1ª Fase	139.625	104.719		X
Ecomuseu das Lagoas de Mira e Barrinha	80.271	60.203		X
Limpeza e Remoção de Jacintos da Pateira de Fermentelos	203.674	152.756		X
Sistema de Informação Geográfica do Litoral Centro	106.973	80.230		X
O. de Acessos e Protecção das Dunas da Praia da Murtinheira - 1ª Fase	96.534	72.400		X
O. de Acessos e Protecção das Dunas da Praia de Quiaios - 1ª Fase	123.517	92.638		X
Reabilitação de Valas Afluentes ao Canal de Mira	139.151	104.364		X
Gestão e Implementação do POOC - 1ª Fase	201.490	151.117		X
Limpeza de Valas Afluentes ao Paul de Arzila e Rio Dueça	146.898	110.173		X
P. Piloto de Reperfilamento Eólico de uma Duna sujeita à Erosão Marinha	202.621	151.966		X
O. de Acessos e protecção das Dunas da Praia da Torreira - 3ª Fase	130.696	98.022		X
Reforço da Duna da Vagueira Norte e Sul	131.391	98.543		X
Ordenamento de Acessos e Protecção das Dunas da Praia da Barra	162.280	121.710		X
Reforço da Protecção da Duna de Mira Sul	141.837	106.378		X
Execução da Duna da Costa Nova Sul	139.569	104.677		X
Ordenamento de Acessos e Protecção da Duna da Costa Nova Sul - 1ª fase	157.200	117.900		X
R. e Qualif. Ambiental do Parque da Pateira de Espinhel- Espinhel	236.045	177.034		X
R. e Qualif. Ambiental do Parque de Lazer da Senhora do Amparo - Travassô	375.980	281.985		X
R. e Qualif. Ambiental do Espaço Natural do Parque do Prego - Perrães	242.303	181.727		X
Núcleo de Educação Ambiental da Costa Nova	127.875	95.906		X
O. de Acessos e Protecção das Dunas da Praia de Quiaios Norte - 2ª Fase	141.174	105.880		X
Sistema Dunar da Costa Nova Sul - 2ª Fase/Duna Secundária	164.480	123.360		X
Ordenamento de Acessos da Duna Secundária da Costa Nova sul - 2ª Fase	126.484	94.863		X
EcoMira1	280.612	210.459		X
BIORIA	169.725	127.294		X
R. e Q. Ambiental do Esp. Env.à Pateira de Fermentelos- Ois da Ribeira	483.750	362.813		X
Valorização e r. da Barrinha de Esmoriz/Paramos - 1ª Fase (componente ICN)	178.236	133.677		X
Val. e r. da Barrinha de Esmoriz/Paramos - 1ª Fase (componente CCDRC)	23.230	17.423		X
ECOMATUR - ecoturismo na Mata Nacional do Urso	162.021	97.213	X	

Reabilitação/Recuperação na Quinta da Paiva – 1ª Fase	225.758	135.455	X
A. de Espaços Verdes e Ambientais na F. da Abrunheira – Rota das Fontes	265.383	159.230	X
Parque Ecológico da Cerca - 2ª Fase	251.633	150.980	X
Val. ambiental e gestão integrada dos r. naturais das margens das albufeiras de Cabril e Bouça	168.173	100.904	X
Requalificação e valorização do património natural nas Freguesias de Pampilhosa, Vacariça e Luso	420.379	252.228	X
Parque Botânico "Arbutus do Demo" - Jardins da Beira	384.819	230.892	X
Defesa e Protecção Dunar na Praia da Vieira	154.941	116.205	X
Reconversão do Corredor Ferroviário - Ecopista	332.391	199.435	X
R. do antigo c. de ferro da linha do Vale do Vouga para Percurso Pedonal/Ciclável	325.054	195.032	X
Total	8.356.130	5.886.756	

Contributo para a Estratégia Europeia de Emprego

A execução do POCentro ao longo de 2007 manteve os princípios filosóficos para a consecução dos objectivos previstos na Estratégia Europeia de Emprego delineados na cimeira do Luxemburgo, bem como a concretização das recomendações da Primavera da Conferência de Berlim (Março de 2003) e do Conselho de Bruxelas, nomeadamente o apoio aos investimentos no domínio dos recursos humanos e da criação de infra-estruturas e equipamentos que facilitam a conciliação do trabalho com a vida familiar.

Obviamente que estas preocupações estiveram naturalmente alinhadas com a execução de políticas de emprego e de inclusão de cariz multidisciplinar de coordenação nacional, nomeadamente o Plano Nacional do Emprego (PNE) e o Plano Nacional para a Inclusão (PNAI), o que vem confirmar o cumprimento dos princípios da Adicionalidade e da Subsidiariedade.

Ao estarmos na recta final da execução do PO Centro, onde a escassez de orçamento se revela como elemento de constrangimento, a gestão procurou manter a utilização de critérios de maior eficácia tendentes à concretização das orientações da Estratégia Europeia de Emprego (EEE), nomeadamente a melhoria da empregabilidade, do espírito empresarial, da adaptabilidade e da igualdade de oportunidades.

Igualmente a execução das diferentes medidas do POCentro, com impactos directos ou indirectos em termos da quantidade e qualidade do emprego, tiveram em consideração as orientações para as Políticas de Emprego 2005 – 2008.

A Região Centro continuou a beneficiar da intervenção directa das medidas FSE do POCentro na concretização das reformas sectoriais, ao nível macro e micro-económico, as quais se repercutiram em progressos em termos da quantidade, qualidade e produtividade do trabalho durante 2007.

O lançamento do Programa Nacional de Novas Oportunidades, onde a articulação das Políticas Educativa e de Emprego comungam dos mesmos Objectivos Estratégicos, visando o acréscimo de qualificação dos portugueses, trouxe uma preocupação adicional à Gestão do POCentro, Assim, houve necessidade de concentrar a intervenção directa das medidas FSE do POCentro, contribuindo-se de forma positiva para o reforço da execução de cursos de dupla certificação, escolar e profissional, com impactos positivos na facilitação da reinserção sócio-profissional de desempregados na vida activa, bem como da sua adaptabilidade ao mundo do trabalho.

A modernização da Administração Pública Local voltou a ser uma marca do POCentro durante 2007. A execução da medida 1.6, vulgarmente conhecida pela medida FORAL, manteve a orientação de concentrar os meios financeiros em projectos de Formação-Ação, com especial impacto no reforço das competências profissionais dos funcionários e na competitividade da

administração pública local. Estas acções procuraram atenuar os impactos negativos da transferência de competências da administração pública central para a local, as quais foram consideradas boas práticas na desburocratização e simplificação de procedimentos da Administração Pública.

A diminuição da instabilidade e precariedade da qualidade do emprego passa igualmente pelo reforço das competências profissionais no domínio das TIC, visando a adaptabilidade dos portugueses a novos desafios ao nível profissional e pessoal.

A articulação do POCentro com o POSC - Programa Operacional da Sociedade do Conhecimento permitiu reenquadrar a medida III.7, visando a sua adaptação às expectativas dos actores regionais, nomeadamente o apoio à certificação de competências em TIC.

ADAPTABILIDADE

A globalização da economia mundial, com efeitos económicos em todos os sectores de actividade, onde se destaca a reestruturação de empresas e a deslocalização de outras de mão-de-obra intensiva, embora com menor incidência em 2007 comparativamente com anos anteriores, continuou a ser uma problemática que mereceu a nossa melhor atenção, pois os seus efeitos verificam-se a todos os níveis, nomeadamente na diminuição da criação da riqueza, aumento do desemprego de longa duração, sobretudo em trabalhadores com níveis etários mais elevados, e igualmente no acréscimo de dificuldades de reinserção na vida activa.

A melhoria da adaptabilidade dos trabalhadores e das empresas, visando o aumento da competitividade, a diminuição do desemprego, o prolongamento da vida activa e o reforço do mercado laboral com a inclusão e/ou manutenção de trabalhadores em desvantagem foi a continuação da aposta que vinha a ser concretizada no passado.

De igual modo ao ocorrido em anos anteriores, as medidas que mais contribuíram para este pilar foram: a Medida I.6 - Desenvolvimento dos Recursos Humanos no âmbito da Administração Local e a Medida III.3 - Intervenção Desconcentrada do Emprego, através da acção-tipo III.3.1.2 - Qualificação e Reconversão Profissional.

De menor dimensão quantitativa, mas com uma vertente forte em termos de territorialização da política de emprego, a medida II.08 - Desenvolvimento de Recursos Humanos e Promoção da Coesão Social cofinanciou projectos de formação dirigidos a empregados e a desempregados.

A execução coordenada da medida 2.8 com outras do Eixo das AIBT, permitiu a optimização de investimentos apoiados no âmbito de projectos FEDER/FEOGA. Apesar de não se tratar de projectos integrados, esta articulação e concretização de projectos materiais com imateriais do FSE, proporcionou impactos positivos relevantes na qualidade de vida das pessoas e na melhoria da dinâmica de economias locais em territórios desfavorecidos.

À excepção das medidas 3.2 e 3.3, o desempenho das medidas FSE do POCentro concentraram a sua execução nos últimos anos do QCAIII.

Medida	Formandos	Volume Formação	TIC V. Formação
1.6 - Desenvolvimento dos Recursos Humanos	33.459	669.293	58.991
2.8 - Desenvolvimento de Recursos Humanos e Promoção da Coesão Social	2.072	925.047	41.770
3.3 - Intervenção Desconcentrada do Emprego Acção Tipo 3.3.1.1	1.641	2.159.229	311.988
3.7 - Sociedade da informação	9.253		

As acções formativas reforçaram as competências profissionais dos destinatários ao nível comportamental, gestão organizativa e participativa, aprendizagem ao longo da vida e novas tecnologias de informação e comunicação, pelo que se revelaram importantes para Adaptabilidade dos trabalhadores aos novos processos de gestão associados às novas exigências do mercado laboral consequentes da globalização e igualmente à introdução das novas tecnologias no processo de trabalho, combatendo assim a infoexclusão.

Realçamos que em 2007 a medida 3.7 - Sociedade da Informação: Criar Competências para o Desenvolvimento de Portugal Digital passou a dirigir-se à certificação de competências em tecnologias de informação e comunicação, pelo que foi o 1º ano desde o início do Quadro Comunitário que obteve realização física e financeira tendo sido abrangidos 9253 formandos.

Apesar não ter decorrido quaisquer aprovações de acções formativas em 2007, a medida 1.6 - Desenvolvimento dos Recursos Humanos no âmbito da Administração Local continuou a revelar-se com uma forte execução dos projectos aprovados no último semestre de 2006, sobretudo em projectos formativos relacionados com a reestruturação de serviços e a implementação de processos de Gestão de Qualidade com a intervenção directa dos trabalhadores. Assim para além da valorização pessoal e profissional dos formandos verificou-se a melhoria organizacional das entidades beneficiárias.

Esta tipologia de projectos beneficia directa e indirectamente os municípios, a economia local, contribuindo assim para uma melhoria da governação ao nível local.

criação de emprego e espírito empresarial

Criar Mais e Melhores Empregos numa estratégia de desenvolvimento local, com especial atenção a dinamização e criação de micro empresas relacionadas com a problemática e as potencialidades locais, bem como o lançamento de projectos inovadores na área dos serviços, investigação e desenvolvimento foram temáticas que o POCentro continuou a apostar.

Apesar de não cofinanciar directamente projectos de criação de empresas, a gestão da medida 2.8 permitiu dar algum enfoque à problemática do Empreendedorismo. Em sede de promoção da medida, foram sensibilizadas algumas entidades formadoras para o desenvolvimento de acções formativas dirigidas à capacitação dos formandos em competências imprescindíveis à criação de empresas. Esta estratégia foi melhor conseguida junto de desempregados diplomados residentes em centros urbanos de média dimensão, nomeadamente Coimbra, Aveiro, Guarda e Covilhã.

Igualmente se manteve a preocupação de as acções formativas de qualificação inicial dirigidas a desempregados incluírem módulos de criação e gestão de micro empresas, bem como a realização de práticas em contexto de trabalho, visando a facilitação da criação de pequenos negócios e/ou a inserção profissional dos formandos.

Igualmente não poderá ser ignorado o esforço desenvolvido pelas medidas 3.3-Intervenção Desconcentrada do Emprego e 3.4-Apoio ao Investimento no Desenvolvimento Local, pois os contratos programa com o IEFP, permitiram apoiar a criação de novos postos de trabalho, respectivamente pelo FSE e pelo FEDER, sendo este totalmente encaminhado para novas Iniciativas Locais de Emprego.

EMPREGABILIDADE

A consecução da utopia do pleno emprego numa óptica de mercado de emprego inclusivo foi uma estratégia abraçada, concentrando para o efeito o máximo de esforços possíveis na execução de políticas que visam a sua obtenção.

O reforço da qualificação de pessoas desfavorecidas, o aumento do investimento no capital humano e a adaptação dos sistemas de educação e formação são estratégias inerentes à promoção da empregabilidade.

Apesar da Região Centro ter uma taxa de emprego superior à meta estabelecida no PNE para 2010, constata-se igualmente que se trata da população activa do país com piores níveis de escolarização e qualificação profissional, pois quase dois terços tem a escolaridade básica ou inferior, 20% o ensino secundário e 14 % o ensino médio ou superior.

A ineficácia da reforma do Sistema Educativo, resultou em saídas precoces da escola, fraca atractividade e adaptabilidade dos planos curriculares à vida real e uma taxa de pré-escolarização não satisfatória. Recentemente, as melhorias alcançadas com o investimento do FSE na implementação de políticas coordenadas no âmbito do PNE, embora insuficientes, estão a dar resultados que nos motivam a seguir a concretização das orientações estratégicas da comunidade europeia, constatando-se em 2007 uma redução do desemprego registado no IEFP em cerca de 9,9% relativamente a 2006.

As restrições orçamentais das medidas 3.2 e 3.3, consequência de estarmos em período final do QCA, não permitiram a aprovação e a execução das metas concretizadas em anos anteriores. Os jovens qualificados foram um pequeno contributo para a descida do número de desempregados na Região Centro, nomeadamente dos diplomados. No entanto a percentagem dos desempregados diplomados no total dos desempregados em 2007 sofreu um acréscimo na Região Centro, passando de 13,1 % para 14,6% do total do desemprego registado.

A valorização da oferta formativa para desempregados, através do aumento das saídas profissionais do secundário, a disponibilização de acções formativas transversais para públicos com elevadas formações académicas em áreas de reduzida empregabilidade, bem com incentivo à promoção de cursos de formação avançada para activos empregados foram a continuação das apostas do POCentro durante 2007, donde se destaca a realização de um número significativo de projectos dirigidos a quadros superiores da administração local financiados pela medida 1.6.

Para a promoção de estratégias da Aprendizagem ao Longo da Vida, nomeadamente através da melhoria da qualidade e eficiência dos sistemas de dupla certificação, Educação e Formação, foi determinante o FSE no cofinanciamento da medida 3.2 -Ensino Profissional e da acção tipo 3.3.1.1 - Qualificação Profissional com Progressão Escolar (cursos EFA).

Ainda no domínio da melhoria da empregabilidade, visando a criação de mais e melhores empregos, as acções tipo PEPAL-estagiários para a Administração Local, 3.3.1.4 - Especialização Profissional de Quadros Superiores e 3.3.1.6 - Estágios Profissionais também desempenharam um papel importante na facilitação da transição dos jovens para o mundo de trabalho, principalmente dos jovens diplomados, segmento da população activa com taxas de desemprego acrescidas com especial significado nos candidatos ao 1º emprego.

Medida	Formandos
1.6 – PEPAL-Estágios Profissionais	299
3.2 – Ensino Profissional	1.530
3.3 - Intervenção Desconcentrada do Emprego Acção Tipo 3.3.1.6 (*)	2.476

(*) execução física do ano 2006

IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

De igual modo ao referido no relatório do ano anterior, o POCentro não possui instrumentos de política específicos à concretização dos objectivos previstos no IV Pilar - Promoção da Igualdade de Oportunidades (I/O). Contudo, não poderemos ignorar que a conciliação da vida profissional com a familiar não se concretiza somente com intervenções directas na melhoria das competências pessoais e profissionais dos públicos alvos, mas também com acções de sensibilização para a (re)organização e flexibilização dos horários de trabalho e a valorização em termos económicos e de liderança do trabalho feminino junto dos média, da classe política, dos parceiros sociais, com especial significado das entidades patronais. Estas medidas são também importantes para a mudança cultural da abordagem do mercado de trabalho, mas que em termos de enquadramento na tipologia das acções tipo do POCentro necessitam do cumprimento de outras especificidades.

Igualmente importante e já com a intervenção do POCentro, são os efeitos induzidos com a concretização de determinados investimentos que permitem impactos positivos na I/O, nomeadamente no acréscimo de respostas de apoio social em termos de serviços de proximidade (infantários, rede pré-escolar, lares e centros de dia), na melhoria dos cuidados de saúde em termos de aproximação dos mesmos aos utentes, na melhoria da acessibilidade intra e inter centros urbanos, bem como na melhoria da qualidade e da velocidade de prestação de serviços por parte dos organismos da administração local e central, nomeadamente com a criação das cidades digitais e na melhoria de qualidade de atendimento aos utentes.

A distribuição global do número de beneficiários por género nas medidas 1.6; 2.8; 3.2 e 3.3 apresenta uma taxa ligeiramente superior para as mulheres. Numa análise medida a medida, verificamos que as medidas mais direccionadas para desempregados revelam taxas de participação superiores das mulheres, contribuindo assim de forma directa para a igualdade no acesso ao mercado de trabalho.

Medida	Pessoas abrangidas				
	Homens	%	Mulheres	%	total
1.6	47.872	52	44.007	48	91.879
2.8	2.742	46	3.205	54	5.947
3.2	14.041	56	11.248	44	25.289
3.3	16.341	34	31.827	66	48.168
Total	80.996	47	90.287	53	171.283

Relativamente à recomendação da Melhoria do Acesso da Mulher ao Mercado de Trabalho, somos a informar que as diferentes medidas FSE do POCentro continuaram a utilizar critérios de discriminação positivos (valorização dos projectos) em termos de selectividade, designadamente a integração nas fichas de análise multicritério de avaliação, itens relacionados com a redução da

segregação sectorial e profissional, a valorização do trabalho feminino e a melhoria das condições de empregabilidade pelo reforço da educação/formação.

Relação entre a intervenção dos outros Fundos e outros instrumentos financeiros. Foi aprovado pelo BEI, em Junho de 2000, um financiamento para o projecto de “Armazenagem de Gás”. Este financiamento é complementar da comparticipação do FEDER neste projecto.

VII

Anexos

Anexo 1
Programação, Aprovações e Execução em 31.12.2007
por Eixo e por Medida

Anexo 2
Fluxos financeiros com a Comissão Europeia

Anexo 3
Execução por domínios de intervenção

Anexo 4

Indicadores de realização física e de resultado

Anexo 5

Eixo I – Projectos aprovados em 31.12.2007,
por medida, localização e nível de execução

Anexo 6

Eixo II – Projectos aprovados em 31.12.2007,
por medida, localização e nível de execução

Anexo 7

**Eixo III – Projectos aprovados em 31.12.2007,
por medida, localização e nível de execução**

Anexo 8
Aprovação e execução das Medidas FEOGA

Anexo 9
Reprogramação do Programa Operacional

